



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**SINDICALISMO E MEMÓRIA DA VIVÊNCIA DOCENTE SUPERIOR NO ESTADO
DO PIAUÍ**

Rosângela Assunção

Niterói-RJ
2017

ROSÂNGELA ASSUNÇÃO

**SINDICALISMO E MEMÓRIA DA VIVÊNCIA DOCENTE SUPERIOR NO ESTADO
DO PIAUÍ**

Tese apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História.

Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. César Teixeira Honorato.

Niterói-RJ

2017

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

A851 Assunção, Rosângela.

Sindicalismo e memória da vivência docente superior no Estado do Piauí / Rosângela Assunção. – 2017.

247 f. ; il.

Orientador: César Teixeira Honorato.

Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

Bibliografia: f. 205-215.

1. Sindicalismo. 2. Professores. 3. Greves e lockouts. 4. Ensino superior. 5. Estado. I. Honorato, César Teixeira. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

ROSÂNGELA ASSUNÇÃO

**SINDICALISMO E MEMÓRIA DA VIVÊNCIA DOCENTE SUPERIOR NO ESTADO
DO PIAUÍ**

Tese apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História. Área de concentração: História Social.

Aprovado em: 09/03/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César Teixeira Honorato – Orientador
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof.^a Dra. Sônia Regina de Mendonça
Membro Titular Interno
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof. Dr. Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa
Membro Titular Externo
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Prof.^a Dra. Lana Lage da Gama Lima
Membro Titular Externo
Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF

Prof.^a Dra. Tânia Maria Castro Carvalho Neto
Membro Titular Externo
Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

Niterói-RJ

2017

Aos companheiros, que deram corpo e movimento às greves docentes, e àqueles que ainda virão.

Aos meus pais, (Waldeck e Olinda) pelo incentivo incondicional.

Ao Flávio: amor de travessias e travessuras.

AGRADECIMENTOS

A busca pela formação nos leva a muitos caminhos prazerosos nos proporcionando o conhecimento de novas teorias, práticas, lutas e também de conquista de novas amizades. O processo de doutoramento foi um momento ímpar em minha vida marcado também pelo medo do desconhecido e amparado pelo carinho de familiares e amigos antigos e novos. Foi nesse percurso de caminhada que percebi que nunca estive sozinha: havia muita gente envolvida para que eu pudesse realizar o meu sonho. Sonho atingido e o peito cheio de alegria, então só me resta agradecer àqueles que se fizeram presentes ao longo dessa jornada.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu orientador e amigo Cézár Honorato, que logo aceitou minha proposta de pesquisa e me deu uma liberdade assistida para construir a tese. A você querido, pelas resposta tão rápida as minhas dúvidas e inquietações, pelo orientação metodológica e toques tão fundamentais na análise das fontes. A sua orientação já no primeiro semestre do doutorado foi fundamental para os encaminhamentos da pesquisa e construção da tese. Com você me senti muito segura na viagem da escrita.

À querida professora Sônia Mendonça com quem me aventurei nos estudos de Gramsci. Foi a melhor experiência de estudo, pois aos poucos fui ganhando segurança na teoria para poder desenvolver a escrita. Você que agiu como co-orientadora lendo tudo que produzi e fazendo excelentes intervenções. Suas recomendações na qualificação foram fundamentais para nortear o meu trabalho. A sua produção historiográfica me serviu de apoio quando não tinha você por perto, acho que aprendi a ser Gramsciana.

Ao professor Marcelo Badaró Mattos, com quem aprendi muito do marxismo e da História do Brasil recente, principalmente do movimento sindical brasileiro. Foi meu professor e mestre ao me conduzir por uma visão marxista da história do sindicalismo. Com você, tive oportunidade de ampliar os horizontes sobre o objeto de estudo. Suas contribuições foram desde a leitura do projeto para seleção, até a qualificação com recomendações de leituras. Enfim, você esteve presente durante toda minha trajetória e sempre muito solícito: é um mestre que não quero jamais perder.

Aos membros da banca examinadora professor Rodrigo Lamosa, professoras Lana Lage Lima e Tânia Carvalho Neto, pelas contribuições para o aperfeiçoamento do trabalho.

Às amigas que ganhei em Niterói. Quando o medo da cidade grande dominava meu coração, a amizade de vocês o preencheu de alegria. Aryanny Silva (Arê), Bruna Dourado, Carolina Martins, Kate, Flávia Ferro e Luiza Ferreira.

Às amigas e amigos de longas datas: Márcia Santana que suportou minhas ligações infundáveis para falar da tese e da vida. Socorro Santana, sempre presente e me ajudando a refletir sobre a ADCESP. À Joceli e Leônidas, amigos de todas as horas. E a Solimar Lima, amigo que sempre arrumou tempo para discutir comigo quando me aventurei pelo marxismo, discutindo textos, lendo meu material, emprestando livro. Enfim, você foi fundamental nesse percurso, e essa tese também é sua. A Gisvaldo, amigo querido que refletiu comigo em várias oportunidades os rumos da luta sindical.

Aos amigos da UESPI Campus Clóvis Moura, que me apoiaram quando me afastei para doutoramento: Renê Aquino, Aldairis Silva, Raimundo Paz Sobrinho, Damião Cosme, Werton Costa.

À Administração Superior da UESPI que concedeu meu afastamento total das atividades docentes para me dedicar ao doutorado. Esse afastamento foi fundamental no meu processo de formação tanto nos estudos em Niterói/RJ, como em Teresina onde fiz a pesquisa. Reforço ainda o agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí-FAPEPI, que nos concedeu bolsa de estudos, custeando minha estadia em Niterói, viagens ao Rio de Janeiro e a vários lugares do Brasil para apresentação de Trabalhos em encontros científicos.

Aos reitores Carlos Alberto Silva e Nougá Batista que permitiram o total acesso a todos os documentos da instituição dos quais necessitei para a pesquisa. Em todos os setores da instituição por onde passei fui bem recebida e atendida prontamente. Ao pessoal do DAOS/UESPI com quem passei vários dias analisando prontuários de professores. Sempre fui bem atendida por todos, especialmente pela professora Isabel, no início da pesquisa, chefe do setor. Ao pessoal da PROPLAN que me concederam todos os relatórios de ações da universidade e sempre estiveram dispostos a ajudar.

Aos diretores da ADCESP que abriram os arquivos do sindicato dando total apoio à pesquisa. À Janaina, secretária do sindicato, sempre solícita a todos os meus pedidos. Aos professores que responderam o questionário que aplicamos, sendo fundamental fonte de pesquisa. A todos os ex-reitores: Professora Oneide Rocha, que veio de Picos a Teresina para me conceder a entrevista; professor Carlos Alberto Silva que me recebeu na SEDUC abrindo sempre um espaço na sua apertada agenda; reitor Nougá Batista, que nos concedeu entrevista em dois momentos apresentando a sua visão da vivência sindical e de administrador da UESPI. À professora Valéria Ribeiro, tão solícita ao meu pedido de entrevista, saindo de suas atividades para me concedê-la. Com vocês pude compreender um pouco mais sobre a administração de nossa UESPI.

A todos os diretores da ADCESP que com os seus depoimentos ajudaram a construir a memória do sindicalismo docente superior da UESPI e do Piauí. A vocês que construíram a luta e imprimiram suas visões sobre o ocorrido: Daniel Solon, Graça Ciríaco, Lina Fernandes, Lucineide Medeiros, Josinaldo Silva.

À Cleide Silva e professora Socorro Magalhães, pela disposição em ler todo o texto adequando-o às formalidades da língua portuguesa. E ao amigo Raimundo Lima (Robson), pelo apoio durante a tese e disposição em adequá-la às regras da ABNT. E a amiga Mara Lúcia, pelo apoio na reta final.

A minhas irmãs: Rosane, Rosália, Rosilene e Ana pelo apoio de sempre. Às sobrinhas: Letícia, Cecília, Ana Paula, Aniele, Joana, Rebeca, Sara e Maria Vitória por torcerem pelo fim do trabalho, pois assim teremos tempo para passear. E à Nicole, meu alento nos momentos de cansaço da mente. Brincar com você me revigora: amo. Aos sobrinhos João Gabriel, Alysson Russel e Leandro, pela torcida. E a minhas queridas cunhadas Carmem França e Fátima Veras pelo apoio durante todo o trabalho de tese.

À mãe Maria Olinda que sempre acreditou que eu pudesse chegar tão longe e ao meu pai Waldeck Assunção, minha inspiração de vida. Essa conquista é também dedicada a vocês que sempre se orgulharam de mim. E ao meu amor Flávio França, pela sensibilidade em sentir o quanto preciso de você. Sua presença nessa trajetória foi fundamental, pois em nenhum momento me senti só.

RESUMO

O presente estudo trata do sindicalismo docente superior no Piauí no período de 2003 a 2012 e tem como objetivo analisar a relação entre a Associação dos Docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí- ADCESP, o estado e a reitoria da Universidade Estadual do Piauí-UESPI durante as greves. A teoria gramsciana é o elemento estruturador da análise que fazemos das fontes no sentido de explicar a relação que se estabeleceu entre os sujeitos durante as greves. Parte-se da hipótese de que foi a partir da luta dos docentes, organizados através da estratégia da greve, que o estado foi pressionado a fazer melhorias estruturais e qualitativas na UESPI, tais como: ampliação do orçamento da IES; reformas dos campi; construções de novas estruturas físicas; implantação da política estudantil; eleições diretas para reitor, diretor e coordenador de cursos e concursos públicos para docentes. A metodologia da História Oral foi utilizada na coleta e transcrição dos depoimentos dos sujeitos investigados. Além disso, houve a produção de fontes com os depoimentos colhidos junto aos reitores da UESPI e presidentes da ADCESP e aplicação de questionários com os docentes com o objetivo de analisar a visão deles a respeito da ADCESP na condução das greves. A pesquisa apontou para uma relação de difícil negociação entre sindicato e Estado porque o segundo seguia o receituário neoliberal de privatização da educação pública e o sindicato tentava reagir a essa política, mas tinha dificuldades de mobilizar a categoria por questões políticas mais amplas: os docentes da UESPI só se mobilizam por melhoria salarial e estrutural da universidade, mostrando a limitação da consciência política dos docentes, resultando em pouca adesão às greves quando as pautas de luta eram ampliadas com questões políticas.

Palavras-chave: Sindicalismo docente. Greves. Educação superior. Estado.

SUMMARY

The present study deals with higher education syndicalism in Piauí between 2003 and 2012 and aims to analyze the relationship between the Association of Teachers of the Higher Education Center of Piauí-ADCESP, the state and rector of the State University of Piauí-UESPI during the strikes. Gramsci's theory is the structuring element of the analysis of the sources in order to explain the relationship that was established between the subjects during the strikes. It is based on the hypothesis that it was from the struggle of the professors, organized through the strategy of the strike, in which the state was pressured to make structural and qualitative improvements at UESPI, such as: expansion of the IES budget; renovation of campuses; constructions of new physical structures; implementation of student policy; direct elections for rector, director and coordinator of courses and public competitions for professors. The methodology of Oral History was used in the collection and transcription of the testimonies of the investigated subjects from the UESPI rectors and ADCESP presidents, and questionnaires were applied to professors to analyze their view of ADCESP in the conduction of the strikes. The research pointed out to a relationship of difficult negotiation between union and state because the second one followed the neoliberal prescription of privatization of public education and the union tried to react to this policy, but had difficulties to mobilize the category for broader political issues: UESPI professors only mobilized for the salary and structural improvement of the university, showing their limitation of the political conscience resulting in little adherence to the strikes when the guidelines of struggle were amplified with political issues.

Keywords: Teaching Unionism. Strikes. College Education. state.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A ADOÇÃO DO NEOLIBERALISMO E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESTADO BRASILEIRO (1990-2012)	28
2.1 Fernando Collor de Mello; Itamar Franco e a preparação do terreno para o neoliberalismo no Brasil.....	30
2.2 Fernando Henrique Cardoso e a vitória da política neoliberal.....	38
2.3 O Partido dos Trabalhadores: das ruas ao gabinete.....	48
2.3.1 O governo de Lula da Silva já transformado.....	52
3 REFORMA UNIVERSITÁRIA E SINDICALISMO DOCENTE NOS GOVERNOS LULA	59
3.1 Historicizando o movimento grevista.....	59
3.2 A contrarreforma universitária: uma análise comparada.....	75
3.3 O movimento docente em situação de conflito de interesses.....	86
4 MEMÓRIA SINDICAL: A ADCESP, GREVES E SÓCIOS	103
4.1 A ADCESP na construção e condução das greves.....	104
4.1.1 A greve de 2003: a luta por reposição salarial e concurso público.....	104
4.1.2 A greve de 2004: melhoria salarial e financiamento da UESPI.....	111
4.1.3 A greve de 2008: a conquista do reajuste salarial e do PCCs.....	116
4.1.4 A greve de 2011: a luta em defesa da UESPI.....	122
4.1.5 A greve de 2012.....	125
4.2. Os docentes e a ADCESP: vivências das greves.....	132
4.3. Greves: visão dos docentes sobre a ADCESP.....	147
5. A UESPI QUE QUEREMOS SE CONQUISTA COM LUTA	155
5.1 Percursos metodológicos na construção da fonte.....	155
5.2 Memória das Greves: estratégias, embates e envolvimento docente.....	161
5.3 Movimentos de tensão: relação entre os sujeitos.....	174
5.4 A UESPI transformada/conquistada.....	190
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS	204
APÊNDICES	
ANEXOS	

LISTA DE SIGLAS

ADCESP	Associação dos Docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí
ADs	Associações docentes
Alca	Área de Livre Comércio das Américas
ASS	Alternativa Sindical Socialista
ANDES	Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANDES/SN	Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANEL	Associação Nacional dos Estudantes Livres
Apeoc	Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais Ceará
Apep	Associação dos Professores do Estado do Piauí
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Capes	Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior
CAT	Central Autônoma dos Trabalhadores
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEA	Confederação de Educadores da América
Cecon	Centro de Conjuntura e Política Econômica
CEPLAN	Coordenadoria de Planejamento
CEPRO	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
CERMAP	Centro de Estudos e Recreação do Magistério Primário
CESP	Centro de Ensino Superior
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CIOSL	Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres
CSOL	Coletivo Socialismo e Liberdade
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMOPE	Confederação Mundial de Organizações de Profissionais de Ensino
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação
Conaes	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONCLAT	Coordenação das Classes Trabalhadoras
Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas
CPB	Confederação dos Professores do Brasil
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional

CSP	Central Sindical e Popular
CTB	Central dos Trabalhadores do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAOS	Divisão de Assistência e Obrigações Sociais
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DE	Dedicação Exclusiva
Dieese	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
DR	Democracia Radical
EAD	Educação á Distância
FACIME	Faculdade de Ciências Médicas
FADEP	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação no Estado do Piauí
FASUBRA	Federação de Sindicatos de Trabalhadores da Universidades Brasileiras
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FES	Frente de Esquerda Socialista
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Fies	Fundo de Investimento Estudantil
FISE	Federação Internacional de Sindicato de Educadores
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNT	Fórum Nacional do Trabalho
FS	Força Sindical
FUESPI	Fundação Universidade Estadual do Piauí
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IES	Instituição de ensino superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Lula	Luiz Inácio Lula da Silva
MEC	Ministério da Educação e Cultura
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NCST	Nova Central Sindical de Trabalhadores
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil

ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PCCS	Plano de Cargos Carreira e Salários
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDV	Projeto de demissão voluntária
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto interno bruto
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação á Docência
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROIFES	Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico
PROPLAN	Pró-reitoria de Planejamento e Finanças
Prouni	Programa Universidade para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
RD	Rede Desenvolvimentista
Rede Aste	Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo em Educação
Reuni	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SDS	Social Democracia Sindical
SEAD	Secretaria de Administração
SEDUC	Secretaria de Educação
SEPE/RJ	Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
Sindiute	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará
Sintece	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Ceará
SINTE-PI	Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica Pública do Estado do Piauí

TRE-PI	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UNE	União Nacional dos Estudantes

1 INTRODUÇÃO

A presente tese trata do sindicalismo docente superior no Piauí no período de 2003 a 2012. Tratou-se especificamente das lutas dos docentes da Universidade Estadual do Piauí-UESPI, organizados e coordenados pela Associação dos Docentes da UESPI / ADCESP, que priorizou como estratégia de lutas as greves. Portanto, a pesquisa abordou as experiências de greves dos docentes com o objetivo de analisar a relação da associação docente com o Estado e reitoria durante os conflitos.

Ao longo da pesquisa, fomos percebendo a importância das greves, uma vez que as mesmas constituem a principal estratégia utilizada pela associação docente para apresentar as demandas da universidade e dos docentes para a sociedade, sendo também o meio para exigir do Estado uma resposta aos problemas apontados pelos grevistas. Nossa hipótese é que foi a partir das greves dos docentes que a universidade foi melhorando estruturalmente e qualitativamente com o atendimento das pautas de greves.

No período analisado, foram cinco greves empreendidas pela associação docente. E os anos em que elas não ocorreram foram marcados por manifestações através de paralisações. As maiores conquistas foram até a greve de 2008. Posteriormente, as lutas se deram no sentido de não perder direitos já adquiridos e os avanços salariais foram mínimos. Porém, ocorreram avanços na contratação de professores efetivos. A resposta do Estado foi a de pedir a ilegalidade das greves e dificultar o encontro para negociação com a associação. Por outro lado, a partir de 2008, a ADCESP manteve-se sempre na oposição ao Estado, radicalizando a luta.

Para que possamos compreender o objeto em análise, consideramos oportuno apresentar como se deu o surgimento da UESPI e da ADCESP. A primeira é uma instituição relativamente nova e ainda está caminhando no sentido de se organizar como instituição de nível superior: em 2016, comemorou 30 anos de existência. Cabe ressaltar que o ano de 2012 foi marcado pelo reconhecimento dos cursos em vários *campi* espalhados pelo interior do Estado do Piauí.

A UESPI surgiu de uma vontade política. A movimentação das autoridades no sentido de fundar a Universidade Estadual do Piauí iniciou em 1984, por meio da Lei Estadual n. 3.967 que instituiu a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação no Estado do Piauí (FADEP). Em seguida, em 1985, através do Decreto Federal n. 91.851, foi autorizado a funcionar o Centro de Ensino Superior (CESP) em Teresina, com os cursos de Pedagogia/Magistério, Ciências/Biologia e Matemática; Letras/ Português e Inglês e

Bacharelado em Administração. Em 1986, o CESP passou a funcionar, realizando assim o seu primeiro vestibular para os cursos criados, objetivando preencher 240 vagas. Com os cursos já em funcionamento, foi aprovada, em 1988, a Lei Estadual n. 4.230 que criou a UESPI.

A partir daí, seguiu um conjunto de leis e resoluções objetivando legalizar e estruturar a universidade que acabava de ser criada. Em 1989, foi aprovado o 1º Estatuto da Instituição. Em 1992, foi aprovado o Plano de Carreira, realizou-se o 1º concurso público para docente e foi feito o enquadramento funcional dos professores que atuavam na instituição, na condição de cedidos de outros órgãos do Estado. Após os primeiros passos, de uma forma desordenada e com objetivos supostamente eleitoreiros, através de decreto federal, de 25 de fevereiro de 1993, a universidade foi autorizada a funcionar como uma instituição multicampi, tendo como instituição mantenedora a Fundação Universidade Estadual do Piauí (FUESPI). Assim, o governo passou a fundar *campi*¹ em várias cidades do Estado, em situações extremamente precárias, em prédios cedidos pelo governo estadual e sem nenhuma estrutura adequada de universidade. O básico tinha sido cobrado nas reivindicações de professores nas greves analisadas: bibliotecas, laboratórios, salas de professores, salas de estudo, salas de orientação de alunos, material de expediente, restaurante universitário, casa de estudantes e funcionários efetivos. Ainda hoje, a instituição não tem prédio próprio. Foi construído na cidade de Picos o primeiro campus realmente da Instituição.

A UESPI, quando começou a funcionar como instituição de ensino superior, tinha em seu quadro docente professores que foram cedidos pela Secretaria de Educação do Estado do Piauí e funcionários da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO). Eram professores que trabalhavam na instituição, entretanto, não se sentiam seguros em relação a sua estabilidade no emprego. Além disso, os salários e condições de trabalhos eram péssimas. Foi um incentivo para que os mesmos se organizassem em torno de uma associação, fundando, assim, a ADCESP, no dia 5 de abril de 1987.

De acordo com o sítio eletrônico da instituição, a UESPI tem hoje 16 *campi* e 25 núcleos universitários. Existe núcleo funcionando com somente um curso e em quase todos os *campi* e núcleos é oferecido o curso de pedagogia. A universidade se expandiu de forma desordenada na época do governador Francisco de Assis Moraes e Sousa, conhecido como “Mão Santa”². Através da política de expansão da universidade com a implantação do ensino

¹ Ver *campi* e núcleos em UESPI, 2015.

² Médico e político natural da cidade de Parnaíba, onde iniciou carreira política. Mão Santa foi prefeito dessa cidade no período 1989-1992 pelo Partido Democrático Social (PDS) e governador do Estado do Piauí no período 1995-2001. Em 2001, ele perdeu o mandato após ser processado por seu opositor, Hugo Napoleão Neto, por abuso de poder econômico durante a campanha para o governo do Estado. Em 2002, Mão Santa foi

superior no interior do Estado, ele pretendia conquistar votos. Como a preocupação do então governador era só fundar campi e núcleos, a UESPI cresceu com uma série de problemas estruturais e administrativos, faltando desde a estrutura básica para funcionamento de um curso, como material de expediente, laboratórios, bibliotecas, salas de professores e recursos humanos (técnicos e professores efetivos para os cursos), além de salários dignos para professores e técnicos administrativos. Os problemas citados retornam como bandeiras de luta das várias greves encabeçadas pela ADCESP ao longo dos anos. Na gestão da reitora Oneide Rocha, iniciou-se um processo de organização da universidade, sendo continuado pelos reitores posteriores.

Fato confirmado nos relatórios de gestão nos quais são abordadas as ações da administração durante o ano de 2003. Pelo relatório, a equipe que o elaborou fez um estudo de toda a situação administrativa da instituição, mostrando a total desordem na qual se encontrava a UESPI. No relatório, foram apontados vários problemas. O primeiro se refere à questão normativa, como o fato de a instituição ter um plano de carreira de 1992, de o estatuto em vigor ser de 2000, além de faltar-lhe regimento interno. Segundo esse relatório, durante os anos de 1995 a 2001, foram elaborados três estatutos, sem a participação da comunidade universitária, e o regimento interno que foi elaborado em 2001 foi cassado por irregularidades. Criticam ainda a expansão desordenada da instituição, que foi implantada, inclusive, nos Estados da Bahia e Maranhão, além do funcionamento precário voltado só para o ensino, sem ter condições físicas e pessoal qualificado, para cumprir o tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão. A universidade, ao priorizar quantidade, perdeu em qualidade.

[...]. Sempre com o intuito de mais e mais quantidade, a UESPI passou a oferecer além dos turnos matutinos (de 8h às 12h), vespertino (de 14h às 18h), e noturno (de 18 às 22h), os turnos pré-matutino (de 5h às 8h) e pós-noturno (o “noturnão”, de 21h a 0h). Passou a funcionar de segunda a sábado, com cursos de graduação e sequencial e, sábado e domingo, com cursos de Pós-Graduação- Especializações [...]. (UNIVERSIDADE, relatório gestão, 2003, p. 21).

O relatório segue apontando os vários problemas pelos quais a instituição passava, mostrando os desafios que havia pela frente na administração superior. Pelo exposto, é possível avaliar as dificuldades para um funcionamento com qualidade. Mas os docentes se organizaram para cobrar das autoridades governamentais melhorias para a instituição e a classe docente. Fundando assim, a associação docente.

A ADCESP, foi fundada no dia cinco de abril de 1987. Os primeiros passos para a criação da Associação Docente foi definir a diretoria da entidade e, na assembleia seguinte, foi aprovado seu estatuto. A partir daí, a ADCESP passou a ter advogado e pôde iniciar as discussões em torno da regularização da situação dos professores cedidos de outros órgãos. Esses professores se auto definiram como professores fundadores³ e passaram a exigir direitos junto à administração superior e providências do governo do Estado. A partir daí, seguiu-se uma série de assembleias da categoria para discutir os problemas que vinham enfrentando no recente Centro - o CESP -, que só veio a funcionar como universidade estadual - UESPI - em 1993, quando foi reconhecida através de decreto federal.

Em 1992, ocorreu o primeiro concurso para professor efetivo e foi assim que surgiu um pequeno quadro de docentes estáveis. Unidos aos fundadores, eles passaram a exigir melhorias salariais e estruturais. Dos encontros e debates, despontou a greve de 2003, que tinha como principais exigências aumento salarial e abertura de concurso público para docentes. A Associação entendia que para fortalecer a luta precisava de professores efetivos com certa estabilidade, pois a realidade da UESPI era um quadro monstruoso de professores substitutos que nem se associavam, nem participavam das manifestações da ADCESP, com receio de perderem seus postos. Em 22 de agosto de 2003, a ADCESP decretou greve, exigindo aumento salarial e protestando contra a Lei Complementar n. 21/2003, que objetivava diminuir garantias trabalhistas, mas, segundo o discurso do governo, representava melhoria na administração do Estado. Do movimento de 2003, o resultado visível foi a abertura de concurso para professores do quadro efetivo em 2004. Com a chegada dos efetivos, a associação docente fortaleceu-se e passou a exigir melhorias estruturais para a universidade.

Aconteceram greves também em 2004, 2008, 2011 e 2012, sendo que, em 2006 e 2007 ocorreram paralisações contra a política do governo para os docentes da UESPI e em 2010 aconteceu o movimento S.O.S UESPI, organizado por professores, alunos e técnicos administrativos com uma série de pautas pela melhoria estrutural da instituição. A ADCESP, por ser uma seção sindical do ANDES/SN, tem seguido a postura do ANDES/SN, que se desfilou da Central Única dos Trabalhadores - CUT em 2004, filiando-se mais tarde (2007) à

³ Pela Portaria GR/UESPI n. 834/2001, o presidente do Conselho Diretor e reitor Jônathas de Barros Nunes, resolveu designar de professor titular fundador 24 professores da IES. Esses professores foram os que vieram cedidos de outros órgãos para o CESP, quando este foi criado. Muitos só tinham a formação de nível superior, conseguiram ganhar junto à administração superior o direito de mudarem de nível e regime de trabalho sem precisar de títulos, como o de mestre e doutor, nem de produção acadêmica; critério que rege o processo de crescimento profissional dentro da Instituição. No caso deles, foram avaliados só por tempo de serviço. Hoje, alguns já têm mestrado e doutorado.

Coordenação de Lutas- Conlutas. A ADCESP tem sido dirigida por pessoas ligadas a partidos de esquerda, tendo uma preponderância de membros do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados - PSTU e do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, em seus quadros da diretoria. No período em estudo, a ADCESP manteve-se sempre na oposição ao governo petista, manifestando-se através de greves e paralisações.

Os aportes teóricos que utilizamos para construir a análise da pesquisa, vêm do campo da teoria marxista, principalmente as categorias desenvolvidas pelo marxista sardo Antonio Gramsci, com os conceitos de Estado ampliado, sociedade civil, hegemonia e intelectual orgânico e tradicional. Também trabalhamos com os autores que discutem a relação da história e memória, para analisarmos os depoimentos dos entrevistados na pesquisa.

Consideramos importante explicarmos a concepção de Estado Ampliado de Gramsci, porque na historiografia brasileira é comum o uso da categoria Estado como sujeito, uma visão completamente diferente do que nos propomos abordar aqui.

Na historiografia brasileira, consagrou-se uma visão, herdada da matriz jusnaturalista, que apresenta o Estado como sujeito do processo histórico, dotado de grandes poderes e de iniciativa própria. Ora ele é visto como coisa gigantesca, como tarefa árdua a assumir; ora é visto como sujeito atuante, por excelência, do processo histórico brasileiro. Para Virgínia Fontes (2005), essa visão permeia a maioria das interpretações da história do Brasil e foi, segundo ela, amplamente divulgada por dois autores. O primeiro é Raymundo Faoro, que destaca como principal característica do Estado o estatismo mesclado, por uma confusão entre o público e o privado. Segundo ele, trata-se de uma herança do período colonial reforçada pelo predomínio do Estado sobre a vida social. O outro autor é José Murilo de Carvalho (2002) que propõe o termo “estadania” para definir a cidadania no Brasil. De acordo com ele, há uma excessiva valorização do Poder Executivo, o que favorece a construção de uma cultura orientada mais para o Estado do que para a representação.

Para Virgínia Fontes (2005), tais reflexões suscitam certa desconfiança constante em relação ao Estado, que passa a ser visto pela maioria como cooptador, coercitivo, reforçando a ideia da impotência da sociedade diante do poder central, incluindo-se aí as formas sociais de organização e representação políticas. Alerta a autora que essa visão pode acarretar uma série de erros de interpretação em relação ao Estado e pode favorecer à elite econômica com suas justificativas liberais que defendem uma modernização do Estado através de rearranjos de cunho empresarial para promover a sua modernização. Serve ainda para justificar a ocupação dos postos do governo por lideranças altamente qualificadas como necessárias a fim de alterar o funcionamento do Estado, tornando-o competitivo, ágil ou voltado para a dimensão pública:

Ao centralizar no Estado e em suas atribuições a explicação do processo histórico brasileiro, realiza-se um processo de “deslocamento” do Estado do restante da vida social, tornando objeto central e sujeito da ação histórica. Entidade com fim em si mesma, com lógica própria, tradição, costumes e problemas específicos, o Estado é percebido separadamente dos conflitos que atravessam a vida social, inclusive entre os grupos dominantes. (FONTES, 2005, p. 215).

O Estado, assim apresentado, é completamente contrário à visão de Estado Ampliado, de Gramsci (2012), já que este último é formado pela sociedade civil e pela sociedade política, como um equilíbrio entre instituições hegemônicas e coercitivas. Para Gramsci (2012), o Estado é formado pelo conjunto social e marcado por conflitos dos grupos que estão no interior do mesmo, dominando os seus órgãos de representação e decisão. A burguesia brasileira, ao propagar uma visão invertida de Estado, provoca apatia pelas questões estatais, favorecendo, assim, a hegemonia do seu grupo, uma vez que este está organizado, na sociedade civil, através das associações de classes, Organizações não Governamentais (ONGs), partidos políticos, que passam a fazer parte do Estado através dos cargos eletivos: “[...]. O que há de novo em Gramsci é a observação de que nem a hegemonia burguesa é automática, e sim obtida mediante ação e organização políticas conscientes” (HOBSBAWM, 2011, p. 294). Assim, esse grupo segue criticando o Estado, exigindo que o mesmo se modernize, o que significa adequar-se ao modelo neoliberal da política internacional.

Este modelo de Estado é marcado por constantes crises capitalistas que têm se agravado no início do século XXI, principalmente nos países desenvolvidos, mas os órgãos econômicos internacionais criados para gerir esse sistema e encontrar soluções para tais crises passaram a exigir dos Estados uma reformulação das formas produtivas, das classes sociais e do seu próprio papel. A reconstrução das relações sociais como um todo: “[...] No fundamental essa alteração implica em suprimir o antagonismo, seja no plano das lutas de classe na sociedade, seja nas lutas travadas na produção [...]” (DIAS, 2006, p. 199).

Antonio Gramsci (2010, 2012, 2014) dedicou grande parte de sua produção teórica para compreender o Estado e a sociedade capitalista, fornecendo elementos para a classe trabalhadora saber enfrentar o sistema e utilizando a teoria para fundamentar a prática na luta cotidiana pela sobrevivência. Ele definiu o Estado como:

[...] organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios

instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, [...]. (GRAMSCI, 2012, p. 42).

O autor apresenta o Estado como classista, mostrando como se dá a organização de forma prática e teórica de uma classe para dominar as outras. A tendência é a classe dominante apresentar o Estado como universal, responsável pelo bem de toda a coletividade, como uma das formas de assegurar o poder, mantendo o consenso e a legitimidade de quem está à frente do poder estatal. Por outro lado, há que se observar que o Estado em si é formado por interesses antagônicos e contraditórios, pois suas relações são marcadas por conflitos de classes e essa assertiva não pode desanimar aqueles que estão momentaneamente fora do poder e na luta por melhoria para os trabalhadores e para a população mais necessitada. Não podemos reduzir a sociedade política à pura vontade dos dominantes, pois assim se estaria negando a luta de classes e as contradições existentes no interior dessa instituição.

Nesse caso, cabe à classe trabalhadora também se organizar para combater a ideologia da classe dominante que cria hegemonia baseada na relação da força e consenso. Essa organização da classe deve ser auxiliada pelos intelectuais, pois eles têm a visão mais ampla e conhecimento teórico do mundo. Para Gramsci, todos somos intelectuais, embora nem todos assumam tal função. Para ele:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é 1) do consenso que nasce historicamente do prestígio [...], 2) do aparelho de coerção que assegura “legalmente” a disciplina dos que não “consentem” [...] (GRAMSCI, 2010, p. 21).

De acordo com Gramsci, os intelectuais têm função específica na estrutura social: podem contribuir para a sedimentação da ideologia da classe dominante, como podem trabalhar para combater tal ideologia. Cabe a eles decidirem para qual classe social vão contribuir, embora existam aqueles que se consideram independentes de qualquer classe e no fundo acabam contribuindo para divulgar as ideologias da classe dominante.

Burawoy, explicando sobre as atribuições do intelectual orgânico da classe trabalhadora em Gramsci, apontou duas:

[...] de um lado, combater as ideologias e mitologias da classe dominante a fim de revelar o caráter arbitrário daquelas ideias; de outro, elaborar o bom senso a partir do senso comum da classe trabalhadora a fim de transformar esse bom senso em um conhecimento teórico do mundo [...]. (Burawoy, 2010, p. 60).

O intelectual orgânico é alguém vinculado a uma determinada classe social, que tanto pode ser a classe dominante, como pode ser a classe trabalhadora. Significa que ele representa um projeto de classe e se organiza para difundi-lo: faz fração de classe. Se optar por servir à segunda, ajudará no processo de desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores, mas o trabalho será feito através de uma relação dialógica entre o partido e a classe, pois, para Gramsci, o Partido Político seria um intelectual coletivo que prepararia a classe trabalhadora para enfrentar seus problemas sociais e econômicos. Este intelectual, para fazer o seu trabalho de forma eficaz, precisaria se envolver de forma íntima com a classe que pretende ajudar, portanto, não age de forma isolada: age a partir do Partido Político.

Na universidade, os intelectuais também se organizam, a fim de buscar o consenso para suas demandas. Com isso, buscam o apoio da comunidade universitária e da sociedade civil, utilizando para isso a estratégia da greve na qual são apresentadas as mazelas da instituição e da situação trabalhista dos docentes. Na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), esses intelectuais além dos partidos políticos aos quais estão vinculados, se organizam também através da Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Piauí (ADCESP). Como o nosso intelectual é urbano, vale lembrar que, para Gramsci (2010), o mesmo é bastante estandardizado e se identifica com o Estado maior industrial. Ele também não exerce função política sobre as massas instrumentais, daí a necessidade de esse intelectual se organizar através do partido político:

[...] O partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política. Aliás, pode-se dizer que, no seu âmbito, o partido político desempenha sua função muito mais completa e organicamente do que, num âmbito mais vasto, o Estado desempenha a sua [...] (GRAMSCI, 2010, p. 24).

É importante compreendermos o papel dos intelectuais porque, no partido político, são eles que vão fundamentar e justificar a prática política do governante. Todas as gestões presidenciais que iremos tratar ao longo deste trabalho se valeram desses profissionais para elaborar políticas e ajudar no processo de convencimento das massas, com o objetivo de construir o consenso em torno das decisões do executivo federal. Em nossa investigação, os intelectuais da UESPI são os principais sujeitos em análise. Procuramos explicar como estes

se envolvem com a greve dos docentes, como encaminham suas demandas de melhorias para a universidade e como se relacionam entre si e com o Estado restrito.

No início de nossa pesquisa, pensávamos em analisar a relação da administração estadual petista no Estado do Piauí com os movimentos sindicais da educação no período de 2003 a 2010, comparando a relação mantida com o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica Pública do Estado do Piauí (SINTE-PI) e com Associação dos Docentes da UESPI-ADCESP. Após iniciarmos a orientação e avaliarmos as fontes coletadas, a pesquisa foi ganhando novo rumo. Assim, passamos a priorizar a relação da ADCESP com a administração superior da UESPI e com a do Estado, em períodos de greve dos docentes, por isso, ampliamos o recorte temporal até 2012. Definimos como objetivo geral: analisar a relação política da ADCESP com o Estado e com a administração superior da UESPI, no período de 2003 a 2012, expondo as tensões e conflitos nas lutas reivindicatórias pela manutenção e ampliação de direitos.

A mudança encontra justificativa no grande número de fontes coletadas junto à administração superior da UESPI e da Associação dos Docentes da UESPI-ADCESP, possibilitando um trabalho mais específico sobre o tema. Também, na ADCESP, encontramos um volume muito grande de fontes, embora boa parte da documentação tenha sido destruída por cupins, faltando algumas atas de assembleias docentes. Mesmo assim, as fontes se apresentaram volumosas para os objetivos propostos.

Nesta tese, analisamos quais fatores foram determinantes para compor a relação estabelecida entre as lideranças sindicais da ADCESP, a administração superior da UESPI e os representantes do governo, em período de embates políticos, marcado pelas greves dos docentes da UESPI. Abordamos, ainda, como reitoria e Estado trataram as solicitações da categoria em greve. A análise foi feita através de documentos colhidos junto aos arquivos da ADCESP, aos arquivos da administração superior da UESPI, arquivos públicos e fontes produzidas por nós, após aplicação de questionário aos docentes e coleta de entrevistas de reitores e presidentes da ADCESP, ao longo do período em estudo.

A investigação abarca as administrações petistas na esfera federal e na estadual, uma vez que o PT esteve à frente do governo do Estado do Piauí em duas gestões consecutivas – 2002 a 2010 – com governador Wellington Dias⁴. O segundo mandato foi concluído pelo seu vice: Wilson Martins, do Partido Socialista Brasileiro- PSB.

⁴ José Wellington Barroso de Araújo Dias – bancário, funcionário do Banco do Nordeste do Brasil, do Banco do Estado do Piauí e da Caixa Econômica Federal – foi presidente da Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal no período de 1986 a 1989. Depois presidiu o sindicato dos bancários do Piauí no período de 1989 a

Para alcançar os objetivos proposto na pesquisa, definimos alguns procedimentos metodológicos. Iniciamos com a revisão da bibliografia sobre sindicalismo no Brasil, especialmente o sindicalismo docente. Analisamos ainda autores que discutiram a conjuntura político econômica no Brasil durante os governos de Collor a Lula da Silva e estudo do pensamento do marxista Antonio Gramsci para embasar a análise das fontes. Estudamos também autores que discutem a relação entre História e memória, para fundamentarmos as análises dos depoimentos orais.

O percurso da coleta das fontes foi facilitado graças à condição da pesquisadora, pois, desde 2004, pertencemos aos quadros da instituição. No primeiro momento, como professora do quadro provisório e, em 2006, como professora do quadro permanente, após aprovação em concurso público. Nessa trajetória, participamos, tanto dos Conselhos Superiores da instituição como representante docente, como também da diretoria da ADCESP na gestão de 2010-2011. Acreditamos que o fato de conhecermos reitores e presidentes da associação docente facilitou o livre acesso a toda documentação solicitada para o desenvolvimento da tese.

Na ADCESP, colhemos atas de assembleias, ofícios expedidos e recebidos, jornais produzidos pela associação e jornais da mídia local (clipping elaborado pela diretoria da associação). Priorizamos na análise das referidas fontes, a construção do contexto das greves, posicionamento dos sujeitos, pautas de greves e os conflitos entre os sujeitos.

No trabalho de tese, utilizamos ainda os relatórios produzidos pela administração superior da UESPI, Pró-reitorias de Planejamento e de Administração; Secretaria Estadual de Administração- SEAD. Os dados foram utilizados no confronto com as outras fontes para fornecer um melhor entendimento da realidade profissional da UESPI e da capacidade de atuação da ADCESP. Nos arquivos da administração superior da UESPI, colhemos ofícios expedidos e recebidos pela reitoria, que trataram das questões relacionadas às greves docentes; relatórios financeiros e da situação dos funcionários; relatórios de ações da

1992 e filiou-se ao PT em 1985 [no qual fez parte da corrente interna Articulação]. Ele foi construindo seu nome no partido a partir da sua trajetória sindical. Sua trajetória política é marcada por várias vitórias eleitorais. Em 1992, foi eleito vereador da cidade de Teresina; em 1994, deputado estadual; presidiu o Diretório Regional do PT de 1995 a 1997; em 1998, foi eleito como o primeiro deputado federal do PT do Piauí; em 2002, numa disputada eleição, conquistou a cadeira de Governador do Estado do Piauí, sendo reeleito em 2006 ainda no primeiro turno; em 2010, depois de uma campanha frustrada para lançar um sucessor petista e ao mesmo tempo realizar um sonho pessoal, frustrou as esperanças de alguns militantes quando decidiu pela segunda opção e renunciou ao cargo de governador para se candidatar ao Senado Federal, para o qual foi eleito; em 2012, licenciou-se do Senado para concorrer ao cargo de prefeito de Teresina [e realizar o grande sonho do PT do Piauí, que era tomar a prefeitura das mãos do PSDB], mas foi derrotado; em 2014, voltou ao governo do Estado para cumprir o seu terceiro mandato como governador do Piauí, sendo eleito ainda no primeiro turno (cf. PIAUÍ, 2015).

instituição do período 2003-2012. Os referidos documentos foram utilizados, a fim de buscar informações que possibilitassem construir um quadro conjuntural da situação da instituição e das ações da reitoria. Avaliamos também, os principais temas tratados nos ofícios entre os sujeitos envolvidos: reitoria, Estado e associação docente. Na Divisão de Assistência e Obrigações Sociais (DAOS) da UESPI, analisamos prontuários dos professores para construir a trajetória dos mesmos dentro da instituição. Os perfis e os depoimentos colhidos foram utilizados no capítulo 4 da tese, na análise da participação dos sujeitos durante o movimento grevista, para esclarecer os discursos e a posição de cada um diante do conflito.

No fichamento das atas, destacamos as pautas e o desenrolar das mesmas, ao mesmo tempo em que procuramos identificar os discursos a respeito da UESPI e da situação dos docentes. Procuramos ainda, identificar a postura dos segmentos envolvidos: professores sócios, diretoria da ADCESP e membros da administração superior diante do movimento grevista. O manuseio das atas sempre exige muito cuidado, sendo um trabalho cauteloso. Na documentação, percebemos que faltavam atas de assembleias importantes e outras estavam incompletas, o que dificultou o entendimento de assuntos polêmicos. Por isso, além das atas, utilizamos também os jornais locais de abrangência estadual: *Diário do Povo e O Dia*. Nos jornais, buscamos informações que ajudassem a construir o contexto das greves, identificando as ações dos grevistas e movimentos de pressão com objetivo de forçar a negociação. Procuramos ainda, os discursos das partes envolvidas: representantes do Estado, reitoria da UESPI e presidentes do sindicato dos docentes. As fontes jornalísticas foram usadas junto com as atas no capítulo três para esclarecer o contexto das greves.

Outro instrumental utilizado na pesquisa foi um questionário de pesquisa de opinião com perguntas abertas e fechadas. Foram aplicados 74 questionários com os professores efetivos da UESPI, filiados ou não à ADCESP. De posse dos dados, tabulamos as respostas para, a partir daí, analisar o envolvimento dos docentes nas atividades promovidas pela associação, principalmente greves e atividades culturais, e analisar a visão que eles têm do sindicato na condução das greves docentes.

Na investigação com os reitores e presidentes da ADCESP utilizamos a metodologia da História Oral, na coleta e transcrição dos depoimentos. Utilizamos a História Oral temática com um questionário composto de 22 questões. Na seleção dos sujeitos da investigação, incluímos também a professora Lucineide Medeiros, que conduziu o Movimento S.O.S UESPI, totalizando 9 pessoas. Esses depoimentos foram utilizados no capítulo quatro para explicar a relação entre os sujeitos envolvidos no movimento grevista e

a memória construída por eles a respeito da experiência de greve. Os depoimentos apontaram, ainda, como cada sujeito se caracterizou individualmente e coletivamente através da associação.

Optamos por iniciar as entrevistas com os professores com quem tínhamos mais proximidade, a fim de avaliarmos o desenvolvimento dos depoimentos e nos aperfeiçoarmos na técnica de coleta dos dados. Assim, deixamos para colher os depoimentos com os professores com quem não tínhamos convivência somente quando já tínhamos colhido com aqueles com quem tínhamos proximidade, a fim de adquirir segurança para a condução das questões. A estratégia foi boa, pois, tanto nós, quanto os entrevistados, puderam falar abertamente sobre suas impressões dos fatos, construindo a memória individual e coletiva do ocorrido e vivido por cada um.

Assim, durante todo o mês de maio de 2016, colhemos depoimentos dos professores selecionados. Importante destacar esse ponto: a escolha dos entrevistados. Não tivemos influência de ninguém na escolha dos sujeitos. Optamos por entrevistar presidentes da ADCESP, reitor e ex-reitores. Acrescentamos o depoimento de Lucineide Medeiros pelo fato de que esta teve uma participação destacada nas atividades do sindicato a partir de 2009, sendo inclusive candidata à reitora nas eleições de 2013.

Estruturamos a tese em quatro capítulos. No primeiro, fizemos uma análise sociopolítica e econômica dos governos de Collor a Lula, apresentando o contexto de transformação no mundo do trabalho e as interferências dessas políticas na vida dos trabalhadores. O objetivo foi o de apresentar a conjuntura na qual o governo do PT assumiu o executivo nacional, as expectativas da classe trabalhadora em relação ao governo e como este respondeu a os anseios e como se relacionou com a classe trabalhadora.

No segundo capítulo, fizemos uma discussão sobre o movimento sindical nas décadas de 1980 a 2000, apresentando as transformações que foram sendo operadas no movimento sindical, desde a organização, formas de lutas e conquistas. No mesmo, também fizemos uma discussão teórica sobre o movimento sindical docente e as greves conduzidas pela categoria, com as formas de lutas e desafios enfrentados pelos sindicatos, quando decidem pela estratégia da greve. Apresentamos, ainda, uma revisão da literatura que abordou o movimento sindical docente para, a partir daí, apresentar os resultados de nossa pesquisa.

No terceiro capítulo da tese, apresentamos as cinco greves dos docentes da UESPI conduzidas pela ADCESP, destacando as pautas de reivindicação, relação com o Estado e reitoria, relação com os sócios e conquistas adquiridas. Utilizamos os resultados dos

questionários aplicados aos docentes para explicar a visão que têm da ADCESP na condução das greves ao mesmo tempo em que analisamos o envolvimento dos docentes durante os momentos de reivindicação e luta através da greve.

O capítulo quatro foi construído a partir da análise das entrevistas de reitores e presidentes da ADCESP. Utilizamos como aportes teóricos as categorias desenvolvidas por Gramsci e a teoria sobre memória. Dessa forma, analisamos a memória construída pelos sujeitos a respeito da relação estabelecida, entre eles durante as greves e explicamos a avaliação que os sujeitos fizeram do crescimento da instituição a partir das melhorias estruturais e qualitativas ao longo dos anos em estudo. Nossa intenção foi, também, entender qual a memória construída pelos sujeitos sobre os momentos de embate e como veem a universidade e a luta docente.

Por fim, esperamos que este trabalho possa responder algumas questões sobre o sindicalismo docente no Piauí. Apresentamos um panorama da luta docente na UESPI, acreditando que esta possa contribuir para o entendimento de outras lutas sindicais no Piauí e Brasil. No caso da Associação dos Docentes da UESPI, a relação com o Estado foi marcada por conflitos e dificuldades de negociação, ocasionados talvez pela postura política da ADCESP de oposição ao Estado e às políticas dos governos petista e psebista de reforma do Estado, visando diminuir direitos dos trabalhadores. O trabalho aponta ainda algumas melhorias pelas quais a UESPI passou, a partir das gestões de reitores(as) que se preocuparam com a regularização da instituição e da luta dos docentes através das greves. Esperamos corresponder às expectativas daqueles docentes que, ao responderem o questionário ou cederem o seu depoimento, afirmaram estar ansiosos para ler o trabalho. Muitas questões se abrem com a nossa pesquisa, possibilitando o aparecimento de outros trabalhos que possam contribuir para entendermos melhor a luta da classe trabalhadora. Enfim, o trabalho continua.

2 A ADOÇÃO DO NEOLIBERALISMO E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESTADO BRASILEIRO (1990-2012)

O presente capítulo trata das transformações operadas no Estado brasileiro a partir da eleição de Collor de Mello, quando este preparou o terreno para a adoção da política neoliberal. Pretendemos analisar os principais efeitos dessas políticas para a classe trabalhadora. Neste contexto, cabe entender como a classe dominante se comportou para manter sua hegemonia diante das mudanças que foram sendo operadas no interior do estado marcado por uma relação de disputa de poder, de projetos.

Sônia Mendonça tem dedicado seus estudos para explicar como se dá a organização, a preparação intelectual da classe agrária brasileira para dominar as agências do Estado com vista a construir hegemonia em torno de seus projetos. Nestes estudos, a autora tem apresentado como se dão os conflitos internos e intensos nas disputas pela hegemonia entre as próprias frações das classes dominantes. Ela nos esclarece o que seria o Estado Ampliado de Gramsci:

Para melhor compreender o Estado enquanto uma relação é necessário operar com uma visão triádica existindo para Gramsci, três níveis de percepção da sociedade e do Estado: a) infraestrutura - que tal como para Marx consiste no espaço das relações de produção e de trabalho, na economia simplificada falando; b) a sociedade civil - conjunto dos indivíduos organizados nos chamados aparelhos privados de hegemonia e cerne da ação/pressão política consciente, dirigida a obter certos objetivos e, finalmente, c) a sociedade política - ou “Estado em sentido restrito”, identificado ao que mais comumente designamos como Estado, isto é, o conjunto de aparelhos e agências do poder público propriamente dito. O peculiar da visão de Estado Ampliado de Gramsci é que ele, enquanto relação social engloba tanto a sociedade civil quanto a sociedade política, numa interação permanente. (MENDONÇA, 1998, p. 17).

De acordo com a visão liberal, o Estado é a instância de resolução dos conflitos sociais. Apresenta-se como neutro e, ao mesmo tempo, sujeito do processo histórico. Nega a luta de classes e explica a sociedade civil como apartada do Estado. Virgínia Fontes (2010, p. 134) alerta que:

A luta de classes atravessa, para Gramsci, todo o conjunto da vida social e, difundida pelos aparelhos privados de hegemonia no âmbito da sociedade civil, encontra no Estado um ponto de aparente resolução, ainda que gerador de novas tensões. Não há, pois, oposição entre sociedade civil e Estado, em Gramsci. Este seria o erro teórico liberal. (FONTES, 2010, p. 134).

A classe burguesa se organiza através dos órgãos da sociedade civil e da sociedade política com o objetivo de dominar as instâncias de decisão no interior do Estado para construir hegemonia para seus projetos. Marcelo Badaró Mattos (2009a) também explica essa organização da classe dominante. Segundo ele, as classes dominantes buscam todos os meios para fazer com que o Estado continue a representar seus interesses. As estratégias vão desde o monopólio das agências do Estado restrito, até a organização nos espaços da sociedade civil, como sindicatos, ONGs, fundações etc., fortalecendo seus laços e suas propostas de reforma. Estas são tão bem elaboradas e aparecem para a sociedade como do interesse de todos, como se fossem consensuais. Para compreendermos a relação entre as classes e o Estado, faz-se necessário adentrarmos no conceito de hegemonia de Gramsci:

O exercício “normal” da hegemonia, [...], caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados [...]. (GRAMSCI, 2012, p. 96).

Os conceitos desenvolvidos por Gramsci nos ajudaram a explicar as transformações no Estado brasileiro. A análise foi direcionada a partir das obras de cientistas sociais, economistas e historiadores que trataram da relação entre Estado restrito e sociedade civil durante as administrações do Partido dos Trabalhadores à frente do executivo nacional. Entretanto, fizemos um recuo ao início da década de 1990, analisando os governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC), a fim de explicar como se deu o processo de transformação do Estado brasileiro e a relação desses governos com os órgãos financeiros internacionais para a implantação da política neoliberal no Brasil. Além disso, verificamos a consequência da mesma para a classe trabalhadora.

Neste capítulo, tratamos dos governos de Fernando Collor de Mello a Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Na análise, priorizamos a forma como os mesmos conduziram a política econômica e a relação com as organizações da sociedade civil; as reformas do Estado e, principalmente, como conduziram a relação com os trabalhadores organizados em sindicatos e protestando através da estratégia da greve.

Analisamos as políticas socioeconômicas dos governos citados, objetivando explicar como o Estado foi sendo transformado em alguns setores com as políticas de redução e supressão dos direitos sociais, a partir das reformas da previdência, reforma sindical e abertura econômica para implantação da política neoliberal.

2.1 Fernando Collor de Mello; Itamar Franco: a preparação do terreno para o neoliberalismo no Brasil

Fernando Affonso Collor de Mello chegou à presidência da República após uma disputa acirrada no segundo turno na eleição de 1989 com o candidato do PT - o então sindicalista Lula - e assumiu o governo com um projeto de modernização da economia e combate à inflação. Suas primeiras decisões causaram medo e descontentamento entre os setores que o elegeram. “[...]. As medidas propostas provocaram, de imediato, violento impacto social, com sequestro e congelamento dos ativos financeiros, além de radical aperto monetário [...]” (MENDONÇA; FONTES, 2006, p. 84). As medidas fortaleciam o ideário liberal em expansão crescente na economia mundial e acentuavam um processo de inserção internacional da economia brasileira.

Reinaldo Gonçalves (1994) desenvolve uma crítica contundente às ideias liberais e ao que ele denomina sabedoria convencional sobre essa inserção do Brasil. Para ele, o Brasil tinha uma das economias mais internacionais do mundo, com alto grau de vulnerabilidade externa. A fim de sustentar seu argumento, o autor apresentou dados empíricos para mostrar o grau de internacionalização da economia a partir de indicadores nas áreas produtivo-real, financeira e comercial, comparando o Brasil com outros países de economia aberta e de porte continental como os Estados Unidos da América. Em relação à abertura comercial, Gonçalves afirma que o Brasil, como todos aqueles países de porte continental, tendia a apresentar graus de abertura relativamente baixos, com coeficiente de abertura comercial em torno de 10%, mas que isso era normal para os países com tal característica. Neste quesito, o Brasil sempre superou a economia norte-americana.

Referindo-se ao indicador nas áreas produtivo-real, Gonçalves (1994, p. 156) apresentou a grande participação das empresas transnacionais na economia brasileira: “[...] As empresas transnacionais participam em 32% da produção e 23% do emprego [...]”. Isto ocorreu, segundo ele, porque a economia brasileira era bastante favorável ao investimento estrangeiro, além de ter uma legislação relativamente liberal.

A vulnerabilidade externa da economia brasileira, seguida de um governo personalista como o de Collor de Mello, segundo o autor, “reduzem a zero a capacidade de formulação e execução da política externa” (GONÇALVES, 1994, p. 128). Para o autor, a administração Collor de Mello, ao se alinhar ao ideário político- ideológico e aos interesses econômicos

norte-americanos, contribuiu para uma perda substantiva do grau de autonomia na política externa brasileira, fragilizando a economia interna e dificultando a saída da crise.

Ricardo Antunes (2005), que analisou a forma política de Collor agir, caracterizou-o como um verdadeiro bonapartista, identificando a sua forma de administrar como semelhante ao bonapartismo francês. E destaca algumas características desse modelo encontradas em Collor:

A primeira dimensão intrínseca ao bonapartismo remete-nos ao fato de que nos projetos bonapartistas os interesses gerais da ordem são sempre prevaletentes, mesmo quando, em alguns aspectos contingenciais, os setores dominantes são atingidos. [...] Uma segunda dimensão advém do fato de que a *persona* do Bonaparte carece de uma massa de manobra que permita calibrar a sua autonomia relativa ante aos interesses dominantes. [...]. Mas o bonapartismo não para por aí. Tende a uma constante regressão do poder parlamentar. [...]. Não se pode deixar de considerar, nesta aproximação entre Collor e o bonapartismo, a sua dimensão “aventureira” [...]. (ANTUNES, 2005, p. 8-9).

De acordo com Antunes (2005), Collor, ao apresentar o Plano Collor I, buscando uma modernização do capital, atingiu alguns setores nacionais conservadores e, de início, desagradou a uma parcela das classes econômicas dominantes nacionais. Para manter-se livre, com certa autonomia para administrar, Collor se afastou das classes políticas e econômicas e se aproximou das massas, legitimando o seu poder e sua popularidade. Segundo o autor, o presidente desprezou o Parlamento ao instaurar o uso de medidas provisórias para dar encaminhamento aos seus projetos. Além disso, fez uso também do veto presidencial, mostrando o seu jeito independente de governar: sem constituição, nem parlamento para controlá-lo.

Os objetivos de Collor na gestão do Estado, segundo especialistas, era modernizar o capitalismo brasileiro. Para isso, ele seguiu as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e, ao executá-las, enfraqueceu o Estado, com privatizações e diminuição de suas atribuições, abrindo espaço para atuação do capital internacional. Antunes (2005) analisa o Plano Collor marcado por características neoliberais, pois adotou as determinações do Fundo Monetário Internacional-FMI. Ao apresentar Collor com características bonapartistas e agindo independente das classes, reforçou a ideia de um Estado sujeito, tendo à frente um governante acima das classes sociais. Embora o autor seja marxista, não utilizou em sua análise a concepção de Estado Ampliado de Gramsci: estado marcado por relação e disputa de projetos entre as classes sociais.

Danilo Martuscelli (2012), ao analisar a crise política brasileira de 1992, que resultou na deposição do presidente Collor de Mello, afirma que esta não teve a mesma repercussão na

produção histórico-sociológica que as crises de 1930, 1954 e 1964. Segundo ele, o ocorrido se deve ao fato de que o *impeachment* sofrido por Collor não resultou no fim da política neoliberal que vinha sendo implementada no Brasil, nem prejudicou o regime democrático conquistado na década de 1980. Neste sentido, o autor se propôs a analisar a crise do governo Collor à luz da implantação da política neoliberal no Brasil. Para tanto, destacou dois pontos fundamentais para se entender o processo: (a) o Governo Collor, ao promover o avanço da política neoliberal no âmbito do aparelho estatal, não conseguiu se desvencilhar de práticas políticas legadas do modelo desenvolvimentista, implantando sem sucesso a política de congelamento de preços e salários; e (b) a adesão das classes dominantes à política neoliberal ocorreu de forma difusa permeada por resistências:

A existência de um quadro hiperinflacionário e de recessão econômica somada às resistências seletivas das classes dominantes à política neoliberal produziram efeitos significativos sobre a política nacional, engendrando uma situação de instabilidade hegemônica. Em tal situação, a hegemonia política passa a ser exercida sob a forma de condomínio entre diferentes frações burguesas e a constituição de um bloco no poder neoliberal torna-se algo improvável de se concretizar. Nesse sentido, é possível afirmar que o processo de implementação da política neoliberal ocorreu numa conjuntura de instabilidade hegemônica, o que resultou, de maneira imediata, na crise do governo Collor [...] (MARTUSCELLI, 2012, p. 21).

Desprendemos da análise de Martuscelli (2012), que o presidente Collor não tinha um grupo político forte para sustentá-lo no poder e que o mesmo agia sozinho em relação à política socioeconômica, à medida que não priorizou nenhum projeto das classes dominantes nacionais, afirmou que as mesmas não conseguiram se unir em torno de suas demandas - situação apontada pelo autor como de instabilidade hegemônica. Análise semelhante à de Antunes, ao apontar a liberdade de Collor para agir sozinho, acima dos interesses de classes. Entretanto devemos reforçar que a agenda da reforma do Estado estava definida desde o Consenso de Washington, Collor só deu encaminhamentos no sentido de implementá-la. Sendo assim, Collor deu encaminhamento aos Planos Collor I e II, assentados na política de privatizações das empresas estatais, congelamento de preços e salários e desindexação da economia, favorecendo à política de abertura comercial. As resistências das classes dominantes nacionais em relação à política neoliberal eram pontuais. No geral, aprovavam as medidas que conduziam ao “Estado mínimo”, mas eram reticentes “em torno de questões tais como a ampliação ou redução do ritmo de aplicação das medidas neoliberais e os “excessos” de intervencionismo estatal, legados do desenvolvimentismo em crise.” (MARTUSCELLI, 2012, p. 33-34). Para Martuscelli, o conjunto dos fatores contribuiu para promover o isolamento político do Governo Collor.

Destacou ainda, que o *impeachment* de Collor foi resultante dos efeitos produzidos pela implementação da política econômica do seu governo, pois a mesma atingiu todas as classes sociais, prejudicando principalmente a classe média - formada, em sua maioria, pelo funcionalismo público -, que se viu acuada pela perda dos seus direitos sociais, redução de salários e postos de emprego e que reagia, muitas vezes, através das estratégias de greve. O presidente, por sua vez, seguia fazendo cortes drásticos em setores estratégicos no campo social, como nos setores de educação e saúde, “que sofreram a redução de 49% e 30% de suas receitas ao longo de dois anos (1990 e 1991), respectivamente” (MARTUSCELLI, 2012, p. 32).

Com a implantação de medidas intervencionistas, e com os ajustes das medidas neoliberais o governo Collor, provocou conflitos com o setor dos industriais que lutavam para preservar seus interesses corporativos. Enfim, as medidas neoliberais, à medida que avançavam, desagradavam os setores burgueses, que não conseguiam vantagens econômicas imediatas. Todas essas medidas, segundo o autor, teriam contribuído também para o isolamento político de Collor, que agia de forma independente com sua equipe econômica.

Mesmo com o jeito independente de agir, Martuscelli (2012) não concorda com Antunes (2005), que analisa a ação de Collor como a de um típico bonapartista, porque centralizou as decisões político-econômicas no executivo e governou utilizando a estratégia das medidas provisórias e o veto presidencial. Martuscelli afirma que o uso dessas medidas por Collor foi aquém dos seus sucessores e que sua prática governamental se aproximou mais da tendência ao autoritarismo civil sob a égide do neoliberalismo. Por outro lado, para ele, a tendência de “centralização do poder na esfera do executivo e de concentração de poderes na área econômica [...] parece ser, aliás, uma tendência dos governos neoliberais” (MARTUSCELLI, 2012, p. 38). Assim, Collor agiu seguindo a tendência dos governantes neoliberais. O certo é que a sua forma de governar o isolou politicamente e, com as acusações de envolvimento com práticas corruptas, não havia nenhum grupo político para lhe dar sustentação, tornando assim, o *impeachment* inevitável - fato que pode ser analisado como crise de hegemonia.

Sobre a reação das diversas classes sociais à política neoliberal implementada pelo Governo Collor de Mello, é possível perceber a ação guiada pelos interesses corporativos das classes. Com relação aos industriais, a medida econômica que os prejudicou foi a abertura comercial, mas, para Martuscelli (2012), a burguesia brasileira se construiu como dependente do capital imperialista, portanto, com fragilidade política e ideológica em relação ao capital imperialista, agindo de forma contraditória e corporativa e não conseguiu apresentar uma

proposta alternativa ao neoliberalismo. Entretanto, o que percebemos pelas análises é que CNI e FIESP apoiaram as políticas neoliberais.

Quanto às classes médias e ao operariado brasileiro, este foi prejudicado pelo surgimento da Força Sindical,⁵ que passou a ser um dos principais divulgadores da política neoliberal no seio da classe trabalhadora, contribuindo para desarticular e descaracterizar o sindicalismo combativo liderado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Além disso, participava da privatização das estatais e da desregulação do mercado de trabalho, fazendo acordos que prejudicavam os trabalhadores, como a defesa da livre negociação entre capital e trabalho (ROSSI; GERAB, 2009; TRÓPIA, 2009).

Martuscelli (2012) conseguiu mostrar um quadro conjuntural que explica o comportamento da burguesia brasileira, acostumada a comandar a política econômica do Estado e dependente deste e do capital imperialista, já que a industrialização brasileira foi financiada também por este capital. Neste caso, a burguesia apoiava as medidas que objetivavam diminuir os encargos sociais do Estado, mas, no que se refere às medidas liberalizantes da política externa, esta se via ameaçada pela competição externa, superior industrialmente. Quanto à classe trabalhadora, também foi prejudicada pelo surgimento da Força Sindical ao contribuir para amortecer e enfraquecer a luta dos trabalhadores pela ampliação dos direitos sociais. Na análise do autor, também fica claro o pouco caso que o presidente Collor de Mello fez dos partidos políticos, tentando governar independente deles. Quando ele tentou distribuir ministérios e cargos em busca de apoio, já era muito tarde e a sua queda já estava anunciada. Embora Martuscelli questione a caracterização de Collor por Ricardo Antunes, também não avança para uma visão mais ampla da relação entre as classes sociais e o estado. Desprendemos de sua análise a apresentação do estado como sujeito do processo histórico e as classes sociais amorfas ao processo em curso, consolidado na implantação da política neoliberal. Também não podemos esquecer que a classe dos industriais deu apoio à eleição de Collor. Se no momento de crise mantinha-se afastada do presidente, provavelmente, já tinham outros interesses em mente, pois se trata de uma das classes mais organizadas politicamente, inclusive através das instituições da sociedade civil. Conseguindo sempre implementar seus projetos através da estrutura do estado restrito.

⁵ Central fundada em março de 2004, disputando espaço político com a CUT e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), e opondo-se às suas práticas. A Força Sindical surgiu apoiada pelos empresários e pelo Governo Collor para defender, no plano político, a adoção da política neoliberal, pautada em um sindicalismo de resultados que buscava defender o posto de trabalho a qualquer custo, sintetizado na frase: “o que interessa é dinheiro no bolso do trabalhador”. A referida organização contribuiu tanto com o governo de Collor como com o de FHC na implementação das reformas que prejudicaram os trabalhadores. Em uma frase curta, a Força Sindical pode ser caracterizada como o braço direito do sindicalismo brasileiro (ROSSI; GERAB, 2009; TRÓPIA, 2009).

Outro autor que merece destaque na análise sobre Collor de Mello, é o cientista social, Francisco de Oliveira com o seu texto “A herança do marajá superkitsch” no qual, o autor apresenta Collor de Mello a partir de algumas de suas características (o excesso, o exagero, o despreparo político) e o descreve como a decomposição do homem público. Para Oliveira, o presidente venceu a eleição propagando a falência do Estado e decretando a guerra de classes. No primeiro turno da eleição, questionou os serviços oferecidos pelo Estado, apresentando a ineficiência do mesmo através de um projeto demagogo e messiânico para se apresentar como o grande salvador da Pátria, como aquele que iria consertar o estado. Mas, no segundo turno, tendo Lula como adversário, e apoiado pela grande burguesia, mudou o projeto para neoliberal.

Para o autor, Collor só piorou a crise brasileira e em nada inovou:

[...]. Todos os programas que levam, arrogantemente, o selo de “era Collor”, já estavam lançados desde Sarney e até mesmo antes. A abertura comercial, a privatização de estatais, a desregulamentação, a negociação da dívida externa, são itens que estão na agenda brasileira há muito, e estão sendo implementados gradualmente [...] (OLIVEIRA, 2016, p.12).

Então, Collor não trazia novidades e seguiu implantando o projeto da burguesia brasileira que o apoiou no segundo turno. Dentre os objetivos do grupo, estava acabar com o poder sindical, potencializado nas novas centrais e concentrado, sobretudo na CUT. O resultado foi o apoio do presidente na criação da Força Sindical, fato já destacado por outros autores na tese. Para o autor, a burguesia brasileira não estava acostumada com esse tipo de poder dos sindicatos, queria um sindicalismo nos moldes do populismo, um sindicalismo de resultados. A consequência foi o aumento de demissões e relações trabalhistas fragilizadas. Segundo Oliveira, a grande herança de Collor foi ser presidente de um país falido, pois ele não conseguiu modernizar o Estado como havia propagado.

Paulo Vinentini (2003), analisando a política externa dos governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Augusto Cautiero Franco e Fernando Henrique Cardoso, caracterizou o período destes governos como o do reinado do neoliberalismo: marcado pelo abandono da noção de projeto nacional, pela adoção subordinada às determinações do FMI e pela destruição dos bens públicos, com as privatizações das estatais. No entanto, a bibliografia do período aponta para justamente o oposto, como um período marcado pela redefinição e afirmação de um novo projeto nacional: o da internacionalização da economia sob a égide do capital financeiro. Uma das grandes tarefas de Fernando Collor na presidência da República era combater a inflação, porém as medidas adotadas pela equipe econômica do presidente não

conseguiram tirar o Brasil da crise econômica, seguida por uma crise política justificada pelo envolvimento do presidente com esquema de corrupção.

Com a perda do mandato, após sofrer um processo de *impeachment* devido a envolvimento em um grande esquema de corrupção, Collor foi substituído por seu vice, Itamar Franco, que governou (1992-1994), de certa forma, dando continuidade à política econômica iniciada por Collor de Mello, mas com algumas cautelas, principalmente no campo das privatizações das estatais.

Segundo Vizentini (2003), a trajetória política de Itamar Augusto Cautiero Franco, identificada com o nacionalismo, foi um complicador para ele assumir a presidência, entretanto, “segmentos das Forças Armadas preocupados com a alienação do patrimônio e da soberania nacionais, garantiram sua posse” (VIZENTINI, 2003, p. 84). O autor destaca que, ao assumir a presidência, Itamar Franco tinha como grande tarefa revalorizar a presença do Brasil no cenário mundial, buscando a integração do País com o sistema internacional através de foros multilaterais e da integração regional. O Brasil passou a participar de forma ativa nos órgãos internacionais; por dois anos, fez parte do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), selou parcerias com países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e comunidades dos países de língua portuguesa. No seu governo, o Mercosul ganhou uma posição estratégica, resultando em um aumento do comércio e das relações com os países vizinhos. O autor analisa de forma positiva a atuação do Brasil na economia externa nesse período, mostrando um governo organizado e com objetivos e metas a cumprir com o intuito de organizar a casa e ganhar confiança da comunidade internacional após os escândalos do *impeachment* de Collor:

[...] Entre as prioridades brasileiras, estavam a defesa do sistema multilateral nos planos econômicos e político, a consolidação de sua atuação junto a órgãos internacionais, como as Nações Unidas, OMC [Organização Mundial do Comércio], e blocos regionais, e a afirmação do sistema multilateral de comércio e da integração regional. Com isso, visava combater o protecionismo dos países ricos e lutar para que o país tivesse acesso às tecnologias de ponta. (VIZENTINI, 2003, p. 86).

Vizentini (2003) apresenta um presidente participativo nos órgãos internacionais e bem articulado com a comunidade internacional, fortalecendo o comércio com os blocos regionais e preocupado com uma agenda política para a paz e que investiu também no comércio com a América do Sul. Por outro lado, quando aborda a política econômica nacional, o presidente é ofuscado pelo brilho do seu ministro Fernando Henrique Cardoso,

devido ao sucesso do Plano Real. O autor não destaca na sua análise a disputa entre as classes, mas apresenta o modelo de interpretação que vê o estado como sujeito.

Para Ricardo Antunes (2005), as ações do presidente Itamar Franco foram marcadas por uma ambiguidade congênita. O autor afirma que o mesmo herdou um governo marcado por crises e vários problemas políticos e econômicos, mas que, mesmo assim, assumiu em um quadro político que lhe era confortável e favorável, até mesmo nos setores mais à esquerda. Todos depositavam esperanças no novo presidente e ele parece que tentou alimentá-las quando da composição de sua equipe ministerial. Diferentemente de Collor de Mello, Itamar Franco tentou conseguir apoio político prestigiando todos os partidos no governo: do Partido da Frente Liberal (PFL) ao PT.

Segundo Antunes (2005), no governo de Itamar Franco, o discurso não combinava com a prática. Para assumir e se manter no poder, ele teve que se adequar aos interesses da nova ordem e dar continuidade ao projeto iniciado por Collor, marcado pela abertura econômica e privatizações das estatais: “Crítica a fome e concede mais de um bilhão de dólares aos usineiros: fala em um projeto autônomo e independente, mas dá continuidade às privatizações escandalosas, como a da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); [...]” (ANTUNES, 2005, p. 21). O autor descreve ainda uma série de contradições praticadas pelo recém-empossado presidente. Ele não apresentou um plano econômico que tocasse de fato na miséria e nos principais problemas dos trabalhadores; governou, de fato, para o grande capital internacional e para a burguesia nacional; não tinha projeto alternativo para a questão do trabalho no Brasil.

Numa contextualidade marcada por agudas e profundas mudanças tecnológicas e produtivas, que reconfiguram agudamente a divisão internacional do trabalho, não se encontra nada sobre os contornos básicos de um projeto econômico alternativo que não aceite uma globalização imposta pela lógica do capital forâneo, integradora para fora e desintegradora para dentro [...] (ANTUNES, 2005, p. 22).

O discurso não condizia com a prática do presidente, e esse jeito ambíguo de governar foi marcando o seu governo ao ponto de cair no esquecimento. Na literatura sobre o tema, os autores não têm se dedicado muito a compreender o período Itamar. O mesmo ficou na história como um substituto que não conseguiu se impor como tal, pois, desde o momento que Fernando Henrique Cardoso passou a compor a equipe, roubou todos os holofotes que deveriam ser destinados ao presidente Itamar. Entretanto, deu continuidade ao projeto neoliberal que já vinha sendo implementado por Collor e foi muito importante na inserção

brasileira no movimento de recomposição burguesa, como exemplo o Plano Decenal de Educação.

A política neoliberal continuou se fortalecendo e prejudicando a vida de milhões de trabalhadores, os quais não receberam apoio do seu governo no sentido de combater os efeitos nocivos da globalização. Com a criação e o sucesso do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso conseguiu vencer a eleição presidencial. Tornando-se presidente do Brasil, deu continuidade à política neoliberal ditada pelo FMI. Todos os autores que analisaram o governo (Collor/Itamar), identificaram traços da política neoliberal sendo implementados pelos chefes do executivo, embora a consolidação do modelo tenha ocorrido nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, que analisaremos logo em seguida.

2.2 Fernando Henrique Cardoso e a vitória da política neoliberal

Segundo Ivo Lesbaupin (1999), o processo de construção do Estado Nação que se havia iniciado em 1930 com Vargas e continuado até a década de 1980 começou a ser desmontado na década de 1990 com a ascensão de Collor de Mello ao poder adotando a política neoliberal. Para o autor, o desmonte do Estado seguiu o seu curso no Governo FHC, ao dar continuidade à política neoliberal de Collor. Com FHC, essa política pôde ser aplicada com mais eficiência, sobretudo pelo fato de este ter mais tempo no governo (dois mandatos) e estar bem alinhado com os órgãos internacionais.

Entendemos aqui esse desmonte, somente em alguns setores, principalmente aqueles destinados a promoverem as políticas públicas e sociais, como os setores de educação, saúde, seguridade social. Mas, não foi só nesses, temos também o desmonte do parque industrial brasileiro, chegando alguns autores a caracterizar o fato como de “desindustrialização”. Em outras áreas, o estado se fortaleceu com funções mais diversas, desde as funções da política econômica para atender os interesses neoliberais, quanto nas funções coercitivas para calar os trabalhadores organizados através dos sindicatos e protestando através de estratégias de greve.

De acordo com Lesbaupin, quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência do Brasil, o quadro era ainda bastante favorável economicamente. O Brasil era respeitado internacionalmente, tinha bom parque industrial, empresas estatais competitivas em áreas estratégicas, com uma enorme produção de energia elétrica e com um grande potencial de desenvolvimento. Depois de quatro anos de governo, a situação já era bastante inversa:

[...] o Brasil é um país imerso numa grave crise econômica, em pleno processo recessivo, submetido diretamente ao Fundo Monetário Internacional (FMI), tendo privatizado quase todas as suas empresas estatais, inclusive a Vale do Rio Doce, tendo perdido grande parte de suas reservas cambiais, com um nível de desemprego alarmante e crescente, com uma evidente queda da renda salarial média, e com acentuada deterioração dos serviços públicos de saúde, de educação, de assistência, de previdência, de moradia [...]. (LESBAUPIN, 1999, p. 7)

As críticas do autor se encaminharam no sentido de provar como esse governo foi nocivo para aqueles que têm como único bem a força do trabalho: os trabalhadores. Portanto, são necessárias políticas que objetivem a ampliação do mercado de trabalho com a geração de novos empregos. Os trabalhadores foram bastante prejudicados porque não faziam parte dos objetivos principais do governo de FHC, que priorizou o combate à inflação, a estabilidade da moeda e a redução dos gastos públicos objetivando adequar-se à política ditada pelo FMI. Com a adoção dessa política, os trabalhadores foram prejudicados em todos os setores: cortes nas políticas sociais, saúde e educação. Os trabalhadores do campo foram duramente reprimidos e massacrados em suas manifestações em busca de seus direitos, a exemplo dos massacres de Corumbiara (em 1995) e Eldorado dos Carajás (em 1996). Os trabalhadores urbanos também foram duramente reprimidos. O governo também investiu muito no projeto de privatização das empresas estatais, privatizando as que eram deficitárias e as que davam lucros também, justificando que o dinheiro arrecadado com suas vendas era para diminuir o déficit público, fato não confirmado, pois, segundo o autor, o governo continuou em crise financeira durante a sua gestão à frente do Estado e tornou o Brasil altamente dependente dos capitais externos. Além disso, prejudicou as empresas brasileiras ao abrir o mercado nacional para a concorrência externa sem regularização, provocando uma concorrência desleal, quebrando muitas empresas nacionais e aumentando o número de desempregados.

Para Lesbaupin (1999), não foram as crises externas que provocaram a decadência da economia brasileira e sim as medidas adotadas pelo Governo FHC. Este provocou a vulnerabilidade externa da economia brasileira e a deixou abalada quando priorizou o pagamento das dívidas externa e interna: “FHC governou em primeiro lugar, para o capital internacional, para os países mais ricos - os Estados Unidos, em primeiro lugar -, para os banqueiros e o capital financeiro. [...]” (LESBAUPIN, 1999, p. 12). Quanto aos trabalhadores, só lhes restaram o controle da inflação e o desemprego. Pois esse grupo não conseguiu ser prioridade para o governo.

[...]. O quadro social é desastroso: aumento da desigualdade social, da pobreza, da miséria, no campo e na cidade. Serviços públicos de saúde, de previdência e de assistência em franca decadência. Universidade pública em processo de

desmantelamento, deterioração das condições de pesquisa no país e na educação em geral sendo direcionada para servir aos interesses do “mercado”. (LESBAUPIN, 1999, p. 12)

Pelo exposto, concluímos que o governo se preocupou basicamente em atender às determinações do FMI e, para tanto, não se preocupou em proteger a economia nacional nem o seu principal grupo de sustentação: os trabalhadores. O governo agiu de forma a prejudicar inclusive as universidades e a produção docente; estas foram sucateadas e tiveram os recursos minguados ou destinados às universidades privadas. O setor do funcionalismo público amargou em greves e sofreu repressão por parte do Governo FHC. O autor apresenta um quadro bastante alarmante do período, mas de fato foi um governo que prejudicou bastante os trabalhadores, principalmente, o funcionalismo público.

O interessante na análise de Lesbaupin, é que ele percebe o conflito de classes no interior do Estado e deixa bem claro a que classe o presidente resolveu servir. No entanto, não avança na discussão sobre a hegemonia do grupo dos banqueiros e capital financeiro no interior do estado restrito.

Jorge Mattoso (1999) apresentou um panorama do mercado de trabalho durante o primeiro governo de FHC, resultante de uma intensa desestruturação produtiva. Segundo ele, tudo começou com a política econômica adotada por FHC que, pregando a modernização da economia, adotou a abertura comercial aos mercados internacionais sem preocupação com uma regulação dos mercados, agravada ainda por falta de um projeto de desenvolvimento ou de políticas de produção e geração de emprego. Essa abertura comercial já foi duramente criticada neste trabalho por Reinaldo Gonçalves (1994). Ele analisou essa política como responsável pela vulnerabilidade da economia brasileira em relação ao mercado externo.

Mattoso segue a mesma linha de explicação de Lesbaupin, segundo a qual o governo de FHC, ao fechar acordos com o FMI, promoveu o desmonte do Estado. Pois, este órgão internacional exigia, além da abertura comercial e financeira, juros elevados, bem como, ajustes fiscais. No caso do governo brasileiro, isto significava cortes de gastos em setores-chave, como educação, saúde e previdência. Essa política provocou ainda elevação da inflação, o que influenciou diretamente na retração das atividades produtivas. O contexto descrito ajuda a entender uma série de reformas que foram sendo implementadas no governo com o objetivo de atender aos ditames dos órgãos internacionais, mas que tiveram como consequências desastrosas a desregulamentação do mercado de trabalho e a diminuição de postos de trabalho, tanto para os trabalhadores com pouca formação, como para os que se especializaram para o mercado, atingindo assim, os setores da classe média.

Outro agravante no mercado de trabalho ocasionado pela adoção da política neoliberal foi a retração do emprego formal, mesmo quando a economia apresentava crescimento. O resultado foi a ampliação do emprego informal e do terceirizado, precarizando ainda mais as condições de trabalho e de proteção social dos trabalhadores que, no novo contexto, eram obrigados a aceitar relações trabalhistas mais flexíveis e ter que conviver com a insegurança no emprego.

Efetivamente, se, por um lado, o crescimento dos assalariados sem carteira e dos conta própria favoreceu uma explosão menos intensa do desemprego, por outro lado, tornou as condições e relações de trabalho mais precárias. Desta forma, reduziu-se a participação dos assalariados, conformando um verdadeiro processo de desaceleração, com ampliação da ocorrência de condições de trabalho onde prevalecem situações sem contribuição à Previdência e, portanto, sem acesso à aposentadoria e à saúde pública. (MATTOSO, 1999, p. 129).

Tal situação dificultou o trabalho desenvolvido pelo movimento sindical, que enfrentou uma conjuntura com diminuição do número de trabalhadores sindicalizados e de relações flexíveis de trabalho. As centrais sindicais passaram a direcionar a ação para a defesa do emprego e dos direitos anteriormente conquistados, não conseguindo ampliar os direitos dos trabalhadores nem implementar a principal reforma que dominava o debate sindical, que era a redução da jornada de trabalho e a garantia dos direitos previdenciários. A CUT por exemplo, começou a realizar cursos empregabilidade inclusive, financiado pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Mattoso, também trabalha com a teoria do desmonte do estado. Mas, ao nosso ver, esse desmonte ocorreu, prioritariamente, em setores essenciais e responsáveis por políticas sociais, porque no geral continuou sendo um estado a serviço da classe dominante. A mesma que elegeu FHC e se fez representar através de órgãos da sociedade civil. É o que constatamos no texto de José Paulo Neto.

Sobre a política social no governo de FHC, José Paulo Neto (1999) a classifica como uma política desastrosa para a massa trabalhadora e desenvolve o seu argumento analisando o projeto político de FHC e como o mesmo teria desmantelado as políticas sociais de forma a prejudicar os trabalhadores e os mais pobres que dependem do Estado para o atendimento de suas necessidades básicas. O autor apresenta dados que comprovam que o governo reduziu os recursos destinados aos setores da educação, saúde, trabalho, assistência e previdência em um contexto em que os recursos da União eram crescentes. Os direitos sociais foram alvos de crescentes cortes, sendo apresentados como financeiramente insustentáveis. Assim, a equipe de FHC seguiu cortando e reduzindo direitos para se adequar à política neoliberal imposta

pelo FMI, que pregava um Estado mínimo com poucas obrigações sociais. As reformas praticadas pelo governo foram aplicadas através dos cortes de gastos e da manipulação de receitas, desviadas para outros fins: “A inexistência de controle e critérios de gestão transparentes permitiu ao executivo federal o desvio de recursos oriundos das fontes do Orçamento da Seguridade Social para saldar despesas estranhas às suas funções [...]” (PAULO NETO, 1999, p. 85).

Embora o governo de FHC praticasse cortes de gastos em setores-chave e justificasse a privatização das estatais como forma de reduzir as dívidas públicas, não foi isso que se constatou ao longo do seu governo: “A dívida interna, assim como a externa não parou de crescer no primeiro governo FHC.” (PAULO NETO, 1999, p. 86). O governo tudo fez para se adequar aos ditames do projeto neoliberal, que privilegiava o grande capital financeiro⁶, praticando uma política interna submissa a órgãos internacionais, como o FMI, para subir nas estatísticas destes. Nesse caso, a política de assistência, que deveria ser feita pelo Estado, foi transferida para a sociedade civil através de suas várias ONGs. Elas passaram a oferecer um serviço muitas vezes precário e com característica de favor, uma vez que assumiam tarefas que deveriam ser desenvolvidas pelo Estado, o que favorecia também o desvio de recursos entre Estado e ONGs. Situação tratada pela bibliografia especializada:

Embora cubra o conjunto das políticas sociais, o projeto encarnado por FHC tem seus traços constitutivos voltados especialmente para ferir a Seguridade Social - porque nela está o nervo das políticas centrais para as massas trabalhadoras. Tais traços se condensam em duas orientações gerais: a privatização e mercantilização; ambas, porém, sinalizam claramente a desresponsabilização do Estado em face da sociedade. (PAULO NETO, 1999, p. 87).

Para o autor, o primeiro governo de FHC, no quesito seguridade social, provocou o desmonte da mesma, prejudicando e inviabilizando a realização do tão sonhado Estado de Bem-Estar Social desenhado na Constituição de 1988. O que restou para os trabalhadores foi um Estado mínimo, enquanto o grande capital financeiro era agraciado com um Estado máximo, já que o governo direcionou suas ações para privilegiar esse determinado grupo. Sendo assim, este governo contribuiu para o desmonte do Estado ao tirar responsabilidades que o mesmo deveria ter com o seu povo mais necessitado, no qual se incluem os trabalhadores que presenciaram a diminuição dos seus direitos sociais e trabalhistas. A política social passou a ser estruturada justamente aos mais necessitados. Política focal

⁶ Esse grande capital financeiro é identificado pelos representantes do FMI, do BID, do Banco Mundial, funcionários do governo norte-americano e economistas latino-americanos. Que sintetizaram suas ideias no Consenso de Washington em 1989.

defendida pelo Banco Mundial. José Paulo Neto (1999) fez ainda uma análise baseada na luta de classes e deixou bem claro qual grupo hegemônico dominou o processo. O grupo que detinha o domínio do capital financeiro, embora, muitas vezes no decorrer da análise, tenha usado o termo massa trabalhadora ao invés de classe trabalhadora para definir o grupo que foi prejudicado pelas políticas de FHC. Concordamos com o autor sobre esse enfraquecimento e possível desmonte do Estado em algumas áreas. Embora sabemos que o mesmo se fortaleceu em alguns setores para agradar a classe dominante representada pelo grande capital financeiro.

Maria Lúcia Vianna (1999) seguiu a mesma linha de análise dos autores anteriores, caracterizada pelo desmonte do Estado durante o governo de FHC. Ela apresentou o processo como o governo que desmontou a seguridade social, diminuindo sua abrangência até transformá-la basicamente em previdência social. O argumento da autora foi estruturado a partir de três mitos, segundo ela, plantados pela retórica neoliberal nos debates contemporâneos sobre a política social e adotados pelo governo brasileiro como argumentos para justificar o desmonte de um já frágil projeto coletivo de proteção social. São eles: (a) despolitização - o mito da supremacia técnica; (b) naturalismo - a ficção do esgotamento vital; e (c) o mito do maniqueísmo - a falácia da reforma estrutural.

A despolitização, segundo ela, é a tecnificação dos interesses públicos, esvaziando o caráter político ao tratar da questão e afastar a participação da sociedade na tomada de decisões. “Apresentar a Seguridade Social como matéria de natureza técnica é, desde logo, desintegrá-la e, portanto, esvaziá-la enquanto concepção de política social [...]” (VIANNA, 1999, p. 94). Nesse caso, cada questão foi tratada de modo isolado em sua natureza técnica. Saúde, educação, assistência e previdência foram tratados de forma individual e isoladamente, como se não fizessem parte da seguridade social.

A forma de agir citada anteriormente acaba por reduzir a seguridade à previdência. Mesmo sendo tratada enquanto previdência, não perde o caráter político intrínseco. Primeiro porque movimenta um volume alto de recursos e atende a grupos nela organizados: aposentados, trabalhadores, associações empresariais, intelectuais, políticos. Assim, pode ser fiscalizada tanto por sindicatos, como por partidos políticos. Historicamente, a sua construção se deu em um contexto de luta política pela ampliação de direitos. Outro ponto destacado é que a seguridade é um instrumento de fazer política, pois ela demonstra a forma do agir estatal. A autora segue apresentando historicamente como a seguridade foi se construindo como objeto político desde o Governo Vargas até os governos militares.

Com Vargas, foram criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Eles cobriam os trabalhadores urbanos e eram controlados pelo Ministério do Trabalho através de uma política corporativista. Dessa forma, definiam quem tinha direito à cidadania, definida por Wanderley Guilherme dos Santos (1979) como cidadania regulada já que quem tinha direito à cidadania eram os trabalhadores que tinham carteira de trabalho. Nos governos militares, essa cidadania foi estendida aos trabalhadores rurais, aos empregados domésticos e aos autônomos através da fusão dos IAPs no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). A partir daí o número de assistidos foi crescente e o Estado, com o seu sistema de proteção, foi se aperfeiçoando para ampliar a proteção social. Entretanto, a política social foi utilizada pelo regime militar para justificar a centralização do poder no executivo federal em prejuízo dos demais Poderes da República, ou seja, foi utilizada para produzir consenso em torno de suas ações:

[...] a Seguridade Social mostrou-se ferramenta afiada para emprestar legitimidade ao poder governamental, prevenir situações conflituosas e/ ou assegurar o apoio de certos grupos sociais na ausência de mecanismos geradores de consensos mais efetivos. Ou seja, para fazer política. (VIANNA, 1999, p. 101).

Sobre o mito do naturalismo, a ficção do esgotamento vital, a autora alerta que os defensores da política neoliberal criaram o falso argumento de que a seguridade social estava enferma e com risco de morte devido às transformações econômicas e às constantes crises. Além disso, o número crescente de beneficiários provocaria a falência da seguridade. Segundo Vianna (1999), esse conjunto de argumentos serviam para justificar a reforma da previdência social brasileira de acordo com o definido pela política neoliberal e pelos órgãos internacionais que FHC seguia.

Em relação ao mito do maniqueísmo que envolvia a seguridade social, as soluções apresentadas foram mutuamente excludentes, apresentando oposições entre os modelos a serem adotados: regime de repartição versus de capitalização e previdência pública versus privada. A autora argumenta que as nações de capitalismo avançado apresentam regimes mistos e têm dado muito certo: “Na América Latina, entretanto, ganhou força a ideia de que a previdência privada é, por irrefutáveis razões técnicas, superior à previdência pública e que, portanto, deve substituí-la [...]” (VIANNA, 1999, p. 108).

O que se percebe pelo encaminhamento das discussões em torno da reforma da previdência é que o governo tendeu a atender aos interesses dos grupos de investidores privados que queriam investir, principalmente, nos setores da saúde e das previdências

privadas: setores que tendiam a crescer com o sucateamento dos serviços públicos e da política de assistência. Parece uma lógica louca, mas a política neoliberal alimenta-se também da miséria, em tudo vê oportunidade de investir com vistas a lucros estrondoso. Assim, o governo de FHC seguiu destruindo o que restava de Estado protetor, ao tempo em que prejudicava, sobretudo, o funcionalismo público que, no decorrer do processo, ainda tem levado grandes golpes no sentido da diminuição de seus direitos.

Ricardo Antunes (2005) construiu sua crítica ao governo de FHC a partir da greve nacional dos petroleiros que ocorreu entre maio e junho de 1995, mostrando quão virulenta foi a ação contra os trabalhadores e o sindicalismo brasileiro. A greve serviu como uma demonstração do que estava por vir para o movimento sindical, pois desmascarou o presidente que se utilizou do respaldo jurídico e militar para combater os trabalhadores. Segundo o autor, a greve foi motivada por três elementos causais: a dilapidação salarial, a exigência de cumprimento de acordo acertado ainda no governo de Itamar Franco e o embate contra o projeto de privatização que já começava a se desenhar. Os petroleiros sabiam que os tempos seriam difíceis, mas contavam com o amplo apoio organizacional, com o apoio dos sindicatos estaduais e da Federação Única dos Petroleiros; entretanto, o Governo FHC também se preparou para o confronto.

Para Antunes (2005), como a greve estava bem respaldada no meio sindical e forte na sua organização, o presidente contra-atacou com tamanha virulência que foi associado à senhora Thatcher e ao peruano Fujimori, além de recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) - órgão criado na Era Vargas para regular e controlar os conflitos trabalhistas - para decretar a ilegalidade da greve. A partir daí o governo pôde militarizar o confronto e destruir o movimento grevista, convertendo sua ação na destruição do movimento grevista. E o converteu no primeiro embate decisivo para a implementação do projeto neoliberal.

Antunes (2005, p. 34-35) vê ainda muitas lições a serem tiradas da greve e destaca duas: (a) “[...] O projeto neoliberal erigiu como seu maior inimigo o sindicalismo combativo e reivindicativo [...]”; e (b) “[...] Desnudou o verdadeiro significado do Governo FHC.” Sobre a primeira lição, denunciou a forma como o governo agia para destruir o sindicalismo, imputando-lhe pesadas multas porque interessava ao grande capital um sindicalismo de envolvimento e cooptação - chamado de sindicalismo de empresa - que tinha a Força Sindical como principal defensora dessa prática. Quanto à segunda lição, esta foi sentida na pele pelos trabalhadores, que sofreram a violência e o autoritarismo de um governo dito democrático.

A partir da greve dos petroleiros, pôde-se desnudar o governo que se estava construindo, voltado para atender aos ditames do capital internacional e desmontando, de

forma sistemática, o patrimônio estatal através da política de privatização. Antunes (2005) foi bastante crítico sobre a política econômica do governo. Segundo ele, o resultado mais nefasto dessa política foi a desmontagem do parque produtivo no País, acompanhado de “[...] um monumental processo de privatização, desindustrialização, ‘integração’ servil e subordinada à ordem mundializada, convertendo-nos em país do cassino financeiro internacional [...].” (ANTUNES, 2005, p. 37). O governo agia com rapidez privatizando empresas estatais e dando vida às privadas.

A ação de FHC foi tão eficiente que foi comparado com a dama de ferro Margareth Thatcher, só que considerado mais hábil, uma vez que conseguiu realizar em quatro anos quase o mesmo que Thatcher levou 12 anos para fazer:

[...] FHC foi servil para os *de fora* e truculento para os *de baixo* aqui *de dentro*, [...]. Desemprego em escala explosiva, que só em São Paulo chegou-se a 20% da sua força de trabalho, precarização dos direitos do trabalho, [...] desmontagem da previdência dos assalariados etc. [...] (ANTUNES, 2005, p. 38, grifos do autor).

O autor continua com as críticas ao governo de FHC, mostrando como o mesmo foi submisso ao FMI, provocando uma política nefasta para os trabalhadores. Estes últimos, além dos problemas apontados acima, tiveram que enfrentar desregulamentação do trabalho, recessão, desemprego, desindustrialização e mais destruição dos direitos sociais. O governo tudo fez para atender aos ditames dos órgãos internacionais em prejuízo dos trabalhadores.

Para Antunes (2005), FHC se apresentou como um governante submisso ao FMI e obediente na aplicação das medidas neoliberais que objetivavam desregulamentar o mundo do trabalho. Apresentou-se para os brasileiros como um governante com forte traço repressivo, embora tivesse a grande imprensa imprimindo um ar de bom moço em suas ações.

Os autores analisados mostram as truculências dos governos neoliberais também como forma de reforçar o poder de organização da classe trabalhadora, que não assistiu a tudo passivamente. Foi para as ruas protestando, decretando greves. O confronto com os representantes do estado foi inevitável, pois o projeto neoliberal tinha um grupo privilegiado a atender, e não era a classe trabalhadora como vimos.

Ainda que os autores não trabalhem com as categorias de Gramsci, a de hegemonia cabe muito bem na explicação do assunto abordado até aqui. Para Gramsci, as classes sociais disputam projetos no interior do estado e a que vence a disputa constrói hegemonia em torno de seus interesses. Analisando dessa forma, veremos que o estado não foi desmontado e sim foi se adequando, transformando para atender os interesses da classe dominante.

Com a vitória do PT na eleição de 2002 e a chegada de Lula à presidência do Brasil, criou-se uma expectativa sobre os rumos que seriam dados à política econômica nacional e como o presidente iria tratar a questão social e sindical, uma vez que o mesmo se forjou e se fortaleceu dentro do movimento sindical. Para a classe trabalhadora, os intelectuais e o movimento social de esquerda, esperava-se o rompimento com a política neoliberal com a implantação de um novo projeto que pudesse implantar no Brasil o tão sonhado Estado de Bem-Estar Social.

A fração burguesa dominante e encastelada na ossatura do Estado e aquela acostumada a receber grandes benefícios do Estado, logo trataram de fazer acordos e selar alianças com o presidente recém-empossado, buscando imprimir os rumos da política econômica a ser adotada. Embora existam intelectuais de esquerda que afirmam que esses acordos foram feitos bem antes da eleição e que Lula só foi eleito porque teria se comprometido a dar prosseguimento à política neoliberal iniciada por FHC, os mesmos apontam o documento “Carta aos Brasileiros” como uma carta de compromisso com o FMI e não com o povo. Existem outros intelectuais que defendem a ideia de que o PT e Lula conseguiram imprimir uma política que valorizou o social. Essa ideia pode ser conferida na obra organizada por Emir Sader (2013a).

Sobre a administração do PT durante o Governo Lula, na literatura brasileira as discussões versam sobre a caracterização do governo a partir da política econômica adotada, das reformas implementadas no Estado e das alianças que foram seladas. Sobre a política econômica, existem duas formas de caracterizá-la: um grupo o caracteriza como governo neoliberal e outro grupo, como neodesenvolvimentista ou nacional desenvolvimentista ou pós-neoliberal. O grupo de intelectuais mais crítico ao PT, que o caracterizam de neoliberal, também identificam no partido um certo transformismo que teria provocado o rompimento com os movimentos sociais e sindical, veem o mesmo como traidor da classe trabalhadora. Essas discussões vão permear todo o texto, já que optamos por trabalhar com os dois grupos de intelectuais: aqueles que veem a administração Lula com um certo otimismo e aqueles que o identificam pelo transformismo. Mas, para nós, o transformismo é o que melhor se adequa aos rumos tomados pelo PT ao longo dos anos com suas adaptações a ordem com vistas a vencer eleições e se manter à frente dos poderes executivos e legislativo pelo Brasil afora.

2.3 O Partido dos Trabalhadores: das ruas ao gabinete

Com o sucesso eleitoral do PT, a partir da chegada de Lula à presidência do Brasil em 2002, disseminou-se no imaginário popular que teria chegado “a hora e a vez” da população menos favorecida. Isso provocou uma curiosidade e necessidade acadêmica em desbravar a complexidade de um tema que, para nós, coloca-se como bastante instigante. A produção historiográfica brasileira sobre o assunto é vasta, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste, prevalecendo nas análises discussões que abordaram: o crescimento político do PT, números de cargos conquistados em todas as esferas do poder; influência política das organizações, tendências nos congressos do partido interferindo nas decisões tomadas pelo PT; abandono do projeto marxista pelos intelectuais do partido; abandono e ou cooptação dos movimentos sociais e sindicais; relação das administrações petistas com os movimentos sociais e sindicais e com os donos do capital; e transformismo do PT. Enfim, têm-se priorizado as mudanças que o partido adotou para se tornar governante.

Fizemos aqui uma análise bibliográfica de alguns autores que destacaram as transformações pelas quais o PT passou ao longo de sua história, da fundação a partido governista. Priorizamos os trabalhos de Mattos (2009a), Arcary (2011), Coelho (2012), Garcia (2011), Mello; Falleiros (2005) e Vasconcelos (2010). Cada um abordando uma questão e conjuntura específica, fez uma leitura crítica sobre as posturas adotadas pelo PT, ajudando-nos a visualizar as mudanças pelas quais o partido passou ao longo de sua história política. Por outro lado, utilizamos outros autores que secundariamente tocaram na questão. A nossa intenção foi apresentar ao leitor as principais mudanças que ocorreram no PT, definindo seu novo projeto político.

O PT, desde o seu surgimento, foi formado pelo duplo militante: aquele que participava tanto do partido, como do sindicato ou do movimento social. Essa característica do partido acabou influenciando outros. Muitos partidos de esquerda investiam nos movimentos sociais, buscando exercer alguma influência política sobre eles. A característica em questão também pode ser observada no Piauí. Para se entender essa aproximação e distanciamento e as transformações pelas quais o partido passou, apresentamos a visão de alguns autores que o estudaram.

Para Mattos (2009a), o ponto de partida foi o seu parentesco direto com a CUT, que também no seu nascedouro foi marcada pelo domínio dos sindicalistas “autênticos” e pelo controle da tendência “articulação”; controle este relativamente consensual até o início da década de 1990. De acordo com o autor, o ano de 1989, com a derrota de Lula na eleição

presidencial, teria marcado a mudança de postura do PT. A partir daquela derrota, o PT tornou-se mais programático e a priorização da conquista de espaços institucionais pela via eleitoral marcou o abandono da preocupação com a mobilização social, aproximou-o dos dogmas neoliberais e da implementação de propostas claramente socialdemocratas nos anos 1990. Fontes (2005) acredita também que, ganhar eleição tornou-se a prioridade do PT. A mudança de postura aparece nos outros autores, apresentando um PT preocupado mais com a questão política do que com a social, variando nas análises o período que teria iniciado a transformação do Partido.

Mattos (2009a) destaca que o governo federal conquistado em 2002 não foi o primeiro espaço adquirido pelo PT na sociedade política. Toda a década de 1990 foi marcada pela ocupação de espaços institucionais no legislativo federal, estadual e municipal e para os executivos estaduais e municipais. Os cargos passaram a ser utilizados como poder político interno no partido pelas diversas tendências que passaram a ditar “[...] uma linha de intervenção cada vez mais voltada para a institucionalidade e distante dos movimentos sociais que tinham impulsionado o partido nos seus primeiros dez anos de existência [...]” (MATTOS, 2009a, p. 34).

O que os trabalhos apontam é para um PT pragmático que, ao ver a possibilidade de crescimento via eleitoral, passou a investir mais nesta questão. Não podemos esquecer a organização interna do partido marcada pela disputa de várias tendências e por um domínio da “articulação”, que se apresentava como forte pela quantidade de cargos eletivos conquistados. Neste caso, interferia em congressos e principais decisões do partido. Coelho (2012) apresenta uma análise das mudanças ideológicas dessa tendência que é bastante esclarecedora sobre o que vinha acontecendo com o PT.

Concordamos com o autor que o partido que assumiu o executivo federal em 2003 era bem diferente daquele de 1980. O primeiro tinha outra postura política e ideológica, que já vinha sendo ensaiada à medida que o partido foi associando os seus interesses aos da classe dominante. Isto é confirmado nos trabalhos de Coelho (2012) e, no estado do Piauí, pelo trabalho de Vasconcelos (2010), que constatou a mudança de postura ideológica do PT a fim de se tornar competitivo eleitoralmente e apto a governar o estado. Portanto, não podemos tomar como surpresa ou traição inesperada a forma como o PT tratou a classe trabalhadora durante os anos em que esteve à frente de executivos federal, estadual e municipal.

Para Valério Arcary (2011, p. 91), a alteração aconteceu no momento em que o PT adaptou-se ao modelo de regime democrático-liberal para se credenciar como partido eleitoral: “[...], o PT precisou deixar de ser petista. Renegar a sua origem foi um processo de

readequação política, mas também, de transformismo social, uma ruptura com as bases de sua constituição apoiado na CUT e no MST [...]” Para Arcary, o partido só passou a ser visto como ameaça em 1983, com a fundação da CUT. A partir daí a burguesia viu seu projeto ameaçado e passou, juntamente com a mídia, a ser mais vigilante aos passos dados pelo PT.

Em 1988, com a eleição de Luiza Erundina para a prefeitura de São Paulo, a direita se uniu para impedir novas vitórias petistas. Neste período, o PT ainda era visto como ameaça, porque sua militância era muito ativa nas greves, ocupações e, principalmente, nas eleições, reforçado também por sua história de luta na campanha das Diretas Já! Enfim, a sua histórica fundação como partido da classe trabalhadora ainda pesava nas análises que a burguesia brasileira fazia do partido.

Para Arcary (2011, p. 62), o PT já nasceu reformista. Desde o princípio já figurava “com um projeto político dominante na sua direção de reformas para a regulação do capitalismo brasileiro.” Segundo ele, a mobilização por objetivos políticos animava mais o PT do que defendia projetos anticapitalistas. O autor apresenta um partido que passou por várias transformações, deixando de ser um partido de oposição ao regime militar e da classe trabalhadora para se tornar “[...] a máquina eleitoral mais profissional do Brasil [...]” (ARCARY, 2011, p. 60). Arcary apresenta uma análise típica de um militante que não perdoou as mudanças de rumo do partido. Mostrando um partido que não ousou romper com a lógica do capitalismo, como era esperado pela classe trabalhadora e pelos militantes políticos e de movimentos sociais que se mantiveram na oposição ao governo petista.

O processo de transformação ideológica do PT pode ser entendido a partir do trabalho de Eurelino Coelho (2012). Trata-se de um estudo rigoroso e crítico dos documentos produzidos e da influência política na tomada de decisões do partido pelas principais organizações/tendências que se transformaram no campo majoritário do mesmo: a Articulação e a Democracia Radical (DR). Coelho apresenta dados que confirmam que a história dessas duas organizações/tendências passou por mudanças profundas no campo da teoria e da prática, concluindo que o que aconteceu de fato foi o abandono do marxismo pelos intelectuais do PT.

O argumento do autor é que as duas organizações abandonaram as referências marxistas do passado e incorporaram elementos do pós-modernismo e do liberalismo em seu projeto político. A análise de Coelho (2012) é marcada pelos conceitos marxistas e por uma visão global da mudança, priorizando os aspectos político-econômicos na relação dos militantes do PT com a realidade interna e exterior ao partido. Com a dominação hegemônica

das duas organizações no interior do PT, o mesmo acabou se tornando o braço esquerdo do partido da classe dominante:

O aspecto determinante do transformismo das duas tendências petistas foi a dissolução dos vínculos orgânicos com a classe trabalhadora [...] organizar a classe como sujeito político independente deixou de ser um objetivo de seus projetos políticos. Não se pode mais atribuir à esquerda a condição de intelectual orgânico da classe trabalhadora se a tarefa essencial de realizar a organização política desta classe por meio do “espírito de cisão” foi recusada por ela. (COELHO, 2012, p. 302).

O autor supracitado aponta a experiência de governar como o momento do rompimento da dissolução dos vínculos com as lutas sociais e com a classe trabalhadora e da transformação da concepção dos dirigentes a respeito da relação entre partido, classe trabalhadora e Estado. Na sua concepção, as prefeituras ajudaram mais nessa experiência do que os parlamentos, servindo como verdadeiros laboratórios de gestão para o novo projeto político da esquerda. Nas experiências descritas, a tônica da administração petista pautou-se em contornar o antagonismo de classes: prevalecia a ideia de governar para todos.

De acordo com os autores analisados, as mudanças não ocorreram somente em 2003, quando o PT assumiu a presidência do Brasil. Elas já vinham sendo gestadas e divulgadas à medida que o partido ampliava seu quadro de alianças e coligações, buscando conquistar o eleitorado brasileiro e a confiança das outras classes sociais, deixando de priorizar a classe trabalhadora. Devemos destacar também que “A vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2002 não correspondeu ao rompimento com o projeto de modernização do Brasil baseado no equilíbrio macroeconômico, no controle fiscal e na reforma neoliberal do Estado.” (MELO; FALLEIROS, 2005, p. 186).

Uma vez no poder, o PT continuou operando a máquina estatal nos moldes neoliberais, aceitando e se adequando às regras desse modelo de governar. Nessa mesma linha de raciocínio de mudança do PT para se adaptar à ordem, temos o trabalho de Cyro Garcia (2011), no qual o mesmo faz uma análise da relação do partido com o movimento sindical desde a década de 1980, quando foi fundado o PT e depois, a CUT.

Naquele período, segundo o autor, a relação entre ambos era sempre discutida nas instâncias do PT e havia uma clareza na necessidade da independência dos sindicatos em relação ao Estado e ao partido político. Sabiam que os dois, embora caminhassem juntos, tinham tarefas distintas, porém, ambos eram responsáveis pela organização dos trabalhadores contra a exploração, fortalecendo as lutas destes pela emancipação. Quando o PT esqueceu a

lição? Garcia também aponta algumas pistas: a campanha de 1989 foi o início das polêmicas. Vejam que Mattos (2009a) também aponta a campanha como o início da mudança.

Com o crescimento da campanha de Lula, alguns setores do PT passaram a defender a tese de que o partido deveria diminuir sua participação nas greves com vistas a ampliar a aceitação de Lula nos setores das classes média e pequena burguesia. As mudanças no mundo do trabalho com impacto no sistema produtivo acarretaram a diminuição de postos de trabalhos e a derrota nas eleições de 1989 fortaleceu os grupos internos do PT que desejavam a mudança do partido em relação ao movimento sindical. Assim, surgiu o sindicato negociador dos anos 1990 e a eleição de Lula em 2002 favoreceu a mudança em relação aos movimentos sociais “[...] Mas o salto de qualidade está na cooptação das organizações do movimento das massas por parte do Governo Lula, através da concessão de verbas públicas” (GARCIA, 2011, p. 157). Posteriormente, a CUT passou a fazer parte do governo, sendo a maior defensora das propostas do governo para a categoria de trabalhadores. Ao trazer setores da classe trabalhadora para dentro do governo, o PT pretendia fazer um governo pautado na harmonia dos interesses de classes expressados através do seu *slogan* “governar para todos”. Neste caso, ambos esqueceram a lição de casa.

2.3.1 O governo de Lula da Silva já transformado

Edmundo Fernando Dias (2006) vê o governo petista como transformista. Neste sentido, o autor fez a análise do governo de Lula mostrando como se operou a mudança do PT e como o mesmo fez a contrarreforma contra a classe trabalhadora, ao tempo em que analisou também a participação da CUT no processo, inclusive, abordando as mudanças que a Central operou para se tornar instrumento de apoio do governo petista.

Dias (2006) é muito crítico sobre a vitória do PT ter significado uma chegada ao poder ou ganhar parte dele, como muitos membros assim acreditavam. Ele chega a questionar a ingenuidade militante em acreditar na mitologia política.

Para ele, muitos militantes pagaram caro pela confusão que fizeram entre poder e governo. Exemplifica com a vitória eleitoral dos socialistas chilenos que chegaram ao governo, mas não tinham o poder e mostra que os grupos que controlam o poder político e econômico são fortes suficientes para pressionarem os governantes de esquerda a adotarem seu projeto político. “O poder do capital financeiro aliado ao controle dos executivos e dos parlamentares é capaz de garantir um decisivo boicote a uma posição socialmente construída de modificação do jogo político [...]” (DIAS, 2006, p. 130). O objetivo é explicar que, no caso

de uma vitória de Lula, os grupos acostumados a ser poder não abririam mão de suas posições e iriam se organizar para pressionar o governo para mantê-los em seus respectivos postos de comando ou a adotar as suas demandas. Fica clara na análise de Dias a sua concepção de Estado como Estado ampliado e lugar de lutas por hegemonias.

Após a vitória do petista, se confirmou quem era a classe dominante no cenário político com a formação dos ministérios do Governo Lula. Para Dias (2006), o mercado falou mais alto na composição dos ministérios. Parte da equipe de Fernando Henrique Cardoso foi contemplada com cargos no novo governo:

[...] O segredo da esfinge se revelou. O ministério contemplou posições políticas muito diversificadas. A agricultura e o desenvolvimento diretamente sob o controle dos empresários. A fazenda reafirmou e radicalizou o acordo com o FMI. O Banco Central [...] era entregue a um ex-dirigente máximo do *Bank of Boston*, segundo maior banco credor do Brasil e deputado eleito pelo PSDB [...]. (DIAS, 2006, p. 144).

O governo se compôs sem alterar a natureza do Estado brasileiro. Lula elegeu-se com enorme apoio das massas trabalhadoras, mas deu continuidade à política neoliberal de FHC. E, segundo Dias (2006), não deu o menor sinal de reversão do quadro, além disso, praticou uma política de despolitização e desorganização: falou diretamente às massas passando por cima das organizações.

O traço messiânico não apenas desorganiza mas, sobretudo, deseduca, acaba por mitificar a política. As classes trabalhadoras são chamadas a apoiar. A decisão ou fica com os técnicos ou com o Conselho do Pacto Social, cuja composição revela o peso da fina flor dos capitalistas. Recria assim perversamente, e sem sabê-lo, uma noção de “classes produtivas” que reúne exploradores e explorados irmanados pela ideia de nação. Ideia, no mínimo, tipicamente liberal por que reduz classes a indivíduos atomizados. Este movimento permite que a política passe da arena dos conflitos e dos movimentos para o espaço dos técnicos, terreno privilegiado da dominação burguesa, não obstante nas constantes falas de seus ministros. O Estado, vale dizer, o Presidente, encarna a sabedoria política e os grandes projetos [...] (DIAS, 2006, p. 148).

Embora Dias (2006) apresente o presidente Lula como condutor do processo, ele não caracteriza o governo como bonapartista, já que o governo foi legitimado por mais de 50 milhões de votos. Então, não havia necessidade de abandonar o projeto das esquerdas para adotar o projeto da burguesia nacional; projeto que foi rejeitado na campanha eleitoral. O autor critica duramente as alianças que foram feitas com a direita para se criar uma base de sustentação no Parlamento. É sabido que o grupo cobraria caro o apoio concedido e tentaria implementar o seu governo no Parlamento, pois a direita não costuma abrir mão de ser poder.

Dias é enfático ao qualificar o Governo Lula como continuísmo dos anteriores ao privilegiar o projeto da classe dominante que sempre esteve no poder e com o poder:

O conjunto das alianças oportunistas para aprovar as “reformas” contra a população, prova concreta daquele falso messianismo, criou um monstruoso bloco de apoio parlamentar (o Centrão petista) que tem a capacidade de capturar parcelas crescentes de seus “opositores” liberais e social- democratas, não por eficácia política, mas porque Lula realiza o programa daqueles que o PT combatera anteriormente [...] (DIAS, 2006, p. 186).

Dias (2006) segue criticando o governo e a forma como foram implementadas as reformas, mormente a da previdência, que diminuiu direitos dos trabalhadores e prejudicou, principalmente, o funcionalismo público, beneficiando os grandes capitalistas com a criação dos fundos de pensão. O autor denuncia ainda os famosos rombos da previdência, afirmando que eles passaram para a população tentando convencer que a mesma estava falida e só dava prejuízo para o Estado, não passando, portanto, de criação fantasiosa para convencer da necessidade da reforma. Essa questão já foi tratada aqui, confirmando a falsa falência da previdência. Segundo ele, muitas vezes, os recursos foram desviados para outras rubricas, cobrindo despesas, inclusive, da dívida externa. O autor mostra um quadro de total desrespeito pelos trabalhadores, até mesmo por aqueles que formavam o PT e lutavam para o partido cumprir o que diziam os seus estatutos e projetos de governos. Eles eram perseguidos pela direção do partido. Muitos foram expulsos do PT por se oporem à adoção do projeto das classes dominantes pelo partido tido como dos trabalhadores ou porque duvidavam da natureza do partido e do governo:

A “Reforma” da Previdência é paradigmática em relação às demais políticas estatais. Foi, longa e cuidadosamente preparada pelos governos Collor-FHC e agora por Lula. Mas, também, pelo processo de empobrecimento da sociedade, pela construção do antagonismo trabalhadores do estado X população e pelo processo de construção dos Fundos de Pensão, capitaneado por Gushiken, seu guru. Um enorme contingente de trabalhadores foi lançado à chamada informalidade. Isso é decisivo na destruição da previdência pública já que estes não contribuem para ela ou o fazem em pequeníssima medida. O processo de congelamento salarial dos trabalhadores do estado leva a que essa categoria tenda a desaparecer e ser substituída por trabalhadores sem direitos sociais, sem carreira e concurso: o verdadeiro paraíso dos governantes. (DIAS, 2006, p. 187).

A reforma da previdência selou o fim da adoção do tão propagado Estado de Bem-Estar Social pelo governo brasileiro. Nos governos de Collor e FHC, a central sindical Força Sindical serviu como principal instrumento para amortecer a luta entre trabalhadores e patrões, agindo junto aos trabalhadores buscando construir consenso em torno das reformas implementadas pelos dois governos neoliberais. Embora a CUT já vinha passando por

transformações desde os anos 1990, foi nos governos Lula que seu transformismo ficou mais aparente. No Governo Lula, a CUT, que no passado recente criticava duramente a Força Sindical como traidora dos trabalhadores, também assumiu seu lado reformista para se adequar ao núcleo de sustentação do governo petista.

A CUT assumiu a forma da Central que combatera (Força Sindical) e instalou-se um novo sindicalismo de resultados, negócios e apoio incondicional ao governo. Progressivamente, deixou de ser um instrumento de luta dos trabalhadores para monitorar-lhes a ação no sentido da redução da radicalidade das lutas, da aceitação acrítica das chamadas transformações do mundo do capital (perversamente designado mundo do trabalho). Cada vez mais distinta e isolada dos trabalhadores, transformados em exército de apoio à direção, em massa de manobra devidamente disciplinada por ela [...]. (DIAS, 2006, p. 189).

Para Dias (2006), assim como o PT, a CUT também se transformou para dar base de sustentação ao governo; e elenca algumas mudanças que comprovam a transformação: a) a aceitação da primeira fase da reforma da previdência com a substituição de tempo de serviço por tempo de contribuição como critério para se aposentar. A aprovação desse ponto prejudicou, principalmente, a situação dos trabalhadores rurais, dos informais e dos trabalhadores da ordem privada que teriam dificuldades para se aposentar. Além disso, foi ampliado o tempo de serviço para se aposentar, comprovando que as grandes questões da classe trabalhadora foram abandonadas. b) a CUT atuou na intensificação da subordinação da classe trabalhadora pelo grande capital e passou a receber financiamentos externos à contribuição dos trabalhadores, como: verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de convênios assistencialistas, além de ampliar os convênios com a iniciativa privada, criando linha de crédito para os trabalhadores.

Tratamos de algumas transformações que podemos extrair da análise de Dias (2006) que comprovam as mudanças que foram operadas no interior da Central e que, de certa forma, não foram nada favoráveis à classe trabalhadora. Boa parte da classe já não se sentia representada pela Central e não participava de lutas cruciais para os trabalhadores, como a greve contra a reforma da previdência, quando vários trabalhadores marcharam para Brasília para protestar contra o assalto dos direitos dos trabalhadores, principalmente, dos servidores públicos. A CUT nada fez e houve uma cisão no interior da central. Os grupos descontentes com a postura da CUT fundaram uma nova central: a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), em março de 2004, no encontro nacional sindical de Luziânia (GO). No encontro, foi definido um calendário de lutas contra a reforma sindical. Em junho de 2010, foi fundada

a CSP Conlutas – Central Sindical e Popular, agregando em seus quadros sindicatos, movimentos sociais e estudantis.

Mesmo com um cenário completamente desfavorável aos trabalhadores, caracterizado por Dias (2006) de contrarrevolução, ele fez um apanhado da conjuntura para conclamar a união das classes trabalhadoras na defesa dos direitos sociais. Com as reformas implementadas, foram se tornando políticas focalistas que, segundo o autor, mantiveram e reafirmaram a estrutura de dominação do capital. Essas reformas operadas no aparelho do Estado pelos governos de Collor a Lula contribuíram para a reformatação da classe trabalhadora, transformada no governo do PT em classe colaboradora, destruindo assim, o antagonismo de classe necessário em um sistema democrático.

Dias (2006) alerta para o risco de desaparecimento da subjetividade antagônica e da própria classe antagônica, que pode morrer por não poder atender suas necessidades básicas e por sofrer o processo de idiotização operado pelas reformas que foram feitas também na educação. Em toda a tragédia anunciada, o autor conseguiu ver um ponto positivo que é a oportunidade de os movimentos sociais, sindicatos e partidários contrários à política econômica operada pelo governo unirem-se de forma autônoma e com independência de classe para lutarem pelos direitos sociais, como as lutas em prol das reformas universitária, sindical e trabalhista:

[...] Juntar essas lutas, criticar e lutar para inviabilizar o processo de destruição das classes trabalhadoras e da sociedade é nossa palavra de ordem, nosso norte de intervenção social. [...] Temos que superar as perspectivas de categorias que tendem ao particularismo para assumirmos a visão estratégica de classe e assim construirmos uma sociedade autodeterminada, uma nova sociabilidade, contra esta ordem a favor da hegemonia dos trabalhadores. (DIAS, 2006, p. 218).

O autor faz uma análise baseada na formação política da classe trabalhadora para que esta se fortaleça e parta para a ação. Esta classe, segundo o autor tem que reagir à implementação da política neoliberal. Na análise, é possível perceber as disputas de projetos no interior do estado, como também a organização da classe dominante. Cabe à classe trabalhadora se preparar melhor para disputar os espaços na estrutura do estado.

Outro autor que também percebeu certo transformismo no PT para se tornar governo foi Emir Sader (2004) que, juntamente com um grupo de intelectuais, como Laura Tavares, César Benjamin e Rafael Gentili, organizou obra para avaliar o primeiro ano do Governo Lula.

Emir Sader (2004) fez uma avaliação da política nacional e do contexto econômico internacional no qual Lula deveria governar; conjuntura marcada pelo domínio econômico norte-americano com a implantação do neoliberalismo e a imposição do modelo para os países economicamente dependentes. No Brasil, o cenário era de crise política por causa dos prejuízos econômicos causados com a adoção da política neoliberal pelos governos anteriores. As esquerdas e os movimentos sociais brasileiros lutavam contra esse modelo econômico. A eleição de Lula foi pautada em um rompimento com o neoliberalismo, pelo menos era o que as esquerdas esperavam. Então, foi a partir dessa questão que Sader pautou sua avaliação do Governo Lula com o seguinte questionamento: em que medida logra sair do modelo neoliberal?

A partir desse critério, o autor julgou o governo de forma negativa, apresentando as principais decisões que podiam ser consideradas ruins para a retomada do desenvolvimento e apontou ainda traços conservadores e messiânicos na postura do presidente. Primeiro, a política neoliberal foi mantida e aprofundada, com a intensificação do ajuste fiscal, superando os índices solicitados pelo FMI. No entanto, aumentou o endividamento interno, tendo que fazer novos acordos com o órgão. Com isso, abandonou a política social que foi deixada para segundo plano, apresentando índices ruins e intensificou as reformas, como a da previdência e a tributária, seguindo religiosamente as recomendações do Banco Mundial. Segundo Sader (2004), Lula se revelou conservador nas duas reformas, na política econômica e nos discursos, tentando desmobilizar os movimentos sociais e aceitou a política neoliberal sem críticas.

O autor justifica tais posturas como parte do transformismo do PT que já vinha sendo operado desde 1994, quando o partido realizou uma série de mudanças internas, de composição, na relação com os movimentos sociais e com a institucionalidade, bem como, mudanças de temas centrais para o partido, passando a priorizar o ajuste fiscal em detrimento das políticas sociais (SADER, 2004).

Para Sader (2004), entretanto, a principal mudança foi a reinserção do partido na institucionalidade, ou seja, ganhar eleições passou a ser a principal prioridade, característica também apontada por vários autores que estudaram o transformismo do PT. Com essa mudança de postura, dá para entender as alianças que foram feitas com setores do grande empresariado, como na eleição de 2002, tendo como vice na chapa de Lula, José Alencar, empresário do setor têxtil. A Carta aos Brasileiros é apontada como o documento que selou o acordo com o FMI, comprometendo-se a manter a política econômica do seu antecessor. Para o autor, todos esses acordos comprovam a aliança de Lula com o capital financeiro e com os organismos internacionais em prejuízo das pautas dos movimentos sociais. Outro sinal de

transformismo e submissão a esses órgãos foi a formação da equipe econômica. Segundo Sader, esta se apresentava completamente alinhada com as determinações do FMI, inclusive, com poder de veto sobre decisões fundamentais:

Esse perfil fez com que Lula promettesse retomada do desenvolvimento e prioridade para o social, mas visse esses dois objetivos inviabilizados pelos critérios da equipe econômica de manter superávit primário superior ao exigido pelo FMI e administrar de forma conservadora e gradualista a baixa da taxa de juros, a tal ponto que esta apenas diminuiu de 25% para 17,5% em meio a uma brutal recessão. O governo Lula enfrenta o desafio da quadradura da roda: retomar o desenvolvimento, redistribuir renda, criar empregos e enfrentar os graves problemas sociais brasileiros, sem sair do modelo neoliberal. Conseguirá triunfar onde fracassaram De la Rúa, Toledo, Fox, Battle e o próprio FHC? (SADER, 2004, p. 88).

Assim como o PT e o Lula se transformaram para se adequar à ordem, o mesmo teria ocorrido com Emir Sader. Na obra de 2004, é crítico ao governo petista reconhecido como neoliberal. Já em 2013, organizou obra sobre os 10 anos de governo do PT apontando na mesma os bons resultados do governo e caracterizando-o como governo pós-neoliberal. Para o autor, Lula teria superado o modelo neoliberal adotando outro mais preocupado com as políticas sociais.

3 REFORMA UNIVERSITÁRIA E SINDICALISMO DOCENTE NOS GOVERNOS LULA

3. 1 Historicizando o movimento grevista

Neste capítulo trataremos do movimento sindical e, mais especificamente, do fenômeno greve docente. O mesmo está estruturado em três subseções para facilitar a compreensão do tema analisado. Iniciamos com uma discussão sobre o movimento sindical nas décadas de 1980, 1990 e 2000; depois, partimos para uma análise da reforma universitária no governo Lula. Finalizamos fazendo análise de trabalhos de alguns autores que se dedicaram ao fenômeno greve docente para, a partir daí, apresentarmos a nossa tese.

Para fazermos uma abordagem sobre a temática em questão, consideramos necessário nos reportarmos à década de 1980, período marcado pela explosão dos movimentos sociais e pelo despontar de uma série de greves (em 1978, 1979 e 1980). Elas foram sustentadas graças à reorganização do movimento sindical favorecido pelo crescimento de sindicatos combativos com o surgimento do novo sindicalismo e pela criação da CUT, que organizou uma série de greves em defesa dos direitos dos trabalhadores e pela ampliação deles. Nesse contexto, o novo sindicalismo contribuiu para o surgimento de novas lideranças sindicais que se formaram ao longo do período ditatorial. Essas lideranças eram desvinculadas do esquema comunista-petebista e dispostas a conquistar o seu espaço no novo movimento. Soma-se a isso, a participação ativa da ala progressista da Igreja Católica junto com os movimentos populares, que se uniram ao movimento sindical na luta pela democracia e pela conquista de direitos para a classe trabalhadora.

Da união dos movimentos populares e sindicais na década de 1980, na luta pela democracia do Brasil e pela ampliação de direitos trabalhistas, surgiu a ideia de fundarem uma central sindical única para representar a classe. No início de 1980, ocorreram várias reuniões, encontros e congressos para debater sobre a questão. Como resultado desses debates, realizaram uma Conferência em 1981. Foi uma das mais importantes, porque conseguiu unir praticamente todas as facções militantes do meio sindical. Essa reunião ficou conhecida como Conferência Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT e ocorreu na Paia Grande, litoral de São Paulo no mês de agosto. Da conferência, participaram representantes de sindicatos urbanos e rurais, associações de funcionários públicos, federações confederações, totalizando 1.126 entidades e 5.247 delegados. Foi tirada uma comissão que deveria organizar o congresso de fundação da nova Central. Por conta de

divergências entre as lideranças de diferentes vertentes sindicais e políticas, o congresso só ocorreu em 1983.

Como esses grupos não entravam em consenso, a tendência conhecida como autênticos, bloco mais à esquerda no interior do movimento sindical e o grupo das oposições sindicais, resolveram convocar para agosto de 1983 O I Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT) em São Bernardo do Campo. Nesse Congresso, fundaram a CUT. Embora os sindicalistas da Unidade Sindical (Pelegos, PCB, PC do B, MR8) e os sindicatos rurais tenham se ausentado do congresso, foi possível reunir 5059 delegados de 912 entidades, com participação ainda de uma confederação e cinco federações. Com uma participação considerável do setor público, segundo Rodrigues (1991, p.34), “[...] deve-se salientar o grande aumento do número de delegados do setor público, que passou de 145, na CONCLAT de 1981, para 483 no CONCLAT DE 1983. [...]” Os grupos que se ausentaram desse Congresso por divergências realizaram um congresso em novembro daquele ano com o mesmo nome do anterior CONCLAT. Elegeram uma comissão nacional e cerca de três anos depois fundaram sua própria central: a Central Geral dos Trabalhadores-CGT em março de 1983.

Na CUT ficaram os sindicalistas “combativos” (do ex-bloco dos autênticos), junto com os militantes das oposições sindicais, da esquerda católica e dos pequenos grupos de orientação marxista, leninista ou trotskista. Na CGT ficaram os dois partidos comunistas, o MR-8, os sindicalistas ligados ao PMDB e ainda os dirigentes mais próximos do sindicalismo norte-americano, liderados por Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo. (RODRIGUES, 1991, p.34).

A partir do contexto descrito, percebemos que as duas centrais surgiram com rachas. Foi necessário construir internamente unidades em torno de suas principais propostas de luta. A CUT, ao longo da década de 1980, apresentou-se como a principal central de luta, conduzindo grandes greves e conquistando direitos para a classe dos trabalhadores. De 1983 em diante, ela foi crescendo em número de filiados e conquistando a simpatia dos trabalhadores pela forma como conduziu lutas importantes para a classe através de grandes mobilizações e greves gerais.

As transformações no mundo do trabalho vinham sendo operadas nos países do Primeiro Mundo com a adoção das práticas neoliberais provocando a crise no sindicalismo mundial. No Brasil, esse modelo só seria implantado na década de 1990 com a chegada de Collor de Mello à presidência da República. Mesmo assim, apesar de os trabalhadores passarem por condições difíceis, eles estavam bem organizados através dos sindicatos, que

ressurgiram com práticas mais combativas à exploração do capital, como as greves e a ampliação do número de sindicatos fortalecendo a luta pelos direitos dos trabalhadores. O movimento foi definido pelos estudiosos como novo sindicalismo, caracterizado por Antunes (2009) como um período marcado pelo despontar de várias greves, de vários tipos de categorias de trabalhadores; pela expansão do sindicalismo do assalariados médios e do setor de serviços, como o funcionalismo público; pela continuidade do avanço do sindicalismo rural; pelo nascimento das centrais sindicais, como a CUT; com a efetivação de uma luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado.

Eduardo Noronha (1991), analisando a explosão das greves na década de 1980, mostra que elas tiveram momentos de fluxos e refluxos e revelaram padrões diferenciados nos setores privado e público. Até metade dos anos 1980, as greves predominavam no setor privado, quando a situação se inverteu, em 1987: “mais de 60% dos grevistas e 80% das jornadas perdidas correspondem ao setor público [...]” (NORONHA, 1991, p. 101).

Há que se observar que o crescimento do funcionalismo público contribuiu muito para a explosão das greves, embora tenha sido o setor que enfrentou maior rigidez nas negociações, ocasionadas, de acordo com Noronha (1991), pela crise do setor financeiro, pelos congelamentos de preços e pelas dificuldades de negociações coletivas. Nesse período, as greves tinham uma explicação que atualmente serve para justificá-las: a reivindicação pelo reajuste salarial que pudesse limitar as perdas provocadas pela inflação.

Difícilmente as greves apresentam apenas um significado: elas são formas de ação do sindicato no sentido de reagir à política salarial do governo. Servem também para apresentar novas lideranças sindicais e as condições de trabalho da categoria, além de questionar o papel do sujeito no movimento de reivindicação. Para Mascarenhas (2002), a prática sindical torna pública as condições e relações trabalhistas, ao mesmo tempo em que sedimenta o caráter coletivo das relações favorecendo a construção de laços no interior do espaço de trabalho que poderão se estender para além do mesmo.

Noronha destaca de forma positiva a participação do setor público na construção de muitas greves. Trata-se de um grupo que resistiu bem às dificuldades de negociação e que também continuou se manifestando ao longo das décadas seguintes quando as políticas neoliberais imprimiram grandes perdas para a categoria de trabalhadores. Trataremos dessas categorias nos capítulos seguintes.

Para Mattos (2009a), a CUT apresentou-se e cresceu durante os anos 1980 afirmando a necessidade de enfrentamento do capital e da defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Por outro lado, a mesma, desde o seu nascedouro, foi marcada por rachas

internos, provocando assim, uma polarização interna e um controle por parte da sua direção, formada pela tendência Articulação Sindical - assim direcionando sua administração para a exclusão dos demais setores da Central. A partir daí a CUT se tornou participativa nos espaços convocados pelo governo e por empresários até se filiar à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL). No Governo Lula, tornou-se uma das maiores defensoras das reformas propostas pelo governo para a classe trabalhadora e manteve relação íntima e contratual com o governo à medida que dirigentes da CUT se licenciavam de seus cargos na Central para assumirem postos na estrutura administrativa do governo. Araújo e Oliveira (2014) também atestam a relação íntima do PT com a CUT e vice-versa. Vejamos:

Entre todos os seguimentos com os quais se identificou, foi com a CUT que o PT construiu, desde a origem de ambos, laços políticos mais fortes e com quem sua imagem mais se associou, positiva ou negativamente, no imaginário popular. O PT sempre foi uma força política amplamente majoritária entre os militantes da CUT, embora jamais tenha tido aí uma presença monolítica, sempre atuando a partir de tendências, que guardam posições conflitivas entre si. De outro lado, parte expressiva dos petistas teve origem ou manteve-se atuante no sindicalismo combativo. A CUT construiu-se como seguimento destacado do campo democrático e popular, apoiando decididamente as quatro candidaturas de Lula à presidência. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014, p. 30).

A maioria dos estudiosos aponta uma crise no novo sindicalismo ainda na década de 1980, provocada pelas novas relações de trabalho instauradas pelo capital, afetando de perto a forma de ser da classe trabalhadora, que se tornava mais heterogênea, fragmentada e complexa. Ricardo Antunes (2002), analisando essa crise, aponta alguns fatores que teriam contribuído para o seu crescimento: a diminuição das taxas de sindicalização, a separação entre trabalhadores estáveis e os precarizados, intensificação da tendência neocorporativa, redução das ações e práticas de greves. Antunes adverte, entretanto, que não devemos pegar essas características como uma uniformização do sindicalismo e que existem países em que a taxa de sindicalização não diminuiu, como na Suécia. A diferenciação entre trabalhadores estáveis e não estáveis tem dificultado uma união da classe e o desenvolvimento de uma consciência de classe, resultando em uma redução das práticas de greve, tornando o sindicato intensamente mais corporativo. O autor considera isso perigoso, pois pode gerar desentendimento entre as classes e expansão de movimentos xenofóbicos.

Antunes, por se apresentar preocupado com o processo de desregulamentação no mercado de trabalho, bem como o aumento do desemprego no Brasil, tem apontado em seus estudos, esses grupos de trabalhadores que não são sindicalizados porque vivem na informalidade. Esse grupo pode se revoltar em relação aos que são protegidos pelas leis e

pelos sindicatos que lutam exigindo direitos. Nesse caso, aponta para a urgência de lutas conjuntas e com bandeiras mais amplas para abarcar toda a classe trabalhadora. Concordamos com o autor sobre a necessidade de ampliar as lutas.

Rossi e Gerab (2009), que também concordam com uma crise no movimento sindical, salientam que, além dos reflexos das pressões externas ao sindicalismo, o quadro político interno também apresenta problemas, como o apego aos aparelhos dos sindicatos. O sindicalismo brasileiro tem apresentado ainda momentos de fluxos e refluxos. Os motivos dos refluxos são vários. Conforme Mattos (2009b): os problemas de sustentação financeira, a queda no índice de sindicalização, as experiências dos trabalhadores com as transformações no mundo do trabalho, a permanência da estrutura sindical corporativa e as opções políticas dos líderes da CUT.

Mattos (2009a) parte de uma análise da relação da classe trabalhadora com o capital como época de grandes derrotas que se acentuou no Brasil na década de 1990, sintetizada em maior precarização das relações de trabalho, aumento das taxas de desemprego, agravamento das condições de existência, tendo como consequência: “[...] Do ponto de vista da subjetividade coletiva [...] o recuo do sentimento de pertencimento a um coletivo social [...] e da identificação com os projetos de transformação social orientados por uma perspectiva de classe trabalhadora [...]” (MATTOS, 2009a, p. 27); fragmentação tanto nas relações de trabalho, como no nível da consciência de classe.

Ainda na década de 1990, o movimento sindical teve que enfrentar a luta do projeto de lei da reforma da Previdência, quando, por ironia do destino, efetivou-se a implantação durante o governo de Lula, ex-sindicalista. Essa mudança foi duramente criticada pelo movimento sindical, mas encabeçada pela CUT que, naquele contexto, muitas vezes se confundia com o governo, causando a desconfiança dos sindicatos, provocando inclusive uma grande desfiliação dos sindicatos daquela Central. Esse período foi marcado por lutas pontuais no que se refere à própria organização dos sindicatos brasileiros que se ampliaram no início da administração petista em 2003 e anos seguintes em lutas contra as reformas na legislação trabalhista.

Ruth Ferreira (1994), em seus estudos sobre movimentos sociais e partidos políticos, identificou a dupla militância de lideranças que participaram do movimento social e do partido. Segundo ela, muitos partidos de esquerda investiam nos movimentos sociais buscando exercer alguma influência política sobre eles. Essa realidade pôde ser constatada durante as administrações petistas à frente do executivo federal, quando o partido, no

governo, procurou apoio nos sindicatos e em suas principais lideranças para aprovar as suas propostas de reformas no Estado.

A maioria dos estudiosos apontam a década de 1990 como o período de crise do novo sindicalismo, marcada pela ascensão da política neoliberal no Brasil com a reestruturação produtiva provocando desemprego, flexibilização das leis trabalhistas, profundas transformações no mercado de trabalho e, conseqüentemente, um enfraquecimento das formas de lutas e do próprio sindicalismo combativo da década anterior. Para Mattos (2009b), com a redemocratização do Brasil e as eleições presidenciais de 1989, encerra-se a era do novo sindicalismo.

[...] do ponto de vista de um movimento politicamente organizado, o neoliberalismo como ideologia do estado mínimo, a reestruturação produtiva como prática de maximização dos ganhos do capital e o ataque ao direito do trabalho como processo de individualização e mercantilização das relações trabalhistas desembarcaram no Brasil nos anos de 1990, inicialmente com Collor de Mello e posteriormente, se vê recrudescer sob FHC [...] (BRIDI; FERRAZ, 2014, p. 88).

A conclusão de que a década de 1990 foi marcada pela crise do sindicalismo provocada pela adoção da política neoliberal no Brasil é comum entre os vários autores que estudam o sindicalismo brasileiro (BOITO JR., 1999; ANTUNES, 2005; BRIDI, 2005; TRÓPIA, 2009; MATTOS, 2009a, 2009b). O que diferencia os autores são as leituras que os mesmos fizeram da trajetória do sindicalismo diante da crise, conforme o aporte teórico de cada autor. Alguns autores caracterizam o período como de rendição do novo sindicalismo e de crise no modelo de luta.

Mattos (2009a) parte de uma análise da relação da classe trabalhadora com o capital como época de grandes derrotas, como o recuo do sentimento de pertencimento a um coletivo e fragmentação nas relações de trabalho e no nível de consciência de classe, como já mencionamos anteriormente. Antunes (2005) vê como um desmoronamento do sindicalismo vertical e uma intensificação do neocorporativismo, quando o sindicato passou a defender os interesses da categoria à qual o sindicato está vinculado, deixando à mercê do capital a grande massa de trabalhadores em situações precarizadas de relações de trabalho e vê ainda como uma acomodação social democrática. Boito Jr. (1999) também identifica características neocorporativista no movimento sindical, ao mesmo tempo em que identifica o período como de ofensiva da política neoliberal. Trópia (2009), analisando a atuação da Força Sindical nos anos 1990, época de implantação da política neoliberal, identifica a mesma como tolerável pelo governo e pelas empresas investidoras que veem sua atuação como desejável para os

governos neoliberais, pois a mesma colaborou com o processo de desmonte da legislação trabalhista, ao propagar a ideologia neoliberal entre seus associados, agindo como “uma espécie de empresa, que investe e incentiva as relações mercantis entre os trabalhadores e sindicatos” (TRÓPIA, 2009, p. 30). Bridi (2005) identifica a atuação dos sindicatos como de crise de mobilização. Enfim, cada um a seu modo caracterizou o momento de crise do sindicalismo.

Bridi e Ferraz (2014), embora concordem com a crise de mobilização ocasionada pela perda de filiados, afirmam que a mesma ocorreu, principalmente, em setores que mais foram atingidos pelas medidas de mercantilização das relações trabalhistas. E estas eram as principais categorias que compunham a CUT e a Força Sindical, mas no setor dos servidores públicos é possível ver uma ampla expansão do sindicalismo, sobretudo nos setores da educação e da saúde, favorecidos pela conquista do direito de sindicalização na Constituição de 1988. Mas nos dois mandatos (1995-2002), FHC conseguiu tomar medidas que prejudicaram os trabalhadores de forma geral, inclusive os funcionários públicos, com a desregulamentação de direitos sociais e a flexibilização das relações de trabalho. Nas universidades, passou a ter um controle rigoroso sobre a carga horária do professor exigindo produção computada em números e fiscalizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Toda a relação trabalhista passou a ser pensada com vista a dar lucro, aumentando a exploração sobre o grupo de trabalhadores.

Para Bridi e Ferraz (2014, p. 91), não se pode analisar o poder do sindicato apenas pelo crescimento de filiados, nem muito menos pelo número de greves conduzidas por ele. O seu “[...] poder reside na disposição para a ação coletiva, o que implica a capacidade tanto de promovê-la, como evitá-la, em função de conjunturas específicas e de cálculos racionais sobre ganhos e perdas possíveis. [...]” Muitas vezes, o sindicato percebe que pode conseguir o que deseja sem necessariamente chamar para uma greve, pois este é o ponto máximo da ruptura. Tal estratégia só é indicada pelo sindicato quando todas as outras possibilidades de negociação foram exploradas sem resultados favoráveis à categoria que o mesmo representa.

Para os autores, com o processo de redemocratização do Brasil, o sindicalismo vive um outro momento de institucionalização, portanto, com poder de intervenção institucional junto a outros atores sociais capazes de diminuir a mercadorização da força de trabalho. Tal afirmação pode ser confirmada observando a participação de vários conselhos criados pelo governo para gerir o processo de transformação no mundo do trabalho. O sindicato deve avaliar a participação e o grau de interferências que a mesma pode ocasionar nos interesses do

sindicato, pois, uma vez participando do processo, pode ter os seus interesses embaralhados com os de outros setores, inclusive com interesses do governo.

[...] Assim, os anos de 1990 para o movimento sindical brasileiro devem ser descritos através de dois fenômenos. O primeiro é mais frequentemente visível nos estudos sociológicos e consiste na diminuição do movimento grevista e na capacidade de mobilização de massa dos sindicatos de trabalhadores. O segundo consiste no crescimento do seu poder institucional junto a outros atores sociais. (BRIDI; FERRAZ, 2014, p. 94).

O que os autores concluem é que o sindicalismo da década de 1990 não tinha a mesma capacidade de mobilização dos anos de 1980, devido à própria conjuntura de desregulamentação de direitos, às dificuldades de negociação e ao baixo índice de sindicalização. Concordamos que eram tempos difíceis para as organizações sindicais. Novo contexto de regulamentação do trabalho se apresentava, bem como, crescia o número dos trabalhadores desempregados exigindo dos sindicatos novas estratégias de lutas. Mas não podemos desconsiderar o papel desempenhado pela Força Sindical no interior do movimento amortecendo as lutas.

Trópia (2009), analisando a participação da Força Sindical na década de 1990, vai apresentar uma Central colaboracionista com o governo, no sentido de facilitar a aplicação das políticas neoliberais entre os trabalhadores, completamente comprometida com os interesses do grande capital e tirando vantagens dele, uma vez que a Força Sindical passou a gerir recursos se comportando como uma verdadeira empresa junto aos trabalhadores. Então, uma vez que uma central ou um sindicato assumam a posição de colaborar com o governo, os mesmo podem ter os seus interesses comprometidos e perder a confiança dos seus filiados. A participação institucional é uma faca de dois gumes e deve ser bem avaliada pelo movimento sindical antes de se optar por este caminho.

Para Trópia (2009), o apoio da Força Sindical ao neoliberalismo se desenvolveu em duas frentes. Uma delas empreendeu uma forte oposição à CUT e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a outra se tornou o “braço” da política neoliberal no sindicalismo, tendo papel decisivo na desregulamentação das relações de trabalho e na redução dos gastos sociais.

Se o discurso da Força Sindical era ambíguo, sua prática não deixava dúvidas quanto à defesa da privatização dos serviços sociais. Além de ter sido omissa na denúncia da redução dos gastos, a Central cresceu, em grande medida, ao assumir funções sociais relegadas pelo Estado como educação e saúde, especialmente. A Força Sindical negociava seguros de vida, seguros saúde e atuava crescentemente na oferta e qualificação de mão de obra. (TRÓPIA, 2009, p. 77).

A autora apresenta o Governo FHC como o maior responsável pelo sucesso da política neoliberal no Brasil; lógico, apoiado pela Força Sindical, que preparava os trabalhadores para as transformações que iam sendo operadas no mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que lutava contra a CUT e o MST, tentando desmobilizá-los e combatendo as suas práticas, consideradas por esta Central como retrógradas diante das transformações advindas da adoção da política neoliberal. Trópia (2009, p. 63-64) afirma que FHC cumpriu as cláusulas 33 e 34 do acordo assinado com o FMI, pois promoveu as “Reformas da Previdência e Administrativa, os contratos ‘flexíveis’ de trabalho e a proposta de alteração da CLT [...]” Sobre a atuação da Força Sindical nesse processo, a autora caracteriza através de uma adesão com reticências ao modelo neoliberal:

O apoio da Força Sindical ao neoliberalismo mostrou-se, portanto, seletivo. Enquanto os feixes da política neoliberal incidiam sobre o setor público e apenas indiretamente sobre o setor privado, a Central aceitou-a. Todavia, quando as consequências afetaram sua principal base, reagiu ora com moderação - apresentando propostas compensatórias (qualificação profissional, contrato temporário e jornada flexível) e paliativas (PLR) -, ora com protestos [...] (TRÓPIA, 2009, p. 78).

Por ser uma Central, na sua maioria formada por trabalhadores do setor privado, a Força Sindical empreendeu uma campanha contra os benefícios dos trabalhadores públicos. Queria equiparar os direitos por entender que o funcionalismo público⁷ era um setor de trabalhadores privilegiados. Araújo e Oliveira (2014) apresentam a crise do movimento sindical da década de 1990 como ocasionada por uma série de fatores econômicos a partir do aprofundamento da reestruturação produtiva,⁸ que provocou um aumento acentuado do desemprego no Brasil, interferindo diretamente no perfil da mão de obra que ficou empregada e aumentando a barreira interna entre os trabalhadores. Além disso, o Governo FHC tentou modificar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para flexibilizar as relações

⁷ A Força Sindical, em 1995, além de ser contra a greve dos petroleiros, ainda se posicionou pelo fim dos monopólios estatais, ocasionando descontentamento entre os sindicatos públicos filiados à Central. A posição da mesma provocou a desfiliação do Sindicato dos Telefônicos de São Paulo e do Sindicato dos Servidores Públicos de Osasco. Este último se desfiliou em 1997, após um período de insatisfação com a Força. Segundo um dos diretores do sindicato, eles eram chamados de sanguessugas pelos diretores da Central (para mais informações, conferir TRÓPIA, 2009).

⁸ No campo das relações de trabalho, no primeiro Governo FHC (1995-1998), foram alterados os padrões de fiscalização das empresas, dificultando a punição para as que descumprissem acordos coletivos e as leis trabalhistas; foram ainda decretadas a desindexação salarial e a desvinculação do reajuste do salário mínimo dos índices de inflação (respectivamente, Medidas Provisórias 1.079/1995 e 1.906/1997). Em 1998, com o crescimento do desemprego e a pressão do setor empresarial pela flexibilização dos direitos trabalhistas e com vistas a atender as exigências do FMI para conseguir novo empréstimo, o Governo FHC adotou uma série de medidas com o objetivo de flexibilização dos contratos (cf. ARAUJO; OLIVEIRA, 2014).

trabalhistas, mas CUT e Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) se opuseram a esse tipo de política e conseguiram barrar a lei de flexibilização. É o conjunto desses fatores que vai interferir diretamente na ação do movimento sindical. Para os autores, as transformações no mercado de trabalho e de contratação de trabalhadores modificaram a correlação de forças em prejuízo para os trabalhadores. Eles consideram que a perda do poder dos sindicatos se dá pela perda do seu poder de barganha e de conduzir greves, levando-os a assumir uma posição mais defensiva no plano das negociações coletivas. Apontam ainda o surgimento de novas centrais como desfavoráveis, já que fragmentaram a luta dos trabalhadores dificultando ações conjuntas e afirmam que a CUT mudou de estratégia, passando a adotar uma posição mais moderada, negociadora e propositiva.

Com a mudança de estratégia política da CUT, fortaleceu-se a tendência, já presente em outras Centrais sindicais, de valorizar cada vez mais as possibilidades de participação institucional, que foram abertas com a Constituição de 1988. O raio de ação do sindicalismo se ampliou, ao mesmo tempo em que favoreceu um deslocamento da sua ação do campo de conflito aberto para o da negociação e da participação institucional, justo em um momento de declínio do seu poder de mobilização. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014, p. 35).

A partir das análises dos autores que estudamos, conclui-se que o cenário que se formava para os trabalhadores no final da década de 1990 não era nada animador. Todos apontaram as dificuldades em se construir lutas em um cenário que passava por constantes transformações. Além de ter aumentado o desemprego, cresceu o número de trabalhadores que se inseriram no mercado de trabalho em contratos precários, com a diminuição dos direitos e crescia o número dos terceirizados e a informalidade. Foi nessa conjuntura que os sindicatos e as Centrais enfrentaram os novos desafios advindos do mundo do trabalho e da eleição de um ex-sindicalista - Lula - para presidente da República. As estratégias que o governo iria utilizar para se relacionar com o movimento sindical iria aprofundar a crise no movimento sindical, à medida que a CUT assumiu uma posição mais colaboracionista e a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), uma oposição contínua.

Esse novo momento do sindicalismo na década de 2000, durante as administrações de Lula à frente do executivo nacional, foi caracterizado por Galvão (2012) como um processo de reconfiguração do movimento sindical caracterizado pelo: descontentamento de algumas correntes sindicais com as políticas adotadas pelo Governo Lula; a posição adotada pela CUT e pela Força Sindical diante do Governo Lula; as estratégias utilizadas pelo governo petista para envolver o movimento sindical com sua plataforma política e o fato de a legislação reconhecer e aprovar o financiamento das centrais sindicais.

Esses fatores podem ser compreendidos da seguinte forma: o primeiro descontentamento dos sindicatos se deu porque o Governo Lula deu continuidade à plataforma política do Governo FHC com uma série de reformas que visava diminuir direitos trabalhistas, como a reforma da Previdência. A reforma foi o estopim para o rompimento de alguns sindicatos com a CUT, porque esta Central e a Força Sindical assumiram uma posição de apoio e colaboracionismo com o Governo Lula, inclusive assumindo cargos na estrutura do Estado, como no Ministério do Trabalho e do Emprego.

Esse processo desencadeou cisão e criação de novas organizações, como a Conlutas, em 2004, e a Intersindical, em 2006. O Governo Lula criou organismos para envolver o movimento sindical com seu plano de governo, como os Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), nos quais os representantes sindicais tinham assento junto com outros representantes da sociedade civil, do empresariado e do governo. O objetivo era “[...] discutir as reformas previdenciária, tributária, trabalhista e sindical, na tentativa de construir consensos em torno das questões mais polêmicas [...]” (GALVÃO, 2012, p. 188).

A lei de reconhecimento das centrais sindicais⁹ foi outro ponto que provocou grandes cisões à proporção que alguns grupos vislumbraram oportunidades de conquistar poder e passaram a se organizar com o objetivo de preencher os critérios da lei aprovada em 2008, desencadeando um processo de cisão no movimento. Andréia Galvão (2012) defende que o Governo Lula aprofundou a divisão no movimento sindical e compreende o processo a partir de dois significados opostos:

[...] de um lado, pode ser um indicativo de vitalidade, pois foi a forma encontrada por uma parcela do movimento sindical para manifestar sua insatisfação e seu descontentamento tanto em relação ao governo quanto em relação às centrais sindicais próximas a ele. De outro lado, parece expressar uma tendência à

⁹ O reconhecimento das centrais sindicais foi aprovado no segundo mandato de Lula através da Lei 11.648/2008. Embora as centrais existissem desde 1983, quando a CUT foi criada, não havia nenhuma lei que a reconhecesse de fato. Pela nova lei, definiram-se critérios de representatividade e de repasse do imposto sindical. Ficou estabelecida a representação de, no mínimo, 5% do total dos trabalhadores filiados a sindicatos no País, além da comprovação da filiação mínima de 100 sindicatos; a lei assegurou ainda o repasse de 10% da contribuição sindical para as centrais reconhecidas, que passaram a receber metade do montante que antes era destinado ao Ministério do Trabalho e Emprego. A Conlutas, embora tenha dado entrada para o reconhecimento, não é reconhecida como central por não atingir o critério de representatividade; em 2009, só tinha 39 sindicatos filiados e, em 2010, apenas 63, não conseguindo, portanto, o número mínimo de 100 para o reconhecimento, mas continua atuando fazendo forte oposição às práticas políticas dos governos do PT. Por outro lado, ocorreu um movimento de divisão e fusão de centrais interessadas em abocanhar parcela do imposto sindical destinada às centrais reconhecidas. Constituiu-se a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), oriunda da Corrente Sindical Classista, que deixou a CUT, ocorrendo fusão de antigas para gerar uma nova central; é o caso da União Geral dos Trabalhadores (UGT), que surgiu a partir da fusão da Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), da CGT e da Social Democracia Sindical (SDS) (Para mais informações sobre essa reconfiguração no movimento sindical, ver: GALVÃO, 2012).

acomodação política, já que algumas organizações foram criadas em decorrência das mudanças introduzidas pelo governo na legislação sindical, de modo a se adequar a essas mudanças e se aproveitar dos benefícios por elas introduzidos [...] (GALVÃO, 2012, p. 189).

A autora supracitada analisou a configuração do movimento sindical no Governo Lula em duas dimensões: na organizativa e na político-ideológica. Ela adverte que a cisão que aconteceu na CUT se deu porque os sindicatos e as correntes que compunham a Central não concordavam com o apoio que a mesma deu ao Governo Lula, uma vez que este manteve a plataforma de reformas do Estado. As correntes eram ainda contrárias à participação da CUT nos fóruns criados pelo governo, como o FNT. Algumas tendências saíram em 2004 e passaram a se organizar na Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) que, em 2006, foi fundada oficialmente para, em junho de 2010, passar a se chamar Central Sindical e Popular/Conlutas/CSP. Entretanto, ainda em 2006, outras correntes de esquerda da CUT romperam com a Central e fundaram a Intersindical, que não é central sindical, mas tem uma boa inserção nacional. Galvão (2012) adverte que, embora tenha sido feito um amplo debate no FNT, a reforma sindical não avançou e só no segundo mandato de Lula é que a lei de reconhecimento das Centrais (Lei 11.648/2008) foi aprovada.

Galvão (2012) afirma que depois da lei observa-se um processo contraditório marcado por fusões e novas divisões, surgindo outras centrais. Outra reforma que provocou divergências entre as centrais foi a trabalhista. A estratégia utilizada pelo Governo Lula, no que se refere às reformas quando não conseguem reformular a legislação, foi criar leis para público-alvo no sentido de flexibilizar as relações trabalhistas. Para os servidores públicos, foi criada a lei que limita o direito de greve.¹⁰ Por isso, entende a autora que os sindicatos de funcionários públicos tiveram bons motivos para deixar a CUT.

As conclusões de Galvão (2012) sobre as posições políticas das centrais diante do Governo Lula foram de que (a) as centrais que apoiaram o governo de Lula - CUT, Força Sindical, CTB, UGT, Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) - avaliam como positivo e se comportaram na linha do sindicalismo propositivo e (b) as que fizeram oposição ao governo e à posição adotada pela CUT diante do governo, como Conlutas e Intersindical,¹¹ criticam as políticas implementadas.

¹⁰ Além de muitos acordos que são celebrados e não cumpridos, os servidores públicos reclamam do governo ter criado projeto de lei que limita o direito de greve deles. O projeto “estabelece a necessidade de aviso-prévio de 72 horas para a deflagração da greve; apresenta uma ampla lista de atividades consideradas essenciais, exigindo que as entidades sindicais assegure a continuidade desses serviços e atividades durante a greve; possibilita a contratação temporária de servidores para substituir os grevistas [...]” (GALVÃO, 2012, p. 197).

¹¹ “A Intersindical foi formada a partir de algumas correntes de esquerda da CUT, congregadas na Frente de Esquerda Socialista (FES) - cujos principais dirigentes eram ligados à Alternativa Sindical Socialista (ASS),

Em outro estudo, Galvão e Trópia (2014) abordaram o posicionamento da Conlutas a partir da análise do posicionamento de seus delegados e das entidades que representam nos Congressos da Central. Eles concluíram que a Conlutas/CSP foi uma “[...] das forças de resistência e oposição às políticas de desmonte das estruturas sociais públicas, ao neoliberalismo e ao capitalismo.” (GALVÃO, TRÓPIA, 2014 p. 146).

O trabalho de Galvão faz uma boa reflexão sobre o movimento sindical na era Lula, entretanto mostra um sindicalismo que se rendeu à ideologia do capital com poucas resistências. Na relação com o estado, as maiores centrais se apresentaram como colaboradoras do governo no sentido de priorizarem a negociação com o mesmo e com a classe patronal, limitando-se a reivindicações viáveis, seguindo uma linha propositiva. No trabalho, a autora apresenta o posicionamento de cada central, mas faltou uma crítica mais profunda da autora no que diz respeito à realidade do movimento. A interpretação segue a visão do estado sujeito, condutor do processo e cooptador de lideranças sindicais. Trata-se de um trabalho rico de informações sobre o posicionamento das centrais na era Lula.

Bridi e Ferraz (2014) fizeram uma análise do Governo Lula a partir da visão de quatro sindicalistas do Paraná: um dirigente estadual da CUT, um dirigente estadual da Força Sindical e dois dirigentes da seção sindical local do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES/SN). Os dois primeiros atuaram na base de sustentação do Governo Lula e os dois últimos mantiveram-se na oposição uma vez que o ANDES/SN é filiado à Conlutas e esta manteve-se sempre na oposição ao governo, criticando suas práticas políticas e a relação que manteve com o movimento sindical, entendida pelos representantes do ANDES/SN como de cooptação das lideranças. O certo é que a posição política, o lugar social que cada representante ocupa, bem como os partidos que estão vinculados, interferem na sua visão do Governo Lula.

O trabalho de pesquisa dos autores foi baseado em três tipos de perguntas a respeito do Governo Lula. A primeira questão se referia às expectativas dos dirigentes sindicais a respeito deste governo. Os representantes da CUT e da Força Sindical esperavam transformações, como mais democracia, diálogo, participação, redução das desigualdades sociais e regionais e da jornada de trabalho, mas sabiam que o governo teria dificuldades por ser um governo de coalizão e ter muitas demandas. Já os representantes do ANDES/SN, não nutriam muitas

Unidade Classista (PCB) e correntes do PSOL (Enlace, Ação Popular Socialista/APS, Coletivo Socialismo e Liberdade/CSOL.” (GALVÃO, 2012, p. 193). A Intersindical não é uma central, pois os sindicatos que participam dessa experiência não se desfilaram da CUT. Ela se diferencia da Conlutas porque só organiza e mobiliza trabalhadores e sindicatos, enquanto a Conlutas tem na sua composição movimentos sociais e estudantes, além dos trabalhadores e sindicatos.

expectativas e avaliavam que o governo iria dar continuidade ao governo anterior sem grandes mudanças.

A segunda questão se refere à visão dos dirigentes sindicais em relação ao Governo Lula. Os dois sindicalistas representantes da CUT e da Força Sindical destacaram como avanços o diálogo e o reconhecimento das centrais sindicais. E sobre os recuos, ambos afirmaram que não houve retrocessos, embora o segundo representante afirme que não foi resolvida a questão da redução da jornada de trabalho e do fator previdenciário. Já os representantes do ANDES/SN, destacaram alguma reposição salarial. Sobre os recuos, elencaram vários pontos: desestruturação da carreira docente, piora nas condições de trabalho, aplicou medidas que FHC não conseguiu, portanto, é liberal e prejudicou os trabalhadores com a reforma da previdência que tirou direitos dos trabalhadores. “[...] Na ótica dos representantes dos docentes federais, esse governo impôs perdas de direitos e, nesse sentido, falam em recuos. Para os dirigentes da CUT e Força Sindical, a visão é de avanços, mas também de entraves [...]” (BRIDI; FERRAZ, 2014, p. 101).

Outra questão levantada pelos autores aos entrevistados é a respeito da posição dos dirigentes sindicais sobre a relação movimento sindical e Governo Lula no quesito cooptação e fragmentação. Os representantes da CUT e da Força Sindical concordaram que não houve cooptação, o movimento sindical continuou com suas ações e atendeu algumas reivindicações do governo. Para os representantes do ANDES/SN, tanto sindicalistas como movimento social foram totalmente cooptados por Lula. Sobre a fragmentação no movimento sindical, advinda da relação com o Governo Lula, os sindicalistas da CUT e da Força Sindical destacaram uma pequena divisão em torno do surgimento de novas centrais por causa da lei de reconhecimento das mesmas, não dando muita importância ao fato. Já os representantes do ANDES/SN, reconheceram uma total fragmentação destacando que hoje cada partido tem uma central. Destacaram ainda a criação do PROIFES como uma divisão entre os docentes federais e acreditam que a unidade da luta foi interrompida. Após análise das entrevistas, os autores destacam que:

Como Centrais hegemônicas, CUT e Força Sindical estão politicamente impossibilitadas de reconhecer fragmentação ou cooptação, sob pena de deslegitimar suas atividades recentes. As novas centrais se apresentam como ruídos ou divisões preexistentes. Por outro lado, a condição minoritária do Conlutas, no interior do movimento sindical, obriga os dirigentes de sua base a denunciarem categoricamente desvios realizados pelo campo hegemônico que autorizam, legitimamente, as ações que se viram obrigados a fazer no interior das novas centrais. (BRIDI; FERRAZ, 2014, p. 111).

A Conlutas é formada por muitos sindicatos de funcionários públicos. O ANDES/SN rompeu com a CUT e se filiou a esta Central, justamente por causa da postura da CUT na reforma da Previdência que atingiu, principalmente o funcionalismo público. Manteve-se denunciando todas as reformas implementadas pelo governo petista. As denúncias referiam-se àquilo que prejudicava os trabalhadores, especialmente a reforma universitária, com a criação da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); redução de gastos das universidades e falta de autonomia financeira. Foi nesse governo que as condições de trabalho dos docentes de nível superior das universidades públicas pioraram com aumento da carga de trabalho em condições desfavoráveis. Ainda sobre a posição dos dirigentes sindicais, Bride e Ferraz (2014) chegaram às seguintes conclusões:

Se nós podemos concluir algo sobre a apreciação que os dirigentes sindicais fazem do governo Lula, é a maior complexidade retórica para justificar a atividade sindical, sua tomada de posição e suas disputas internas. A proximidade com o poder obrigou a realização de ações com maior visibilidade pública e, portanto, sujeita a uma intensidade maior de críticas. Se a avaliação diferenciada que os dirigentes sindicais constroem está vinculada à sua inserção ideológica, ela está fundamentada no lugar estrutural que o dirigente ocupa na sociedade em geral, assim como na posição estratégica que desfruta no interior da luta sindical. (BRIDI; FERRAZ, 2014, p. 111).

Os autores são muito categóricos em afirmar que o lugar social que os sujeitos ocupam na sociedade são definidores de sua visão de mundo e da análise que fazem do movimento sindical. Concordamos com os autores e reforçamos que, ao fazerem uma avaliação de si mesmos ou das centrais das quais participam, os entrevistados têm diminuído as críticas às suas centrais, vendo o problema nos outros. Os representantes da CUT e da Força Sindical, por exemplo, tentaram diminuir as divergências que existem no interior da central. A CUT, por exemplo, é uma colcha de retalho de tantas correntes que abriga em seu interior, porém possui uma direção forte desde 1991. A aprovação da lei de reconhecimento das centrais em 2008 fez com que muitos optassem por sair e formar sua própria central. O certo é que os autores tentam não imprimir juízo de valor à visão dos sindicalistas, deixando essa tarefa para o leitor, embora apontem bons elementos para esclarecer o apoio que CUT e Força Sindical deram ao Governo Lula. O trabalho nos apresentou mais elementos para compreender o papel dos sujeitos dentro do movimento sindical de docentes no Piauí. Entretanto, para que possamos entender a relação entre sindicato e Estado precisamos compreender como se dá a construção da hegemonia da classe dominante.

Como Gramsci (2012) asseverou, os interesses dos dominantes prevalecem até certo ponto. Trata-se de um espaço para os subalternos buscarem inserir junto ao Estado restrito

suas propostas de reforma, uma vez que a classe dominante, para se manter no poder, é obrigada a fazer concessões às classes dominadas. Nesse caso, só através da luta de classes, tendo em vista que a relação entre ambas não é nada pacífica, especialmente, quando se quer alterar a estrutura do poder. O partido político é esse órgão que pode organizar as vontades coletivas e fazer com que os interesses dos trabalhadores se transformem em políticas de Estado uma vez que, ao fazer parte do Estado, pode construir hegemonia em torno dos interesses de sua classe. Além de se organizarem em partidos políticos eleitorais, outra forma bastante utilizada pelos trabalhadores brasileiros para conquistarem seus objetivos tem sido a organização em sindicatos da categoria e, nos momentos de grande conflito, utilizarem-se da estratégia da greve como forma de pressão política.

Não podemos perder de vista que a sociedade civil tem seus espaços marcados por relações de força, mas também por espaços de negociação. A classe que pretende se tornar hegemônica precisa fazer concessões às outras classes para que possa ter a direção do conjunto das classes. Não significa dizer que elas serão dadas de forma pacífica, pois essas relações se dão em uma sociedade bastante complexa, dominada pelas novas regras do capital que exigem reformulação das relações trabalhistas e da própria sociedade como um todo. Assim, podemos entender que, por mais que a classe dominante faça concessões, elas são restritas e conquistadas a partir da luta da classe trabalhadora organizada, provando o caráter classista do Estado. É a partir desses embates e da conscientização da sua situação de classe que os trabalhadores sentem a necessidade de ter um órgão para representar o seu projeto de sociedade: o partido político.

Gramsci (2010) pregava a necessidade de intelectuais da classe trabalhadora para analisar a sociedade e a conjuntura nas quais os trabalhadores estavam imersos. O grupo articulador ajudaria na formação e conscientização dos trabalhadores, bem como, junto com eles, construiriam um projeto de sociedade que atendesse aos anseios da classe dos trabalhadores. O partido político seria o órgão responsável para criar as condições da implantação do projeto de sociedade. Assim, o Partido tinha que surgir no seio da classe trabalhadora e estar permanentemente imerso em suas lutas. Portanto, o partido também seria aparelho de hegemonia, à medida que se organizava em torno de objetivos comuns, produzindo projetos de intervenção político-social e mobilizando a ação coletiva do grupo que representa.

Gramsci, o teórico da práxis, concebe a formação do intelectual como sujeito responsável pela construção da hegemonia e da contra-hegemonia, sujeito crítico capaz de, com sua ação, provocar transformação social. Para o autor, “a relação entre os intelectuais e o

mundo da produção não é imediata, como ocorre nos grupos sociais fundamentais, mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’” (GRAMSCI, 2010, p. 20).

O teórico está se referindo aos dois planos superestruturais que formam a hegemonia social: o da sociedade civil, formado pelos órgãos de hegemonia privados, e o da sociedade política, formado pelo Estado. Ambos se referem à função hegemônica que os grupos dominantes exercem na sociedade e ao domínio direto exercido pelo Estado através das leis e da formação cultural. Nesse caso, já é possível perceber a visão de Estado Ampliado do autor, formado pelos dois planos superestruturais, sociedade civil e sociedade política, portanto, como unidade articulada de consenso e coerção. Além disso, é preciso entender a relação entre partido e sindicato como aliados na luta contra-hegemônica.

3.2 A contrarreforma universitária: uma análise comparada

Após a discussão sobre o movimento sindical na contemporaneidade, analisaremos a contrarreforma universitária a partir da visão de quatro autores. Dois deles são críticos das mudanças implantadas no ensino superior, desde a era FHC até a Era Lula: Badaró Mattos e Roberto Leher. Os outros dois fizeram parte da coletânea organizada por Emir Sader para avaliar os dez anos do governo Lula trata-se de: Pablo Gentili e Dalila Arruda. Esses últimos, viram as reformas como positivas, como ampliação de oportunidades aos pobres no ensino superior.

Badaró Mattos (2009a), destaca que a reforma universitária ou contrarreforma, começou a ser implantada nos dois governos de FHC, tendo à frente o ministro Paulo Renato como ministro da Educação, com a política de privatização do ensino superior.

[...] Privatização no sentido de ampliação do setor privado e também privatização interna das instituições públicas, com os cursos pagos, a lógica produtivista, a gestão empresarial e o cerco para que as instituições passassem a interagir com o “mercado” através de fundações privadas que administram recursos de convênios e projetos - a maioria públicos - além das mensalidades dos cursos pagos, como se empresas fossem. (MATTOS, 2009a, p. 177).

A reforma universitária ou, como o autor denuncia de contrarreforma universitária, foi sendo operada no interior das universidades de forma autoritária: na grande maioria das vezes, por decretos e medidas provisórias sem consulta à comunidade universitária, algumas

definidas no nível de conselhos superiores das IES. Não sem resistências, sindicatos ligados ao ANDES/SN protestaram contra a maioria das reformas em suas unidades universitárias.

A administração FHC ainda implantou uma série de reformas antes de passar o governo para o petista. Como exemplos, podemos citar a instituição do provão e as mudanças nos critérios para escolha de reitores e dirigentes das universidades públicas, através da Lei 9.192 de dezembro de 1995. Por essa lei, os reitores deverão ser escolhidos pelo presidente da República entre uma lista tríplice enviada pela universidade após consulta à comunidade, mas cabe ao presidente a palavra final sobre quem será o reitor. Além disso, devemos citar a implantação de novas diretrizes curriculares para tornar os cursos mais rápidos operando assim as recomendações do Banco Mundial que era desvencilhar o tripé ensino, pesquisa e extensão, flexibilização dos salários dos docentes com uma série de critérios de produtividade para conseguir melhorar salário, enfim, maior controle sobre as universidades públicas, facilidades e apoio à expansão do ensino superior das universidades privadas. O Decreto 2.306, de 19 de agosto de 1997, cria os Centros Universitários e outras formas de instituições de nível superior, define as regras de funcionamento desse nível de ensino, favorecendo a expansão do ensino superior privado.

O Governo Lula deu continuidade à política de FHC para as universidades públicas e criou mais programas de expansão da universidade que, no final, ajudou mais ainda a expandir as faculdades particulares, quando passou a comprar vagas nas particulares através do Programa Universidade para Todos (Prouni).¹² Lamenta ainda Mattos (2009a) o fato de muitos intelectuais outrora combativos, agora no Governo Lula, terem se rendido à lógica do produtivismo e ao apoliticismo. Essa fase é caracterizada pelo autor como a segunda etapa do transformismo em relação à universidade.

Mattos (2009a) afirma que a contrarreforma universitária foi feita de forma imposta, uma vez que muitas reformas foram aprovadas através de medidas provisórias ou por decreto, como a criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes)¹³ para

¹² “O **Programa Universidade para Todos (Prouni)** é um programa do Governo Federal do Brasil criado com o objetivo conceder bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior. Ele foi criado pela lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, quando Tarso Genro era Ministro da Educação. Foi instituído em 2004 a partir da PL 3.582/2004 encaminhado ao Congresso Nacional. Até 2013 o Prouni permitiu o acesso ao ensino Superior à 1,2 milhão de jovens, sendo que 1.116 IES particulares participam atualmente do Programa, com uma média equivalente a uma bolsa para cada 10,7 alunos pagantes, o que é significativo pois 74% das matrículas do ensino superior público brasileiro estão nas faculdades particulares correspondendo a 5,2 milhões de alunos” (WIKIPÉDIA, 2015b, n.p., grifo do autor).

¹³ “Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)** é formado por três componentes principais da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O Sinaes avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a

substituir o provão. O Decreto n. 5.205, editado em 2004, regulamentou as fundações de apoio privadas que atuam nas universidades públicas. O Prouni também foi implantado através de medida provisória.

O ProUni é a primeira aplicação no ensino superior do princípio das Parcerias Público-Privado (PPPs), que Lula trabalhou para ver aprovadas a qualquer custo no Senado. Pelas PPPs, o governo abre setores novos ao investimento privado, apoiados não apenas por subsídios, mas também pela garantia de cobertura com dinheiro público do lucro previsto, caso ele não seja alcançado pelas leis do mercado. E o modelo PPPs adentra no interior das universidades públicas também através da Lei de Inovação Tecnológica, um projeto apresentado em 2001 por FHC que o governo Lula aperfeiçoou - para pior - e tratou de aprovar no Congresso, em dezembro de 2004. (MATTOS, 2009a, p. 180).

O autor segue criticando uma série de reformas que foram implantadas nas universidades públicas e que acabaram sucateando ainda mais as mesmas, piorando as condições de trabalho dos docentes e oferecendo cursos rápidos e com pouca qualidade para os alunos, como os cursos de educação a distância. Com essas medidas do governo, as faculdades particulares comemoraram o aumento de verbas garantidas com as compras de vagas do Prouni, a aprovação do financiamento através de bolsas dos alunos através do Fundo de Investimento Estudantil (Fies), isenção de impostos para aquelas ditas filantrópicas, parcerias com empresas para usarem os laboratórios das universidades e desenvolverem suas pesquisas. Ainda comemoraram as facilidades para aberturas de novos centros de ensino, sem o rigor que é para o funcionamento de uma universidade. Vale ressaltar que os Centros de Ensino não são obrigados a oferecer a pesquisa e a extensão.

De certa forma, o autor acredita que muitos desses alunos que tanto comemoram o Prouni não entenderam que lhes foi roubada a chance de ter um curso de qualidade em uma universidade pública com a garantia de poder fazer um curso superior com o desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão, porque nas particulares se prioriza só ensino. Além disso, não sabem que o dinheiro que foi usado para comprar vagas nas particulares poderia ser utilizado para expandir as vagas nas universidades públicas. Estas sofrem ainda com redução de gastos orçamentários e são obrigadas a expandirem vagas pelos acordos do Reuni.

Demostramos que todo um conjunto de medidas já aprovadas pôs em curso essa contrarreforma universitária - ProUni, Sinaes, regulamentação das fundações, Lei de

extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.” (INEP, 2015, n.p.). Segundo o documento, o objetivo é avaliar a qualidade dos cursos das instituições de educação superior no País. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). A operacionalidade é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Inovação Tecnológica, PPPs - e todas tiveram um sentido privatizante nas suas repercussões sobre o ensino superior. (MATTOS, 2009a, p. 186).

Mattos é bastante crítico com relação a tais reformas, como o próprio ANDES/SN assim o foi. Durante todo o Governo Lula, seguiu criticando as reformas e levantou a campanha dos 10% do produto interno bruto (PIB) para a educação pública por entender que os orçamentos das universidades públicas estavam cada vez mais diminutos, comprometendo o tipo de serviço oferecido à sociedade. Criticou e denunciou os escândalos de corrupção no interior das universidades através das fundações ditas de apoio, que ganharam novo fôlego com sua regulamentação no Governo Lula. Mattos ainda afirma que o ANDES/SN tem acumulado análise, propostas e projetos alternativos para o ensino superior e que a oposição feita ao governo é baseada em dados e pesquisas feitas no setor. Por outro lado, o que se tem observado é cada vez mais redução de recursos destinados à educação superior e que o governo defende que as universidades busquem recursos para se autofinanciarem enquanto o mesmo destina recursos para as faculdades privadas, quando esses recursos deveriam ser destinados às universidades públicas.

[...] Vimos que os recursos do Fies, que alimentam as bolsas para estudantes no setor privado são da ordem de R\$ 1 bilhão por ano hoje. Já o famigerado ProUni custará aos cofres públicos cerca de R\$ 2 bilhões por ano. A suspensão desses programas com a reversão dos recursos neles aplicados para o ensino superior público significaria a possibilidade de expansão ampla e imediata das vagas efetivamente gratuitas nas instituições que realmente possuem compromisso com a qualidade. (MATTOS, 2009a, p. 186).

As questões levantadas pelo autor apontam os principais problemas enfrentados pelas universidades públicas federais e estaduais, pois os governos estaduais tendem a seguir a política que está sendo aplicada no nível federal. São também esses problemas que têm levado ao sucateamento das universidades públicas e piorado as condições de trabalho dos docentes, sendo na década de 2000 motivos para muitas greves encabeçadas pelos docentes para defender direitos já adquiridos e buscar melhorias salariais e trabalhistas. Trata-se de uma verdadeira luta em defesa da educação pública de qualidade.

O autor se apresenta bastante crítico com relação às reformas não percebendo mudanças que beneficiem o sistema público de ensino nem aos pobres, embora o governo tenha propagado bastante que as reformas objetivavam democratizar o ensino superior ampliando os acessos da classe mais pobre. Entretanto, não é a mesma percepção dos críticos e do ANDES/SN. Concordamos com Mattos, que o processo de reformas no ensino superior seguiu a lógica do mercado e do produtivismo, tendo como consequências a sobrecarga de

trabalho para os docentes, piora nas condições trabalhistas e dificuldades de organização de classe. Essas questões serão abordadas ao longo do texto.

Outro autor que também percebeu sucateamento do ensino superior público a partir dessas reformas foi Roberto Leher. Este identifica os processos de reformas como uma tendência internacional ocorrida quando os países Latino-americanos procuraram se adequar para seguir recomendações do Banco Mundial no setor da educação superior objetivando destruir o modelo europeu de universidade que prega a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a gratuidade das instituições públicas. Esse processo de reformas já vinha sendo feito pelo Governo FHC, mas em 1994 ele se intensifica quando o Banco Mundial lançou o documento “Lições derivadas de experiências”. Pelo documento, o modelo europeu adotado no Brasil era considerado antiquado para a realidade latino-americana.

Ao apontar esse documento como motivador para o processo de intensificação das reformas, o autor quer chamar atenção para a relação estreita do governo brasileiro com os órgãos internacionais que regulam as políticas neoliberais. Foi no sentido de se adequar às recomendações desses órgãos que o governo FHC deu início ao processo de (contra) reforma da educação superior. As maiores beneficiadas com esse processo, que foi continuado pelo governo Lula, foram as IES privadas que puderam crescer em número de alunos e de captação de recursos oriundos do estado, via essas políticas, como PROUNI e FIES e ampliação do ensino à distância UAB, por exemplo. Como resultado desse processo, proliferaram todos os tipos de instituições, dentre elas, os Centros Universitários, Escolas Tecnológicas, etc. devido à flexibilização dos critérios para o credenciamento das instituições para atuarem no ensino superior, bem como, a facilidade para criarem cursos novos ou extinguirem aqueles que já não atendiam às necessidades da instituição. Dessa forma, o modelo de universidade que obedecia ao critério de indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão foi abandonado, devendo ser seguido somente pelas universidades públicas. Neste contexto, as instituições privadas priorizaram só o ensino, ocorrendo uma verdadeira mercantilização da educação superior. Mas as públicas têm resistido e continuam investindo no tripé: ensino, pesquisa e extensão. Conseguem isso através de projetos como o PIBIC e também por meio das pós-graduações, mesmo em um contexto de diminuição de recursos para desenvolver tais atividades.

As resistências das universidades públicas aos projetos que pretendem imprimir um caráter aligeirado e massificado sem qualidade têm gerado críticas sistemáticas por parte dos sucessivos governos brasileiros. Todas as políticas de Collor de Mello a Lula da Silva, inclusive, são enfáticas a esse respeito. A acusação mais comum é que as universidades públicas são burocráticas, conservadoras, elitistas e vivem protegidas por uma redoma de vidro que impede que se tornem instituições

“integradas” com a sociedade, como se pudesse existir, instituição social fora da sociedade! (LEHER, 2011, p. 01).

Segundo Leher, o processo de críticas e resistências foi mais sistemático nos governos FHC. Já nos governos Lula, a estratégia mudou, tirando o MEC do foco das críticas à proporção que o governo conseguiu apoio das administrações de universidades que passaram a assumir projetos como se fossem seus, facilitando a implantação em suas universidades e abrindo caminho para ser implantado em toda a rede nacional de educação superior. Esses projetos têm imprimido uma nova forma para a universidade a partir da massificação da mesma com cursos de curta duração e cursos a distância. Todo esse processo de reformas foi sentido e vivenciado pela Universidade Estadual do Piauí, foco de nossa pesquisa, que se aproveitou de todas as reformas para se expandir por todo o Piauí. À medida que esses projetos eram aprovados, logo eram implantados na UESPI sem muitas resistências, principalmente, projetos que envolviam destinação de recursos federais para as estaduais, pois a mesma tem se mantido com recurso do tesouro do estado que, no geral, não tem sobrado para se fazer investimentos na instituição.

Leher analisa em seu texto dois tipos de projetos implantados pelo governo: a Universidade Nova, que objetiva apressar a formação de nível superior e o REUNI, que concretiza esse projeto através da expansão da universidade sem recursos adicionais. O primeiro objetiva reformular a grade curricular dos cursos para torná-los mais rápidos. A ideia é um ciclo básico, curto, de natureza mais profissional, garantindo ao final um diploma de estudos gerais. Depois os mais aptos, continuariam os estudos fazendo opção por uma profissão específica.

Esse projeto da Universidade Nova foi apresentado originalmente pela UFBA. Segundo o autor, segue as mesmas recomendações do Banco Mundial e dos teóricos da escola de Chicago, que criticam a manutenção do ensino superior público no Brasil, visto por eles como um desperdício. Para eles, as universidades brasileiras só redescobrem o conhecimento e ainda dão subsídios às pessoas erradas, no caso as elites. Esses teóricos pregam uma educação mais prática para atender às demandas do mercado e do mundo globalizado. Consideram o modelo brasileiro ultrapassado.

A partir dessas críticas, Leher apresenta o crescimento da universidade pública ancorado no tripé ensino, pesquisa e extensão demonstrando o crescimento em cada setor para provar quão atual está a universidade brasileira. Questiona o elitismo atribuído à universidade pública, afirmando que a mesma só alcança 20% das vagas disponíveis para o ensino superior. Desses 20% de estudantes que estão entre os mais pobres, a renda média familiar é de R\$

750,0 podendo chegar a no máximo R\$2.700. Reforça que “[...]. A mal denominada ‘arquitetura curricular’ da Universidade Nova é, sobretudo, uma ‘reestruturação’ gerencial para aumentar a produtividade da universidade, em termos da administração racional do trabalho taylorista” [...] (LEHER, 2011, p.06).

Resume o objetivo central do projeto para que não restem dúvidas para aqueles que ainda esperam algo de bom das políticas neoliberais para a universidade pública brasileira:

A questão central do projeto Universidade Nova, que não pode ser objeto de confusão, é a graduação minimalista com a concessão de diploma, objetivando ampliar o número de estudantes sem contrapartida de recursos e promover um novo e perverso gargalo que tornará a profissionalização um privilégio de poucos “vocacionados”. (LEHER, 2011, p. 6).

Entretanto, esse modelo de educação tem sofrido oposições. Segundo Leher, as maiores universidades de Portugal não aderiram ao modelo de educação de Bolonha. Ainda encontrou resistências dos estudantes franceses e gregos já que por meio desse modelo, poucos conseguiram ter um curso superior completo. No Brasil, o ANDES/SN tem resistido e denunciado esse padrão que visa excluir ainda mais os pobres do acesso à educação e ao ensino superior com direito ao ensino e à pesquisa. Mesmo com essas resistências, o projeto de Educação a Distância foi implantado massificando o ensino superior. O programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi aprovado pelo Decreto 6.096/2007, instituindo assim o programa de reformas para concretizar o que apregoava o Universidade Nova, uma educação voltada para atender às necessidades do mercado.

Dentro do processo de reformas do governo Lula, foi lançado o PAC da educação e, a partir dele, foi implementada uma série de medidas denominadas Plano de Desenvolvimento da Educação. A educação superior foi abarcada pelo decreto que instituiu o REUNI. Pelo projeto, as universidades estariam livres para aderirem, mas teriam que cumprir metas definidas pelo MEC no contrato de gestão, modelo Bresser Pereira. Os recursos seriam liberados a cada IFES à proporção que elaborassem e apresentassem os planos de reestruturação. Onde estão os problemas? Para Leher, as metas a serem alcançadas são fora da realidade brasileira, portanto difíceis de serem atingidas. Citou dois exemplos dessas metas: Art. 1º, §1º define uma metade 90% de formando em relação aos ingressantes. Para o autor, isso só seria possível se a aprovação fosse automática e tivesse uma agressiva política de assistência estudantil. A segunda meta prever 18 alunos por docente em um prazo de cinco anos. Para ele, ocasionaria uma divisão na categoria docente, ficando professores reservados

só para o ensino e outros selecionados entre os mais gabaritados para exercer as funções docentes de forma completa: ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão.

Além dos problemas apontados acima, o autor destaca também o auto índice de competição que seria implantado entre os alunos, já que seguiriam os estudos somente os que tivessem maiores coeficientes, provocando a quebra de laços de solidariedade entre eles e o enfraquecimento da luta estudantil. Reforça ainda, que os recursos que deveriam ser destinados às instituições que aderirem não será grande montante que possa melhorar a universidade, além do fato, da liberação do recurso depender da disponibilidade orçamentária e operacional do MEC e do cumprimento das metas pelas universidades. Então, a garantia de infraestrutura e contratação de novos docentes, principal demanda das universidades, não será contemplada na sua integridade. Leher, finaliza com a crítica do falso consenso: o projeto foi implantado de forma democrática nas IES públicas e teria partido de iniciativas de reitores. No geral, essa adesão se deu de forma rápida e a nível de Conselhos superiores das universidades, sem abertura para um amplo debate com a comunidade universitária.

O texto do autor é bastante crítico no que se refere às políticas do governo Lula para a educação superior. Concordamos com ele, que esse processo de precarização da universidade pública atende ao interesse maior da classe dirigente que também controla o ensino superior privado. Por outro lado, é necessário abrir o debate nas universidades para que o grupo daqueles que defendam uma educação pública e de qualidade engrosse as fileiras dos resistentes as políticas neoliberais.

Outro grupo de pesquisadores que tem se mantido na oposição a esse processo e que fizeram o debate sobre as reformas no ensino superior no governo Lula foi o Coletivo de Estudos de Política Educacional, criado em março de 2002. Lançaram livro Reforma universitária do governo Lula (NEVES, 2004) com o resultado dos estudos, apontando as principais diretrizes do conjunto de reformas, tais como: o fim das fronteiras entre o público e o privado, favorecendo as universidades dos dois setores e possibilitando que concorram aos recursos do estado destinados à educação, bem como, a interferência dos órgãos internacionais na construção e aplicação da contrarreforma.

Mas o governo Lula também tem seus intelectuais orgânicos que tentam convencer a comunidade universitária a construir consenso em torno das reformas implantadas. O resultado concreto foi o lançamento de livro (SADER, 2013) para fazer uma avaliação dos 10 anos dos governos do PT no qual se avalia os vários setores da estrutura estatal. Para nós, interessa a análise que foi feita por Pablo Gentili e Dalila Oliveira sobre as reformas no ensino superior.

Os autores Gentili; Oliveira (2013), construíram sua análise sobre as reformas no setor educacional pelo viés da democratização do ensino superior e como política de ampliação de oportunidades de acesso e permanência ao sistema educacional aos mais pobres. Fizeram um balanço de todo o sistema apresentando os pontos positivos das políticas. Para nós, interessa a parte na qual destacaram o ensino superior. O título do artigo é bastante sugestivo sobre a visão dos autores e o encaminhamento que deram à discussão: “A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil”. Para os autores, o processo de ampliação do acesso à educação superior, foi impulsionado a partir de 2005 na gestão de Fernando Haddad à frente do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Os dois projetos analisados pelos autores foram o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Vejamos como os autores analisaram o Prouni. Apresentaram tabela com os dados do programa no período de 2005 a 2012. Por estes dados, comprovaram que até 2012 o programa atendeu mais de 1 milhão de estudantes, sendo 67% deles com bolsa integral. O aumento das bolsas cedidas aos estudantes para cursarem nas IES privadas subiu de 112.275 em 2005 para 284.622 em 2012. Fato comemorado pelos autores como medidas de democratização.

Para Gentili; Oliveira (2013), a expansão de oportunidades se deu mediante um “aproveitamento socialmente mais justo das vagas disponíveis nas instituições privadas” através do esforço do ministro da educação e do presidente Lula no sentido de democratizar a educação. Apresentam críticas ao governo FHC que, segundo eles, teria favorecido o crescimento das instituições privadas, que cresceram em torno de 200% e o número de alunos matriculados nessas instituições cresceu em torno de 230%, contra os alunos das universidades públicas que teria crescido somente em torno de 50%, no período de 1995 a 2002.

Interessante observar, que os dados do governo FHC não diferem muito dos apresentados durante a administração de Lula. Mesmo assim, os autores não veem como transferência de recursos das universidades públicas para as privadas, como alertado por Mattos. Este último afirmou que se os recursos destinados à compra de bolsas nas privadas fossem destinados para as universidades públicas, estas teriam condições de dobrar as ofertas de matrículas. Leher também aponta em seus estudos que, ao dividir os recursos entre privadas e públicas, a segunda saiu prejudicada pelos poucos recursos recebidos, dificultando ampliar o número de docentes e fazer investimentos em infraestrutura, assim como, oferecer

uma política de apoio estudantil para manter o aluno na universidade. Para Gentili e Oliveira, enquanto FHC privatizou, Lula dotou de um conteúdo social as IES privadas.

Em suma, o Prouni foi uma iniciativa do governo Lula que, embora muito criticada por alguns setores, contribuiu para democratizar e dinamizar o acesso a um conglomerado de Instituições que tinham se beneficiado da generosidade privatizadora e desregulamentadora do governo FHC. Ainda com suas limitações, o Prouni não fez outra coisa senão dotar de sentido público e social um segmento do sistema educacional marcado por prebendarismo, especulação, baixa qualidade, interesse de lucro e falta de controle estatal [...] (GENTILI; OLIVEIRA, 2013, p. 257).

Realmente, o programa é muito criticado por quem trabalha na universidade pública e viu os recursos diminuírem, ao mesmo tempo em que acompanharam o crescimento vertiginoso das instituições privadas. Estas últimas não têm o mesmo compromisso com a pesquisa e oferecem cursos de baixa qualidade para o contingente de pobres que foram enviados para o setor, participando do processo de democratização do ensino do governo Lula. Democratização teria ocorrido de fato, se esses jovens tivessem conquistado a vaga na pública, fossem apoiados por bolsas estudantis para que tivessem condições de se manter na universidade se dedicando a uma formação plena. Deveria haver desenvolvimento do ensino, da pesquisa e vivências com projetos de extensão, além de terem oportunidades de darem continuidade aos estudos através de uma pós-graduação a nível de mestrado e doutorado. É nas públicas que as oportunidades são maiores no sentido de continuação da formação superior. O que conhecemos, é que a realidade da maioria das pessoas que foram beneficiadas com o Prouni, trabalham durante o dia e estudam à noite, portanto, sem horário livre para realmente se dedicarem aos estudos. Muitos, ao concluírem a graduação nas privadas, continuam nos seus empregos ou são absorvidos pelo mercado de trabalho sem muita diferença salarial em relação aos que não têm cursos superior. Não temos dados que comprovem, mas acreditamos que a grande maioria, ao terminar o curso superior, não retornam à universidade para continuarem os estudos a nível de pós-graduação. Então, de qual democratização estamos falando?

Essas contrarreformas foram pensadas já no início do governo Lula com a transformação das universidades em Públicas não estatais, colocando em um mesmo patamar de disputas de recursos oriundos do estado, as universidades públicas e privadas, além de abrir possibilidades para as primeiras buscarem outras fontes de financiamento fora do estado. Nesse caso, foram criados cursos pagos a nível de pós-graduação, criação de taxas para os alunos e adesão a programas de baixos custos que ampliassem a capacidade da universidade

de atender um público mais amplo a baixo custo. Foi com essas justificativas que a Educação a Distância foi ganhando espaço nas públicas e privadas.

Os autores tratam de forma sintética do Reuni para justificarem a ampliação do ensino superior através dessa medida e da medida que concedeu cotas nas universidades federais públicas. O certo é que os dados são apresentados para justificar o nível de democratização no ensino superior promovidos pelos governos Lula e impulsionado pelos governos de Dilma. Na análise, os argumentos são bem construídos no sentido de justificar ações específicas de um determinado governo. Lógico que as resistências a essas medidas não aparecem no texto e as informações são utilizadas de forma a apontar as vantagens que elas teriam trazido para os estudantes pobres que puderam realizar o sonho de ter um curso superior.

É uma análise que parte da visão do estado sujeito e que, através de seu governante, vai apresentando as políticas sociais que atendam à maioria do povo. O conflito entre as classes é abafado pelas conquistas ampliadas. Difere muito da visão dos autores tratados na abertura do tópico. Mattos e Leher, percebem como se dar o conflito entre as classes mostrando como a burguesia se organiza no interior do estado para ampliar as suas vantagens e fazer aprovar políticas públicas que, inicialmente, beneficiaram a classe dominante.

Na contemporaneidade, o capitalismo ou capital-imperialismo (FONTES, 2010) engendrou novas formas de exploração dos trabalhadores assalariados provocando a união dos mesmos para lutarem por direitos e condições favoráveis de trabalho. Esse processo de exploração pode ser observado dentro do Estado restrito que deseja imprimir um modelo de administração do bem público nos moldes do implantado nas empresas privadas. Por isso, o Estado tem passado por uma série de reformas a fim de se adequar a esse novo modelo de gestão defendido e tão apreciado pelos órgãos internacionais financiadores dos Estados. A reforma da educação superior está inclusa dentro desse mesmo processo. Porém, os autores defensores do estado só veem as vantagens para os alunos, deixando completamente de lado as condições de trabalho dos docentes que foi extremamente alterada com as reformas, sendo depois motivadoras de muitas lutas docentes.

Apresentamos as transformações que foram operadas a nível de ensino superior no Brasil para que possamos compreender as lutas docentes empreendidas ao longo da década de 2000 resistindo ou exigindo aperfeiçoamento de tais políticas, de forma que realmente ampliassem as vagas no ensino público gratuito ancorado no ensino, pesquisa e extensão. A relação com o estado restrito, no geral, não foi fácil e motivou os docentes a se organizarem para exigirem direitos e também protegerem direitos ameaçados pelo processo de (contra)reformas. Na maioria dos casos, para conseguir a negociação para suas pautas, os

docentes tiveram que decretar greves, mostrando a força do grupo que se mantém na base do sistema de sustentação do ensino superior. Abordaremos o processo de luta nas páginas seguintes.

3.3 O movimento docente em situação de conflito de interesses: uma análise comparada

Nesse tópico, fizemos uma análise da produção sobre sindicalismo docente, luta e organização dos trabalhadores do setor de educação, a partir da produção organizada pela Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo em Educação (Rede Aste)¹⁴. Também utilizamos trabalhos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-Graduação em História da Educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), uma vez que o Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI não tem trabalhos sobre o assunto. A maioria dos trabalhos sobre associativismo docente têm sido tratados por pesquisadores dos programas de história da educação e sociólogos; poucos são abordados por historiadores. Nosso objetivo aqui foi apresentar um panorama das abordagens que vêm sendo feitas sobre o associativismo docente e as lutas dos trabalhadores em educação, buscando identificar os principais pontos destacados nas abordagens para, a partir daí, apresentar a nossa pesquisa.

Iniciamos nossa análise comparativa pela tese de doutorado de Kênia Miranda (2011), defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFF. A autora fez uma análise do sindicalismo docente no Rio de Janeiro, comparando o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ) com o sindicalismo docente superior, o ANDES/SN.

Miranda (2011) aborda a questão da centralidade das greves na experiência dos trabalhadores com o Estado restrito, com a comunidade escolar e com as centrais sindicais, priorizando assuntos polêmicos que marcaram essa relação de conflito, como a implantação de políticas educacionais, o processo de organização da classe e os projetos societários que emergem no decorrer da luta. A autora buscou compreender como os sindicatos docentes - o da educação básica, o SEPE/RJ e o da educação superior, o ANDES/SN - construíram-se em

¹⁴ A Rede Aste foi formada em 2008, com o objetivo de congregar pesquisadores e pesquisadoras dedicados aos temas associativismo e sindicalismo dos trabalhadores e trabalhadoras em educação; conta com a participação de pesquisadores das diversas áreas do ensino, tendo em sua composição pesquisadores das universidades brasileiras e de outros países, como Argentina, Portugal, França, Peru, México e Estados Unidos. Desde 2009, a Rede tem organizado seminários, três regionais e dois internacionais, com o objetivo de promover e qualificar a pesquisa na área para além dos países, das opções teóricas e dos campos disciplinares (cf. GINDIM; FERREIRA; DAL ROSSO, 2013).

oposição à estrutura sindical oficial implantada desde a Era Vargas. Portanto, houve uma necessidade de compreender a unidade e a diversidade do movimento docente a partir dessas duas entidades, utilizando como conceitos-chave da análise os conceitos marxistas de classe social e luta de classe.

Tomados os objetos a partir do materialismo histórico, analisamos o processo de consolidação dos trabalhadores da educação enquanto uma nova força social, o seu processo de formação/organização/reorganização enquanto classe e a luta contra as políticas de transformação da educação em mercadoria, objetivo capitalista, mediado pelo estado. (MIRANDA, 2011, p. 18).

No trabalho, Miranda faz uma análise da história dos dois sindicatos desde o surgimento do novo sindicalismo na década de 1980 até a ruptura com a CUT em 2005, consolidado com a desfiliação do ANDES/SN daquela Central. Ela fez um apanhado do sindicalismo docente desde o império até a constituição de 1946, quando os professores passaram a ter direito de se organizarem em associação. Mencionou a constituição de 1988, quando os funcionários públicos passaram a ter direito de ter os seus sindicatos. É nesse contexto que os dois sindicatos analisados deixam de ser associação para serem sindicatos. Todo o percurso histórico dos sindicatos e as greves conduzidas por eles são abordados por Miranda (2011) dentro do percurso cronológico. Para nós, interessou a história do ANDES/SN e suas bandeiras de luta para a fundamentação do nosso trabalho com o sindicato dos docentes da UESPI, a ADCESP.

Segundo a autora, as associações docentes universitárias começaram a surgir na década de 1960, mas naquela época nem todas as associações docentes (ADs) tinham como objetivo posicionarem-se frente à conjuntura brasileira. O momento era propício para a luta, uma vez que estava em tramitação no Congresso Nacional o projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Era necessária uma luta em defesa do ensino público e gratuito: o projeto de reforma universitária. Muitas dessas lutas foram encampadas pelo movimento estudantil e pelos movimentos sociais. De acordo com Miranda (2011), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) influenciou o processo de organização do movimento docente universitário. Os encontros eram oportunidades para os docentes se reunirem em nível nacional e discutirem a realidade conjuntural que se apresentava para o sistema educacional no nível superior.

Os encontros nacionais de associações docentes conseguiram aglutinar os movimentos. Em 1979, organizaram-se em coordenação nacional de ADs e, a partir daí, puderam organizar a primeira greve nacional das IES autárquicas ainda em 1980. Diante

dessa conjuntura, os docentes de nível superior sentiram a necessidade de fundar uma organização em nível nacional para dar unidade à luta dos docentes. Foi nesse contexto que a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) foi fundada no Congresso em Campinas em 1981. Somente com a aprovação na Constituição de 1988 do direito dos funcionários públicos se organizarem em sindicatos foi que a ANDES/AD se transformou no sindicato ANDES/SN.

A Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior - a ANDES - foi, então, fundada em 19 de fevereiro de 1981, em Campinas, após a realização do III ENAD, durante o I CNDU. Com a participação de 317 delegados inscritos, 67 ADs e Comissão pró-ADs foi aprovado o Estatuto provisório. (MIRANDA, 2011, p. 207).

Outro assunto que ganhou o centro dos debates na ANDES foi a criação de uma central sindical nacional para unir a classe trabalhadora. Nesse sentido, com a participação nos congressos da classe trabalhadora, a ANDES participou da Fundação da CUT em 1983. Como não houve uma unidade do movimento sindical, foi fundada outra organização nacional: a Coordenação das Classes Trabalhadoras (CONCLAT, embrião da CGT). A ANDES, com o objetivo de unir o movimento sindical, decidiu participar das duas organizações. “Na fundação e no processo de definição dos rumos da nova entidade, certamente, a greve das Universidades Federais Autárquicas, em 1980, funcionou como relevante campo empírico das estratégias de luta” (MIRANDA, 2011, p. 200).

A partir da análise da autora, podemos concluir que as greves foram dando rumo ao movimento quando passaram a se organizar nacionalmente. As pautas também passaram a ser nacionais (principalmente, defendendo a bandeira da luta pela redemocratização do Brasil), como a defesa do ensino público e gratuito; autonomia universitária e, claro, a luta contra as perdas salariais dos docentes, prejudicados pelo aumento da inflação. Essas pautas iriam perdurar por muitos anos como aglutinadores e direcionadores do movimento docente. Atualmente, algumas dessas pautas ainda estão presentes nas lutas dos docentes liderados pelo ANDES/SN.

A greve de 1980, que durou de 16 de novembro a 11 de dezembro, foi a prova cabal de que a luta dos docentes não era em vão. Pela avaliação do movimento, a greve foi positiva. “[...] Apesar das dificuldades de negociação com o governo, o movimento obteve conquistas relacionadas à carreira docente, à reposição parcial de perdas salariais e reenquadramento dos docentes” (MIRANDA, 2011, p. 204). Outra questão destacada por Miranda são as disputas dos partidos de esquerda no interior do ANDES/SN, principalmente, quando da disputa

eleitoral para a escolha da diretoria nacional da entidade. Trata-se de uma questão que permanece atual e reflete a realidade das ADs nos outros estados da federação.

A ANDES foi se fortalecendo enquanto organização, construiu uma estrutura administrativa democrática de forma a favorecer a participação ativa das ADs. Em 1989, filiou-se à CUT, não sem divergências, pois havia grupos no interior da entidade que eram críticos à CUT e à sua forma de organização extremamente burocrática. Por outro lado, a maioria avaliou como necessária a filiação a uma federação nacional; decisão tomada no VIII Congresso do ANDES/SN. As eleições do ANDES/SN foram utilizadas como momentos de pensar a entidade e os rumos que seriam dados e foi nesse contexto que passou a proposta de filiação à CUT. Em 1991, o ANDES/SN filiou-se a entidades internacionais de profissionais da educação, como: Federação Internacional de Sindicato de Educadores (FISE), Confederação Mundial de Organizações de Profissionais de Ensino (CMOPE) e Confederação de Educadores da América (CEA).

Ao final da década de 1980, o ANDES havia se construído como entidade sindical de novo tipo, através de um longo processo de articulação das lutas específicas, de grande capacidade de formulação no que se refere às políticas educacionais, bem como em relação ao debate em torno da organização da classe trabalhadora. No manifesto de filiação à CUT, os docentes militantes do ANDES assumiram plenamente a sua condição de trabalhadores. (MIRANDA, 2011, p. 250).

Na década de 1990, com a posse de Fernando Collor de Mello na presidência do País, a política neoliberal foi implantada no Brasil e o ANDES/SN teve que enfrentar várias tentativas desse governo, através de seus projetos de lei, que se encaminhavam para privatizar, precarizar a educação pública, principalmente, a superior. Havia ameaças de perda de autonomia, bem como, ataques aos direitos dos trabalhadores. Essa luta mais uma vez se consolidaria através da estratégia da greve. Considerando o novo cenário, o ANDES/SN buscou unir-se a outros sindicatos de funcionários públicos para fortalecer a luta, uma vez que o ataque era aos direitos dos funcionários públicos como um todo. Estes últimos eram chamados pejorativamente pelo novo presidente do Brasil de marajás.

A partir da implantação da política neoliberal com suas medidas privatistas, o ANDES/SN teve que enfrentar anos duros de lutas. Muitas delas sem ganhos aparentes porque os governos neoliberais tinham aperfeiçoado os métodos de repressão e destruição do movimento. A greve dos docentes em 1994 foi um bom exemplo do que teriam que enfrentar para defender a autonomia universitária, o ensino público e a garantia dos direitos dos funcionários públicos.

A greve não obteve ganhos econômicos, foi encerrada em contexto de ameaças progressivas do governo, tais como tentativa de tornar o movimento ilegal e a ele aplicar retaliações, como corte de salários, abertura de inquérito administrativo e demissões. Tal resultado seria uma prévia da truculência neoliberal desencadeada aos movimentos grevistas a partir de então. (MIRANDA, 2011, p. 268).

Com a posse de Fernando Henrique Cardoso na presidência da República, os docentes iriam enfrentar anos mais difíceis, pois o ataque à educação pública e às universidades foi feito de forma mais sistemática e truculenta. O ANDES/SN teve que se preparar para organizar os docentes para os anos difíceis. A luta passou a ser em conjunto com outros sindicatos, em defesa da educação e da universidade pública de qualidade e com condições de desenvolver ensino, pesquisa e extensão. Teve o apoio da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) e da União Nacional dos Estudantes (UNE). Como a CUT não participou de forma ativa na construção do movimento, a relação do ANDES/SN com a Central passou a ser alvo de crítica dos docentes, que viam a CUT como colaboradora do Estado neoliberal. O grande objetivo era a implantação da política de desmonte dos serviços públicos e o projeto de reforma da previdência foi o estopim do acirramento do conflito entre ANDES/SN e CUT.

Com a chegada de Lula, do PT, à presidência do Brasil em 2003, a coisa não seria diferente, pois o seu governo deu continuidade à política de desmonte da universidade pública e dos direitos dos trabalhadores através da aprovação da Reforma da Previdência. Dessa vez, com o apoio da CUT. A postura da CUT durante a administração petista tornou inevitável a cisão entre o ANDES/SN e ela, provocando a desfiliação de vários sindicatos da CUT, inclusive o ANDES/SN. A desfiliação da Central foi aprovada no seu 24º Congresso, em março de 2005. Durante a administração de Lula, o ANDES/SN puxou a greve em 2003 contra a Reforma da Previdência em 2004 e em 2005:

Houve ainda mais duas greves no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, a de 2004 contra a reforma universitária e a de 2005 pela defesa da universidade pública e contra a precarização do trabalho docente. Contudo, a experiência da classe trabalhadora e, em particular, dos servidores públicos, com o ímpeto petista em ganhar a confiança dos setores empresariais do capital, via retirada de direitos trabalhistas e do posicionamento da CUT frente à Reforma da Previdência provocaram uma cisão indelével no campo da organização sindical brasileira. (MIRANDA, 2011, p. 300).

Não é nosso objetivo fazer um histórico do ANDES/SN,¹⁵ pois este trabalho já foi feito por Miranda: abordamos essas questões para situar o leitor quanto à realidade nacional da organização dos docentes.

O objetivo de Miranda (2011) foi, segundo ela, analisar o processo de formação dos trabalhadores da educação enquanto classe, a partir de suas lutas. Ela chegou à conclusão de que as greves de 1979; as seguintes, lideradas pelo SEPE/RJ, e as de 1980 no ANDES/SN contribuíram para consolidar o movimento docente como força política no cenário brasileiro ao longo da década de 1980. Nas décadas de 1990 e 2000, comprovou-se a importância dessas lutas contra a implantação da política neoliberal, que objetivava reformar o Estado e converter a educação em mercadoria, com a privatização dos espaços públicos e alterações no regime de contratação da força de trabalho. Enfim, buscava atender às recomendações dos órgãos internacionais que queriam um novo trabalhador formatado por eles.

[...] Afora a greve de 2003 que enfrentou contra a reforma da previdência e uma greve com novas força em 2005, o ANDES não conseguiu realizar mais greves no governo Lula. A explicação para o abandono da greve como instrumento não está na cooptação da direção sindical, como ocorreu com a maioria dos sindicatos de funcionalismo, mas na eficiência da política petista para a universidade que deixou de implantar o projeto privatista pelo estrangulamento da rede pública e o fez pela expansão, somada a uma política de reajuste salarial no segundo mandato. As dificuldades de mobilização resultam portanto, de um quadro de crise geral da esquerda associado ao convencimento da maioria dos docentes, capturados pelo canto da sereia produtivista, que culminou no crescimento de uma entidade sindical governista, de forte apelo à ideologia academicista, que vem cindindo o sindicato na base, o PROIFES.¹⁶ (MIRANDA, 2011, p. 351-352).

O trabalho de Miranda (2011) avança na questão do trabalho docente fazendo uma boa discussão da realidade vivida pelos docentes no contexto da implantação das políticas neoliberais com suas novas formas de exploração do trabalhador, baseadas em um produtivismo, deixando pouco espaço para a vivência política e o envolvimento com questões sindicais. Isso talvez ajude a explicar um dos fatores que tem provocado a crise sindical. Entretanto, como todo trabalho tem um recorte histórico, houve uma parada em 2005, pois a

¹⁵ Para maiores esclarecimentos, consultar Miranda (2011), especialmente o capítulo III, “ANDES: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT”, no qual a autora faz um apanhado da história da entidade no enfrentamento da luta em defesa da universidade pública e dos direitos dos trabalhadores da educação.

¹⁶ “O contínuo conflito trabalhista que opôs ANDES-SN e o governo Lula, assim como a desfiliação do ANDES-SN da CUT, levou esta Central a articular um novo sindicato (PROIFES), que representaria apenas os professores do Ensino Superior Público Federal - e não todo o Ensino Público Superior, base do ANDES-SN. Tal movimento tentava fazer uso jurídico da CLT que prevê sindicatos por categoria. No entanto, o movimento não foi reconhecido pela justiça, que não conferiu carta sindical ao PROIFES. Na sequência, o PROIFES se reinventou como Federação Sindical e tem incentivado a fundação de sindicatos municipais de professores do ensino superior federal. Toda essa movimentação foi constantemente acusada de ter sido orientada diretamente pelo governo Lula [...]” (BRIDI; FERRAZ, 2014, p. 103).

autora afirma que o ANDES/SN, depois de 2005, não fez mais greves no Governo Lula, fato questionado por nossa pesquisa, pois tiveram seções sindicais do ANDES/SN que conduziram greves nesse período posterior ao apontado pela autora. Um exemplo é o sindicato no qual trabalhamos: a Associação dos docentes da UESPI-ADCESP. Fizemos greve em 2003, 2004, 2008, 2011 e 2012. De fato, é uma universidade estadual e nos sítios eletrônicos das universidades que fizeram os históricos das greves do ANDES/SN só constam as greves de 2003, 2005 e 2012 (cf. ANDES UFSC, 2012; NE10, 2012). Como a autora estudou o sindicato no nível nacional, pode-se explicar a sua afirmação de não ocorrência do conflito, mas, à medida que as seções sindicais fizeram greves e o ANDES/SN foi informado, esses dados deveriam ter sido computados. Entretanto, os trabalhos que fizeram históricos das greves do ANDES/SN só abarcaram as greves nas federais: não constam dados das greves nas estaduais e municipais. Enfim, com a nossa pesquisa, poderemos cobrir a lacuna no quadro das greves dos docentes das estaduais.

Outro trabalho interessante para nossa análise é o trabalho de Renato Kendy Hidaka (2013), “Sindicalismo docente e reforma neoliberal no estado de São Paulo”. Neste trabalho, o autor faz uma análise das posturas adotadas pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) diante da política educacional paulista implementada pelos Psdebistas Mário Covas e Geraldo Alckmin durante os anos de 1995 a 2006, quando os mesmos estiveram à frente do governo do estado e promoveram uma série de reformas no ensino público de São Paulo. As questões que nortearam a análise do autor foram as seguintes: “a Apeoesp tem feito oposição à política educacional paulista, ou tem aderido aos seus princípios? Como esse sindicato tem reagido à reforma educacional operada pelo estado? Qual o impacto causado por essas políticas na ação sindical dos professores da rede pública de ensino?” (HIDAKA, 2013, p. 207).

Para fundamentar sua análise, Hidaka (2013) faz uma discussão sobre a implantação do neoliberalismo no Brasil e os efeitos dessa política no sistema educacional público. Destaca que essa política foi aprofundada durante as administrações de FHC com a criação de uma administração pública gerencial no interior do aparelho de Estado. Os resultados não foram nada animadores para os serviços públicos, principalmente para o sistema educacional.

A experiência dos países latino-americanos, incluindo aí o Brasil, demonstra que a opção por esse modelo de política econômica tem levado ao declínio da escola pública, à privatização do ensino, à conversão da educação em mercadoria e à mudança no perfil da universidade. [...]. Privatização, descentralização dos encargos, participação e focalização passaram a ser os princípios básicos da política social no interior da conjuntura neoliberal. (HIDAKA, 2013, p. 210).

Sobre a reforma que foi implantada no sistema educacional do estado de São Paulo, o autor reforça que foi uma reforma radical, uma vez que visava modernizar toda a parte administrativa da rede com informatização dos dados educacionais, desconcentrando e descentralizando os recursos e competências. E o sindicato como se posicionou diante dessas reformas? A estratégia utilizada por Hidaka (2013) para responder aos seus questionamentos foi primeiro analisar trabalhos que já tinham estudado o sindicato Apeoesp e depois, a partir de jornais produzidos pelos sindicatos, buscou traçar um perfil do sindicato diante das reformas neoliberais ora implementadas. As conclusões do autor a partir das análises desses trabalhos foi a de que o sindicato dos professores - Apeoesp - seguiu as tendências sofridas pela maioria dos sindicatos filiados à CUT, posicionando-se de forma propositiva. Tal perspectiva foi aprovada pela CUT.

A estratégia do sindicalismo propositivo desponta nesse momento como uma opção ao “sindicalismo defensivo”, de postura predominantemente reivindicativa e de valorização da ação grevista do sindicalismo dos anos 1980. Tratava-se de abandonar a postura do “apenas se pôr contra” e passar a apresentar alternativas “realistas” na busca efetiva de acordos com o governo e empresários. As práticas propositivas se caracterizam, pois, pela ação localizada, fragmentada por setor econômico e por empresas, substituindo o confronto por propostas tecnicamente sofisticadas elaboradas por assessores e técnicos. (HIDAKA, 2013, p. 216).

Segundo o autor, a postura da Apeoesp durante o processo de reforma educacional implementado pelos Psdebistas foi no plano do discurso de denúncia e conflito com o poder estatal, mas, na prática, foi de construção de diálogo com o governo, defendendo a participação do sindicato no processo de discussão e implantação do projeto. Até definiu atividades para mobilizar a categoria a fim de discutir o projeto, mas de nada adiantou a postura de participação. Ainda segundo Hidaka, o projeto foi aprovado e implantado sem nenhuma alteração sugerida pelo sindicato, o que prova o caráter ditatorial do governo e o erro de estratégia do sindicato.

O trabalho de Hidaka foi baseado em documentos do sindicato, do governo e dissertações e teses que abordaram a relação sindicato versus Estado, procurando, a partir daí, compreender a postura do sindicato durante um período conflituoso marcado pelo projeto estatal de reformulação do sistema educacional paulista. O presente trabalho, embora não seja sindicalismo de nível superior, pode contribuir na metodologia do nosso trabalho, pois também usamos os jornais produzidos pelo sindicato da ADCESP para compreendermos a postura do sindicato diante do conflito com governo e reitoria em período de greves. O

trabalho de Hidaka também é muito rico na análise da relação entre sindicato e Estado, servindo para apontar estratégias de análise na nossa pesquisa.

O autor poderia ter avançado na análise sobre as disputas de projetos no interior do estado restrito. Nessa relação, consegue construir hegemonia quem está melhor organizado e articulado. Os governos do PSDB, estavam bem antenados com as políticas neoliberais e com as determinações dos órgãos internacionais para o sistema educacional. Na prática, estavam viabilizando um projeto da classe dominante organizada também nos órgãos da sociedade civil. Esses governos costumam abrir para uma participação consentida, para passarem como democráticos. Mas, no geral, já estão bem articulados com os órgãos que vão ajudar na implementação de tais projetos e a imprensa foi uma grande aliada dos governos neoliberais, no sentido de ajudar no convencimento da sociedade para implantação dos projetos em pauta. Os sindicatos, às vezes, não estão organizados suficientemente e nem sempre têm recursos para combaterem tais propagandas. Então, nem sempre é aplicada só a força, e sim a força e o consenso.

Vejamos agora trabalhos que abordaram o sindicalismo docente no Piauí. Iniciamos com o trabalho “Associativismo e sindicalismo no Piauí: continuidades e rupturas no processo de organização (1950-1970)”, de autoria de Romildo de Castro Araújo e Antonio de Pádua Carvalho Lopes (2013). Neste trabalho, os autores fazem uma análise das experiências dos professores do ensino secundário da rede pública estadual da educação do Piauí durante o processo de organização do movimento associativo e sindical, buscando compreender o processo dessa construção no contexto de profissionalização do magistério piauiense.

As fontes utilizadas pelos autores foram jornais produzidos pela associação e depois sindicato, dissertações e teses de autores que abordaram sobre o sindicato, bem como entrevistas de professores que participaram do processo de construção histórica. É um trabalho de história do sindicato no seu nascedouro, ainda na década de 1950, até a mudança para sindicato na década de 1970. Mostra os percursos que esses professores passaram buscando suas reivindicações, enquanto tentavam se adequar às regras de sindicalização em vigor no Brasil: herança da Era Vargas.

Araújo e Lopes (2013) dividem o trabalho em dois momentos, sendo o primeiro marcado entre a fundação da associação e a primeira greve em 1964. O segundo período começa com essa greve e se fecha, segundo eles, com a consolidação da Associação dos Professores do Estado do Piauí (Apep), já no período do novo sindicalismo. O movimento se forma e se fortalece no contexto da luta em defesa do estatuto da categoria docente. A opção por se unirem em associações veio da necessidade de lutarem por melhorias salariais e

condições de trabalho, pois a realidade enfrentada pelos professores piauienses era de precárias condições de trabalho e baixos salários. Daí a luta em torno da aprovação de uma lei que regulamentasse a profissão e definisse padrões salariais. Por isso, o embate se dava em torno da defesa do estatuto do magistério.

A segunda greve ocorreu em 1968, no governo de Petrônio Portela, que não abriu canal de negociação com a categoria. Foi um período marcado pela ditadura militar, o que tornava mais difícil a mobilização haja vista a proibição de manifestações populares. A associação procurou se resguardar para dar segurança aos grevistas.

[...] As adversidades para a realização do movimento foram muitas, pois, para que a greve ocorresse, as lideranças da entidade, numa atitude temerosa de repressão, tiveram de entrar em entendimento sobre a inevitabilidade da greve com o Comando das Forças Armadas, o arcebispo Dom Avelar Brandão Vilela, com o presidente da Assembleia Legislativa, líderes de partidos, deputados, com o prefeito de Teresina e o inspetor seccional. (ARAÚJO; LOPES, 2013, p. 234).

Todo o preparo na articulação da greve era para proteger os professores de uma possível prisão, pois era proibido reivindicações e aglomerações com caráter de protesto. A associação foi se fortalecendo também por força das circunstâncias de leis que a favorecia como a Lei n. 5.692/1971 que reestruturava o ensino. A partir dela, os professores sentiram a necessidade de se unirem em uma mesma entidade, surgindo a Apep, formada por professores de todos os níveis. Com isso, ampliaram sua base de representatividade na relação de negociação com o governo (ARAÚJO; LOPES, 2013).

Os autores reforçam que a associação de professores durante o período da ditadura militar tinha como características principais o assistencialismo, oferecimento de práticas de lazer e culturais para os sócios e de apoio ao patronato, desenvolvendo uma política de conciliação: “o alinhamento político das direções da Apep com os governos se evidencia publicamente como apoio às iniciativas políticas dos governos [...]” (ARAÚJO; LOPES, 2013, p. 237). Os autores se referem ao apoio à candidatura do governador Dirceu Arcoverde, quando a diretoria da Apep publicou matéria no jornal da entidade prestando ajuda à candidatura de Dirceu Arcoverde. Só depois da década de 1970 foi que as lutas assumiram caráter contestatório e reivindicatório.

No final da década de 1970, com a organização dos movimentos sociais e correntes de esquerda, o movimento de professores no Piauí deu uma guinada, mudando os rumos da organização da categoria devido à mudança de visão de suas lideranças embebidas nas manifestações das correntes de esquerda e de protesto ao regime militar. Segundo os autores,

as mudanças interferiram diretamente na forma de condução do movimento. Entenderam, então, que a atuação do professor deve ser pautada na transformação da estrutura social e econômica do País. Essa mudança foi percebida nos discursos das lideranças da Apep. Os autores exemplificam com o depoimento de Graça Ciríaco, em entrevista concedida a Romildo de Castro Araújo, em Teresina, em 2011:¹⁷

É evidente que a “formação do educador e da escola só mudarão com a mudança global da sociedade. Já se pode sentir que ela agora mais do que nunca luta contra uma educação imposta pelo governo. Todo o conjunto da sociedade quer a luta por mudanças radicais, não aceitando mais a truculência e autoritarismo de um regime que cai aos pedaços. E é aí que o educador pode jogar peso, pois, não obstante as dificuldades, ele precisa provar que não sabe apenas ensinar a ler e escrever, mas a pensar, a falar, e a lutar por uma transformação social que venha fazer justiça às classes trabalhadoras. (CIRÍACO, apud ARAÚJO; LOPES, 2013, p. 238).

No discurso transcrito, é possível perceber a fala de uma militante do movimento sindical. Lógico que o tempo histórico da entrevista - ano de 2011 - está bem distante do momento estudado e a trajetória do sujeito em questão foi ao longo do tempo aperfeiçoando o discurso militante. Os autores concluem com o trabalho que o estatuto foi uma das principais conquistas dos professores na luta de 1970. Entretanto, o sindicato foi se adequando a critérios de ordem legal. No que se refere à organização sindical e à organização do ensino feita pela Secretaria de Educação do Estado do Piauí, essa reorganização contribuiu para a ampliação da organização sindical, pois os professores passaram a se organizar em um sindicato único e, em 1974, passaram a fazer parte do movimento de professores no nível nacional, quando ingressaram na Confederação dos Professores do Brasil (CPB).

O trabalho de Araújo e Lopes (2013) é interessante para analisar os critérios utilizados pelos autores para análise da formação do sindicato de professores de nível médio, embora tratem somente de duas greves enfrentadas pela categoria docente quando o movimento ainda estava aprendendo a lutar por seus direitos. Outros trabalhos sobre sindicalismo de professores piauienses também abordam os sindicatos da rede de educação básica e do ensino médio em outro contexto conjuntural; como dissertação de mestrado em educação, de Kleber Montezuma Fagundes dos Santos (1995) - “O movimento dos professores da Apep e a construção de uma nova cidadania em Teresina - 1978/1982” - na UFPI e a tese de doutorado em educação de Maria do Carmo Alves do Bonfim (2000) - “Movimento de docentes da

¹⁷ Atualmente, Graça Ciríaco é professora da Universidade Estadual do Piauí. É uma das professoras que veio para instituição quando da fundação da mesma como professora cedida pela Secretaria de Educação do Estado do Piauí (Seduc). Exerceu os seguintes cargos na ADCESP: diretora de imprensa e divulgação no período 2007-2009 e presidente no período 2009-2011. Graça Ciríaco foi filiada e militante do PSTU. É também uma das entrevistadas em nossa pesquisa.

educação básica estadual pública piauiense: heterogeneidades e diferenças” - na PUC-SP. São trabalhos que nos ajudaram a entender a conjuntura piauiense na qual os sindicatos se organizaram e viveram as lutas em busca de melhorias para a educação pública e a categoria docente.

Bonfim (2000) fez uma análise do movimento docente do Piauí no período 1986-1998, buscando compreender a influência da heterogeneidade e diferenças na construção desse movimento. A autora se utilizou de questionários e entrevista aplicados com os professores do Centro de Estudos e Recreação do Magistério Primário (CERMAP) e da Apep/SINTE-PI.¹⁸ Além de documentos dessas duas instituições, a autora utilizou jornais locais de circulação estadual. No seu estudo, Bonfim observou que a construção do movimento docente no Piauí foi se construindo com momentos de visibilidade e latência, ao mesmo tempo em que se expandia em todo o estado. Os principais conceitos¹⁹ utilizados pela autora para fazer sua análise foram: ação coletiva, heterogeneidade, crise e diferenças.

Bonfim (2000) construiu o seu trabalho em três capítulos. No primeiro, apresenta uma análise das conjunturas nacional e piauiense e a discussão dos principais aportes teóricos utilizados na pesquisa. No segundo, faz um perfil dos professores objetos da pesquisa buscando perceber os indicadores que caracterizam a heterogeneidade dos professores envolvidos com o sindicato e as diferenças que são estabelecidas no interior do movimento docente, enquanto busca captar a visão que os docentes têm da sua profissão e da própria rede de ensino. Já no terceiro capítulo da tese, faz uma análise mais aprofundada do movimento docente a partir da análise de entrevistas da história de vida dos professores militantes a fim de conhecer as suas experiências anteriores ao envolvimento no movimento docente. O objetivo é descobrir quais fatores teriam influenciado os mesmos a se envolverem na luta pela escola pública e gratuita através da participação no sindicato. É nesse capítulo que se percebe como se deu o processo de organização docente. A autora dá um bom destaque para a diferença de gênero no interior do movimento, buscando aprofundar a discussão na tese. Os

¹⁸ O sindicato seguiu com o nome de Apep até 1996 e a partir de 1º de março de 1997 passou a se denominar SINTE-PI. Após ampliar o seu número de filiados para além dos professores, passou a incorporar funcionários de apoio técnico-administrativo das escolas no seu quadro de sócios (cf. BONFIM, 2000).

¹⁹ Para Meluci (apud BONFIM, 2000, p. 5-6), “ação coletiva é um sistema de ação heterogêneo e fragmentado, construído em rede complexa de relações entre níveis e significados diversos, através de processos de trocas, de decisões e de conflitos entre os atores no embate com um adversário [...]. A heterogeneidade caracteriza-se pela diversidade de atores, de orientações presentes na ação coletiva e pela pluralidade de significados produzidos pelos atores da mesma ação coletiva. Já a crise, é entendida por Meluci como mudança e não apenas como declínio e refluxo como é bem aceito entre os estudiosos de movimento docente. Nesse caso, Meluci concebe crise como a emergência de novas formas de ação coletiva, entremeadas por momentos de visibilidade e latência. A visibilidade é entendida como um momento de reconhecimento público de uma identidade de um determinado movimento através da legitimação pelos outros e a latência como a presença ou não de elementos de inovação na ação coletiva.”

capítulos I e II são interessantes para nos ajudar a compreender o contexto político do Piauí no período em estudo, uma vez que a UESPI foi criada em 1984 e precisamos nos reportar a esse contexto político para compreendermos quais os fatores motivadores da criação dessa IES. Usaremos essas informações no decorrer do trabalho. Os esclarecimentos citados também são para mostrar a riqueza do trabalho de Bonfim (2000).

Para apresentarmos como se deu a construção/organização do movimento docente na nossa análise, interessa-nos mais especificamente o capítulo III, intitulado “A luta pela escola: atores, processo, ações, significados e diferenças.” Nesse capítulo, a autora trata “do processo de construção dessa ação coletiva, desde as motivações individuais dos militantes para se integrarem nesta organização, passando pelos processos internos desenvolvidos por meio de ações, até as mudanças ocorridas, no período de 1986 a 1998” (BONFIM, 2000, p. 150). Nesse capítulo, a autora faz uma discussão da construção da identidade individual e coletiva para, a partir daí, apresentar os depoimentos dos professores entrevistados, fazendo análise ao final do resultado das entrevistas sobre a história de vida. Como a autora esclareceu, o objetivo dela era compreender os conflitos que permeavam a vivência em grupo na construção da luta dos docentes do Piauí.

Discutindo as motivações para a ação coletiva docente, Bonfim (2000), a partir das análises dos depoimentos dos entrevistados, percebeu que aqueles que tiveram entre suas experiências anteriores participação em outros grupos coletivos, como de amigos, igreja, movimento estudantil, associação de moradores e partidos políticos, tiveram mais abertura e facilidade para se envolver com as atividades do sindicato. Destacou a grande influência da Igreja Católica. Nela, os sujeitos participaram de seus vários grupos, como grupos de jovens, pastorais, campanhas como a da Fraternidade, recebiam influência da ideologia de trabalho como vocação baseada na preocupação com o outro, o que interferiu diretamente na prática docente.

Outros tipos de grupos que facilitaram o envolvimento dos sujeitos com o sindicato foi a participação política e ativa através do movimento estudantil, associações de bairros onde lutaram por melhorias para a comunidade. Logo que reconheceram seus problemas, motivaram-se para a união em grupos de pressão ao Estado. No partido político, foram adquirindo consciência crítica dos problemas da sociedade de uma forma mais ampla e aprenderam a definir bandeiras e estratégias de luta a fim de fomentar propostas de políticas públicas para a sociedade, além de participarem de disputas para cargos representativos no aparelho do Estado. Os que viveram essas experiências, adquiriram uma consciência crítica e

se colocaram à disposição da luta pela escola pública, pois esta foi uma luta encampada por outros grupos, como o movimento estudantil, por exemplo.

Tal exercício, seja pelos aprendizados seja pela satisfação/prazer que proporcionam, seja também pela troca desses aprendizados entre integrantes dos coletivos que participam, e outras mediações, desafiam os indivíduos a entrarem e a permanecerem em novos coletivos. É óbvio que isso ocorre não de uma forma linear e tranquila, mas permeada de conflitos, contradições e tensões, expressos nas relações, orientações e significados registrados pelos entrevistados. (BONFIM, 2000, p. 185).

Consideramos as vivências em grupo como muito importantes para o desenvolvimento de uma consciência crítica da realidade brasileira, bem como para despertar nos indivíduos a vontade de se juntar a outros coletivos para lutar. Na nossa pesquisa, temos observado que a experiência anterior à vida sindical, abordada pela autora, tem influenciado bastante no envolvimento com o sindicato. No caso da ADCESP, a sua diretoria é composta, na maioria das vezes, por sujeitos filiados ao PSTU, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), PT e simpatizantes de um dos partidos ou mantêm relação de amizade com pessoas que compõem o grupo da diretoria do sindicato. Mas, como Bonfim alerta, essa relação é marcada por conflitos e favorece a acumulação de capital cultural, fortalecendo o sujeito e o grupo do qual participa. “Em todas essas relações foram construídas possibilidades de mudança e de práticas de militância, como valores de significativa importância para a ação coletiva docente. [...]” (BONFIM, 2000, p. 185).

A ação militante, situa-se na articulação de processos emancipatórios e a constituição dos sujeitos políticos, e nos dilemas destes sujeitos frente às novas questões políticas das sociedades globalizadas, que impõem novas questões de análise para as ciências sociais e para os sujeitos militantes ao se lançarem na construção de novos projetos emancipatórios [...] (MANFROI, apud BONFIM, 2000, p. 189).

A autora chama atenção para a ação dos militantes, pois foram eles que fizeram surgir e alimentaram o movimento docente e foi pela ação deles que a luta ganhou um caráter emancipatório. No caso do sindicato em estudo (SINTE-PI), este nasceu com característica predominantemente associativo-reivindicativa para, ao longo da luta, transformar-se em reivindicativo-emancipatório. De acordo com Bonfim (2000), no período de 1988 a 1996, foram realizadas um total de 18 greves;²⁰ no período 1987-1998, ocorreram 102

²⁰ Bonfim as separou no tempo: uma em 1987, duas em 1988, uma em 1989, duas em 1990 - a segunda, de 24 de agosto a início de maio de 1991 -, três em 1993, quatro em 1994, duas em 1995 e três em 1996. A autora ressalta que nos anos de 1992 e 1993 não foram encontrados registros de greves, acredita ela que pode ter sido

manifestações públicas (entendidas aqui como protestos, passeatas, paralisações, ocupações e caminhadas) e quatro acampamentos encabeçados pelo SINTE-PI. Destaca que, de 1997 a 1998, não houve greve e apresentou três versões para a ocorrência de tal fato: esgotamento da estratégia, já que os docentes sentiam-se pressionados pela implantação do projeto de demissão voluntária (PDV) implantado no Estado; o sindicato estava muito envolvido com os problemas de demissões voluntárias e não teria condições de puxar uma greve; e a terceira versão, como estava próxima a eleição de nova diretoria para o sindicato e havia muitas divergências internas, a diretoria decidiu por manifestações rápidas, como protestos e paralizações. Reforça, a autora, que a maioria das manifestações estavam ligadas a salário e democracia nas escolas, como implantação de conselhos e eleição para diretores.

A decisão por uma greve deve ser sempre bem avaliada pelo movimento, porque ela provoca um rompimento na normalidade das atividades docentes. O sindicato passou a conduzir as atividades da greve, mas esta foi pensada em assembleia com toda a categoria e se o grupo não se unisse para dar pressão no Estado em busca de uma negociação, as perdas poderiam ser maiores do que quando a greve começou. Isso porque mexe com os sentimentos, a disposição para a luta, a coragem de se expor e aflora as divergências no interior do grupo. O SINTE-PI, como todo sindicado, foi marcado por divergências internas lideradas por grupos ligados aos partidos políticos que brigavam entre si pelo controle do sindicato; grupo ligado ao PT (grupo da articulação, esse grupo venceu a eleição em 1989 e durante o trabalho da autora tem permanecido na direção); grupos de tendência esquerda do PT; grupos ligados ao PMDB e ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Então, a negociação com o governo nunca foi fácil e, nesse período, afluíam também os problemas internos nas assembleias públicas onde as divergências dos grupos eram publicizadas, às vezes, na frente dopositor. Tal fato enfraquecia o sindicato, porque muitos que frequentavam assembleias e atividades de greves não gostavam do envolvimento do sindicato com os partidos políticos e, quando esses fatos afluíam, esse grupo se afastava do movimento. Destaca Bonfim (2000) que, no plano externo, a relação sempre foi muito difícil com o Estado, visto por ela como adversário.

No plano externo, na relação com o seu adversário, a situação sempre foi por demais complicada. Em determinados momentos as comissões de negociações não conseguiam nem marcar audiência com o secretário da Educação ou com o governo do estado, necessitando realizar atos de protestos, atos públicos no pátio das secretarias da educação, da fazenda, no palácio de Karnak ou mesmo ocupação desses espaços físicos destas instituições. Quando conseguiam marcar, precisavam

por causa de uma trégua assumida pelos próprios docentes após aquela iniciada em fins de agosto de 1990 a início de maio de 1991, no Governo Alberto Silva (do PMDB), que passou mais de seis meses sem pagar o funcionalismo público (BONFIM, 2000).

realizar manifestações públicas durante toda uma manhã ou um dia todo para ser recebida e, em geral, em vez de solução ou de proposta maleadora ou enganosa, por parte do governo, havia impasses, levando a categoria, após comunicado da comissão a definir-se por greve, em muitos casos reprimida violentamente. Vale ressaltar que em algumas situações as divergências internas do movimento afloravam também diante do opositor, sendo motivo de desestímulo para muitos manifestantes. (BONFIM, 2000, p. 213).

Para Gramsci (2012), o estado é formado pelo conjunto social e marcado por conflitos entre os grupos que estão no interior do mesmo, dominando os órgãos de representação e decisão. As classes sociais deviam se organizar para disputar os espaços no interior do estado. Bonfim (2000), ao conceber o estado como adversário, nega a própria capacidade de reverter a situação através da disputa de projetos. Nessa visão de estado adversário, ele é apresentado como sujeito poderoso e difícil de ser vencido, mas não podemos esquecer que a negociação com o mesmo se dá através de uma relação marcada também pela força e consenso. A análise da autora é muito rica sobre o movimento docente no Piauí, entretanto perpassa na análise ainda uma visão identificada por nós como o estado sujeito, sobre o qual já nos reportamos nesse trabalho. É preciso compreender que na relação entre sindicato e estado, prevalece a disputa de projetos e às vezes a classe dominante tem que ceder para poder assegurar o poder e sua hegemonia. É nesse ponto que a classe trabalhadora tem que lutar para fazer com que os seus projetos também sejam hegemônicos no interior do estado restrito.

O trabalho de Bonfim (2000) é muito rico na apresentação do movimento docente de professores da educação básica do Piauí. Nos anexos, ainda apresenta um quadro bem detalhado das greves e mobilizações dos docentes, sendo muito importante para quem estuda sindicalismo no Piauí, pois a metodologia utilizada pela autora ajuda na compreensão de muitas questões presentes ainda hoje no movimento docente. Como exemplo, podemos mencionar a questão das divergências internas e as dificuldades para os grupos envolvidos perceberem as heterogeneidades e diferenças que marcam os sujeitos que estão envolvidos na luta pela educação pública. A autora contou a história do movimento docente utilizando os depoimentos dos militantes. Junto com ela, eles construíram a sua própria história.

Apresentamos o trabalho de Bonfim (2000) pela riqueza da análise das fontes e metodologia adotada na sua narrativa, o que vai nos ajudar a compreender, principalmente, a relação dos militantes com o sindicato e os conflitos que perpassam a construção do movimento docente. É um período anterior ao nosso, outro tipo de sindicato da educação básica, mas, por trazer a realidade conjuntural e do movimento docente do Piauí, mereceu ser analisado. Não encontramos trabalho sobre sindicalismo docente de nível superior no Piauí, o que sugere que nossa proposta é uma possibilidade de preencher lacunas nesse campo de

estudo. Por ser um período recente (2003-2012), dá para fazermos uma comparação dos governos estaduais na relação com o movimento docente em período de greve.

Embora os trabalhos analisados nessa tese sejam bastante abrangentes, sempre fica algo para ser explorado em um tema tão amplo e instigante como é o sindicalismo docente, sobretudo o de nível superior pouco explorado nas pesquisas até o momento. Na nossa pesquisa “Memória da vivência docente superior no estado do Piauí”, fizemos uma análise da relação da ADCESP com o estado e reitoria em período de greves docentes. Nossa hipótese de trabalho é que foi a partir da luta docente através das greves, que o estado restrito foi motivado a fazer investimentos na UESPI e melhorar as condições de trabalho e salarial dos docentes. Na relação entre os sujeitos, analisamos ainda o posicionamento de cada um diante do conflito e como sindicato e reitoria se perceberam no processo de construção da universidade a partir das greves, no sentido de compreender a visão dos dirigentes sindicais e dos ex-reitores da UESPI, sobre a visão que eles têm da universidade, da relação com o Estado. Toda a análise que é feita do sindicato tem a greve como ponto de partida e de chegada, pois é a partir dela que analisamos as relações dos docentes com o sindicato e deste com a categoria e o Estado restrito, identificando nas reivindicações o projeto de universidade que é defendido pelo sindicato e pela reitoria da UESPI. Em nossa pesquisa, fizemos uma análise no interior do sindicato para compreender como a universidade foi se organizando enquanto instituição a partir das reivindicações dos docentes grevistas. Essa análise não foi feita até o momento e, nesse ponto, nossa pesquisa se apresenta como inovadora. Enfim, nossa proposta amplia as fontes e as formas de análise sobre a questão sindical, sendo, portanto, um diferencial na análise sobre sindicalismo no Piauí e no Brasil, pois dos trabalhos analisados cada um apresentou uma proposta diferente para análise do movimento sindical, provando que é um campo bastante instigante e atual, com um leque de possibilidades de análises.

Nos capítulos seguintes, trabalhamos com o fenômeno greve docentes, fazendo um histórico dessa luta dos docentes da Universidade Estadual do Piauí no período de 2003-2012. Analisamos posicionamento dos sujeitos envolvidos através de questionários aplicados aos docentes e das entrevistas feitas com os ex-presidentes da ADCESP e presidente atual, além de reitor e ex-reitores da UESPI.

4 MEMÓRIA SINDICAL: A ADCESP, GREVES E SÓCIOS

A greve é uma forma de luta bastante utilizada pelos trabalhadores com o objetivo de conseguir o atendimento de suas reivindicações pelo Estado ou patronato. Ela é caracterizada pela cessação do trabalho. A análise que fizemos da relação entre ADCESP, reitoria e Estado teve como princípio as greves dos docentes, pois, esta foi a principal estratégia utilizada pela categoria (principalmente a partir de 2003) como forma de pressão visando ao atendimento de suas principais pautas de reivindicações.

As greves podem ser classificadas quanto: à duração, extensão, origem, formas de sua realização e causas. Mas podem ser caracterizadas também quanto ao tipo de reivindicações, que podem ser de caráter: econômico, político e de solidariedade. É a partir dessas características que analisamos as greves dos docentes da UESPI, dando destaque para a extensão, forma de realização e tipo de reivindicação, a fim de explicarmos a experiência sindical da ADCESP, durante o embate com a administração superior da UESPI e com o Estado através da greve. Embora a reitoria faça parte do Estado restrito, separamos os dois na exposição apenas por questões didáticas da exposição, uma vez que, esta no geral mediava as negociações entre sindicato e Estado. Discutimos, ainda, as estratégias utilizadas pelo Estado para conter o movimento, bem como o envolvimento dos docentes nas greves.

A partir da análise da documentação da ADCESP, como atas de assembleias e ofícios expedidos e recebidos pelo sindicato, acreditamos que sua história de luta, através do uso da estratégia de greve, tenha iniciado em 2003²¹, quando a Associação decretou greve de caráter econômico, prosseguindo com manifestações, exigindo aumento salarial. De 2003 a 2012, foram cinco greves conduzidas por ela, sendo que os anos em que não aconteceram greves foram marcados por protestos, paralisações, manifestações a respeito dos problemas enfrentados por professores e pela própria instituição. O ano de 2010 foi marcado por um grande movimento de protesto em defesa da universidade pública e da sua melhoria estrutural e financeira. Esse movimento levou o nome de “S.O. S UESPI” e foi organizado pela diretoria

²¹ A Associação dos Docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí- ADCESP, foi fundada em 05 de maio de 1987. Tornou-se seção sindical dos Docentes da Universidade Estadual do Piauí em 29 de outubro de 1992, como seção sindical do ANDES/SN. Desfilou-se da CUT em 2004, filiando-se em 2007 à Conlutas. Decidimos iniciar nossa análise a partir de 2003, na 9ª gestão da diretoria da ADCESP porque o nosso objetivo é analisar a relação do sindicato com o estado, principalmente em períodos de greve nos quais a administração pertencia ao Partido dos Trabalhadores. Foi em 2003 que o PT assumiu o governo do estado do Piauí fazendo duas gestões consecutivas. Também não encontramos documentação na ADCESP que nos desse um bom panorama das atividades de greves desenvolvidas pelas diretorias da associação anterior a 2003, parte do arquivo foi destruído por uma praga de cupins.

da ADCESP, pelos estudantes organizados através dos Centros Acadêmicos da instituição, sendo apoiados pela Associação Nacional dos Estudantes Livres- ANEL e Central Sindical e Popular-/CSP Conlutas.

Iniciamos nossa análise pela greve de 2003, período em que a ADCESP tinha como presidente a professora Maria de Fátima de Oliveira Lima²². Durante sua gestão, foram duas greves docentes: em 2003 e 2004. Foi sucedida na presidência pelo Professor Nougá Cardoso Batista,²³ que participou e ajudou a construir várias greves docentes na instituição. Vale ressaltar que, durante a gestão deste último, de 2005 a 2007, a ADCESP só fez paralisações e protestos. De 2007 a 2012²⁴, a Associação foi conduzida por presidentes filiados ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados-PSTU e por posturas críticas ao governo do Estado. O período dessas gestões foi marcado por greves, paralizações e movimentos de protestos contra a estrutura precária da universidade e da situação de trabalho e salarial dos docentes. Apresentamos a seguir as cinco greves conduzidas pela ADCESP, no período de 2003-2012, analisando como se deu a relação entre os sujeitos envolvidos no conflito: ADCESP, reitoria e Estado.

4.1 A ADCESP na construção e condução das greves

Durante o período em estudo o sindicato conduziu cinco greves docentes em busca de direitos para a categoria, as quais apresentamos em nossa análise destacando as pautas comuns e as diferenças entre elas, bem como, as principais conquistas de cada uma.

4.1.1 A greve de 2003: a luta por reposição salarial e concurso público

O ano de 2003 no Estado do Piauí foi marcado pelo despontar de várias greves do funcionalismo público. Os jornais locais davam conta dessas greves e pautas de reivindicações que giravam em torno de melhores condições de trabalho e reposição salarial, por causa das perdas ocasionadas pelo aumento da inflação, ao longo dos anos de regime

²² Não conseguimos entrevistar a professora Fátima Lima, tentamos vários contatos, mas não obtivemos resposta, por isso, não sabemos a filiação partidária da sindicalista nem sua visão da relação estabelecida durante as greves entre sindicato, reitoria e Estado.

²³ Este informou na entrevista que nunca foi filiado a partido político e até o momento atual continua sem filiação partidária.

²⁴ No período de 2007 a 2009, esteve na presidência Daniel Vasconcelos Solon, que retornou à presidência na gestão 2013/2015. No período de 2009-2011, esteve na presidência Maria das Graças Silva Ciríaco, uma das lideranças do “Movimento S.O.S UESPI” em 2010. A gestão 2011/2013 foi presidida por Lina Santana Fernandes, que volta a presidência do sindicato na gestão 2015/2017.

capitalista. O governo era do Partido dos Trabalhadores, que cresceu e se fortaleceu nas lutas sociais, em busca de ampliação e manutenção de direitos dos trabalhadores. Entretanto, uma vez no governo, teve que enfrentar várias greves do funcionalismo público, antigo companheiro de luta. Para nós, interessam as greves dos docentes da Universidade Estadual do Piauí-UESPI, que também aproveitaram o momento de luta para apresentar as suas pautas de reivindicações, pois estavam há oito anos sem reajuste salarial.

A UESPI enfrentava uma crise financeira²⁵ devido a vários fatores: repasse do governo que era pouco e atraso dos convênios. A reitora, Oneide Rocha²⁶, em reportagem ao jornal *Diário do Povo* (SEM..., 2003, p. 9), alertou que, “[...] caso a situação permanecesse, a universidade não teria condições de funcionamento.” Além desses problemas, a reitora enfrentava a luta pelo reconhecimento de vários cursos junto ao Conselho Estadual de Educação-CEE, que passava a cobrar as exigências mínimas para seu funcionamento. Muitos desses cursos da instituição foram criados para atender a interesses políticos, frutos da expansão²⁷ desordenada da UESPI, sobretudo a partir de 1995, sem preocupação com as exigências para criação e funcionamento de um curso, como por exemplo, a exigência de professor efetivo, de Projeto Político Pedagógico e de autorização de funcionamento. A maioria dos cursos funcionava com professores provisórios, sem Projeto Político Pedagógico, sem laboratórios e bibliotecas. Enfrentava, ainda, críticas do Diretório Central dos Estudantes-DCE que, além de mover ação contra a cobrança de taxas aos alunos, também impetrou ação na justiça exigindo a saída da reitora, alegando irregularidade na escolha da gestora. Por não pertencer aos quadros da instituição, não ter qualificação em nível de mestrado e ainda por ter sido indicada²⁸ pelo governador, sem consulta à comunidade acadêmica para elaboração de

²⁵ De acordo com a matéria do jornal *Diário do Povo*, a universidade tinha um gasto mensal de R\$ 1,2 milhão para manter a atual estrutura, mas só recebe do governo R\$ 100 mil para o custeio de despesas. O que vinha mantendo a universidade era o dinheiro arrecadado com os convênios celebrados com prefeituras, associações, sindicatos e das taxas cobradas aos alunos. Na época, os alunos pagavam taxas de matrículas que variava de R\$400,00 a R\$10,0. (*Diário do povo*, Teresina, 31 jul.2003, p.9). Essas taxas foram instituídas a partir de 1996

²⁶ Maria Oneide Fialho Rocha, professora da Universidade Federal do Piauí- UFPI na cidade de Picos. Militante do PT de Picos, foi escolhida pelo governador Wellington Dias do PT como reitora interina da UESPI e assumiu a reitoria da instituição em janeiro de 2003.

²⁷ Em 2003, a UESPI tinha 18 campi e 25 núcleos no estado do Piauí, funcionando ainda no Maranhão com 17 núcleos e Bahia, com 6 núcleos. (Fonte: Relatório gestão UESPI 2003. p. 33, CEPLAN/UESPI). A maior parte do recurso utilizado para expansão foi fruto dos recursos do FUNDEF. Para maior aprofundamento sobre o tema expansão da UESPI, conferir: FEITOSA, Maria da Penha. A educação Superior Pública Estadual no Piauí: aspectos da origem e o processo de expansão nos anos de 1990. Teresina; UFPI,2006. Dissertação Mestrado Educação. UFPI).

²⁸ Os reitores da UESPI eram escolhidos pelo governador do estado, a instituição não tinha autonomia administrativa nem liberdade de escolher seus gestores. Segundo Oneide Rocha em entrevista à autora, a mesma foi escolhida pelo governador para implantar o processo democrático na instituição e fazer o processo de transição, pois a IES estava muito fragilizada por disputas políticas. Oneide Rocha ficou na reitoria somente um ano, quando saiu para se candidatar à prefeitura de Picos pelo PT. Sobre esse processo do DCE contra ela, relatou que só teve notícias pelos jornais, nunca recebeu nenhum documento da justiça questionando a sua

lista tríplice. Foi nesse cenário caótico que despontou a greve de professores em agosto de 2003. Sobre esse contexto de cobranças de taxas e de cursos pagos nas universidades públicas, os autores que discutem o ensino superior já vinham denunciando em seus textos.

Badaró Mattos (2009a) alertou em seu trabalho, sobre o caráter de privatização em curso no ensino superior do país, desde a gestão de FHC, tendo à frente do Ministério da Educação- MEC o ministro Paulo Renato.

[...]. Privatização no sentido de ampliação do setor privado e também privatização interna das instituições públicas, com os cursos pagos, a lógica produtivista, a gestão empresarial e o cerco para que as instituições passassem a interagir com o “mercado” através de fundações privadas que administram recursos de convênios e projetos – a maioria públicos – além das mensalidades dos cursos pagos, como se empresas fossem. (MATTOS, 2009a, p.177).

A UESPI já vivia a realidade de buscar recursos através de convênios celebrados com prefeituras, sindicatos e associações, em troca de formação de professores. Além disso, criava meios de conseguir recursos para custear suas despesas, pois o Estado não as assumia em sua totalidade. Dentre as reivindicações dos professores grevistas, estava a exigência que o Estado fizesse o repasse dos 5% do seu Produto Interno Bruto- PIB, para a UESPI, como definido em lei.

A primeira greve dos docentes da UESPI, em análise, iniciou em 25 de agosto de 2003, tendo como principal pauta de reivindicação reposição salarial, repasse integral dos 5% do PIB do Estado para a UESPI e aprovação de concurso para professor efetivo. Com a greve, a realidade estrutural e acadêmica da IES veio à tona, bem como a situação salarial e as condições de trabalho dos professores. Não encontramos documentação suficiente no sindicato que retratasse os momentos das greves de 2003 e 2004, o que nos levou a utilizar jornais da época que cobriram o movimento. Por isso, utilizamos matérias dos jornais locais para cobrir os dois momentos. Alertamos que os jornais também apresentaram muitas falhas quanto a dados da instituição e mostraram-se extremamente partidários, o que nos fez optar por usá-los com cautela. Os dados referentes à UESPI foram retratados a partir dos relatórios da Coordenadoria de Planejamento- CEPLAN/UESPI.

Sobre a realidade da instituição, os jornais denunciavam a situação de precariedade estrutural da universidade, de condições de trabalho e salarial do corpo docente. As perdas salariais acumuladas da categoria chegaram a somar 98%, segundo o Departamento

escolha para reitoria da UESPI. Nesse processo de democratização da UESPI foram feitas eleições para diretores de centros e coordenadores de curso em junho de 2003. Deixou instaurada uma Comissão Estatuinte para rever os estatutos da instituição e preparar a eleição para reitor. Esta só veio a ocorrer em novembro de 2005. (ROCHA, 2016.)

Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Se as perdas fossem repostas, o salário deveria ser de R\$ 1.300,00; mas os professores, por reconhecerem a realidade do governo, estavam lutando por um salário de R\$ 720 para o professor com uma carga horária de 20 horas. À época, o salário do professor com uma carga horária de 20 horas semanais era de R\$ 239,00 e, como já foi dito, os docentes já estavam há oito anos sem reajuste salarial. Pelas pautas de reivindicações podemos caracterizar a greve como de caráter econômico.

Sobre o movimento grevista, Fátima Lima presidente da ADCESP informou que “o movimento está muito forte, com grande adesão” (PROFESSORES DA..., 2003, p. 3). A greve aconteceu nos campi Torquato Neto, no Campus Região Sudeste em Teresina e nos *campi* do interior, nas cidades de Parnaíba, Picos, Floriano e Corrente. Já a reitora Oneide Rocha, em matéria ao jornal *Diário do Povo* (PARA..., 2003, p.03), contestou a informação da sindicalista, informou que os substitutos não pararam as atividades. Por isso, a reitora não acreditava que a greve seria forte, pois não mostra a vontade da maioria. Ela também reclamou que a Associação Docente não esperou a conclusão das negociações com o governo, para iniciar a greve. Questionou, ainda, que esta tinha sido deflagrada em uma assembleia com a presença de apenas 24 professores. “Reconheço o problema salarial dos professores. É real e muito grave, mas o estado não pode resolver a situação de uma hora para outra já que é uma questão que se arrasta acerca de 8 anos” (PARA ..., 2003, p.3).

O certo é que a quantidade de professores efetivos²⁹ era mínima, pois praticamente não havia concurso,³⁰ na UESPI, para este tipo de cargo. Neste sentido, os professores também reivindicavam concurso público para o preenchimento de vagas para professor da IES. Essa pauta esteve presente em quase todas as greves posteriores, o que pode ser constatado pela quantidade de concursos para professor que foi conquistada ao longo das greves docentes. Então, a greve provavelmente foi construída por poucos docentes, principalmente da capital, devido à dificuldade de articular os *campi* do interior, mas teve o apoio dos alunos que

²⁹ De acordo com o relatório da Coordenadoria de Planejamento-CEPLAN/UESPI, em 2003, a universidade tinha um quadro de 1.136 professores, sendo 221 efetivos e 915 provisórios. (Relatório CEPLAN/UESPI, p. 28, 2003).

³⁰ Sobre os concursos para professor efetivos da UESPI, tinha sido realizado concurso em 1993 e nesse mesmo ano foi feito o enquadramento na Carreira do Magistério Superior da UESPI, do quadro de pessoal da FADEP que já atuavam na UESPI como professores. Pelo decreto foram efetivados no quadro de professores definitivos da UESPI 137 professores. (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí-FADEP, Decreto de 26 de abril de 1993. Publicado no Diário Oficial nº85 p.04 do dia 07 de maio de 1993). Em 2003, foi feito concurso para professor efetivo, sendo abertas 219 vagas e nomeados 167 professores. Aconteceram concursos ainda em 2005 com o oferecimento de 143 vagas e efetivados 150 professores. Em 2008, houve a abertura de 124 vagas e foram nomeados 120. Em 2011, com 240 vagas disponíveis, foram efetivados 276. (FONTE/ DAOS/UESPI).

ajudaram a construir o movimento. Pelas manifestações, os poucos que a construíram estavam firmes nos seus propósitos de conseguir um reajuste salarial, pois seguraram o movimento por 57 dias.

Nem reitora, nem sindicato falavam nesse número de 1.136: sempre apresentavam mais professores. O certo é que a maioria do quadro era formado por professores provisórios, com contratos precários que podiam ser desfeitos a qualquer momento, o que dificultava a adesão desse grupo ao movimento grevista. Isso nos leva a crer que a greve foi mais forte nos campi onde o número de professores efetivos era maior, como na capital Teresina. Uma vez decidida pela greve, a Associação tinha que fazê-la ganhar as ruas e conquistar o apoio da opinião pública, da sociedade, como pais e alunos da IES. É nesse momento que se define um calendário de atividades e se cobra o comprometimento dos docentes na construção da greve. O primeiro passo para iniciar a greve é avaliar a disposição dos envolvidos em aderir ao movimento. Nem sempre essa adesão é o desejado pelo sindicato.

O motivo para a greve também deve estar fortemente enraizado; seja por aumentos salariais, seja um plano de carreira ou um protesto político, é preciso que a maioria dos envolvidos sinta a questão como um problema *seu*, o qual só poderá ser resolvido através da pressão paredista. Do ponto de vista exclusivo dos trabalhadores, a organização e a disposição de uma luta são as condições indispensáveis para a deflagração do movimento. (ABRAMOWICZ, 1986, p.65).

Percebemos que essa avaliação nem sempre era considerada, tendo em vista ser comum a direção do sindicato questionar a pouca adesão docente, tendo sempre que recorrer ao apoio dos alunos na construção do movimento paredista. Mesmo assim, a dinâmica das manifestações dos professores foi marcada por uma vasta programação de luta. Com o apoio dos alunos, passaram a denunciar nos meios de comunicação e fazer manifestações nos principais espaços públicos da cidade sobre a situação precária da Instituição. Denunciavam desde a situação precária dos cursos até a falta de verbas para funcionamento da Universidade, o que mostra a ausência e o pouco caso do governo com a situação financeira da mesma. E os professores seguiram fazendo protestos na Praça Rio Branco, uma das principais da cidade de Teresina e bem central para os grevistas. A tônica dos protestos foi sempre a situação de sucateamento da Universidade e as péssimas condições de trabalho dos docentes, marcadas ainda por salários baixíssimos.

Uma característica observada na relação com o Estado foi a difícil negociação, por parte deste último, em não querer receber a categoria para ouvir suas pautas de reivindicação. A associação teve que recorrer à Assembleia Legislativa, solicitando que os deputados

intervissem junto ao governado, para conseguirem audiência de negociação e discutirem a realidade estrutural da universidade. O governo sempre agiu de forma dura, pedindo ilegalidade da greve, cortando contracheque e dificultando o acordo. Este último, quando feito, era mediado pela Justiça.

A greve completou um mês e o governo não recebeu os professores para conversar. Houve também mobilização de estudantes contrários à greve que se manifestaram pedindo o retorno às aulas. Estiveram na reitoria da UESPI, na Assembleia Legislativa e tiveram audiência com o vice-governador Osmar Júnior (PC do B), pedindo o empenho de todos para ajudarem na negociação entre professores e governo a fim de finalizarem a greve. O juiz Sebastião Ribeiro Martins se reuniu com grevistas e representantes do Estado para mediar um acordo entre as partes. Como não houve acordo, deu um ultimato para os professores negociarem ou ele aceitaria o pedido de ilegalidade solicitado pelo procurador do Estado, Plínio Clerton Filho. Além da questão do reajuste salarial, tinha que ser vista a aprovação do Plano de Cargos Carreira e Salário-PCCS dos professores da UESPI. Para tanto, foi formada uma comissão para estudar e preparar o documento para ser aprovado pela Assembleia Legislativa.

Na segunda rodada de negociação, não houve acordo sobre o fim da greve. O governo propôs um abono de R\$ 94,00 a ser implantado no contracheque de janeiro de 2004, mas os professores reivindicavam o abono ainda em novembro de 2003. Diante do impasse, o procurador Plínio Clerton Filho pediu a ilegalidade e o governador propôs criar Comissão para discutir o PCCS dos professores, que precisava ser legalizado, pois o até então existente fora criado por decreto, quando deveria ser aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado. O que se percebe com o desenvolvimento do conflito são as fragilidades da instituição, inclusive, de suas leis e regimentos. Provavelmente, herança de administrações desastrosas e de governos descompromissados com a estruturação e regularização da universidade.

Para piorar os ânimos, a reitora da UESPI- Oneide Rocha - veiculou na imprensa que iria “abrir processo administrativo contra os professores em greve, caso eles não retornem à sala de aula” (UESPI..., 2003, p. 9). A notícia acirrou os ânimos dos grevistas que intensificaram as manifestações, havendo caso de coordenador de curso que pediu exoneração do cargo, em protesto à forma como os professores vinham sendo tratados pela reitoria que, no caso, é Estado. Portanto, a relação entre as partes dificultou a negociação. Compreendemos reitoria como parte do Estado, uma vez que a mesma era escolhida pelo governador para administrar a universidade. Nesse caso, a ação de um pode representar o posicionamento dos dois: reitoria e Estado.

Dentre as manifestações de repúdio ao governador Wellington Dias, foi feito até o seu enterro simbólico em manifestação para pressionar a negociação. Sobre a ilegalidade da greve, a presidente da ADCESP informou que não fora notificada e afirmou nos jornais que, quando o fosse, recorreria da decisão. Reitora também informou através dos jornais que, com a ilegalidade, quem não retornasse sofreria processo administrativo e corte de salários. À época, a ADCESP entrou com mandado de segurança para liberar os contracheques dos professores grevistas. Percebemos que os embates se deram muito através dos jornais com acusações e protestos, e que as partes em conflito tinham dificuldades em se reunir para discutir uma saída para o impasse.

Depois de 57 dias de greve, em 22 de outubro de 2003, os professores, reunidos em assembleia, decidiram pelo retorno ao trabalho com uma votação de 32 votos a favor do fim da greve contra nove votos pela sua manutenção. Assim, a greve foi encerrada e a categoria aceitou a proposta do governo que consistiu no seguinte: ratear R\$ 200,00 (duzentos mil), nos meses de outubro, novembro, dezembro e janeiro entre os professores com um abono extra. O grupo que votou pela manutenção da greve, como a professora Graça Ciríaco, questionou a negociação dizendo que foi um erro dividir esse dinheiro entre 1.200 professores, já que no final daria um aumento de R\$ 25,00 para cada um, enquanto a proposta anterior era de um aumento de R\$ 94,00, rejeitada pela categoria por não entrar em acordo quanto ao mês da implantação. Finalizada a greve propriamente dita, foi deliberado o estado de greve, um modo de manter a categoria mobilizada e vigilante ao cumprimento das propostas pelo governo. O número de professores sempre foi alterado para mais na fala dos grevistas, a quantidade real de professores, segundo relatórios da IES era de 1.136.

[...]. Foi deliberado ainda que os professores continuam em estado de greve com mobilização e avaliação das propostas apresentadas pelo governo no sentido de seu cumprimento. Ficou estabelecido ainda que o retorno às aulas na quarta-feira 29/10/2003 está condicionada a liberação imediata dos salários e contracheques de todos os docentes. [...]. Deliberaram ainda por entrar com uma representação para OIT pelo descumprimento do governo da Constituição Federal e atentado à liberdade do movimento sindical, abertura de processo disciplinar e encaminhamento para o ANDES/SN, referente aos professores: Célia Leal, Ana Bezerra, Ana Fernandes, José Pinheiro ocupantes de cargos na atual administração e filiados a ADCESP-SSIND que se colocaram contra o movimento e promovendo ameaças e repressão aos docentes em greve. Entrar contra a UESPI com uma representação criminal por retenção dos salários. (ASSOCIAÇÃO..., 23 out. 2003).

Os acordos firmados entre o governo e a categoria para pôr fim à greve, entre eles o piso salarial de R\$ 720,00 reais e a destinação de 5% do PIB do Estado para a educação, não foram cumpridos. Isso pode ser observado em matérias do ano seguinte (2004) do *Diário do*

Povo, quando ressalta que “[...] a paralisação de 2003 durou cerca de 50 dias e as reivindicações não foram atendidas.” (PROFESSORES FARÃO..., 2004, p. 11). O não cumprimento do acordo por parte do governo contribuiu para a eclosão da greve do ano seguinte.

Pela análise das fontes, percebemos que, embora a ADCESP tenha utilizado todos os meios disponíveis para forçar uma negociação com o Estado, essa foi dificultada pela recusa de receber a categoria e, quando recebia, a proposta era abaixo do solicitado pelos grevistas. Quando não chegavam a um acordo, o governo reagia solicitando a ilegalidade da greve. Essa estratégia de pressão foi muito eficaz no sentido de pôr fim ao movimento, pois o corte do salário sempre foi a ameaça mais temida pelos docentes em greve. Após o decreto de ilegalidade da greve, o próximo passo era o corte dos salários, o que não ficou só na ameaça. Com isso, os grevistas acabavam negociando com o Estado mesmo abaixo do solicitado durante a greve. Esse tipo de negociação também causava descontentamento entre os grevistas mais aguerridos, que, ao verem o governo radicalizar, também queriam fazer o mesmo, mas nem sempre os companheiros tinham igual disposição para continuar a luta. No geral, quando chegava a esse ponto, preferiam recuar pactuando os acordos sugeridos pelo governo.

4.1.2 A greve de 2004: melhoria salarial e financiamento da UESPI

A greve de 2004 começou a ser cogitada no dia quatro de junho com uma paralisação de advertência, deliberada em assembleia geral. No mesmo dia da assembleia, houve uma aula pública em frente à UESPI. Os atos marcaram o descontentamento da categoria em relação à não negociação com o governo, apesar de ter sido formada uma comissão de negociação. Entre as pautas de reivindicação, estavam: a correção do índice inflacionário de 2003 e 2004, a eleição direta para reitor e para todos³¹ os diretores das unidades da UESPI, a isenção de taxas cobradas pela instituição, a aquisição e o reequipamento dos laboratórios, bibliotecas e setor de esportes, a nomeação dos professores do concurso de 2003, a atualização e a adequação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários. Como observamos, prevaleceram pautas de caráter econômico.

A presidente do sindicato denunciava o fato de o Estado não ter efetivado ainda os 180 professores aprovados no concurso realizado em março de 2004. Havia ainda algumas pautas

³¹ Essa pauta veio à tona porque em 2003 foram realizadas eleições diretas somente para Diretores de Centro e Coordenadores de Cursos dos Campus Poeta Torquato Neto e diretor do Campus Região Sudeste. (Fonte: Relatório CEPLAN/UESPI, 2003, p. 353.).

da greve anterior, que não tinham sido cumpridas pelo governo, como o aumento salarial para R\$ 720,00 e a destinação de 5% de todos os recursos do Estado destinados à UESPI. Como podemos observar, nas pautas dos docentes, também constavam reivindicações dos discentes: era uma estratégia utilizada pelo sindicato para atrair esse setor, de modo a integrá-lo ao movimento grevista, além de ser uma forma de unificar a luta, já que os problemas da instituição afetavam a todos. Essa estratégia foi utilizada em todas as greves. Foi realizada mais uma assembleia no dia 14 de junho, na qual a categoria aprovou, por 32 votos a favor e 2 contra, a deflagração da greve.

Quanto à situação do corpo docente, a exigência do pagamento do piso salarial continuou sendo o principal fator de mobilização da categoria. De acordo, com matéria publicada no jornal *O Dia* “o piso da categoria corresponde a R\$ 289,00 e com incorporações e gratificações, esse valor passa para R\$ 405,00 para uma jornada de 20 horas aulas semanais.” (PROFESSORES ..., 2004, p.3). Contudo, a ADCESP defendia um piso inicial de R\$1.733,88. Esse valor baseava-se em estudos feitos pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos) no ano de 2003. Sobre as tentativas de negociação, os representantes da ADCESP comentaram, nos jornais, que, desde o dia 17 de janeiro de 2004, os professores buscavam uma audiência com a secretária de administração, Regina Souza para tentar resolver o não cumprimento do acordo feito no ano anterior, mas não obtiveram respostas. A presidente da ADCESP lamentava o fato de terem que optar por uma greve: “Não queremos a greve, o governo não quis nos receber para dialogar, então nossa arma em defesa dos nossos direitos é a greve.” (PARALIZAÇÃO..., 2004, p. 11). Esse é outro fato observado no conflito: o Estado só avança nas negociações, quando os docentes decretam a greve e partem para uma postura agressiva de críticas ao governo através de movimentos de pressão e de denúncias através da imprensa.

Sobre a decisão pela greve, é importante destacar que a ADCESP, por ser uma seção sindical do ANDES-SN, segue as propostas definidas nos congressos nacionais e regionais. Em maio de 2004, o setor das IFES reuniu-se em Recife para avaliar a construção da greve. O contexto político marcado pelas Reformas do Governo Lula apontava para perdas salariais e de direitos trabalhistas, o que, de certa forma, empurrava os docentes para um enfrentamento direto contra tais políticas.

[...]. Um número significativo de seções sindicais já realizou um trabalho político mais aprofundado e tem conseguido mobilizar os docentes para as atividades de construção da greve. [...], mas não nos autorizam a deflagrá-la no dia 10 de maio. Isto nos impõe o desenvolvimento de um calendário que permita a construção das condições para a deflagração da greve (SINDICATO..., 03 maio, 2003).

Além do ANDES/SN ter definido a construção da greve, por causa das reformas que vinham sendo implantadas pelo governo Lula, os docentes da UESPI já tinham motivos suficientes para decretar o movimento paredista. Sobre o movimento grevista, em matéria do *Diário do Povo*, destaca-se que cerca de 1.400 docentes pararam as atividades imediatamente, alguns estavam desde abril sem receber salário (PARALISAÇÃO..., 2004, p. 11). Segundo relatório do DAOS/UESPI, o quadro total de professores (efetivos e provisórios) em 2004 era de 1.435. Como a maioria era do quadro provisório - e estes não costumavam aderir - o conteúdo da matéria, provavelmente, objetivava pressionar governo e reitoria. A proximidade dos números citados pelo jornal e os dados do DAOS podem ser analisados por duas vertentes: ou um grande apoio ao movimento por parte dos docentes, mesmo sem serem sindicalizados, ou como uma estratégia do sindicato, divulgando uma grande adesão para atrair mais docentes à greve. Principalmente, aqueles que ficavam na dúvida, só concordavam se fosse uma adesão da maioria. A greve aconteceu nos *campi* de Teresina, com algumas adesões no interior do Estado.

A dinâmica das manifestações dos professores não se alterava. Buscava-se apoio dos docentes e de alunos. Iniciava com a mobilização através das assembleias gerais para a discussão da greve – antes e depois da sua deflagração - estas ocorreram, em sua maioria, no auditório central do *campus* Poeta Torquato Neto, no bairro Pirajá em Teresina. Era nas assembleias onde se tomava as principais decisões e os encaminhamentos para a negociação com o Estado. Devido ao não cumprimento por parte do governo do Estado das propostas da greve anterior, o cenário se encaminhou para o despontar da greve, que foi aprovada na assembleia realizada no dia 14, como resultado de frustradas tentativas de negociação. Aliás, não houve nem audiência para tratar do assunto, a associação optou pela greve como forma de pressão.

A difícil negociação: o grande impasse da greve de 2004 pode ser entendido pelo viés do não cumprimento dos acordos feitos entre o Estado e a categoria, ao fim da greve do ano de 2003. A difícil negociação com o governo fez com que a categoria se reunisse diversas vezes em busca de solução para os problemas enfrentados, porém não foram recebidos pelo governador Wellington Dias, conforme destacamos na fala da presidente do sindicato docente.

Por falta de informação das fontes, não foi possível verificar a data precisa do final da greve. Mas é provável que tenha sido entre 20 a 25 de agosto, já que as matrículas curriculares para o segundo período letivo da instituição ocorreram no período de 25 a 27 de agosto, com previsão para início das aulas no dia oito de setembro.

Mesmo não sendo possível relatarmos como se deu o encerramento da greve, o certo é que os anos seguintes foram marcados por muita luta e negociação com o Estado, no sentido de fazer cumprir propostas acordadas com os professores. Dentre essas lutas, destacamos a aprovação do Plano de Cargos Carreira e Salário dos Professores –PCCS durante o ano de 2005 e a implantação da lei definindo a remuneração dos docentes da instituição. Essa remuneração, embora o sindicato já viesse defendendo o piso salarial definido pelo DIEESE, não foi implantada, ficando o salário abaixo do desejado. Durante os anos de 2006 e 2007, as disputas se deram no nível interno, ganhando destaque a disputa pelos cargos comissionados da instituição. Praticamente todas as atas das assembleias da ADCESP encontradas no sindicato dos anos de 2006 e 2007 tratam do assunto. Professores exigiam que estes cargos fossem ocupados por efetivos da UESPI, mas acreditamos que a administração superior acatou decisões políticas na escolha dos comissionados, uma vez que eram muitas as denúncias de pessoas externas à universidade ocupando estes cargos. Os professores, através da ADCESP, cobravam o cumprimento do Estatuto da instituição a esse respeito. Por outro lado, exigiam da reitoria agilidade no processo de construção e aprovação do Regimento Interno da IES, a fim de se concretizar a eleição para todos os diretores de *campi*, centros e coordenadores de curso da instituição. Sobre o posicionamento dos sujeitos a respeito das reivindicações docentes, consideramos bastante rica a Ata da Assembleia da ADCESP do dia 14 de junho de 2006, da qual destacamos algumas falas para análise sobre a questão salarial:

[...] A secretária colocou que todas as reivindicações dos professores nas greves de 2003 e 2004 foram atendidas pelo governo, mas que o valor de R\$720,00 seria o ideal como salário base do professor. Adiantou que o governo não tem como pagar esse valor. E que o valor que chegou foi de R\$ 635,00. E que é com esse valor que devemos trabalhar em 2007 [...].

A secretária Lucile Moura reforçou que o governo deu um aumento de 43%, e que o professor da UESPI, recebeu um aumento real de 23%, os valores recebidos pela UESPI estão acima da inflação e data base nos termos, que é o mês de maio, finalizou dizendo a responsabilidade desse governo é tanta com os servidores públicos, que ele não vai atrasar a folha de pagamento para poder beneficiar qualquer categoria e respeitando todas as categorias deste estado. (ASSOCIAÇÃO..., 14 jun. 2006).

Por esta fala da secretária, podemos constatar o discurso que governo e seus representantes difundiam junto aos trabalhadores. O maior mote do governo do PT foi a garantia de salários pagos em dia, em um Estado onde os funcionários públicos vinham amargando atrasos salariais pela falta de planejamento e compromisso, por parte de governantes anteriores. Assim, a promessa caiu como uma luva. O governo do PT utilizou muito essa estratégia para dizer que não podia conceder aumentos para determinada categoria,

para não atrasar a folha de pagamentos: tentativa de engessar as lutas das categorias que almejavam o tão sonhado aumento salarial. Essa fala da secretária foi questionada pelos professores presentes na assembleia, apontando que o governo não cumpriu tudo o que havia prometido como a autonomia financeira e administrativa da UESPI. A fala da secretária de governo foi reforçada pela da pró-reitora de Ensino, professora Célia Leal:

[...]. Agora a UESPI tem autonomia administrativa, financeira não, mas existe parceria com órgãos que facilitam e que nenhuma universidade sobrevive com recursos estaduais. Lembrou a eleição para reitor, os concursos públicos e os 45% de aumento. Finalizou dizendo que o aumento não era o esperado pela categoria, mas o governo cumpriu com essa tarefa (ASSOCIAÇÃO..., 14 jun. 2006).

Outra fala interessante para análise é a da reitora Professora Valéria Ribeiro, no quesito cargos comissionados.

[...] esclareceu que a administração superior tem um prazo de dois anos para organizar os cargos e as gratificações e depende de aprovação e o reconhecimento na legalidade para concluir o projeto que envolve construções. (...). Finalizou questionando a Adcesp: Quando foi que a mesma chamou os seus associados para discutir a universidade para esses quatro anos? (ASSOCIAÇÃO..., 14 jun. 2006).

O seu questionamento foi prontamente respondido pelo presidente do sindicato, professor Nougá Batista. Ele reforçou que o projeto defendido pela ADCESP para a UESPI era o mesmo que o ANDES defendia no setor estadual: 5% de toda a receita do Estado para a universidade e não mais a receita líquida. Por esta Ata, é possível observar o posicionamento de reitoria, Estado e associação a respeito dos problemas enfrentados pelos docentes da UESPI e pela própria instituição por falta de autonomia. Estado e reitoria têm um discurso afinado no sentido de afirmar que estão fazendo grandes mudanças na instituição e que o governo tem cumprido sua tarefa em relação à universidade. A associação sempre destacando os problemas e pedindo solução. O certo é que a universidade estava se organizando estruturalmente e necessitava de uma discussão mais aprofundada sobre essas mudanças com a comunidade universitária. Essa era uma reclamação da ADCESP: mais clareza no que vinha sendo feito e a participação de todos os setores que compunham a universidade. A documentação aponta para uma dificuldade de diálogo entre administração superior e sindicato, em relação às mudanças que estavam sendo operadas internamente. Um exemplo foi a elaboração e aprovação do Estatuto e Regimento Interno da Universidade, que foi aprovado na esfera dos conselhos superiores, sem consulta à comunidade universitária. O

sindicato sempre exigiu maior participação da comunidade universitária em ambos os processos.

O que constatamos é que, durante esse período, a universidade estava se organizando, construindo leis para a sua regulamentação, buscando reconhecimento de cursos, definição dos quadros de docentes e técnicos, organização interna quanto à mudança de classe e de nível dos professores e de direitos dos técnicos. Muitos cargos da instituição não eram sequer regulamentados. Então, foram anos de organização da casa. E o sindicato acompanhou de perto cada novo passo da gestão, sempre vigilante e apresentando denúncias, críticas e sugestões. No ano de 2007, o sindicato fez várias tentativas de negociação com o governo do Estado, mas sem sucesso, até receber a negativa de aumento salarial para qualquer categoria, por falta de condições financeiras. O governo prometeu abrir para negociação salarial só em 2008, o sindicato, então, respondeu com paralisações e manifestações contra a política do governo. Todo esse descontentamento acumulado despontou na greve do ano seguinte, quando os docentes partiram para o enfrentamento em busca de reajuste salarial.

4.1.3 A greve de 2008: a conquista do reajuste salarial e do PCCs

A greve de 2008 começou a ser preparada pelo sindicato a partir das assembleias da categoria para debater o tema da questão salarial, situação da instituição e das condições de trabalho dos docentes. Desde janeiro, o sindicato tentava uma audiência com o governo, como não conseguiu, organizou uma paralisação, para o dia 9 de março com o intuito de advertir o Estado sobre a desvalorização do trabalho docente na UESPI. Na assembleia realizada no dia 26 de março, a categoria decidiu pela paralisação no dia 1º de abril. O movimento foi intitulado “a mentira dos salários” e pretendia apresentar para a sociedade a situação salarial dos professores da UESPI. Além disso, contestava o fato de o governador ter veiculado na imprensa local que os salários dos professores era justo e não tinha o que negociar. Objetivavam, assim, rebater a declaração do governador Wellington Dias e ameaçavam entrar em greve, caso não houvesse negociação, nem fossem apresentadas respostas concretas. No decorrer das semanas, com adesões de mais professores e órgãos (como a OAB-PI), o movimento se fortaleceu, saiu dos *campi* da UESPI e ganhou amplitude, na forma de audiências e atos públicos.

Nas assembleias realizadas até o estopim da greve, a categoria reivindicava os salários atrasados dos professores do período especial³² referentes a julho e agosto de 2007, reajuste salarial que não ocorria desde 2005 e audiência de negociação com o governo. A deflagração da greve ocorreu na assembleia realizada no dia nove de abril de 2008, no auditório do *campus* Poeta Torquato Neto, e contou com a presença da reitora Valéria Madeira, professores e alunos.

A categoria reivindicava um piso de R\$ 1.773,88 para professor 20 horas (baseado no piso definido pelo Dieese); realização de concurso público para professor efetivo, pois a instituição contava com um quadro no qual 62% dos professores³³ eram do quadro provisório e, por lei, somente 20% seriam permitidos. Havia ainda a alegação de que o último concurso realizado em 2005 não fora suficiente para suprir as necessidades da instituição; acervo bibliográfico, laboratórios; estrutura adequada nos *campi* da capital e do interior do Estado.

O movimento teve apoio do presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN), Paulo Rizo, que veio a Teresina em defesa dos professores e da luta contra a precarização do ensino das Universidades Públicas. Era um momento em que as federais também realizavam movimentos de greve e a vinda do presidente nacional foi no sentido de fortalecer a luta docente. Mas a greve era construída por poucos, “De acordo com a ADCESP, quase a totalidade dos professores dos campi Torquato Neto e Clóvis Moura aderiram à greve. Mas a Faculdade de Ciências Médicas (Facime) do Piauí continua com as aulas normais” (PRESIDENTE..., 2008, p.04). O que percebemos, ao longo da análise, é que praticamente todas as greves são construídas pelos professores deste campus, uma vez que os campi do interior ficam distantes do campus sede, dificultando a articulação e mobilização desses professores pela ADCESP. A Facime, historicamente, não costumava grevar. Eram poucos os professores associados à ADCESP e, muitos deles, devido à dupla profissão: médico e professor trabalhavam em outros lugares, além da UESPI; o que representava um agravante a mais no impedimento desse grupo em aderir a movimentos de greve.

³² Esse programa - período especial - era um curso oferecido no período das férias, através de convênio entre a UESPI e as prefeituras, para oferecer o curso de formação superior para os professores da rede municipal e estadual. Os professores da UESPI ministravam essas disciplinas para complementar salários, devido o mesmo ser muito baixo, e ministravam as disciplinas em várias cidades do interior, fazendo gastos com deslocamento e manutenção no local. Só ao final da disciplina, quando entregavam os diários de classe, é que recebiam os salários.

³³ De acordo com o DAOS, em dezembro de 2008, a instituição contava com um quadro de 1.496 professores, sendo 536 professores efetivos, contra 960 do quadro provisório. (RELATÓRIO DAOS/UESPI, dezembro de 2008).

Além da ajuda de algumas instituições, os grevistas tiveram apoio dos alunos da UESPI e adesão de muitos professores. Apenas os cursos de medicina e direito não aderiram por completo ao movimento. Durante quase dois meses de greve, os professores realizaram assembleias, paralisações e manifestações de protesto contra a política do governo para a UESPI. O período de paralisação dos docentes teve início no fim de fevereiro com a realização de assembleias de advertência e se estendeu depois da deflagração da greve no dia nove de abril, avançando para atividades de protestos, de discussão, de pressão em busca da negociação, até o seu término no dia dois de junho de 2008.

Na assembleia realizada no dia nove de abril, para dar início à greve, a reitora Valéria Ribeiro explicou as dificuldades do governo do Estado em atender à proposta da categoria. A SEAD (Secretaria de Administração) alegava que existia grande discrepância entre os salários de um professor graduado para um doutor nível 4. Propunha alterar o Plano de Carreira dos docentes para evitar discrepâncias entre os níveis e classes, pretendia alterar a Lei do PCCS e garantir os 5,5% para todas as categorias. A proposta do governo foi rejeitada porque os professores temiam alterações na Lei do PCCS, com receio de perderem direitos. Na assembleia, a reitora tentava construir o diálogo entre sindicato e governo, marcando reuniões para negociação. Segundo a reitora, verbas foram liberadas para melhorias na infraestrutura da instituição. Foi formada ainda uma Comissão para negociar com a secretária de administração, Regina Souza, a questão salarial da classe. Como não foram apresentadas propostas concretas, os professores resolveram deflagrar a greve.

Em reunião realizada dias depois (11 de abril), o Estado propôs um aumento de 5,5% no salário e gratificação de R\$ 100,00 para 20 horas e R\$200,00 para 40 horas. Proposta também rejeitada pelo sindicato que defendeu o piso salarial definido pelo DIESSE. A reitora em entrevista ao jornal *Diário do Povo* explicou a inviabilidade da proposta do sindicato para o orçamento da instituição:

Só para se ter uma ideia, se o professor 20h que ganha R\$506,00 hoje passaria a ganhar R\$1.700,00, como pede os grevistas por conta do efeito cascata que o plano de cargos e salários possui, o professor doutor nível 4, de 40 horas passaria a ganhar 23 mil e isso poderá inviabilizar a folha de pagamento da UESPI. (ESTADO..., 2008, p. 4).

A greve continuou com manifestações em frente ao Palácio de Karnak para cobrar do governador uma proposta de negociação para as reivindicações docentes. Com a posição da reitora sobre inviabilidade na concretização da proposta do sindicato, os professores continuaram com a greve. Por esta posição da reitora, podemos perceber o quanto ela se

identificava com o discurso emanado do Estado restrito do qual ela era a representante dentro da universidade. Posicionando-se contra a proposta dos professores, por achar que iriam ganhar um salário muito alto para a realidade do Estado e para o orçamento da instituição. Ela não se percebia como professora? Nesse momento, os interesses do estado falaram mais alto e, nesse caso, a reitora não estava se identificando com a sua categoria de professor. Adotou e defendeu o projeto do Estado restrito que, nesse contexto, estava em luta contra todo o funcionalismo público em geral.

Consideramos relevante destacar os posicionamentos da reitora durante a greve dos docentes em todas as atas das assembleias da ADCESP que tratam da greve de 2008 (um total de 11 atas). Em todas, pudemos constatar a presença da reitora nas assembleias apresentando, inclusive, proposta de aumento salarial, buscando sair do impasse. Ela se empenhou muito para que o movimento fosse finalizado. Apresentou proposta na qual os salários dos docentes da UESPI se equiparariam aos salários dos docentes das universidades federais, sinalizando um aumento em torno de 68%. Apresentava os dados da instituição, chamava professores para discutir a universidade, propondo à ADCESP que fossem organizados seminários. Articulou encontros de negociação entre as partes envolvidas na greve. Ela e sua equipe administrativa eram muito presentes nas assembleias, mas quando questionadas e pressionadas pelo grupo dos docentes, agiam em defesa do Estado restrito, protegendo o governo. Nas assembleias, mostrava-se em defesa dos professores, mas, quando ia aos jornais, entrava em contradição ao defender o governo, chegando às vezes a amenizar os problemas da instituição. É o que depreendemos das análises das atas, quando a reitoria era questionada pelos docentes, ante seus pares.

Outra proposta apresentada pelo governo buscando chegar a um acordo foi a de que o salário do professor 20 horas passasse de R\$ 506,88 para R\$ 650,00. No entanto, o presidente da ADCESP, Daniel Solón, criticou a proposta, que, segundo ele, reduziria alguns direitos dos trabalhadores já adquiridos no Plano de Salários e que tal reajuste, a cada dois anos, não equivaleria a 5%, mas a 3%. Os professores pediam reajuste de 34% e o governo sinalizou com apenas 5,5%, o que não foi aceito.

Quando a greve completou um mês (dia 09.05.08), foi realizada uma audiência na Câmara Municipal de Teresina para discutir o movimento e a falta de infraestrutura dos cursos, porém não houve acordo entre as partes envolvidas. Participaram do encontro a reitora Valéria Ribeiro, professores, representantes da ADCESP, a Secretária de Administração Regina Souza, o Secretário de Planejamento Sérgio Miranda, representantes do Conselho Estadual de Educação, estudantes e servidores da instituição. O movimento era bastante

dinâmico e conseguia fazer vários tipos de atividades, para se discutir a realidade da instituição e informar à sociedade piauiense sobre sua real condição. Entretanto, não se chegava a acordos nem se conseguia compromissos, por parte do governo nessas audiências; ficava-se muito no nível do discurso e das acusações.

Após um mês e doze dias em greve, “o Governo do Estado pediu a ilegalidade da greve dos professores do ensino básico fundamental e da UESPI [...], alegando que os grevistas descumpriram a lei.” (PROCURADORIA..., 2008, p.3). A ADCESP informou que representaria contra o Governo do Estado no Ministério Público, denunciando o não cumprimento dos percentuais de investimento em educação e o desrespeito ao número de professores substitutos da instituição.

A greve teve seu desfecho em dois de junho, porém, desde o dia 23 de maio, as negociações com o Estado já estavam avançadas. Nessa data, os professores reduziram a proposta salarial em até R\$ 1.000 em relação à proposta inicial, na condição do governo se comprometer a não alterar o PCCS. Em entrevista ao *Diário do Povo*, o presidente da ADCESP desafiou: “Agora o governo tem que mostrar que quer negociar, nós queremos sair deste impasse”. (PROFESSORES REDUZEM..., 2008, p.11) O governo, no entanto, de acordo com Regina Souza, manteve o valor de R\$ 650 com alteração no PCCS. Os professores continuaram com a greve, por acreditarem que tal valor era muito baixo e ainda ficarem vulneráveis às alterações do PCCS.

Diante do impasse, o governador W. Dias solicitou da reitora Valéria Ribeiro que até o dia 30 de maio fosse enviada relação dos faltosos para corte de salários “(...) e na forma da legislação vigente, determinou o não pagamento dos dias não trabalhados por professores e servidores dessa UESPI (...)” (GOVERNO..., 21 maio, 2008). Alegando o descumprimento de algumas regras e o não comparecimento ao posto de trabalho, o Governo solicitou à Procuradoria Geral do Estado a ilegalidade do movimento.

Após 55 dias em greve, os docentes decidiram pelo fim do movimento em assembleia geral realizada em dois de junho. A categoria aceitou o reajuste salarial de 18% pelo qual o professor que ganhava R\$506,00 passaria a ganhar R\$ 600,00 e garantia ao professor de 40 horas um salário de R\$1.200. Foi formada uma Comissão para tratar junto ao governo da revisão do PCCS. Além disso, o governo prometeu investir 3,5 milhões na UESPI, no ano seguinte e realizar concurso para professor efetivo com o oferecimento de 120 vagas, ainda em 2008. Vejam que o valor aprovado é menor do que o solicitado na greve de 2003: R\$ 720,00. Isto prova o quanto a luta docente se pautou na questão salarial e as dificuldades em serem atendidos pelo Estado. Mesmo assim, este foi um dos maiores ganhos salariais da

categoria e ainda conseguiram negociar as alterações no PCCS dos docentes. Portanto, uma greve motivada basicamente pelo fator econômico. Relembrando Gramsci, movimentos deste tipo ainda estão na 1ª fase da correlação de forças políticas – ou seja, a de cunho corporativo – e por isso não ainda organicamente estruturada.

Na greve de 2008, foi muito difícil a negociação, o governo se mostrou truculento, ao mesmo tempo em que queria retirar direitos adquiridos a duras lutas pelos professores da UESPI. Além disso, era necessário considerar a própria organização da instituição no seu quadro funcional, que ainda contava com professores apenas com o título de graduação. Isso devido ao processo de formação da instituição que foi constituída por professores cedidos pela Secretaria de Educação do Estado, e muitos destes, vieram apenas com o título de graduado, depois foram incorporados ao quadro efetivo passando a ter progressão funcional, por tempo de serviço. A universidade tinha muitos *campi* e núcleos espalhados pelo interior do Estado e, na maioria, os cursos eram ministrados por professores graduados. A realidade só foi melhorando com a realização de concursos para professores do quadro efetivo, chegando assim os mestres e doutores da instituição. Isso explica também os desníveis entre a progressão por nível e classe. Esse foi o agravante na negociação: tentar fechar um acordo que não prejudicasse a maioria. O problema dominou todas as discussões durante as assembleias da categoria que se esforçava para construir uma proposta que contemplasse desde os professores fundadores até os professores com doutorado.

Nas assembleias, os professores cobravam ainda eleições diretas para diretores de *campus* e centros e para coordenadores de curso. Fato atendido pela reitoria da instituição que encaminhou processo com criação de comissão eleitoral e eleições previstas para maio. No entanto, o sindicato solicitou o adiamento das eleições para depois da greve devido ao envolvimento da maioria dos docentes na luta pela questão salarial. Reforçam a questão salarial porque foi ela quem dominou os debates, embora os educadores em luta tenham outras conquistas, como ampliação do orçamento da instituição e garantia de concurso para docentes.

No ano de 2009 não houve greve, porque ainda se estava consolidando o que fora conquistado com o movimento de 2008. Entretanto, em agosto de 2010, um grupo formado por professores, alunos, diretores e ex-diretores da ADCESP iniciaram um movimento de reivindicação pela melhoria estrutural e autonomia financeira da universidade: o “S.O.S UESPI”. Movimento em defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Nas pautas de reivindicação, que eram várias, procuravam abarcar todos os problemas da instituição, apontavam a falta de verbas e de autonomia financeira como o centro de todos os

outros problemas, buscando, com a sua solução, melhorar a vida acadêmica dos estudantes e as condições de trabalho de docentes e técnicos. Em ofício encaminhado ao governador em abril de 2011, a presidente do sindicato Graça Ciríaco apresentava as principais reivindicações do Movimento S.O.S UESPI.

[...], os principais pontos que compõem as reivindicações da Campanha S.O.S UESPI, no sentido de termos esta IES em condições de desenvolver o tripé ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

Destacamos que esta campanha vem sendo desenvolvida em três grandes eixos que são: INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA, ADMINISTRATIVA E DE GESTÃO; DEMOCRATIZAÇÃO DE SUAS AÇÕES E ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE, com base nos quais indicamos os que carecem de medidas a curto, médio e longo prazo; [...] (ASSOCIAÇÃO..., 05 abr. 2011).

A partir daí, a presidente elencou todos os problemas pelos quais lutavam, solicitando do governador uma resposta a eles. O movimento fez várias manifestações, protestos, conseguiram uma boa repercussão na imprensa e nas redes sociais. Enfim, apresentaram as mazelas da maior instituição de ensino superior do Piauí, presentes de norte a sul do Estado. O governador Wilson Martins (PSB) se mostrou indiferente às reivindicações de docentes e estudantes, o que ocasionou no ano seguinte outro movimento de protesto e paralisações em forma de greve.

4.1.4 A greve de 2011: a luta em defesa da UESPI

Em 2011, os docentes deram continuidade ao movimento de defesa da Universidade e de direitos de docentes e estudantes. O sindicato já tinha entendido a lição: para fortalecer um possível movimento paredista, era preciso a ajuda dos estudantes. Essa parceria foi fortalecida com o Movimento S.O.S UESPI em 2010. A partir de março começaram a organizar assembleias da categoria para discutir os problemas que atingiam a todos e tentar uma audiência com o governador.

As tentativas de negociação com o governo tiveram início no fim de março de 2011, data prevista para início do ano letivo. Os professores estavam insatisfeitos com o quadro de docentes provisórios e com o fechamento de cursos,³⁴ no ano anterior, por não apresentarem condições mínimas de funcionamento exigidas pelo Conselho Estadual de Educação. Aliado a

³⁴ Muitos cursos na universidade foram criados sem ao menos terem portaria de funcionamento e, com as cobranças do Conselho Estadual de Educação, a universidade tinha que se adequar à lei e nos locais onde era impossível atender os critérios exigidos tiveram que fechar cursos. Não encontramos nos relatórios de ações da instituição dados referentes a esses cursos fechados.

isso, havia ainda a questão do piso salarial que o governo não pagava. Foi elaborado então um calendário de manifestações e paralisações durante todo mês de abril.

Antes da deflagração da greve, os docentes se mobilizaram em paralisações de advertência para sinalizar ao Estado suas insatisfações. Mas de nada adiantou, porque este se mostrou irredutível e não apresentou proposta para a categoria. O reitor da UESPI, em entrevista ao jornal *O Dia*, apresentou pontos positivos e negativos da instituição. Dentre os pontos positivos, destacou o salário dos professores como um dos melhores entre as universidades públicas: “[...] O Plano de Carreira dos professores da UESPI se for comparado às outras universidades públicas, ele não deixa nada a desejar. Pelo contrário, o salário dos professores da UESPI é um dos melhores entre as universidades públicas. [...]” (O SALÁRIO..., 2011, p. 03). Com essa assertiva, ficava mais difícil a negociação, uma vez que o próprio reitor não reconhecia os problemas apontados pelos professores.

No dia 12 de maio, em assembleia realizada no *campus* Poeta Torquato Neto, decretaram a greve, com votação de 39 votos a favor e nove contra. Dentre as reivindicações, constava novamente um reajuste salarial para a classe, de forma que o salário ficasse no valor de R\$ 2.200,00, baseado no piso definido pelo Dieese para professor 20 horas. Além disso, havia outras pautas defendidas em 2010 através do Movimento S.O.S UESPI, como: autonomia financeira da UESPI, realização de concurso público com 700 vagas para professores³⁵, contratação de técnicos e a melhoria da estrutura mínima para o funcionamento da instituição, bem como, material de expediente (papel, pincel, tinta para impressora, apagador, grampos, etc.). A falta de estrutura nas salas de aulas, laboratórios e *campi* reforçados pela posição do governador Wilson Martins (PSB) em não negociar com a categoria, foram fatores determinantes para a eclosão da greve.

Uma vez deflagrada a greve, a categoria organizou inúmeras atividades para chamar a atenção do governador e apresentar para a sociedade suas pautas de luta. Dentre as atividades, constavam mobilização dos professores nos *campi*, manifestações nas ruas com passeatas de protestos sobre a situação de precariedade da universidade em todo o Piauí, manifestações através de redes sociais divulgando os problemas para toda a sociedade, audiências com deputados, exigindo destes que apresentassem proposta de melhorias para a instituição, destinassem emendas para a UESPI e ajudassem na negociação com o governador. A situação dos docentes ganhou reforço e notoriedade social com o apoio dos estudantes e servidores da

³⁵ Em 2011, a UESPI contava com um quadro docente formado por 1.505 professores, sendo 608 efetivos e 897 professores substitutos. (RELATÓRIO de ações. DIPLAN/DDI/UESPI,2011, p.16).

instituição e de alguns parlamentares nas audiências realizadas na Assembleia Legislativa do Estado.

No decorrer das paralisações, houve audiências públicas na Assembleia Legislativa e posicionamento de parlamentares. O deputado Luciano Nunes (PSDB) propôs uma discussão dos problemas da UESPI com todos os envolvidos em busca de solução. O senador João Vicente (PTB) também relatou em plenária do senado a situação da instituição. O deputado Fábio Novo (PT) propôs a destinação de recursos de emendas para a UESPI, de forma que cada parlamentar destinaria R\$ 50 mil e esse valor ajudaria a somar aos recursos já destinados no Orçamento Estadual, porém a proposta não foi aceita pelos demais. A emenda proposta pelo deputado Firmino Filho (PSDB), no valor de 23 milhões para a UESPI, não foi aprovada (4 votos a favor - Cícero Magalhães (PT), Luciano Nunes (PSDB), Firmino Filho (PSDB) e Evaldo Gomes (PTC) e 22 contrários). Em nada adiantou, pois não houve de fato interesse político em atender às reivindicações de professores e alunos. Nas audiências públicas, o Estado não compareceu para discutir os problemas da instituição.

As manifestações e assembleias aconteceram, principalmente, em Teresina, no *Campus* Poeta Torquato Neto. Houve audiências públicas na Assembleia Legislativa, ocorreram passeatas e protestos em frente ao Palácio de Karnak e na Facime. O movimento SOS UESPI, que ocorreu no ano de 2010, com várias manifestações em defesa da melhoria da universidade se fortaleceu também por meio de redes sociais, continuou em 2011 e apoiou a greve dos docentes. Nas primeiras assembleias, os professores queriam que o concurso para professor efetivo contemplasse 700 vagas, mas o governador sinalizou que teria condições de disponibilizar apenas 200 vagas.

Em assembleia realizada no dia 25 de maio, os grevistas decidiram manter a greve e rejeitar a proposta de reajuste de 7,1% apresentada pelo Estado e aprovaram uma contraproposta: que o piso do magistério da rede básica (R\$1.187,00) fosse aplicado ao professor 20 horas da UESPI com graduação. No início da campanha salarial, a proposta era o piso do DIEESE no valor de R\$ 2.200,00.

A greve teve seu desfecho, quando completou um mês sem nenhuma proposta aplicável apresentada pelo governo. A suspensão foi anunciada no dia 16 de junho de 2011, mas os docentes resolveram manter o estado de greve. A greve durou 35 dias e não houve avanço nas negociações com o governo. Em advertência, continuaram exigindo mais verbas e autonomia, salários e condições de trabalho. Os docentes conquistaram, com a greve, a realização do concurso para professor efetivo com 240 vagas direcionadas a mestres e doutores e 250 vagas para preenchimento do quadro de técnico-administrativo.

Pela análise dos documentos, especialmente as atas das assembleias dos docentes, constatamos que a questão salarial não era a principal reivindicação da diretoria do sindicato, embora a maioria dos professores presentes nas assembleias defendesse a pauta salarial como principal. A diretoria priorizou a bandeira da melhoria estrutural, autonomia financeira e administrativa, pautas defendidas no movimento de 2010. Ao tomar essa posição, mostrou-se mais madura politicamente em defender a educação pública de qualidade para os que realmente precisam dela: os estudantes. Por isso, a greve foi sustentada, em sua maioria, por estudantes, pois nas atas da ADCESP é constante a reclamação de que os professores não estavam comprometidos com as atividades da greve. Entretanto, tiveram que assumir ser impossível manter uma greve por muito tempo com um governo irredutível, tendo conquistado o concurso para professores, mas não o tão sonhado aumento salarial. A pauta da autonomia financeira vem sendo debatida desde a greve de 2003, mas nenhum governo abriu um canal de negociação nesse quesito. A greve foi vitoriosa? Para a diretoria do sindicato o movimento é sempre visto como vitorioso, pois é momento de se avaliar a universidade e a própria situação docente, além da conscientização de professores e alunos. De conquistas de novos quadros de professores efetivos, que podem futuramente aumentar o número de filiados ao sindicato, mas principalmente que podem dar mais qualidade e garantia de reconhecimento a muitos cursos da instituição que até o momento temiam do não credenciamento por falta de condições mínimas de funcionamento.

O problema de uma greve finalizada sem acordo salarial conduziu a uma próxima no ano seguinte, porque os professores não aceitaram ficar sem reajuste. Isso gerou dificuldades para todos, sobretudo, para o sindicato que teria que enfrentar a luta pelos mesmos problemas e desgaste da imagem da universidade, que era sempre apontada como precária. O fato é que não se pode negar é que foi ao longo dos anos 2000 que a universidade foi ganhando corpo e estrutura de universidade, pecando muito na qualidade dos serviços oferecidos, na falta de estrutura e de política de apoio estudantil. Ao longo dos anos, foram sendo implementadas reformas na estrutura, mas muitos problemas permanecem intocáveis.

4.1.5 A greve de 2012

A greve de 2012 aconteceu em dois momentos: no primeiro período letivo, com uma duração de quatro dias e a do segundo período com mais de um mês de duração. Vejamos agora como se deu o desenrolar do movimento paredista. A decisão da categoria de paralisar as atividades foi adiada algumas vezes em virtude das propostas apresentadas ao governo e à

espera de uma possível resposta. Pelos ofícios da ADCESP, constatamos que, desde o dia 19 de março, a categoria enviava ofícios ao Governo Estadual, solicitando audiência de negociação. Foram realizadas assembleias e aprovados indicativos de greve para o dia 18 de abril, caso o governo não cedesse às reivindicações ou apresentasse propostas para a categoria. Entretanto, no dia 18, o governador Wilson Martins (PSB) assinou a nomeação de 213 professores efetivos (198 aprovados e 15 classificados) em concurso público realizado em dezembro de 2011. Ainda assim, as paralisações de advertência continuaram.

A categoria se reuniu em assembleia no dia 23 de maio e deflagrou greve, por tempo indeterminado, com início previsto para 28 de maio. Em seguida, informaram ao governo sobre a deflagração do movimento, ao tempo que solicitaram audiência de negociação (ASSOCIAÇÃO..., 23 maio, 2012).

Na pauta de reivindicações constava: o piso salarial no valor de R\$ 2.324,00 (conforme previsão do Dieese) para professor 20 horas, que então era de R\$ 1.071,00; restaurantes universitários em todos os *campi*, melhoria imediata dos laboratórios e acervos bibliográficos; nomeação dos professores classificados e técnicos aprovados no último concurso; mais verbas e autonomia financeira. Dentre as pautas, constavam reivindicações do Movimento “S.O.S UESPI” e da greve de 2011. O primeiro dia de greve foi marcado pela distribuição de panfletos no *campus* Poeta Torquato Neto e utilização de carro de som para divulgar as reivindicações da categoria, objetivando mobilizar os colegas e apresentar à comunidade universitária as reivindicações e a situação de precariedade do trabalho docente na UESPI. A categoria recebeu o apoio dos estudantes e dos servidores técnico-administrativos.

Essa greve, no entanto, durou apenas quatro dias em virtude de reunião realizada entre membros do governo e docentes para o estudo de propostas. Em assembleia realizada no dia 31 de maio, decidiram suspender o movimento até o dia 12 de junho quando deveriam receber proposta do governo que seria avaliada em assembleia dia 13. Nesse dia, como não receberam a tão sonhada proposta, decidiram que não iniciariam o segundo semestre letivo previsto para iniciar em agosto, aprovando assim, indicativo de greve para aquele mês.

No dia 19 de junho, o governo enviou proposta para o sindicato sugerindo “[...] um reajuste equivalente a eventual aumento geral dos servidores acrescido de 5% (cinco por cento), nos anos de 2012, 2013, e 2014” (GOVERNO..., 19 jun. 2012). Os professores ficaram decepcionados com os rumos das negociações, recusaram a proposta de reajuste e decidiram apresentar uma contraproposta, com aumento de 37% (trinta e sete por cento) retroativo ao mês de maio.

Os docentes, retornaram às aulas, mas continuaram o processo de negociação com o governo, para evitar a greve no segundo semestre. Dois fatos interessantes nessa greve: o primeiro foi a aprovação da duplicação da contribuição sindical, no período de greve. Entretanto, o movimento só durou quatro dias, a solicitação do desconto pelo sindicato foi feita em 24 de maio e este só enviou ofício solicitando a atualização da contribuição sindical para 1% (um por cento) no dia 08 de agosto. O outro fato foi a proposta feita na assembleia realizada dia cinco de julho, sobre a retenção dos diários de classe do período letivo 2012.1. Esse ponto foi muito polêmico: professores se mostraram com medo de atitude tão radical, o assunto não ficou decidido na assembleia, sendo encaminhado para próxima reunião. Não identificamos nas atas seguintes se essa atitude foi tomada pelo sindicato, mas pelo que conhecemos do movimento, acreditamos que não foi aplicada medida tão radical. Fato bem ilustrado na fala do professor Luciano Melo, que “destacou que nossas assembleias estão esvaziadas e que isso nos tira força para as próximas atividades; devemos ter cuidado para não iniciarmos movimentos sem a presença da categoria.” (ASSOCIAÇÃO..., 05 jul. 2012). Outros professores também se mostraram receosos de tal atitude com medo de retaliações. A ação era de radicalidade para impactar a negociação, contudo os professores não estavam articulados o suficiente para esse tipo de ação: uma vez encerrada a greve, as assembleias estavam esvaziadas, dificultando a mobilização da categoria. Mesmo assim, mantiveram o indicativo de greve para agosto.

Em assembleia realizada no dia 13 de agosto, debateram a campanha salarial e fizeram o planejamento da greve que se iniciava. Foi discutida a proposta enviada pelo governo à categoria, que consistia em um aumento linear de 10% e um plano quadrienal que previa aumento de 40% entre 2012 e 2015. Os 10% seriam escalonados nos meses de agosto e dezembro. A comissão de negociação da ADCESP alertou para os problemas da proposta, que estava longe do reivindicado pelos docentes, desconsiderava a data base, além do fato de o governo não cumprir o escalonamento proposto a outras categorias, podendo assim, os professores da UESPI sofrerem pelo não cumprimento do escalonamento sugerido. Após os esclarecimentos e debates em torno da proposta, ela foi colocada em votação, tendo sido rejeitada por 59 (cinquenta e nove) votos contrários, 02 (dois) a favor e 06 (seis) abstenções. “Em seguida, a assembleia aprovou como contraproposta o reajuste de 37% (trinta e sete por cento) retroativo a maio e para 2013 nova negociação com base no piso do Dieese.” (ASSOCIAÇÃO..., 13 ago. 2012).

Dia 27 de agosto foi realizada mais uma assembleia em frente ao prédio principal da administração da UESPI, seguido de protestos, o que culminou na ocupação da reitoria. Os

estudantes e professores exigiam um posicionamento do reitor Carlos Alberto sobre as reivindicações da categoria.

As atividades durante os dois momentos de greve foram bastante dinâmicas: assembleias, atos públicos, mobilização na Parada da Diversidade e no Grito dos Excluídos, aulas públicas no centro da cidade e nos campi da instituição, passeatas até o Palácio do Karnak e ocupação da reitoria da universidade. Outra estratégia da greve foi a visita a todos os *campi* da UESPI para ouvir as reivindicações dos docentes e estudantes. Foi formada uma comissão de professores que viajaram aos *campi* situados no interior do Estado, para reforçar o movimento e discutir a realidade do ensino superior no interior, a fim de motivar os professores a aderirem ao movimento grevista. Desses encontros surgiram pautas de reivindicações por *campus*, fato que motivou a adesão de docentes dos *campi* do interior. Marcaram audiência com o reitor para entregar as pautas de reivindicação de cada *campi*, como não foram recebidos, ocuparam a reitoria por 24 horas. Fato ocorrido no dia 27 de agosto, após uma assembleia em frente ao prédio principal da administração da UESPI, seguido de protestos que culminaram com a ocupação da reitoria. Os estudantes e professores exigiam um posicionamento do reitor Carlos Alberto sobre as reivindicações da categoria. (REITOR..., 2012).

As pautas da categoria eram: aumento integral de 37% sem escalonamentos, piso salarial de R\$ 2.324,00 (DIEESE) para professor 20 horas, restaurantes universitários em todos os *campi*, infraestrutura e acervos bibliográficos, nomeação dos professores classificados e técnicos aprovados no último concurso, mais verbas e autonomia financeira, acrescentada às pautas específicas dos *campi*. Apresentaram pautas tanto para o governo do Estado como para a reitoria. Dentre as que competiam a reitoria estavam: anulação de decisão que prejudicava os professores substitutos que aderiram à greve; explicitação do posicionamento da reitoria a respeito do aumento salarial solicitado pela ADCESP (37% retroativo a maio); apresentação de um plano de obras e serviços, então em andamento e as já autorizadas pelo governo; revisão da política de encargos docentes e mediação junto ao governo de audiência de negociação. (ASSOCIAÇÃO..., 27 ago. 2012).

O Tribunal de Justiça decretou a ilegalidade da greve no dia 29 de agosto. O despacho foi dado pelo desembargador José James Pereira. A decisão fez parte de uma ação ajuizada pela Procuradoria Geral do Estado e, por esta, todos os professores deveriam retornar às salas de aula em 24 horas sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00(cinco mil). (TRIBUNAL..., 2012). O sindicato alegou que não foi notificado, mas que assim que isso ocorresse entraria com recurso. E deu continuidade às atividades da greve. O governo reagiu e mandou cortar o

ponto dos grevistas. Decisão prontamente atendida pela administração superior da UESPI. O fato do corte dos salários motivou novas manifestações.

Diante desses fatos, ampliamos a luta com atos públicos em frente ao Tribunal de Justiça, em Parnaíba, Campo Maior, Picos e Piripiri, marcha partindo da Facime em direção ao Palácio do Karnak, panfletagens, assembleias, reivindicações junto ao Ministério Público. (...). Por decisão de assembleia geral, foi desfilado o reitor e iniciamos a campanha “Fora reitor”. (JORNAL..., 2013, p. 02).

Além disso, desmotivou muitos professores que retornaram às salas de aula com medo de novas represálias. Por conta das dificuldades em manter a greve com pouca adesão, o sindicato convocou nova assembleia para avaliar o movimento e decidir sobre a sua continuidade.

Assim, em assembleia geral realizada no dia 1 de outubro, a categoria fez avaliação do movimento e, ao final desta, decidiram suspender a greve com 20 votos a favor e uma abstenção. Na avaliação dos presentes à assembleia, a greve foi muito positiva, principalmente, pela grande adesão dos *campi* do interior. Por outro lado, foi a luta mais dura em razão de cortes de salários, assédio moral, desconto do imposto sindical da ADCESP, que foi cortado do contracheque de alguns professores, imposição da lei de encargos docentes que ampliava a carga horária de ensino, em prejuízo da pesquisa e extensão. Diante de todas as formas de pressão, todos os *campi* retornaram às atividades normais, continuando em greve somente alguns professores do *campus* Torquato Neto. Considerando as avaliações, decidiram suspender a greve, mas continuar a luta e a mobilização, pois agora tinham que lutar pelo pagamento do salário descontado.

O governo, por conta própria, implantou o aumento de 5% (cinco por cento) ao salário dos professores da UESPI, como tinha implantado para todo o funcionalismo público. A impressão foi de que a greve finalizou sem nenhum ganho aparente. Mas, daquele dia em diante, o sindicato ampliou o número dos apoiadores do movimento, pois os professores contratados reconheceram que foi graças à luta do sindicato que foram efetivados na UESPI. Os professores e estudantes dos *campi* do interior puderam apresentar suas demandas. Como a greve foi apenas suspensa, os professores organizaram um calendário de manifestações e de negociação com o governo. Com muita luta, conseguiram a devolução dos salários cortados dos professores no mês de dezembro. A luta continuou na justiça e o sindicato chamou a responsabilidade de todos os órgãos que podiam exigir uma resposta do Estado aos problemas da UESPI.

Pelo exposto, é possível ter uma ideia das dificuldades que os docentes da UESPI tiveram ao buscar canais de negociação com o Estado e conhecer um pouco da realidade da instituição e dos principais problemas enfrentados pelos professores. Como podemos ver nas pautas de reivindicações, os problemas se repetiam a cada greve, prova das dificuldades em atender uma universidade com vários *campi* espalhados pelo interior, com o mínimo de estrutura para funcionamento. O quadro de técnicos administrativos efetivos também é muito precário. A maioria dos trabalhos na instituição ainda é feita por alunos bolsistas que executam as mesmas tarefas dos técnicos, como auxiliar nas coordenações dos cursos, na biblioteca e nas demais instâncias administrativas.

Em todas as greves, a relação com o Estado foi marcada pela dificuldade em dialogar e pelo uso da força da lei para encerrar o conflito. O Estado utilizou como estratégia de pressão a solicitação de ilegalidade da greve e as ameaças de suspensão de salários dos professores, para forçar o retorno para a sala de aula. Os demais poderes foram solicitados na intervenção do conflito, como a participação da Assembleia Legislativa do Estado que fez audiências sobre a realidade financeira, física e estrutural da UESPI, levantou propostas para resolver o conflito, mas de fato não se empenhou em fazer cumprir a lei de repasse dos 5% do PIB do estado para a UESPI. Também foi marcada pela participação da Justiça nas negociações, a qual sempre que os professores não aceitavam a proposta do Estado, ameaçava aceitar o pedido de ilegalidade da greve; fato concretizado em todas as negociações. A ADCESP sempre recorreu ao Ministério Público em busca de apoio para fiscalizar as ações da administração superior da UESPI e da política estadual para os docentes.

Em relação à luta, as estratégias utilizadas pela ADCESP foram bastante atualizadas com a maneira de conduzir o conflito, adotando sempre as estratégias utilizadas pelo ANDES/SN quando teve que enfrentar o Estado. Utilizou de paralisações, aulas públicas em praças, em frente à universidade. Utilizou também as redes sociais, conseguiu espaços nos meios de comunicação impresso e televisivo, visitou os *campi* do interior, fazendo mobilização dos professores e utilizou uma estratégia considerada bastante radical em um conflito como esse: a ocupação da reitoria e ameaça de retenção dos diários de classe, ao fim do período letivo. O sindicato utilizou estratégias bastante diversas para se fazer ouvir e sempre buscou o apoio dos estudantes no momento da luta. Embora tivesse vozes discordantes nas assembleias, a diretoria do sindicato sempre conseguiu aprovar as suas propostas de encaminhamento da luta. Era ela que propunha o início e o fim da greve. Também, a diretoria sempre iniciava a avaliação do movimento destacando, principalmente, os pontos positivos e os ganhos políticos com a greve, apesar de nem sempre as assembleias e

as greves terem uma boa adesão dos professores. Estratégia entendida por nós como de afirmação política do poder do sindicato. Almeida (2007), explicando sobre a luta e sua relação com a estratégia, destaca a necessidade de se fazer uma avaliação às claras do resultado da luta.

Há situações em que o sindicato é obrigado a negociar um acordo ruim, quando a relação de forças é muito desfavorável e é pior ficar sem acordo. Mas é preciso, em todas estas vezes, dizer isto com clareza aos trabalhadores, que o acordo significa uma derrota, que precisa ser revertida assim que a relação de forças permitir. Não se deve transformar derrotas em “vitórias”, mentir aos trabalhadores apenas para defender o prestígio da diretoria. Isto é típico da burocracia sindical, não de diretorias combativas e democráticas. (ALMEIDA, 2007, p. 89).

Sobre as mudanças pelas quais a UESPI passou, ao longo da luta dos docentes, podemos perceber o atendimento de algumas solicitações dos grevistas, como suspensão de cobrança de taxa aos alunos, melhoria dos acervos das bibliotecas, realização de concursos públicos para docentes e técnicos administrativos, contratação de professores aprovados em concursos públicos, melhoria salarial, aprovação do Plano de Cargos e Salários dos professores, eleição direta para reitores, diretores de *Campi* e coordenadores de cursos. Enfim, foram muitas as melhorias que a instituição obteve ao longo do tempo, entretanto, não podemos atribuir somente à luta da ADCESP. Essas conquistas foram possíveis também pelo trabalho de organização da universidade, a partir da administração superior que, desde 2003, começou um projeto de regularização da universidade e de seus cursos. A ADCESP foi importante no processo, na cobrança e fiscalização das ações da administração. Mas ambos contribuíram para as mudanças. Ainda há muito a se construir, porém a realidade de desvalorização do ensino superior e da universidade pública, gratuita e de qualidade, por parte do Estado neoliberal, tem agravado os problemas da instituição, principalmente, o financeiro. Ainda hoje, a universidade não tem orçamento fixo garantido em lei. Geralmente, o orçamento anual aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado não é liberado na sua totalidade para o funcionamento da universidade. Com o tempo, os problemas se modificaram e se ampliaram tornando mais complexa e permanente a luta docente.

Hoje, além da questão financeira da universidade, os docentes têm que enfrentar uma carga horária de trabalho excessiva, dificultando o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, O grande tripé de funcionamento da universidade pública. Também constitui um problema a visão do trabalho produtivo, pela qual o docente é avaliado mediante quantidade de produção ao longo do ano, ao mesmo tempo em que tem que vivenciar uma série de programas implantados na universidade, como: Educação a Distância - EAD, PARFOR,

PIBID e tantos outros que dividem os professores em busca de complementação de salários através dessas bolsas. Tal situação cria, muitas vezes, uma “casta” de professores (dirigentes e coordenadores desses programas) que se sentem diferentes daqueles que atuam só no ensino de graduação, dificultando a luta dos docentes em busca de melhoria para a classe.

Percebemos que a diretoria da ADCESP tentou referenciar a luta na estratégia mais geral na luta sindical em defesa dos direitos e contra a flexibilização e avanço das políticas neoliberais. O Estado restrito, através de seus agentes, tentou construir a privatização da universidade pública, bem de acordo com o receituário neoliberal do período. E, nesse caso, o movimento docente está tentando resistir a esse processo. Porém, o movimento tem uma contradição: no plano da “pequena política”, ele ainda está na fase corporativa de organização (melhores salários), o que dificulta que ele tenha ganhos mais expressivos no plano da “grande política”, ou seja, a resistência ao projeto neoliberal para a educação pública.

4.2. Os docentes e a ADCESP: vivências das greves

Nessa seção, apresentamos as vivências docentes a partir de duas fontes: depoimentos de professores e atas das assembleias da ADCESP. Dessa maneira, construímos um relato das vivências de greves na UESPI, ao longo do período em estudo, mostrando as transformações pelas quais a universidade passou, fruto dessa luta, e o posicionamento dos professores nas atividades das greves. Analisamos mais detidamente as greves de 2008 e 2011, porque apresentaram uma documentação mais completa. A partir delas, podemos avaliar as outras.

Iniciamos com os depoimentos de dois docentes sindicalistas que estiveram à frente da Associação dos Docentes da UESPI-ADCESP: Daniel Vasconcelos Solon e Nougá Cardoso Batista³⁶. Como presidentes da entidade, acompanharam de perto as transformações ocorridas na universidade tanto no nível estrutural, como em qualificação e valorização dos docentes. Seus depoimentos são marcados pelas greves vivenciadas no interior da universidade no período de 2003 a 2008 e pela experiência de vida de cada um no interior da universidade. O segundo momento, será tratado a partir da análise das atas das assembleias da categoria. Apresentamos, assim, as posturas dos intelectuais orgânicos da universidade nessas greves.

A partir dos dois depoimentos, analisamos a história da universidade, apresentando os principais problemas enfrentados pelos docentes no cotidiano da academia e as melhorias

³⁶ Nougá Cardoso Batista, Professor Adjunto do Curso de Física da Universidade Estadual do Piauí-UESPI/ Campus Poeta Torquato Neto; Reitor da Universidade Estadual do Piauí (2014-2017). Foi presidente da ADCESP no período de 2005-2007.

conquistadas ao longo das lutas sindicais, ao mesmo tempo em que buscamos compreender a relação da memória individual com a memória coletiva, como explica Halbwachs (2003). Um dos principais problemas enfrentados pelos docentes era a realidade estrutural da instituição, marcada pelo imprevisto e precariedade no funcionamento da mesma.

Vejamos o relato do professor Nougá C. Batista sobre esse problema estrutural:

[...] quando eu cheguei aqui na UESPI, a universidade lá em Bom Jesus era um mercado, aliás, um prédio que foi construído para ser um mercado, mas aí parece que as pessoas não gostavam daquele lugar e deram outro aproveitamento nele: “Bota a UESPI”. Aí botaram a UESPI lá dentro. A UESPI não tem nenhum prédio que tenha sido concebido desde as suas bases para ser universidade. O que está sendo construído agora em Picos, quando concluir vai ser o primeiro prédio que foi concebido desde o início para ser universidade. Então, são todos colégios antigos, hotéis da rede Rimo, essas coisas, do mercado como esse caso aí de Bom Jesus. Mas se você chegar hoje em Bom Jesus, todas as salas de aula são climatizadas com split. Lá a gente tem uma biblioteca, lá você tem quatro aparelhos de datashow. Certamente, ao final de uma greve as pessoas não visualizaram isso, mas com o passar do tempo esse mobiliário foi sendo incorporado. (BATISTA, 2013, p. 29).

Certamente, esses arranjos foram adotados durante a criação de muitos *campi* no interior e na capital. Pelo depoimento de Batista (2013), percebemos uma preocupação em apontar as melhorias pelas quais os *campi* vêm passando. No seu relato, destaca as conquistas como resultados das greves, talvez, para reforçar sua vivência como sindicalista e ex-diretor da ADCESP, mas devemos atentar para o fato de Batista, à época do depoimento, ser vice-reitor e candidato a reitor na eleição de novembro de 2013, o que pode justificar essa preocupação em apresentar uma imagem positiva da instituição.

Outro problema que convém lembrar é o da expansão desordenada da UESPI, no governo de Francisco de Assis Moraes e Sousa, conhecido como “Mão Santa”, (na época filiado ao PMDB). Através dessa política, pretendia conquistar votos por meio da expansão do ensino superior no interior do Estado. A propósito, há núcleos funcionando somente com um curso e, em quase todos eles, é oferecido o curso de Pedagogia. Como a preocupação parecia ser a fundação de *campi* e núcleos, a Universidade cresceu com uma série de problemas estruturais e administrativos.

Entrei aqui como especialista. E o salário era vergonhoso, quase que um salário mínimo, o salário do professor especialista 20hs. Essa própria realidade concreta salarial acabou me ajudando também a me interessar mais pelo movimento sindical. Embora a minha vivência enquanto ativista do movimento sindical viesse de bem antes. (SOLON, 2013, p. 2).

[...]. Eu fiz um concurso cujo edital apresentava o valor salarial para o professor que entrava graduado, professor que entrava com mestrado, professor que entrava como doutorado, inclusive, também o salário por regime de trabalho, 20hs, 40hs e dedicação exclusiva. Fiz o concurso, imaginando eu que seria contratado como

adjunto 1, por ser doutor, e com o regime de dedicação exclusiva. Depois que eu entrei foi que me fizeram mostrar que, embora naquele edital tivesse uma tabela salarial de professor adjunto, mas na verdade o concurso era para professor assistente e a dedicação exclusiva você solicitaria e depois é que, dentro da conveniência da universidade, na aprovação dos conselhos é que ela ia ser efetivada ou não. De forma que eu entrei no ano de 2003 e tive que esperar um ano e meio para poder passar para categoria de adjunto, mas para poder implantar no meu contracheque a gratificação referente a uma pessoa que tinha o título de doutorado. Então, eu era professor assistente I com gratificação. Na época nós tínhamos a gratificação de titulação, com gratificação de doutorado e dei entrada no processo de solicitação de dedicação exclusiva e somente dois anos depois é que ela foi concedida [...]. (BATISTA, 2013, p. 5).

Apresentamos os depoimentos seguidos para que possamos compreender os pontos destacados nos relatos. Solon (2013) logo ressalta que os salários eram baixíssimos, motivando-o a se organizar no sindicato para a luta, reforçando assim sua vivência sindical e crítica à política salarial do governo para os docentes da UESPI. Já Batista (2013), embora coloque a dificuldade em assumir o cargo como doutor- Dedicação Exclusiva, não destaca o valor salarial e sim a política organizacional e de valorização do docente da IES. Devemos reforçar que, antes de o mesmo se efetivar, trabalhou como professor substituto na UESPI ao mesmo tempo em que trabalhava no Estado do Maranhão e no CEFET/PI, em cada emprego com carga horária de 20h semanais. Pelos relatos podemos concluir o desrespeito ao tripé que deveria mover a universidade, uma vez que dificultavam a contratação do professor com dedicação exclusiva. Priorizando assim o ensino em prejuízo da pesquisa e extensão.

Essa ainda tem sido a realidade de muitos professores da UESPI, uma vez que conquistar a Dedicação Exclusiva na instituição é um processo burocrático e difícil, depende das finanças do governo do Estado, não é uma decisão puramente dos Conselhos Superiores da IES. Os dados da IES de 2012 apontam para uma melhoria significativa, por exemplo: dos 810 professores efetivos, 330 são D.E; 403 são de regime 40h e 77 com regime de 20h semanais, mas ainda não é o ideal. A questão salarial e as condições de trabalho dos docentes têm sido os principais problemas que retornam como bandeiras de luta das várias greves que foram encabeçadas pela ADCESP, ao longo dos anos. Explicando sobre a construção das pautas das greves, Solon destaca:

Sempre assembleia. Agora é claro que a pauta também tinha a ver com a pauta nacional. Como lá no sindicato nacional tem uma pauta sobre a questão salarial em que colocava, por exemplo, que o piso do professor 20hs no primeiro nível, especialista, por exemplo, fosse o de um salário mínimo do DIEESE. A gente se espelhava nessa pauta econômica. Além dessa pauta econômica, a questão da denúncia cada vez mais forte sobre a questão da precariedade da situação da universidade. Tanto no que quer dizer a questão de orçamento, a questão do financiamento da universidade que resultava, por exemplo, em precariedade na situação de laboratórios, livros na biblioteca, estrutura em si, como também na

questão salarial e também a questão da efetivação dos professores, essa era uma pauta sempre constante. A questão econômica salarial, que era o carro-chefe, mas tinha proposta e uma luta por concurso público para professor efetivo e também por melhorias gerais da universidade. Foi por isso também que acabou englobando o movimento estudantil. (SOLON, 2013, p.7-8).

Percebe-se que o movimento sindical vê o Estado como o ente responsável para resolver os problemas educacionais e por isso, para ele, são direcionadas suas demandas. Entretanto, não podemos esquecer o caráter classista do Estado (GRAMSCI, 2012), pois a relação com o movimento sindical se dá com base nesse caráter. Também concordamos que é na disputas de projetos no interior do Estado que a classe trabalhadora organizada pode fazer valer suas demandas, ao ponto de serem assumidas como políticas públicas. Outra questão interessante é observar o que os sujeitos vêm destacando, dentro do contexto de luta docente na universidade, como vão construindo a memória dos eventos.

Halbwachs (2003), em seu estudo sobre a memória, nos anos 1920-1930, alertou que embora a memória individual pareça algo próprio da pessoa, de seu foro íntimo, ela faz parte da memória coletiva e nela se apoia. À medida que o indivíduo que está inserido em um determinado grupo, comunga e é persuadido pelos seus membros em torno de uma memória comum.

De acordo com o autor, os fatos mais fáceis de serem lembrados são aqueles de domínio comum do grupo. Portanto, a relação estreita e afetiva com o grupo possibilita com facilidade a reativação da memória coletiva e individual, mas existe um processo de “negociação” para conciliar as duas, e elas só conseguem se apoiar quando os membros do grupo ainda comungam de uma base comum. Halbwachs concebe a memória como uma produção social na medida em que ela é construída coletivamente e submetida a flutuações e transformações a partir de uma vivência na sociedade limitada estritamente no espaço e no tempo. Pelos relatos, percebemos que a questão salarial e estrutural da universidade era um anseio comum do grupo, por isso, ela aparece no depoimento dos dois sujeitos. Ambos construíram e vivenciaram as greves relatadas como sujeitos ativos do processo, daí a memória ainda estar viva. Entretanto, os dois depoentes ocupam lugares opostos na instituição: Solon continua líder sindical e Batista membro da administração superior, atual reitor.

Mas as lutas foram e ainda se fazem necessárias para a melhoria da universidade e esta vem sendo melhorada a partir do atendimento das reivindicações da categoria em luta e do trabalho de algumas gestões da administração superior. Como resultado da greve de 2004, conquistaram, em 2005, a reformulação e implantação do Estatuto da Universidade. Outra

conquista foi a realização da 1º eleição para reitor e vice-reitor, sendo escolhidos os professores Valéria Madeira Martins Ribeiro (professora do Curso de Pedagogia) e Carlos Alberto Pereira da Silva (professor do Curso de Física), ambos do *Campus* Poeta Torquato Neto, em Teresina. Até então, os gestores eram escolhidos pelo governador sem consulta a comunidade acadêmica, atualmente o reitor eleito ainda depende da aceitação do seu nome pelo governador do Estado.

A realidade da UESPI continuava precária, devido ao grande número de professores substitutos, que nem se associavam e nem participavam das manifestações da ADCESP com receio de perderem seus postos. A participação nas assembleias da categoria não se repetia com a mesma frequência nas atividades de greve.

Sempre era forte assim, a gente contava com a presença dos professores na assembleia aqui dentro da universidade, do campus, mas para a manifestação fora, a gente contava com os alunos. Porque ainda tem muito professor que acha que lutar pelos direitos é você expor socialmente as suas fragilidades remuneratórias. Então, eles são assim, de certa forma, tímidos, inibidos, ou não querem mostrar para a sociedade que estão ganhando mal ou que merecia ser melhor remunerado. Você tem uma parte dos professores na época que ainda pensavam dessa maneira. Então, você tinha um número de pessoas presentes numa assembleia geral dentro da universidade. Nunca esses mesmos professores estavam lá fora nas reivindicações, nas passeatas de rua, o número era muito menor. (BATISTA, 2013, p. 12).

Essa tem sido uma constante quando se fala em greve de docentes: sempre se questiona a quantidade ínfima de professores nas mobilizações e manifestações de rua. Nessa situação é possível identificar quem são os companheiros da luta, já que a greve questiona a postura de cada um no decorrer do movimento, sua relação com a associação sindical, seu grau de engajamento, enfim, “a greve reenvia os professores ao seu posicionamento identitário na sociedade, [...]” (ROBERT, 2013, p. 2). Acredita-se que muitos não frequentavam as atividades da greve porque tinham outro emprego e porque sentiam vergonha da situação salarial que tinham, uma vez que, na greve, esses problemas são expostos para toda a sociedade, mostrando, ainda, a situação de precarização do trabalho docente.

Observamos através do estudo que as bandeiras de lutas se repetem a cada greve, provando que os problemas estruturais e salariais da instituição permanecem e também que a Associação não conseguiu, ao longo das várias gestões, multiplicar quadros, formá-los e organizá-los de forma orgânica. Solon, referindo-se à greve de 2008, relata que:

Nessa greve especificamente, a gente teve uma questão interessante. Primeiro, a gente fez uma assembleia no início do ano que já preparou basicamente um calendário de mobilizações. Eu já previa no calendário de mobilizações com atos, com panfletagens, com paralisações de um dia ou de 48h e que essa mobilização ia

ser bem crescente. Na medida em que o governo não apontava nenhuma abertura de negociação, a gente já fazia crescer mais ainda a mobilização. E a gente sabia que era o instrumento que a gente tinha. Então, a importância da greve era exatamente essa, embora em outros momentos tivesse sido derrotada a greve. Em outros anos, a gente sabia que era necessário fazer a greve não porque era um instrumento para se lutar, mas era o instrumento de fato para fazer o governo atender as nossas reivindicações. (SOLON, 2013, p.7).

Difícilmente, as greves apresentam apenas um significado. Elas são formas de ação do sindicato, no sentido de reagir à política salarial do governo, mas servem também para apresentar novas lideranças sindicais e as condições de trabalho da categoria. É o caso, por exemplo, de Solon. Este, além da vivência sindical e política, era formado em Comunicação Social e já havia trabalhado como jornalista em alguns jornais em Teresina, o que o capacitava para a construção das estratégias de mobilização para a greve, sem falar que tinha uma boa relação com a imprensa local, favorecendo a visibilidade das pautas de reivindicação da categoria mobilizada. De acordo com seu depoimento, a greve era o último recurso utilizado pelo sindicato, mas isso só ocorria quando a capacidade de diálogo com o governo havia extrapolado sem que o canal de negociação fosse aberto. Nesse caso, a greve servia como instrumento de pressão para forçar um acordo entre as partes. Mattos (2009a, p. 27) parte de uma análise da relação entre classe trabalhadora e o capital como época de grandes derrotas que se acentuaram no Brasil, na década de 1990, sintetizada numa maior precarização das relações de trabalho, aumento das taxas de desemprego, agravamento das condições de existência, tendo como consequência: “Do ponto de vista da subjetividade coletiva [...] o recuo do sentimento de pertencimento a um coletivo social [...] e da identificação com os projetos de transformação social orientados por uma perspectiva de classe trabalhadora [...]” (MATOS, 2009a, p.17). Fragmentação tanto nas relações de trabalho, como no nível da consciência de classe.

O relato de Batista é sintomático sobre esse recuo do sentimento de pertencimento a uma classe, ao analisar as conquistas que os professores tiveram a partir das greves. Ele destaca a valorização do vencimento de quem tem titulação garantida a partir da conquista do PCCs dos docentes.

[...] Aqui na Universidade Estadual do Piauí, você tem a questão da remuneração como um incentivo a uma política de qualificação. O professor sabe que ele todo ano vai receber um aumento salarial, que poderá ser grande, razoável, pequeno, vai depender do poder de mobilização daquele ano, mas o professor também sabe que ele pode lhe conceder um aumento de 30% saindo para fazer o mestrado. O professor mestre pode conceder um aumento de 50% saindo para o doutorado. Então isso depende, veja que hoje parece assim que ter um salário razoável depende muito mais de você próprio do que quem está lá no lado do Karnak, e isso só é possível porque nós tivemos uma conquista de plano de carreira que permite com que a gente

enxergue essa possibilidade de crescimento no vencimento com base na titulação, que gera outro ganho, que é a gente saber que somente os professores titulados hoje têm realmente a condição de concorrer aos editais de fomento à pesquisa que por consequência trará o recurso necessário para você instrumentalizar melhor o seu curso de graduação, o seu ambiente de trabalho, a sua sala, o seu laboratório. Então, quer dizer, se nós não tivéssemos um plano de carreira e um plano de carreira que a gente verificasse claramente a valorização salarial dentro da categoria, as pessoas não tinham nenhum estímulo a se qualificar e por consequência ninguém nunca ia conseguir a concorrer a editais porque nós não tínhamos a qualificação. Então a conquista do plano de carreira nosso com a introdução desses elementos eu considero também que foi uma grande conquista da ADCESP nesses anos. (BATISTA, 2013, p. 28).

É salutar que a memória individual em relação ao grupo seja construída a partir do papel que o indivíduo ocupa nele. Se ele ocupou postos de comando, sua memória vai prezar por defender a memória coletiva que deve ser consolidada em relação ao grupo, reforçando assim a coesão social do mesmo. Se teve uma participação mais distante, a tendência é o esquecimento e certo distanciamento da memória coletiva construída e preservada no grupo. A memória de Nougá C. Batista demonstra ainda que ele teve uma boa participação no grupo ao valorizar as melhorias como as conquistas da ADCESP.

Entretanto, no seu depoimento, percebemos ainda a nova cultura institucional destacada por Mancebo (2011), a do docente produtivo, competitivo e empreendedor, aquele que, através de sua titulação, vai captar recursos através dos órgãos de fomento para desenvolver suas pesquisas e criar melhores condições de trabalho para si e melhorias para seu curso, ao mesmo tempo em que capta recursos para a universidade. E a luta conjunta? E as obrigações do Estado com a universidade? Essas questões ficam camufladas na luta diária pelos editais e para concluir as metas de pesquisas. E a docência? Esta fica a cargo daqueles que ainda estão nas titulações mais baixas. Essas são algumas questões que já atingem as universidades federais e aos poucos vão tomando conta dos professores-pesquisadores das estaduais. O momento é de reflexão e atenção.

Na análise dos depoimentos, podemos identificar os principais sujeitos envolvidos com as transformações da universidade, como se percebiam como professores de nível superior e o resultado das negociações. Apontando para um fortalecimento da categoria docente e crescimento e melhoria estrutural da Universidade, bem como da valorização do salário a partir das lutas da ADCESP. É possível identificar, ainda, as marcas do projeto neoliberal na administração da universidade uma vez que a administração superior tem cobrado um professor mais produtivo e lucrativo.

Nesta análise consideramos a Associação dos Docentes como Aparelho Privado de Hegemonia, a partir da concepção de Antônio Gramsci (2010), porque a mesma é quem organiza a categoria, propõe demandas de luta, contextualiza a conjuntura, preparando o terreno para despertar os sentimentos de pertencimento do grupo e de indignação pela situação estrutural da Universidade e salarial dos docentes apresentando, assim, os motivos para a greve, ou o rompimento da “normalidade”. Os seus dirigentes agem como intelectuais orgânicos, uma vez que organizam a categoria para lutar por transformações na universidade, construindo o consenso em torno de suas demandas. Isso se dá devido à estreita relação entre os membros da diretoria da Associação e o Partido Político, uma vez que seus principais dirigentes são filiados a partidos políticos eleitorais e têm engajamento em outros grupos sociais e vivência política ativa imprimindo um caráter político às lutas dos docentes. Entretanto, não conseguiram formar quadros de intelectuais intermediários para investir na formação política do grupo. Apresentamos de forma sintética os grupos que faziam parte da ADCESP e que se destacaram durante a greve de 2011. Essa configuração dos grupos porém, já pode ser observada desde a greve de 2008.

A ADCESP, desde a gestão 2007, vinha sendo presidida por militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado-PSTU. Em 2011, a presidente da entidade, professora Maria das Graças Silva Ciríaco, era militante do Partido e tinha participado da gestão anterior como diretora de imprensa e divulgação. Também fazia parte da diretoria Lina Santana Fernandes (PSTU). Esta, na gestão seguinte, assumiu o cargo de presidente da entidade. Lucineide Barros Medeiros filiada ao Partido Socialismo e Liberdade-PSOL, já estava em sua segunda gestão; também participou da gestão seguinte, Daniel Vasconcelos Solon (PSTU), ex-presidente da ADCESP e, na época, representante Regional do ANDES. Esse grupo, em 2010, conduziu um movimento de luta em prol da Universidade, denominado “S.O.S UESPI”. A greve, segundo os representantes desse grupo de intelectuais orgânicos, era a continuação do movimento. Destacamos esses intelectuais como os fomentadores das discussões preparando o ambiente para a deflagração da greve e, quando a categoria estava desgastada sem conseguir o aumento salarial, eles também apresentaram proposta de finalização do movimento.

Outro grupo de intelectuais que se destaca nas discussões sobre a precariedade da universidade e da situação salarial dos docentes é o dos associados que já fizeram parte da Administração Superior e que, ao perderem esses cargos, voltam a militar na Associação, ajudando, inclusive, a construir a greve. Juntam-se a eles os demais sócios que lutam pela melhoria salarial da categoria. Ora parecem concordar com a diretoria; outras vezes, parecem

agir independentemente. Sua postura depende muito da forma como o movimento paredista é conduzido pela diretoria da Associação. O discurso desse grupo é marcado por críticas à reitoria da instituição e ao Estado que dificulta a negociação salarial. Sua maior bandeira, entretanto, é a questão salarial.

Temos ainda o grupo ligado à administração superior da Universidade formado por reitor, vice, pró-reitores e simpatizantes, liderados nessa greve (2011) pelo vice-reitor Nougá Cardoso Batista. Esse grupo tenta amenizar as críticas em relação à reitoria, apresenta justificativas para as demandas dos grevistas e também defende a questão salarial e melhorias estruturais da IES. Contudo, não costuma se envolver com o movimento paredista, se faz presente às assembleias da categoria onde é avaliado o movimento, mas é bastante criticado pelos demais, por não ajudar na negociação com o Estado. Como se pode ver, dentro de um pequeno grupo como a ADCESP, existem vários interesses em jogo, o que os une é a questão salarial. Quando a greve foi deflagrada no dia nove de maio, teve sua aprovação em uma votação de 39 votos a favor e nove contra.

A preparação do movimento começou ainda em março com as discussões sobre a situação estrutural da UESPI. Sendo motivadas pela proximidade do início do período letivo. Na assembleia do dia 17, foram relatadas as decisões do XXX Congresso do ANDES/SN, quando foi aprovada sua filiação à CONLUTAS (Central Sindical e Popular- CSP Conlutas) e o plano de lutas para os docentes de nível superior. A discussão foi conduzida pela diretoria da ADCESP que sugeriu paralisação de advertência para chamar a atenção do poder público, para os problemas estruturais da Instituição. Como podemos ver, o ANDES é quem define a política de lutas que as associações devem empreender em seus Estados, assim, a assembleia foi marcada pela discussão do contexto de precariedade das universidades e pela avaliação da política estatal para a educação superior. Estava, assim, sendo construído o contexto para o rompimento da “normalidade”.

Nossa análise sobre o papel dos intelectuais no movimento começa nas assembleias de abril quando a categoria se reuniu para discutir a situação da universidade e o reajuste salarial, efetuando-a a partir dos três grupos que identificamos no interior do movimento: Diretoria da ADCESP; membros da Administração Superior da UESPI e professores sócios que fizeram parte de gestões anteriores na administração superior da Universidade. Gramsci é severo quanto à postura do intelectual: ele tem que se envolver de fato com a luta dos trabalhadores em busca da transformação social.

[...]. O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente”, já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; [...]. (GRAMSCI, 2010, p. 53).

Os membros da diretoria da ADCESP se apresentavam como esse intelectual descrito por Gramsci. Com participação ativa e prática na greve, foi esse grupo quem organizou e construiu o movimento grevista, conduzindo as ações da luta, ajudado por representantes dos outros dois grupos em questão, mas a grande maioria dos professores sócios não se envolvia com as atividades. Esse fato é constatado em todas as assembleias, quando se faz a avaliação do movimento. Essa é uma das posturas observadas sobre parte desses intelectuais da IES. Muitos ficavam só nos discursos das assembleias, lá se apresentavam fortes e combativos, mas, no momento de construir o movimento, participando das atividades da greve, muitas eram as justificativas para as ausências: (estágio probatório, cargos na administração superior, falta de tempo porque tinham outros empregos, etc.), negando a postura do intelectual orgânico de Gramsci, que é o construtor da práxis histórica e não fica jamais no plano do discurso.

Na assembleia do dia 1º de abril, foi feita uma avaliação da paralisação dos professores e decidiram dar início às aulas com um calendário de paralisações, incluindo indicativo de greve. A presidente da ADCESP informou que, na assembleia anterior, fora deliberado que o piso do (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) DIEESE, de R\$ 2.200,00, seria o referencial para a proposta salarial da campanha de 2011. O professor Daniel Solon ressaltou que a campanha salarial não se pautava apenas no salário, pois se articulava às lutas gerais que compunham a campanha SOS UESPI. Visão essa defendida pelos membros da diretoria que avaliaram como negativa a pouca participação dos professores nas atividades de paralisação. Ainda sobre a reunião com o governador, segundo a professora Lina Fernandes, este fez pouco caso das reivindicações dos professores, colocando-se como desconhecedor dos problemas da universidade e nada prometeu para a instituição. Daniel Solon destacou o comportamento do reitor na reunião com o governador. Segundo ele, o Professor Carlos Alberto Pereira da Silva (reitor) se mostrou submisso e não soube defender a ampliação de vagas no concurso para professores e técnicos. Opinião também expressa por Lucineide Medeiros que lamentou a oportunidade que a reitoria perdeu para avançar nas melhorias para a UESPI. O professor Nougá Batista (vice-reitor) avaliou o movimento como positivo, porém, reforçou que a ADCESP deveria separar os

assuntos para discutir com o governador, pois, ao levar problemas internos, havia ferido a autonomia da universidade e garantiu que o concurso para professor iria sair ainda em 2011.

O intelectual orgânico, por marcar sua ação com uma visão crítica de todo o tecido social, não pode limitar a fundamentação da luta apenas aos problemas da universidade; ele sabe que os mesmos fazem parte de uma conjuntura bem maior que abarca o modelo de governar do Estado capitalista com uma política específica para o desmonte da Universidade pública. Como denuncia o ex-diretor do ANDES Roberto Leher.

[...]. Após os acordos com o Fundo monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial de 1998, 2001, 2002 e 2003, nova ofensiva- denominada de segunda geração de reformas - vem sendo empreendida, agora com o beneplácito de um antigo opositor: o Partido dos Trabalhadores. Um novo bloco de poder vem sendo forjado, agregando, sob a direção do capital financeiro, a burocracia sindical, as oligarquias e setores econômicos como o agrobusiness e, mais genericamente, o setor de exportação de commodities, setores que não necessitam de uma universidade pública capaz de produzir conhecimento novo [...] (LEHER, In: NEVES, 2004, p. 21).

Nas avaliações do movimento, é comum o grupo da diretoria colocar a culpa na reitoria pela dificuldade em negociar com o Estado, sempre apresentando-a como submissa ao Estado. Embora as críticas ao Estado, indiferente e sem compromisso com a educação, sejam reforçadas, eles esperam que reitoria faça ponte na negociação, mas esta nem sempre consegue o que a IES precisa para funcionar a contento. O reitor Carlos Alberto P. Silva era militante do Partido dos Trabalhadores e já estava em sua terceira gestão na administração superior, foi pró-reitor de ensino, vice-reitor e agora reitor. Provavelmente, não participava das assembleias, pois não encontramos nas atas sua manifestação e não era ele de ficar calado em momentos de disputas de projetos. Mostrou-se bastante firme em suas posturas e ações à frente da reitoria da universidade. Quando o sindicato solicitava audiências para discutir os problemas da instituição, o reitor recebia a categoria, fato constatado por nós através dos ofícios enviados pelo sindicato e dos da reitoria com a resposta, marcando a data das audiências. Nougá Cardoso Batista não é filiado a partido político, entretanto tem participação ativa na política partidária no interior do Estado, na sua cidade natal, Monsenhor Gil. Passou de ex-presidente da ADCESP a vice-reitor. Nougá, por ter sido presidente da ADCESP e sempre atuante nos movimentos paredista de professores, tinha voz ativa nas assembleias, mas não fica claro pelas atas, se ele se envolveu nas atividades da greve. Pela análise da documentação, demonstrava preocupação em resolver os problemas da universidade, entretanto também não conseguia muita coisa com os representantes diretos do Estado. O governador Wilson de Sousa Martins era do Partido Socialista Brasileiro-PSB,

tinha sido vice-governador na gestão do PT e ganhou a governo do Estado com seu apoio, mas, quando assumiu o governo, rompeu com o Partido dos Trabalhadores e passou a fazer duras críticas à administração petista no Estado do Piauí. Em relação à Universidade, fazia pouco caso das demandas exigidas pelos grevistas. Para Bourdieu (2007), a “posição de classe” desses sujeitos diz muito sobre sua trajetória e as posições que assumem politicamente e socialmente. Esse esclarecimento é para contextualizar a dificuldade na negociação. Como assevera Pierre Bourdieu:

A posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa [“superior, “média” ou “inferior”] numa dada estrutura e num dado momento. O ponto da trajetória que um corte sincrônico apreende, contém sempre o sentido do trajeto social. [...] (BOURDIEU, 2007, p.7).

A Associação, na condução do movimento, não priorizou a questão salarial, continuou defendendo as pautas do Movimento S.O.S UESPI, encabeçada por questões estruturais, de independência financeira, administrativa e de gestão; política de assistência estudantil e ampliação do quadro de professores e técnicos. Isso porque a mesma segue as pautas de reivindicação do ANDES-SN e vê a campanha, de forma ampla, como oportunidade para discutir a própria universidade. Entretanto, constatamos nas atas das assembleias que, quando se discutia a pauta sobre campanha salarial, assim que finalizava a discussão, os professores se dispersavam da assembleia, prejudicando o debate das demais pautas, por falta de quórum. Esse fato aponta para algumas questões. Primeiro: a maioria dos presentes estavam interessados na questão salarial. Segundo: não queriam se comprometer com as atividades do movimento, uma vez que, ao final da assembleia, as atividades eram definidas, as comissões, enfim, as tarefas de todos os envolvidos na greve. Os representantes da reitoria também participavam ativamente dos debates na assembleia. Ao que tudo indica, sua participação se restringia a esse espaço, caso denunciado de forma crítica por aqueles que estavam à frente do movimento. A professora Lina Fernandes reclama:

[...] a professora Lina falou da ausência da reflexão sobre a instituição. Abordou ainda a falta de consciência crítica dos professores e alunos para continuar avante a campanha e a greve, como também da possibilidade de desaparecer a nossa universidade por não atendimento de metas do curso superior. (ASSOCIAÇÃO..., 09 jun. 2011).

Na assembleia de avaliação do movimento de paralisações, a professora Lina Fernandes continuou denunciando o não envolvimento dos docentes:

[...]. Lina também destacou o protagonismo dos estudantes nas duas últimas semanas e que uma maior participação dos professores poderia ter alterado o quadro atual. Apesar disso, considerou o movimento vitorioso, creditando o mérito aos estudantes e sugerindo que revisemos o nosso papel político. (ASSOCIAÇÃO..., 01 abr. 2011).

Essa indignação da professora pode ser compreendida através de Gramsci, que lembra: “[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais [...]” (GRAMSCI, 2010, p.18). Assim, podemos compreender o não envolvimento dos professores que não assumem a luta como sua e sim da associação, vão às assembleias só para se informar sobre o que está sendo feito, mas o envolvimento na luta diária é prejudicado pelos outros compromissos, muitas vezes, com a própria instituição através dos vários cargos comissionados que assumem.

Na assembleia do dia sete de abril, a discussão foi em torno da questão salarial. Os professores demonstraram não concordar com o piso salarial proposto pelo sindicato para a campanha salarial 2011, surgindo divergências na assembleia, porém a diretoria do sindicato reforçou que a proposta de R\$ 2.200,00 é a mesma do ANDES/SN e que não poderia apresentar outra até porque o Estado também não apresentara contraproposta. A categoria teria que se unir, porque a campanha era bem maior do que a questão salarial. O foco da luta era a questão estrutural defendida desde 2010 pelo movimento S.O.S UESPI. Ainda foram ensaiadas outras propostas salariais na assembleia, mas não receberam apoio da diretoria, alegando que a proposta do ANDES/SN fazia parte de uma luta histórica e que não seria interessante uma proposta salarial que causasse divisão na categoria, ficando a proposta com base no salário definido pelo DIEESE.

Na assembleia do dia nove de maio, foi aprovada a greve da categoria. A presidente iniciou as discussões com os informes. Daniel Solon seguido por Geraldo Carvalho (representantes do ANDES/SN) fez análise conjuntural das reformas do governo federal com política de arrocho salarial, que pretende congelar os salários por dez anos e implantar a reforma da previdência. Informaram sobre a mobilização dos servidores federais e das mobilizações previstas para o mês de maio, conclamando todos a participarem. Esse foi o cenário preparado para incentivar os professores presentes a aceitarem a deflagração da greve. Os membros da diretoria desgastam a imagem da reitoria, afirmando que esta é submissa ao Estado, não apresenta as informações solicitadas, dificultando, assim, a negociação. A presidente da ADCESP lamentou a ausência do governador na audiência convocada pelo Ministério Público do Estado para discutir a questão estrutural da UESPI e afirmou que o

Estado não abria canal de negociação com a entidade, pois até o momento não recebera seus representantes para discutir as propostas da categoria.

Foi questionada ainda a pouca presença dos professores, sendo que os alunos do S.O.S UESPI foram os maiores participantes do evento. A reação dos professores presentes às avaliações da ADCESP se deu em duas frentes: os que já faziam parte da comissão de negociação e participavam do movimento S.O.S UESPI concordaram com a associação e conclamaram os professores a se envolverem na construção da greve. Os outros sócios achavam necessário mais tempo para discussão, para mobilizar os professores e não concordavam com a greve imediata. A professora Fátima Lima (ex-presidente da ADCESP na gestão 2003/2005) questionou que a falta de estrutura da UESPI existia desde a sua criação e isso tem desmoralizado os professores. Questionou sobre o fato de o sindicato não ter verbas para enviar delegados aos congressos das estaduais, como então organizar uma greve sem recursos financeiros. Disse acreditar também que a categoria não estava esclarecida suficientemente sobre a necessidade da greve imediata e apresentou proposta de mais mobilização para só depois deflagrar greve. Professor Elano (com cargo na reitoria) também criticou a diretoria da ADCESP, que, segundo ele, não socializava as informações sobre a universidade e que a dificuldade de mobilização era porque faltava muito a discutir. Destacou a dispersão da categoria. Outros professores se manifestaram pedindo cautela em relação à greve, mas a diretoria da ADCESP insistiu na proposta, vencendo com 34 votos a favor da deflagração da greve contra nove dados à proposta da professora Fátima Lima. Já alertamos em outro momento deste trabalho, que, para o sucesso da greve, o motivo que a justifique deve estar bem enraizado na categoria, a fim de motivar o envolvimento ao ponto de a maioria dos docentes assumirem a luta como sua. Nessa greve, esse ponto parece que não foi bem trabalhado.

A presidente do sindicato, professora Graça Ciríaco, encerrou a assembleia conclamando aqueles que votaram a favor da greve para que se dirigissem ao sindicato visando formar comissões para construir a greve. Aqui se ajusta bem o conceito de intelectual orgânico de Gramsci como “construtor, organizador persuasor permanente”. Assim, agiam os intelectuais orgânicos da diretoria da ADCESP, preparando o terreno para aprovação e construção do consenso em torno da greve. É visível que esta não surgiu do acaso. Ela foi o resultado de uma ação prática que o grupo vinha desenvolvendo no interior da universidade desde 2010, com a Campanha do S.O.S UESPI, exigindo melhorias estruturais. O grupo, liderado pela professora Lucineide Medeiros, Graça Ciríaco, Lina Fernandes, Daniel Solon e discentes representantes dos Centros Acadêmicos, vinha há tempos estudando os problemas

da IES, favorecido por uma continuidade de gestão à frente do sindicato, desde 2007, seguindo até a gestão de 2013.

Com a greve na rua e atividades realizadas durante a semana, as assembleias da categoria eram pautadas pela avaliação da greve e análise da postura do Estado e da reitoria. Na assembleia do dia 19 de maio, as avaliações eram de que a greve estava sendo positiva e com grande adesão, principalmente dos estudantes, que a fizeram ganhar as redes sociais, ganhando ampla divulgação. Lamentaram, porém, a postura da reitoria e a demora em aprovar o concurso para professor. Mostraram-se preocupados com a adesão dos professores em estágio probatório e os de contrato provisório, que continuavam temerosos em participar do movimento. A situação precária da universidade e dos professores foi amplamente divulgada nas redes sociais e retratada em um programa da Rede Globo. Sendo assim, os grevistas não conseguiram um canal de negociação com o Estado. O governador Wilson Martins (PSB) não recebeu a comissão da Associação e passou a ignorar a paralisação dos professores. Adotou como postura a relação direta com os diretores dos *Campi* com problemas, fazendo visitas e prometendo reformas; recebeu os estudantes do *Campus* de Picos, que era o que tinha a pior situação, pois o *Campus* estava sendo construído e os alunos não tinham onde assistir às aulas. Enfim, o governador agiu com desprezo pela ADCESP, fato que deixou preocupados os grevistas. Por conta disso, passaram a criticar a reitoria que não ajudava na negociação e clamavam pelo envolvimento dos professores, para fortalecer o movimento com mais manifestações para chamar a atenção do representante do Estado. Os estudantes se mostravam envolvidos e decretaram greve também. Assim, o movimento se tornou conjunto, todos em luta pela UESPI.

Os grevistas conseguiram chamar a atenção da Assembleia Legislativa, tiveram audiências com deputados, discutindo problemas da UESPI. Alguns propuseram projetos favoráveis à Instituição, embora sem aprovação. Também se reuniram com o senador João Vicente Claudino, do Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, com o secretário de Administração do Estado, todos se mostravam “comovidos” com a causa dos professores e a situação da universidade, mas em nada resultou tantas audiências. O governador se mostrava irredutível em relação às demandas dos grevistas.

A situação era de difícil negociação e como a instituição apresentava muitos problemas, aqueles que conduziam o movimento entendiam que os instrumentais de lutas não deveriam se pautar em uma única ação. Caso contrário, o movimento fracassaria. Foram feitas várias atividades em conjunto com os estudantes, a questão estrutural se destacava em relação às outras, mas, a cada assembleia, um problema ganhava destaque, o que dificultava a

defesa da campanha salarial. Ocorreram audiências, mas nada foi resolvido. E a cada assembleia se questionava a falta de comprometimento e adesão dos professores à greve.

Na assembleia do dia 15 de junho, os grevistas se mostravam cansados da falta de negociação com o Estado, que, durante todo o movimento, permaneceu indiferente e descomprometido. Lamentaram o fato de não terem avançado na questão salarial e a ausência dos professores nas atividades da greve. A diretoria da ADCESP reforçou o ganho político com a greve, mas propôs seu fim, com manutenção do estado de greve. Proposta aprovada com 20 votos favoráveis contra quatro abstenções. Para muitos, a greve encerrou sem nenhum ganho aparente, terminou pelo desgaste dos que a conduziram. Ficou uma lacuna em relação à campanha salarial. Os que participaram e se comprometeram com essa pauta se mostraram descontentes com o fim da greve, mas concordavam que era hora de recuar e passar a exigir da reitoria o que lhe cabia resolver, como: por exemplo, o caso do concurso para docentes. Diante do exposto, é interessante lembrar a assertiva de Gramsci, que alerta sobre a formação para a ação:

Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente [ou mundo cultural existente]. E portanto, antes de tudo, como crítica do “senso comum” [e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que “todos” são filósofos e que não se trata de introduzir ex novo uma ciência na vida individual de “todos”, mas de inovar e tornar “crítica” uma atividade já existente] (GRAMSCI, 2014, p.101).

O papel do intelectual orgânico seria superar o senso comum e pautar sua ação por uma atitude crítica e polêmica ante a realidade posta. Mas será que “todos” estão preparados para essa inversão? Muitos ainda entendem atitude política crítica como envolvimento com a política partidária e se escondem em um pensamento ainda bastante conservador sobre a relação de classe e a construção de hegemonia. Cabe ainda a associação como aparelho privado de hegemonia preparar os professores para essa inversão. O estudo dessas greves demonstra que a ADCESP tem muito a avançar, no que concerne à formação para a ação. A atitude revolucionária cobrada pelo nosso intelectual da Práxis, Antonio Gramsci, ainda está longe de ser alcançada, por parte da base do grupo em análise.

4.3. Greves: visão dos docentes sobre a ADCESP

Nessa seção a análise da visão dos docentes foi feita a partir de questionários aplicados aos professores efetivos da UESPI, filiados e não filiados à

ADCESP. O objetivo foi compreender como os docentes veem o sindicato e como avaliam as lutas por ele conduzidas ao longo do tempo. Avaliamos, também, o envolvimento dos professores nas atividades promovidas pelo sindicato. O questionário foi composto por dez questões, sendo sete objetivas e três subjetivas e foi respondido por 74 professores dos vários *campi* da universidade.

Iniciaremos a análise pelas questões subjetivas. Na questão 2.4 foi perguntado aos docentes sobre o envolvimento nas atividades do sindicato. Eles responderam não participar das atividades conduzidas pela ADCESP e justificaram o porquê. As respostas foram as mais variadas, podendo ser sintetizadas nas afirmativas que seguem. Muitos professores dos *campi* do interior alegaram a distância entre a sede da ADCESP (Teresina/ *Campus* Poeta Torquato Neto) e os demais *campi* do interior do Estado, dificultando o desenvolvimento de atividades conjuntas e de articulação dos professores; a falta de representantes da ADCESP nos *campi* do interior, geralmente a diretoria do sindicato é composta por professores dos *Campi* de Teresina; dificuldade de comunicação entre os *campi* e ADCESP; falta de divulgação das atividades. Outros motivos bastante destacados foram: não acreditar na força política da ADCESP nem no instrumental da greve, além de desaprovarem o envolvimento do sindicato com partido político e a forma como o movimento grevista é conduzido. Destacaram ainda que o poder de articulação da ADCESP é fraco: só consegue unir a categoria por campanha salarial e, mesmo assim, há pouca participação dos docentes nas assembleias. Depois das explicações, seguem motivações pessoais como falta de tempo, cargos na administração superior, outros empregos e não gostarem de movimentos de cunho político. Essas questões levantadas pelos entrevistados nos remetem à necessidade de capacitação da classe trabalhadora para lutar por seus direitos. Capacitação essa que passa pela ação do sindicato. Para Mascarenhas:

[...]. A organização político-sindical expressa um determinado nível de capacitação para se inserir nos conflitos de classe e delimita um certo terreno para a constituição de interesses. Este nível de capacitação converte-se na potencialidade da prática sindical. Potencialidade esta, muitas vezes contestada e desacreditada [...]. (MASCARENHAS, 2002, p.83).

Entretanto, a teoria marxista reconhece que o sindicato por si só não conseguirá despertar e conduzir a classe trabalhadora nesse processo de

conscientização e preparação para a luta, precisando da ação do partido de classe. O que se torna mais difícil nesse momento, quando há uma descrença também nos partidos políticos, ocasionando uma apatia, por parte dos professores aos partidos que têm influência direta na ADCESP, como PSTU e PSOL. Percebemos, no decorrer da análise, que falta, inclusive, entre os docentes, a consciência de pertencimento à classe trabalhadora, tornando mais difícil as lutas conjuntas que o sindicato tentou implementar. Os professores se manifestam ainda de forma muito corporativa, chegando a afirmar que o sindicato deve se preocupar com os problemas da universidade e dos docentes e, em nome deles, conduzir a luta. A diretoria do sindicato, por mais que se esforce, não consegue fazer a maioria compreender que não tem como desvincular as questões econômicas das políticas e que a luta tem que ser conjunta e deve abarcar os dois setores.

O sindicato tem um *blog*, uma página no *face*, um jornal informativo e *e-mail* dos professores filiados. Por esses meios, costuma fazer a divulgação das atividades do sindicato. Em dias de assembleia, costuma colocar o carro de som, no *Campus Poeta Torquato Neto*, chamando os professores. Ainda assim, muitos docentes alegaram não ter conhecimentos dessas atividades, o que pode sugerir que a maioria não acessa os meios eletrônicos do sindicato ou não tem o e-mail registrado pela diretoria da ADCESP. Devemos considerar, ainda, as distâncias entre os campi do interior e a sede do sindicato que fica na capital. Essa distância acarreta a dificuldade de mobilização, uma vez que o sindicato tem reduzido número de sócios: em torno de 300 em um universo de 800 professores. Portanto, poucos recursos econômicos para manter uma mobilização permanente em momentos de greves dos docentes. Na maioria das vezes, as manifestações ocorrem na capital, uma vez que o sindicato quer chamar a atenção do Estado, para os problemas da instituição e as demandas dos docentes e, como a sede do governo é na capital, fica mais visível a manifestação dos docentes. A estratégia utilizada nas greves tem sido manifestações nos *campi* do interior com apoio da ADCESP e, quando a manifestação é na capital, os representantes do interior vêm engrossar as fileiras dos manifestantes.

Outro ponto que devemos considerar no envolvimento dos docentes é a alegação da falta de tempo para participar das atividades do sindicato e o incômodo com o envolvimento do sindicato com partidos político. Sobre esse ponto, acreditamos que muitos docentes têm outras atividades profissionais pois ainda são poucos os professores com dedicação exclusiva. Como as assembleias e atividades

das greves ocorrem geralmente pela manhã, pode ser que muitos não tenham disponibilidade de horário; podem estar cumprindo horário na administração superior, em programas dentro da instituição, ou mesmo, em outros empregos fora da universidade. Quanto ao envolvimento do sindicato com partidos políticos, essa é uma das principais queixas encontrada nos questionários aplicados aos professores. Para compreender essa questão, consideramos necessário lembrar que o sindicato é filiado ao ANDES/SN e à central sindical CSP/ Conlutas. Ambos entendem a luta docente como uma luta maior dos trabalhadores brasileiros ocasionada pelas perdas salariais e de condições de trabalho, por causa da política econômica aplicada pelos governos neoliberais. Ambos, veem as administrações do Partido dos Trabalhadores como governos neoliberais que prejudicam os trabalhadores e, contra eles, têm se manifestado de forma bastante crítica e radical.

Outro viés que podemos levantar para a questão é a visão ainda conservadora de que é possível participar de uma manifestação docente, sem envolvimento com questões políticas. Mas, se resolver os problemas da universidade passa por decisão política e de governo, pois a universidade não tem autonomia administrativa e nem orçamentária, como será possível? Tal problema é levantado em todas as greves da categoria.

Mascarenhas (2002) discutindo a prática sindical, vê como intrínseca a articulação das dimensões econômicas e políticas e, como papel fundamental do sindicato, estabelecer um elo entre ambas as esferas no decorrer da prática sindical. Essa visão ampliada dos problemas que atingem a classe trabalhadora deve ser uma prática permanente no sindicato para que ele próprio não se perca no economicismo e corporativismo. Um sindicato como a ADCESP tem se apresentado como um sindicalismo de reivindicação e oposição, por isso, em todas as lutas que empreendeu, não separou o econômico do político. Acreditamos que o que falta é um trabalho de preparação política de sua base, para que esta entenda as posturas adotadas pelo sindicato e amplie os quadros de dirigentes sindicais.

Segundo Mascarenhas (2002, p.85), “Ao articular as dimensões econômicas e políticas, os sindicatos ganham a perspectiva da ação unitária da classe trabalhadora [...]” Não é o que percebemos na relação da ADCESP com os associados, pois, embora o sindicato faça muito bem essa articulação, politizando bastante a luta, não tem conseguido combater a prática da vinculação individual. O individualismo tem crescido muito no meio acadêmico, ao ponto de muitos docentes acreditarem que não

precisam do sindicato para conseguir melhorias salariais e de trabalho, justificando que as vantagens advêm muito mais da titulação, produção, coordenações de programas, cargos na administração superior. Tudo isso torna a luta do sindicato mais difícil quanto à adesão dos professores aos movimentos grevistas.

No questionário que aplicamos aos professores, perguntamos se eles costumam aderir às greves. 33 professores disseram aderir à greve e participar das atividades de greve, contra 26 que disseram que fazem greve, mas não participam das atividades. Como assim? Greve de trabalho sem adesão às atividades do movimento grevista? ou seja, não vão nem para universidade, nem para a rua e para as manifestações: ficam em casa ou vão cuidar de outros afazeres. Fazer greve é parar as atividades docentes e construir outras de protestos e negociação, a fim de conquistar os direitos solicitados. Esta é uma tarefa que tem ficado para a diretoria do sindicato e de alguns professores que sempre se comprometem com a luta docente. Portanto, algo está errado. Ora, se o sindicato cumpre bem a tarefa da articulação entre economia e política, por que não consegue mobilizar os docentes para uma luta ampla pela defesa de direitos da classe trabalhadora? Talvez as respostas estejam na próxima questão.

Quando perguntado aos professores como eles avaliam a atuação da ADCESP na condução do movimento docente, as respostas foram surpreendentes. Embora apontassem vários defeitos no sindicato e na condução das greves, ele foi reconhecido pela maioria dos entrevistados como responsável por grandes conquistas da categoria. Vejamos os principais pontos destacados na avaliação dos docentes. Vamos apresentar primeiro os pontos que consideramos negativos, seguidos dos positivos para, a partir daí, procedermos a nossa análise.

Como pontos negativos, os entrevistados destacaram o pouco poder da ADCESP na articulação e mobilização dos docentes, posturas político-partidárias radicais dos membros da diretoria e radicalismo do sindicato, na condução do movimento docente. Para os professores, o envolvimento político partidário do sindicato tem influenciado na luta docente, uma vez que este age de forma radical e intransigente, acarretado pela dificuldade de negociação nos momentos decisivos das campanhas salariais. Destacaram, ainda, a dificuldade de articulação e mobilização dos docentes: a associação tem pouca influência entre os docentes. Só consegue arregimentar os professores em momentos de campanha salarial. Veem o envolvimento do sindicato com o partido político como prejudicial para a luta docente, pois afasta os professores que não aprovam esse envolvimento e prejudicam

a discussão sobre os problemas da universidade e carreira docente, pois priorizam a luta política. Em função desse envolvimento político, um grupo vem se perpetuando nas diretorias do sindicato. Embora alguns reconheçam que a ADCESP encontra muita dificuldade em arregimentar os docentes, consideram que esse problema está associado à falta de envolvimento político e de consciência de classe dos docentes, à descentralização da UESPI em vários *campi* e à partidarização do sindicato. Acusam-no de misturar o movimento sindical com o político partidário, ocasionando dificuldades de relacionamento com a reitoria da instituição, em alguns momentos decisivos da luta docente.

Como pontos positivos, podemos sintetizar: reconhecem que o sindicato tem conduzido lutas importantes para a melhoria salarial e de condições de trabalho dos docentes, exigido abertura de concurso público para docentes, ajudado na negociação para contratação de professores aprovados e também classificados em concursos. Tem lutado pela democratização interna na UESPI e melhoria estrutural em todos os *campi*, com boa atuação no enfrentamento aos governos, denunciando políticas que prejudicam os professores e exigindo melhorias para docentes e discentes. Apontaram grandes conquistas para os docentes, como a aprovação do PCCS. Tem cumprido o seu papel que é proteger os direitos dos professores, tanto de forma geral, como defendendo cada um em particular, quando esses direitos lhes são retirados, como corte de salários em momentos de greve. Tem melhorado na comunicação com os sócios e na presença nos *campi* do interior. Avaliam como boa a atuação da ADCESP, reconhecendo que tem conseguido viabilizar as lutas que empreende, mas precisando melhorar na mobilização. Aqui também aparece a questão do envolvimento do sindicato com entidades político partidárias como prejudicial à luta.

As respostas dos entrevistados apontam para uma boa avaliação do sindicato, embora sua atuação política seja questionada. Isto não diminui as conquistas que são atribuídas à luta empreendida por ele. Interessante destacar que nessas lutas o sindicato tem contado muito com a participação dos discentes, principalmente, de 2010 em diante, quando deram início ao movimento S.O.S UESPI. Essa parceria é lembrada e reforçada pelos entrevistados, criticando o sindicato pelo pouco poder de mobilização dos docentes. Entretanto, o envolvimento dos docentes nas lutas políticas deve ser analisado a partir de vários fatores, que vão desde a falta de consciência política e de classe, como de questões pessoais, como desinteresse e falta de tempo para se envolver na luta docente. Prova disso são as eleições para a direção do sindicato cuja chapa sempre é única, ocasionando o revezamento do mesmo grupo na diretoria. Nossa hipótese para o ocorrido é a de que não existe interesse da grande maioria em fazer parte do sindicato e que é pouco trabalhado pela ADCESP a questão das eleições da

diretoria da entidade. Ainda assim, esse fato do revezamento no poder pelo mesmo grupo é muito criticado pelos entrevistados, o que mostra a contradição das críticas que são feitas à diretoria da ADCESP.

No questionário aplicado, quando perguntado aos docentes se, ao longo do tempo trabalhando na UESPI, eles perceberam melhorias salariais e de trabalho, dos 74 entrevistados, 68 responderam que sim. Sobre a quem eles creditam essas mudanças, a ADCESP também foi bem lembrada pelos docentes: 56³⁷ atribuíram à ADCESP as melhorias adquiridas por eles e pela universidade. Pelo resultado final, concluímos que os docentes reconhecem a luta sindical e as conquistas adquiridas ao longo do tempo, mas isso não é suficiente para convencê-los a se integrarem à luta, por entenderem que é uma ação de toda a classe trabalhadora. Mesmo tendo sido, nos momentos de greve, expostas as condições de trabalho e salariais, isso não foi suficiente para criar grandes laços de solidariedade e de coletividade da luta. Essa questão vem sendo melhorada, a cada greve, mas há ainda muito a ser construído no sentido de uma luta conjunta na qual os aspectos econômico e político sejam reconhecidos como interligados na transformação das condições de trabalho. O sindicato tem tentado construir esses laços, a fim de promover relações solidárias entre os sócios, mas a participação nas atividades promovidas pelo sindicato permanece muito aquém do desejado.

A luta sindical nos questiona sobre nosso papel social e de compromisso profissional. Um não pode estar desvincilhado do outro e a luta docente redireciona o sujeito para assumir compromissos políticos, já que se luta por melhorias para a classe e esta depende do mundo da política. As greves docentes apresentaram as mazelas da universidade e da situação salarial e de trabalho dos professores, mas apresentaram também a capacidade de luta dos mesmos e articulação dos discentes, que, a partir de 2010, tiveram participação importante nas lutas encabeçadas pela ADCESP. Outro ponto importante a destacar é o número de greves na UESPI no período de 2003 a 2012: cinco greves, o que prova a intransigência dos governos, quebra de acordos, arrocho salarial e piora das condições de trabalho. Tudo isso como resultado da política neoliberal que é contra as universidades públicas e de qualidade. Os estudos mostram a cada ano o sucateamento das universidades e a diminuição dos recursos destinados à educação superior no País. A UESPI, por ser uma universidade estadual, sofre mais ainda essa política, depende do tesouro do Estado para se manter e, ao longo do estudo,

³⁷ Nessa questão foi dada a opção de respostas múltiplas. Aproximadamente, 40 dos entrevistados escolheram mais de uma alternativa. Computamos da seguinte forma: cada vez que um sujeito era citado foi computado individualmente, ficando a ADCESP em primeiro lugar, seguida da reitoria com 42 votos e depois o Estado com 31 votos.

percebemos que o orçamento que era aprovado para ela nem sempre era liberado, na sua totalidade, provando a sua dependência ao Estado e a sua falta de autonomia financeira e administrativa.

5. A UESPI QUE QUEREMOS SE CONQUISTA COM LUTA

5.1 Percursos metodológicos na construção da fonte

Neste capítulo, continuaremos tratando das greves conduzidas pela ADCESP, uma vez que é a partir destas, que conduzimos nossa análise com o intuito de alcançar os seguintes objetivos: analisar a relação política da ADCESP com a administração superior da UESPI e com o Estado do Piauí, no período de 2003 a 2012, expondo as tensões e conflitos nas lutas reivindicatórias pela manutenção e ampliação de direitos; compreender a memória que foi construída pelos sindicalistas da ADCESP e pelos membros da administração superior da UESPI a respeito da relação política entre os grupos em questão em períodos de greves; compreender a participação dos sujeitos para o crescimento e melhoria da UESPI. O diferencial em relação ao capítulo anterior é que a análise será pautada a partir da memória construída sobre as greves pelos sujeitos que estiveram à frente da negociação do conflito. As outras fontes escritas e referências irão ajudar na fundamentação da análise.

Nossa principal fonte neste capítulo consiste nos depoimentos colhidos com os ex-reitores da UESPI, com o reitor atual, com ex-presidentes da ADCESP, com a atual presidente que está no seu segundo mandato e com as professoras que conduziram o Movimento “S.O.S UESPI” em 2010. No geral, colhemos nove depoimentos, durante os meses de abril, maio e junho de 2016. Os ex-reitores entrevistados foram: Maria Oneide Fialho Rocha, Valéria Madeira Martins Ribeiro, Carlos Alberto Pereira da Silva, Nougá Cardoso Batista (atual reitor). Os presidentes da ADCESP foram: Daniel Vasconcelos Solon, Maria das Graças Silva Ciríaco, Lina Santana Fernandes, Josinaldo Oliveira dos Santos e Lucineide Barros Medeiros (esta não foi presidente, mas atuou como liderança no movimento “S.O.S UESPI” e de diretorias da associação). Utilizamos ainda os depoimentos colhidos em 2013 com Nougá Cardoso Batista e Daniel Vasconcelos Solon.

“A construção de uma memória segue muitas trilhas, algumas vezes obedecendo às margens que o tempo lhe ofereceu, outras vezes rompendo os limites e ocupando vastos territórios” (MONTENEGRO, 2010, p.101). Reportamo-nos à assertiva de Montenegro para esclarecer o contexto de coleta dos depoimentos. As entrevistas seguiram um roteiro estabelecido com o objetivo de responder aos questionamentos de nossa tese de doutorado sobre o sindicalismo docente superior na UESPI. Todas elas foram colhidas no período de construção e desenvolvimento da greve dos docentes em 2016, o que, de certa forma serve como reativador da memória do tempo vivido, fazendo uma relação com o tempo presente.

Muitos dos entrevistados tiveram sua narrativa influenciada pela observação e vivência da greve em andamento. A pesquisadora, como professora efetiva da instituição e filiada ao sindicato, assumiu a greve com os outros docentes, participando das atividades de 2016 (assembleias, manifestações na rua, no Palácio do Karnak e Assembleia Legislativa). Tal participação foi muito importante no desenvolvimento da análise das fontes colhidas e contribuiu para uma melhor aproximação com os professores que foram entrevistados. Foi durante essas atividades que fizemos contatos com os professores e fechamos os dias e horários das entrevistas.

Consideramos importante esclarecer que quem trabalha com fontes orais, enfrenta o debate sobre o estatuto da História Oral: esta deve ser vista como disciplina ou como metodologia. Os autores que a concebem como disciplina entendem que as explicações sobre as narrativas construídas durante as entrevistas devam ser buscadas na própria História Oral, entendendo que ela tem teoria suficiente para responder às questões. Os que veem a História Oral como metodologia (FERREIRA, 2001, VILANOVA, 1998, MONTENEGRO, 2007) compreendem que ela nos remete a uma “dimensão técnica e uma dimensão teórica”, reforçando que “[...] a História Oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho [...], funcionando como ponte entre teoria e prática [...]” (FERREIRA; AMADO, 2001, p. XVI). Para esses autores (as), a entrevista se constitui em fonte nas quais os historiadores têm a possibilidade de trabalhar a teoria para analisar a fonte que deve ser buscada na história, pois é nesse campo que se pensam os conceitos de história e memória e a relação entre ambas. É a partir desses percursos teóricos, que devemos buscar compreender os depoimentos de História Oral.

Montenegro (2007, p.30), afirma que “os depoimentos caracterizam-se como parte dos recursos documentais a que o historiador pode recorrer, para ampliar o debate historiográfico e o recorte temático do seu objeto de estudo.” Nesse trabalho, utilizamos a História Oral como metodologia, por concordar com os autores citados e entender que a entrevista é uma fonte construída por entrevistador e entrevistado, dentro de um contexto específico, sendo indispensável analisar, inclusive, a produção da entrevista. Por ser uma produção, é necessário que o historiador, ao proceder a coleta da entrevista, tenha um conhecimento das formas de elaboração do passado daquele grupo no qual o entrevistado se encontra e da conjuntura do período estudado. Cabe ainda se cercar de outras fontes de documentação escrita que possam apresentar o contexto da época e ajudar na compreensão do depoimento construído. O historiador deve ter como princípio a História como reconstrução do passado, uma vez que não tem como apreender o fato como ocorrido “[...] Assim, não há

uma verdade a ser alcançada, mas um processo de construção/desconstrução de sentidos e significados.” (MONTENEGRO, 2007, p.30). A busca desses sentidos pode ser encontrada na teoria sobre construção da memória individual e coletiva.

Dessa forma, cabe a nós, historiadores, trabalhar na construção de novas fontes históricas, percebendo a teia de relações construídas nas ligações políticas dos grupos envolvidos na disputa pelas políticas públicas e/ou políticas que visem beneficiar os grupos envolvidos nos embates. Nesse ponto, a metodologia da História Oral será um de nossos suportes, tendo em vista:

[...] que, sendo uma produção intelectual orientada para a produção de testemunhos históricos, contribui para evitar o esquecimento e para registrar múltiplas visões sobre o que passou. Além de contribuir para a construção/ reconstrução da identidade histórica, a história oral compreende um esforço voltado para possibilitar o afloramento da pluralidade de visões inerentes à vida coletiva (DELGADO, 2000, p. 112).

A metodologia da História Oral apresenta uma série de possibilidades de interpretação, uma vez que serão analisados os depoimentos daqueles que vivenciaram o período, e cada um, a seu modo, tentará imprimir aos fatos as marcas de sua visão sobre o acontecido. Assim, é possível identificarmos a memória coletiva construída pelo grupo e como tal memória tem contribuído para a formação da identidade individual e coletiva daqueles que pertencem e /ou pertenceram aos grupos aqui pesquisados. Considerando os suportes teóricos da história e metodológicos da História Oral, demos prosseguimento a nossa produção das fontes orais, colhendo as entrevistas.

Começamos com Lucineide Barros e Daniel Solon, no momento em que ainda se estava discutindo a necessidade da greve. Ambos nos receberam em seus locais de trabalho, onde pudemos ter uma conversa tranquila e sem interrupções. Lucineide Barros foi entrevistada na sala dela, na UESPI, Campus Poeta Torquato Neto. Já no início da entrevista, lamentou a lâmpada da sala queimada há vários meses, sem nenhuma providência da administração da instituição, aproveitando para criticar a situação de precariedade a que é submetido o professor no exercício de sua profissão. Considerando o início, já imaginávamos o que nos esperava na entrevista.

Daniel Solon, recebeu-nos em uma sala na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA-PI onde trabalha como assessor de imprensa. Também foi uma entrevista tranquila sem interrupções, o entrevistado se mostrou bastante à vontade para falar

sobre o assunto. Já tínhamos feito uma entrevista com ele, em 2013, a respeito da greve de 2008, de modo que, o assunto já era do seu conhecimento, o que facilitou a narrativa.

O próximo entrevistado foi Nougá Cardoso Batista, que nos recebeu na sala de reunião do Conselho Superiores, na reitoria da UESPI. Marcar a primeira parte da entrevista foi fácil: fizemos o contato com ele e, em seguida, agendamos com a secretária da reitoria. Tivemos que fazer em duas sessões devido à agenda do reitor ser muito cheia, mas o entrevistado, em todas as sessões, mostrou-se solícito e à vontade para falar de suas experiências como reitor e ex-presidente da ADCESP. Ele também foi entrevistado, por nós em 2013, o que tornou a entrevista de 2016 mais fácil, pois tratamos de questões semelhantes às da conversa anterior. A segunda sessão foi mais difícil de agendar devido à falta de disponibilidade do reitor. Ocorreu já no final da greve de 2016, favorecendo ao depoente traçar um panorama do movimento.

A partir desses três primeiros depoimentos, iniciamos a produção do documento da investigação, entendido por nós como documento monumento, já que concordamos com Verena Alberti (2011): a entrevista é produzida para ser monumento, pois o pesquisador escolhe seus entrevistados de forma intencional já pensando em que tipo de memória quer construir sobre o passado, da mesma forma o entrevistado, ao aceitar o convite, participa desse processo de construção monumental. O conceito de documento monumento é de Jacques Le Goff, para ele o documento:

[...] É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continua a viver, talvez esquecido, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura e o testemunho, o ensino que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado desmistificando lhes o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro-voluntário ou involuntariamente-determinada imagem de si próprios. No limite, não existe um documento- verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo [...] (LE GOFF, 2013, p.497).

É claro que ninguém é inocente na produção e análise do documento, posto ser ele fruto de uma produção social marcada por relações de poder. O historiador sabe que o seu dever principal é a crítica ao documento, analisando-o como um todo, dentro do contexto em que foi produzido. Pois “[...] Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa” (LE GOFF, 2013, p. 495).

Quando nós historiadores procuramos alguém para entrevistar, deixamos claro sua importância como testemunha do assunto que pesquisamos, criamos no entrevistado

expectativas quanto ao resultado da pesquisa, mas também receio em fazer o depoimento. O entrevistado quer saber quem é o entrevistador, quais os objetivos da pesquisa e o que pensamos inicialmente sobre o assunto abordado. Mesmo sabendo disso, temos que nos deixar conhecer para gerar a confiança necessária para conseguirmos os depoimentos de pessoas que não nos conhecem muito bem.

O contato com os ex-reitores também não foi difícil. Valéria Ribeiro foi contatada nas assembleias da ADCESP, explicamos os objetivos da pesquisa, mandamos o roteiro da entrevista e esperamos que ela marcasse data e local para nos encontrarmos, o que ocorreu logo em seguida. A ex-reitora de 2003-2004, Maria Oneide Rocha Fialho, na época da entrevista, era Secretária de Planejamento na Prefeitura de Picos-PI, conseguimos o contato da prefeitura na internet, entramos em contato e ela e logo marcou a entrevista que aconteceu em Teresina. O mais difícil foi o professor Carlos Alberto Pereira da Silva que atualmente exerce o cargo de Superintendente da Educação do Estado do Piauí. Como ele não foi possível o contato por telefone, fomos à sede da Secretaria da Educação, onde trabalha, e fizemos o contato pessoalmente. Ele atendeu prontamente a nossa solicitação e o depoimento dele foi colhido em três sessões na sua sala na Secretaria de Educação do Estado, devido à sua agenda, sempre muito cheia. De forma que conseguimos entrevistar todos os reitores. Com os outros professores, ex-presidentes e presidentes da ADCESP, marcamos na UESPI, Campus Poeta Torquato Neto. Professora Maria das Graças Ciríaco nos recebeu na sala de professores do curso de Química. A professora Lina Fernandes, atual presidente da ADCESP, e o Professor Josinaldo Santos foram entrevistados na sede da ADCESP. Todos se mostraram bastante à vontade para fazer o seu depoimento.

Quanto à metodologia, como já destacamos anteriormente, utilizamos a da História Oral para coleta, transcrição e análise dos depoimentos, por entendermos que é a que melhor se aplica à análise dos dados colhidos. A discussão sobre memória e narrativa fundamentou o estudo dos depoimentos dos sujeitos, tendo por base autores como Halbwachs (2003), Pollak (1992), Bosi (2003), Ferreira (2001), Montenegro (2007), Rousso (2001), Alberti (2004). Entretanto, optamos por apresentar alguns conceitos que trabalhamos na tese.

Halbwachs (2003), em seu estudo sobre a memória, nos anos 1920-1930, alertou que embora a memória individual pareça algo próprio da pessoa, de seu foro íntimo, ela faz parte da memória coletiva e nela se apoia na medida em que o indivíduo que está inserido em um determinado grupo comunga da memória coletiva, pois é persuadido pelos seus membros em torno de uma memória comum. De acordo com o autor, os fatos mais fáceis de serem lembrados são aqueles de domínio comum do grupo; portanto, a relação estreita e afetiva com

o grupo possibilita com facilidade a reativação da memória coletiva e individual, mas existe um processo de negociação para conciliar as duas, e elas só conseguem se apoiar, quando os membros do grupo ainda comungam de uma base comum. Interessante observar que os presidentes da ADCESP são amigos e comungam de uma mesma base política, defesa do socialismo e militantes de partidos de esquerda ou partidos que têm se mantido na oposição à política neoliberal. O mesmo grupo vem se mantendo na diretoria da associação desde 2008, o que pode contribuir para a construção de uma memória coletiva comum. Halbwachs concebe a memória como uma produção social, na medida em que ela é construída coletivamente e submetida a flutuações e transformações, a partir de uma vivência na sociedade limitada estritamente no espaço e no tempo.

É salutar que a memória individual, em relação ao grupo, seja construída a partir do papel que o indivíduo ocupa em determinado grupo. Se ele ocupou postos de comando, a sua memória vai prezar por defender a memória coletiva que deve ser consolidada em relação ao grupo, reforçando assim a coesão social do mesmo. Se teve uma participação mais distante, a tendência é o esquecimento e certo distanciamento da memória coletiva construída e preservada no grupo. Para Halbwachs (2003), a forma mais elaborada de uma memória coletiva seria a memória nacional, mas existem grupos que elaboram bem essa memória coletiva, como o partido político e o sindicato. Compreender esse tipo de memória nos ajudou a analisar a memória coletiva que os diretores da ADCESP construíram de si para os seus militantes, ao tempo em que compreendemos também como os reitores e ex-reitores construíram a memória de sua administração à frente da reitoria da UESPI. Trataremos dessas memórias construídas ao longo do texto.

Michel Pollak (1992), ao discutir a relação entre memória e identidade social, inicia apontando os elementos que constituem tanto a memória individual como a coletiva. São eles: acontecimentos vividos pessoalmente e acontecimentos vividos por tabela, que são aqueles vividos pelo grupo a que a pessoa pertence. Além desses, temos as pessoas, personagens e os lugares como elementos importantes nessa construção. A partir daí, apresenta uma das primeiras características da memória: ela é seletiva e é construída.

Como mostra Pollak, existem disputas importantes em torno da memória coletiva que deve ser construída e repassada ao grupo. Principalmente, quando se trata do campo da política, esse tipo de memória costuma ser objeto de disputa entre várias instituições, como partidos políticos e sindicatos. Nesse sentido, a partir dos conceitos elaborados por Pollak e por Halbwachs, analisamos como se deu essa disputa de memória entre a ADCESP e reitores da UESPI, a respeito do período da administração petista e das posturas tomadas por esse

partido em relação ao movimento sindical piauiense. Sabemos que, nessa relação, ambos quiseram imprimir sua marca aos acontecimentos históricos. Para ampliarmos nossa discussão será necessário nos apropriarmos do conceito de enquadramento da memória de Michel Pollak. Para ele:

[...]. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLAK, 1989, p. 7).

Portanto, é através do estudo da memória que conseguimos compreender as entrevistas aqui analisadas. São muitos os autores que trabalham com essa discussão, os quais nortearão nossa análise no decorrer do texto.

Neste capítulo, fizemos um apanhado geral do conflito, apresentando nossa análise sobre a relação entre os sujeitos e a memória construída por eles a respeito das greves vivenciadas. As fontes utilizadas foram: especialmente os depoimentos dos sujeitos, dados estatísticos da universidade sobre o corpo docente e referenciais teóricos sobre construção de memória e movimento docente. Abordamos os depoimentos a partir de temáticas que dividimos da seguinte forma: Greves, Movimento de Tensão e UESPI transformada. Portanto, trabalhamos com as questões que abordaram esses assuntos ao longo da entrevista.

5.2 Memória das Greves: estratégias, embates e envolvimento docente

O questionário que aplicamos aos docentes abordava 23 questões. Para melhor trabalhar a análise das entrevistas, decidimos tratar daquelas que se coadunam com os objetivos de cada seção deste Capítulo. Neste sentido, construímos nossa verificação a partir das questões de 07 a 12 do questionário (cf. apêndice B e C).

Na primeira subseção, abordamos a luta dos docentes, a fim de compreendermos a memória construída pelos sujeitos a respeito dos seguintes pontos: condução da luta, estratégias de luta e de negociação, estratégias para envolver os docentes e participação deles no conflito. Durante o período em estudo (2003 a 2012) foram cinco greves decretadas pelos docentes. Elas são tratadas nos depoimentos de uma forma geral, pois sabemos da dificuldade

de lembrar, de forma particular, de cada greve. As estratégias e os sujeitos participantes geralmente são os mesmos, dificultando uma lembrança individualizada (também já tratamos sobre isso de forma detalhada no capítulo anterior). A memória do vivido é construída a partir da vivência no grupo. Cada sujeito, ao lembrar, reporta-se ao grupo e a um lugar particular. O lugar social ocupado por cada um no momento da reconstrução da memória e a sua trajetória de vida vão dando a marca ao discurso construído. Assim, vamos construindo a nossa colcha de retalhos sobre as greves docentes na UESPI: entrevistador e entrevistado abrem o baú da história em busca de construir o relato do vivido.

No questionário aplicado aos entrevistados, foram seis questões que trataram especialmente das greves, estratégias e envolvimento dos docentes. Entretanto, nas primeiras questões, abordamos a trajetória de vida de cada depoente para podermos entender o seu posicionamento e envolvimento com o movimento docente da UESPI. Nossa estratégia de análise foi a apresentação dos posicionamentos dos sujeitos a respeito das questões abordadas, seguidas da análise cotejada pela bibliografia especializada sobre memória e história.

A primeira questão que abordamos relacionou-se às principais tensões e conflitos durante as greves. As tensões levantadas pelos ex-presidentes da ADCESP foram sobre a dificuldade de se construir greve com número reduzido de professores efetivos: não querem se engajar na luta e só param por questão salarial. Destacaram perseguições pessoais, disputas políticas na administração superior da UESPI que acabavam se desdobrando no movimento docente nos momentos de greve. Essas disputas influenciavam na luta da ADCESP, pois o grupo que perdia a reitoria, geralmente, vinha militar na ADCESP, para fazer oposição a administração superior. Solon relata a dificuldade das pessoas que não pertenciam a grupos políticos entender essas manifestações no interior da ADCESP.

[...]. Então, chegava a uma situação que, por exemplo, na época da reitora Valéria em que o grupo que era oposição à reitoria era o mais atuante, por exemplo, dentro da greve. [...] E na greve seguinte, quando mudou a gestão, quando era a gestão do Carlos Alberto, teve essa ruptura entre o Carlos Alberto e a Valéria. O grupo que era da oposição era praticamente o grupo que estava junto com o Carlos Alberto na reitoria [...] (SOLON, 2016, p. 5).

É natural Solon lembrar do período da gestão da reitora Valéria Ribeiro, pois, segundo ele, foi durante a sua gestão como presidente da ADCESP e na condução da greve de 2008, que a relação foi muito tensionada entre reitoria e ADCESP. Ele destaca esse período como sendo de perseguições. Graça Ciríaco (2016, p.13) reforça: “As principais tensões foram as perseguições pessoais que ocorreram na época da Valéria e também foi terrível na época do

Carlos Alberto, porque houve caso de a gente ser denunciado à polícia e ter nossos salários tirados dos contracheques [...]” Os salários foram descontados nas greves de 2003 e 2011, mas os professores só destacaram os descontos na época do professor Carlos Alberto, talvez por ser o que foi vivenciado por todos eles. Embora a professora Graça Ciríaco já estivesse na UESPI, desde a sua fundação, ela não fala do desconto salarial ocorrido na greve de 2003. Apesar de, na época, 2011, ela não fazer parte da diretoria, destaca que teve o salário cortado por ser militante da ADCESP. É natural que a professora lembre desse período, pois além da greve, teve o movimento S.O.S UESPI em 2010 e em 2012. Ocorreram greves nos dois períodos, a entrevistada esteve à frente da luta e as conquistas foram mínimas. Danièle Voldman (2001), em artigo no qual apresenta o depoimento oral como uma invenção do entrevistador e entrevistado, destaca que os tipos de testemunhos são selecionados de acordo com os objetivos da pesquisa e que essa escolha também deve fazer parte da análise, porque para cada tipo de testemunha, há um tipo de história, a do militante sindical, por exemplo, que tem uma história associativa que ele reconhece como sua própria memória e busca preservá-la. O tipo de testemunha mencionado tem um jeito próprio de construir sua narrativa a partir do tipo de história que quer deixar para a posteridade. Fato constatado nas narrativas dos entrevistados.

Percebemos também a importância do sindicato como instituição de luta e de manifestações políticas. As disputas para a reitoria se iniciavam nesses movimentos. Por qual motivo esse fato é lembrado por Solon? Provavelmente pelo fato de que ele, como militante político, analise a conjuntura por esse viés: fato concretizado na eleição seguinte para reitoria da UESPI. O grupo que fazia oposição à Professora Valéria foi o grupo que venceu a eleição com o professor Carlos Alberto Silva. Solon também chegou a se candidatar à reitoria da instituição em uma chapa de oposição aos dois grupos. Talvez, por isso, tenha esse fato como importante no destaque das tensões de greve. Segundo ele, era difícil para alguns professores entenderem a participação desses grupos políticos dentro da ADCESP, ora lutando junto, ora criticando e perseguindo a Associação. Era nos momentos de greve que essas tensões ficavam mais visíveis. Talvez, ao se reportar a esse fato, queira também destacar a importância da associação nesse processo de lutas no interior da instituição, atribuindo, assim, um poder político ao sindicato.

O professor Josinaldo Santos que só participou da ADCESP, a partir de 2012, destaca a participação dos professores na greve, lamentando a pouca adesão.

Primeiro, eu vi em 2012 que muitos professores não se engajavam na luta. Em certos momentos, eu vi situações muito complicadas nas assembleias como, por exemplo, muitos docentes só vinham quando tinha aumento de salário, não estavam preocupados com as outras questões. Eram tensões: muitos professores não estavam sequer aceitando que a diretoria entrasse nas salas [...]. (SANTOS, 2016, p. 6).

Santos, destaca que essa dificuldade se dava porque os professores viam a ADCESP como extensão do partido político. Isso os afastava, pois queriam que a Associação se preocupasse mais com os problemas docentes. Segundo ele, com a renovação da diretoria formada por pessoas de várias agremiações partidárias e outras sem partido, deu mais gás à greve de 2016, quando os professores vieram participar das atividades de greve. A professora Graça Ciríaco destaca, ainda, o papel parcial da imprensa piauiense que contribuía com informações equivocadas para amedrontar professores e acabar com as greves.

[...]. É uma desgraça. A imprensa já tentou acabar com muitas greves aqui e conseguiu junto com Carlos Alberto. Davam toda a oportunidade para Carlos Alberto e Valéria esbravejarem. O governo fazia coisas absurdas, nós mostrávamos a realidade, eles iam lá e a imprensa dava uma cobertura para desmentir, descaracterizar [...] (CIRÍACO, 2016, p.13).

No trecho destacado fica claro que Ciríaco tem certeza da mensagem que quer transmitir com o seu discurso: denunciar a imprensa piauiense. Podemos mensurar as dificuldades enfrentadas em uma greve. Uma delas é mobilizar a categoria, tendo que confrontar discursos sem ter o mesmo acesso à imprensa que os oponentes. A professora Lina, que assumiu a direção da ADCESP no final de 2011 e conduziu a greve de 2012, também trata das dificuldades em fazer greve com poucos filiados (cento e poucos e com a greve subiu para uns duzentos). Segundo ela, com a adesão do curso de medicina, que era um curso considerado de elite, o sindicato percebeu que tinha como crescer, mas o Estado entrou com todas as forças para acabar com a greve, pediu a ilegalidade e cortou os salários de alguns professores.

[...]. O coordenador de história, que é filiado ao sindicato, entregou os nomes dos professores dele para o Carlos Alberto: cento e oitenta docentes em um universo de novecentos. Na época, novecentos e sessenta professores, e por que só cento e oitenta? Se a universidade quase toda estava parada; não eram todos, todos, mas tínhamos mais ou menos setenta por cento de greve e foi entregue inclusive o nome de professora que estava na UTI e que veio a falecer logo depois. Isso criou um problema enorme porque salário é imexível, é uma questão de sobrevivência sua e dos seus e isso afetou o sindicato no sentido de que as pessoas começaram a ver com certa desconfiança, achando que fomos nós que não soubemos conduzir a greve, mesmo conhecendo a situação de como o estado vinha tratando a greve [...] (FERNANDES, 2016, p. 12).

A memória construída pelas lideranças sindicais sobre a greve de 2011 foi marcada pelo embate político entre Estado e ADCESP. O resultado foi o corte dos salários de alguns docentes. A memória do vivido é reativada no tempo presente e na conjuntura em que se vive. Como já reforçamos anteriormente, essas entrevistas foram feitas durante a greve de 2016 quando a principal reivindicação era a implantação das promoções dos professores, pois o Estado não estava aprovando as mudanças de classe e de nível. Além disso, foi aprovada uma Lei proibindo qualquer tipo de alteração nas promoções nos órgãos públicos que interferisse na questão financeira estadual. Talvez por isso, esses fatos ficaram mais presentes na narrativa das entrevistadas. Também é importante ressaltar que o discurso do militante é uma narrativa direcionada a produzir uma visão da história de forma a estabelecer a sua veracidade, controlando o que vai ficar registrado para a posteridade. “[...], ter domínio sobre a imagem que será legada à eternidade: em suma, deter ou acreditar, deter a legitimidade de todo o movimento [...]” (VOLDMAN, 2001, p. 258). Ao destacar esses pontos de conflitos, as lideranças sindicais querem apresentar uma reitoria que perseguia o movimento, ampliando assim o poder de luta do sindicato.

A ADCESP, durante o período em estudo, aparece como bem representada entre os docentes, se avaliarmos o número de filiados em relação ao número de professores efetivos, mas as lideranças sindicais sempre falam em poucos filiados, talvez para reforçar a dificuldade em se construir as greves. Entretanto, uma coisa não inviabiliza a outra, ao que parece, os docentes é que não assumiam a luta como sua. É o que depreendemos da documentação consultada. Tanto nos questionários aplicados aos docentes, como nas entrevistas dos presidentes da ADCESP e dos ex-reitores, encontramos a afirmação de que os professores grevavam sem participar do movimento, ou seja, paravam atividades mas não se envolviam nas tarefas de greves definidas em assembleias dos docentes durante as greves. Estas eram cumpridas pelas diretorias do sindicato com alguns professores e alunos: no geral, a maioria não se envolvia.

A UESPI era formada por muitos *campi*, porém poucos professores efetivos. A maioria do corpo docente era composta por professores provisórios que, na maioria, não podiam participar das greves sob pena de terem os contratos rompidos. Entretanto, se considerarmos a quantidade de professores efetivos em relação à de sócios, a ADCESP não tinha poucos filiados: faltava uma adesão massiva à greve. A universidade funcionava em quase todo o Estado do Piauí, o sindicato não conseguia chegar a todos os *campi* para mobilizar e nos *campi* do interior onde todos se conheciam ficava mais difícil uma adesão ao movimento, pois nem todos os docentes tinham coragem de se expor contra os seus diretores,

assumindo a luta. Nos questionários que aplicamos encontramos explicações do tipo: “Só paro se minha unidade universitária assim decidir”. Então, muitos seguiam as decisões dos seus *campi* e não da associação, agravando a construção do movimento grevista. Segue quadro de professores efetivos fazendo a relação com a quantidade de sócios da ADCESP para que possamos ter conhecimento dos números, pois nem gestores, nem presidentes da ADCESP falam desses números com clareza. Observe que de 2008 a 2012 o quadro de sócios apresenta poucas alterações.

QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO³⁸ RELAÇÃO PROFESSOR EFETIVO DA UESPI X NÚMERO DE FILIADOS À ADCESP

Ano	Número de professores efetivos	Número de sócios da ADCESP	Relação porcentagem %
2003	224		
2004	371		
2005	370	283	76,2
2006	554	358	64,6
2007	543	281	51,7
2008	536	300	55,9
2009	623	307	49,2
2010	622	305	49,0
2011	607	300	49,4
2012	810	303	37,4

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados dos relatórios de Ações PROPLAN/UESPI e nos relatórios da SEAD 2003 a 2012.

Esses números serão importantes para guiarmos nosso diálogo, no que se refere aos números apresentados pela instituição, pois, nos relatos, os entrevistados não têm ou não querem falar abertamente sobre os números. Se considerarmos as porcentagens, a Associação teve uma diminuição de sócios com a ampliação do quadro docente a partir de 2011, ano marcado pelo maior concurso para professor efetivo da UESPI: foi o concurso que mais efetivou docentes (ofereceu 240 vagas efetivou 276, cf. anexo E). Alguns foram chamados assim que foram aprovados no início de 2012 e muitos classificados foram efetivados a partir da luta que travaram junto com a ADCESP, pressionando o governo. Por isso, tivemos um aumento considerável do número de docentes em 2012 e ainda teve gente sendo efetivado em 2013.

³⁸ Os dados expostos no quadro acima foram transcritos dos relatórios de sócios da ADCESP elaborados pela Secretaria de Administração (Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUI/ Secretaria de Administração-SEAD. Relatório Analítico do Movimento Financeiro- ADCESP- ASSOC. DOC. C. E. S/PI. Ano de 2005 a 2013). Já os dados referentes ao número de professores da UESPI foram retirados dos relatórios quantitativo e qualitativo técnicos e professores da UESPI, organizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal –DGP e Divisão de Assistência e Obrigações Sociais - DAOS. E dos Relatórios de Ações organizado pela Diretoria de Planejamento e Orçamento – DIPLAN/PROPLAN dos anos de 2003 a 2012.

Mesmo com a chegada dos novos docentes, a universidade não conseguiu atingir o quadro de professores efetivos conforme rege a lei. Somente em 2012 é que o número de efetivos superou o de professores provisórios, mesmo assim, ainda não conseguiu atender à demanda da instituição. Durante os anos de 2015 e 2016 a UESPI passou por problemas para contratar professores provisórios, pois o Ministério Público exigiu do Estado concurso público para professor. Caso contrário, não seria possível contratar professores provisórios, ocasionando o funcionamento precário de vários cursos. Os mesmos têm finalizado semestres com disciplinas descobertas por falta de professores para ministrá-las. O quadro abaixo apresenta um panorama dessa realidade institucional.

QUADRO 2 - EVOLUÇÃO DE PROFESSORES PROVISÓRIOS E EFETIVOS DA UESPI DE 2003 A 2013					
Ano	Efetivos	%	Provisórios	%	Total de professores
2003	224	24,9	676	75,1	900
2004	371	25,9	1.064	74,1	1.435
2005	370	23,9	1.179	76,1	1.549
2006	554	36,3	972	63,7	1.526
2007	543	36,7	938	63,3	1.481
2008	536	35,9	960	64,1	1.496
2009	623	40,7	908	59,3	1.531
2010	622	44,7	768	55,3	1.390
2011	607	40,3	898	59,3	1.505
2012	810	56,2	631	43,8	1.441
2013	831	62,7	495	37,3	1.326

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados dos relatórios de Ações PROPLAN/UESPI.

A estratégia de greve foi bastante usada pelos professores da UESPI durante os anos de 2003 a 2012, embora os autores que analisam o sindicalismo apontem como anos de reflexos do número de greves no funcionalismo público. Essa estratégia pôde ser utilizada à medida que a associação docente se fortalecia e percebia oportunidades de lutar pela garantia de direitos para os docentes. Nas entrevistas, perguntamos tanto às lideranças sindicais, quanto aos ex-reitores sobre a eficácia da greve e sobre o envolvimento dos docentes no movimento, em busca de entender como estes viam o movimento grevista e a participação dos docentes. O resultado não foi muito diferente do esperado: todos questionaram a participação docente, destacando que os professores fazem “greves de pijama”, ou seja, param as atividades, deixando de frequentar a universidade e permanecem em casa esperando o resultado da greve. Não conseguem dar corpo e movimento para a greve “[...] Os professores de universidade, em geral, se colocam em um patamar muito diferenciado em relação aos outros profissionais. Parece que os professores não se sentem bem em ir para a rua [...]”

(MEDEIROS, 2016, p. 08). Reforçando que o professor não se reconhece como classe trabalhadora, é um intelectual, portanto não quer se envolver com a luta, principalmente fazer atividades nas ruas apresentando para a sociedade suas mazelas salariais e condições de trabalho. Interessante destacar o depoimento de Ciríaco em forma de desabafo.

Na realidade a gente tem uma tradição na UESPI da maioria fazer greve de pijama. Os professores daqui, infelizmente, são politicamente muito atrasados e não é só isso: via de regra, são oportunistas. Qualquer gratificaçõzinha, qualquer agrado que a administração superior der, eles se vendem. É claro que existem exceções, mas via de regra, é isso: eles se vendem, são extremamente personalistas, egoístas, não têm solidariedade com ninguém [...]. (CIRÍACO, 2016, p. 14).

A professora Graça Ciríaco faz um relato marcado pelas experiências de greve. Desde 2003 ela participa das atividades da ADCESP. Em 2007 fez parte da diretoria e em 2009 assumiu a presidência da associação, portanto, vivenciou todas as greves e participou da organização do Movimento “S.O.S UESPI”. A professora tem ainda uma questão trabalhista pendente com a universidade, o que a torna mais atuante e crítica com relação à administração superior. A memória construída pelo militante tem algumas características marcantes: penetrada de consciência histórica, ao tempo em que tenta construir uma história unânime sobre a organização sindical. Ao denunciar os professores como oportunistas, talvez esteja se reportando àqueles que só participam, dependendo dos interesses pessoais, e muitos quando assumem cargos na administração superior se afastam das manifestações sindicais, querendo provavelmente preservar o cargo. Seu depoimento aponta, ainda, para um distanciamento entre a direção da ADCESP e sua base. Os ex-reitores também destacaram a pouca participação dos docentes e, dentre eles, um se mostrou contrário ao movimento grevista, afirmando que é prejudicial para a clientela da universidade: os alunos. E questionou o poder de articulação da ADCESP. Vejamos a visão do ex-reitor Carlos Alberto Silva.

De todos os movimentos que eu vi, na realidade sempre ouvi à boca miúda que os professores não participavam ativamente dos movimentos da greve porque eles sempre achavam que aquilo tinha características políticas e não tinha porque participar. E a gente observa que durante muito tempo isso se acirrou cada vez mais. É como se o sindicato fosse um partido político e isso destoava da questão da universidade. É a visão que eu sempre tive, especificamente, de todos os sindicatos. Sempre tem uma questão política no meio, uma construção que não deixa de ser verdade. Dentro da universidade, o movimento em si foi sempre pouquinho, muito fraco. A própria ADCESP sempre fez uma convocação dos alunos [...] (SILVA, 2016, p. 36).

Depreendemos do discurso construído um deslocamento da questão central da luta docente que são os problemas enfrentados, no dia a dia da profissão, e a questão salarial. Ao

colocar o movimento como dotado de características políticas, o entrevistado busca construir ou consolidar um discurso que paira na universidade, afirmando que o sindicato age como um partido político de oposição ao Estado. Não está preocupado com os problemas reais que a universidade tem: quer é fazer luta política. Esse discurso pode ser constatado nos questionários que aplicamos aos docentes. Muitos afirmaram não participar das atividades usando como justificativa o envolvimento do sindicato com a política partidária. Isso mostra uma dificuldade de compreender a luta docente como parte de uma conjuntura nacional. No caso do entrevistado, ele usa essa justificativa para diminuir a força sindical. Reparem que ele afirma ao final que se trata de um movimento fraco que busca apoio dos alunos. Discurso típico de um administrador que tenta camuflar o conflito para diminuir a força do seu opositor.

Durante a pesquisa, nos deparamos com a questão da desaprovação por parte de alguns docentes da relação entre sindicato e partido político. As pautas das greves (pautas gerais e nacionais quando deveria ser só pautas específicas da universidade e dos docentes) e o encaminhamento da luta (sindicato age de forma muito radical) são criticados. Nós questionamos o porquê do incômodo demonstrado pelos professores e pensamos em como analisar essa questão. Encontramos uma explicação que consideramos pertinente para iluminar o debate a esse respeito: é a tese defendida por Fontes (2005), sobre a desqualificação da política pela elite econômica e política no Brasil e o processo de requalificação da mesma operada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Apresentamos tal discussão como uma possibilidade de compreensão do caso particular investigado neste trabalho.

Fontes (2005) chama atenção para o fato de na vida social se formarem percepções corriqueiras como se a sociedade expressasse o seu significado profundo. Muitas vezes, são concepções até contraditórias. A mais comum se dá em relação à representação dos partidos políticos na vida brasileira. Lamentam muito e questionam os defeitos da prática política brasileira marcada por ações corruptas e de apadrinhamento político, mas, ao mesmo tempo, acabam admitindo que na prática é isso mesmo. A teoria é outra coisa: ocorre o aumento do descrédito e a desqualificação da política, acreditando que todos os políticos são iguais e operam em interesses próprios. Para a autora, o descrédito é uma construção das elites econômicas e políticas para melhor se aproveitar das estruturas do Estado. Fontes (2005) destaca as pesquisas de Sônia Mendonça. Ela constatou através de seus estudos que, ao longo do século XX, diversos segmentos empresariais se organizaram em associações para participar dos foros estatais, permitindo ao mesmo tempo, uma formação de quadros. Dessa

maneira conseguiram fazer com que suas propostas fossem implementadas pelo Estado como de interesse nacional. “[...] Seus canais de expressão são amplificados por sua participação em foros estatais, em partidos políticos, na definição de políticas educacionais e de formação para os trabalhadores e, finalmente, por meio da grande imprensa” (FONTES, 2005, p. 278-279).

Como podemos ver, a ideologia desse grupo é bem arraigada na sociedade. Por outro lado, muitos não conseguem discernir a estratégia de organização das frações da classe dominante para dominar as instâncias do Estado. Do líder sindical é cobrada uma formação política para poder dialogar com os seus pares e com o aparelho estatal, fazendo com que ele perceba essas ligações dos grupos econômicos com o Estado, buscando reagir a tais políticas. Diante dessa conjuntura, pergunta Fontes (2005): que papel restaria às organizações de base popular? Segundo ela, é necessário organizar-se de maneira similar às organizações empresariais e de forma a generalizar as reivindicações para nacionalizá-las, ou seja, transformar em políticas públicas para beneficiar a maioria da população, manter autonomia de classe e penetrar nos espaços estatais para fazer valer tais políticas. “[...]. Essa é a função primordial da organização sindical, por exemplo, e de sua confluência em federações, avançando de demandas específicas, setoriais, para reivindicações de cunho geral, do conjunto dos trabalhadores [...]” (FONTES, 2005, p. 283).

Quando a ADCESP passa a defender pautas consideradas nacionais, parte dos associados questionam, acreditando que a associação está fugindo do seu objetivo principal que é defender as pautas específicas dos docentes centradas nos problemas da universidade. Além disso, o líder sindical com toda a sua formação política não consegue se fazer entender e é confundido como um legítimo representante do Partido. No caso da pesquisa, quando se fala em partido, é uma referência ao PSTU e ao PSOL dos quais as lideranças sindicais participam. Como existe uma desvalorização da política e dos partidos políticos, os professores entendem que os dois não podem andar juntos: partido e sindicato. Talvez a questão pudesse ser resolvida com a formação política da base do sindicato e uma maior aproximação entre base e direção. Esta última não tem conseguido mobilizar os docentes para a formação política, inclusive os encontros que acontecem esporadicamente, mas não têm uma boa participação. A formação está centrada nas lideranças sindicais, através dos encontros promovidos pelo ANDES/SN e pela CSP/Conlutas. Percebemos, pela análise das pautas de greve, que o sindicato conseguiu discutir bem as pautas locais e nacionais, mas na hora de fechar a negociação, só se consegue algum acordo em torno de pautas específicas. Entretanto, o sindicato tem insistido na discussão de pautas amplas, cumprindo assim, um de seus papéis.

Voltando ao questionamento de Fontes (2005) sobre o papel das organizações de base popular, ela aponta outra tarefa além da já citada na organização em associações.

Em segundo lugar, construir um partido político voltado para consolidar sua organização em dois níveis: como instância de formulação conjunta de visão de mundo, de pensamento crítico, e de elaboração de propostas capazes de tornar nacional um universo de questões e demandas com caráter distinto daquelas dos grupos dominantes. Capaz de socializar uma outra visão de mundo contra hegemônica [...] (FONTES, 2005, p. 284).

Neste caso, a relação partido/sindicato faria muito bem à luta dos trabalhadores porque juntos teriam condições de fazer reivindicações de cunho nacional e contribuiria para promover a requalificação da política. Segundo Fontes, o PT conseguiu fazer essa requalificação, quando pautou sua participação política na requalificação do conjunto das práticas parlamentares. “[...] A precedência da organização popular classista sobre a representação convertia-se na urgência da reorganização e requalificação da representação.” (FONTES, 2005, p. 294). Nos seus primeiros anos de mandato, o PT assumiu bem a tarefa de fiscalizador da prática parlamentar, ao mesmo tempo em que exigiu dos seus representantes políticos posturas condizentes com uma prática coerente do fazer político. Quando então o PT mudou de rumos? Quando priorizou vencer eleições tornando-se mais um partido da ordem promovendo uma mudança de rumos passando também a contribuir para a desqualificação da política, a mesma que alimenta os partidos que estão presentes no cenário nacional com representação parlamentar.

O que tudo isso tem a ver com o desinteresse dos docentes em relação ao sindicato e ao envolvimento nas atividades de greve? Acreditamos que a desqualificação da política está muito presente também no meio acadêmico, dificultando o clareamento de ideias e a capacidade do docente em avaliar a conjuntura nacional. Falta formação política para compreender o processo em curso de dominação do aparelho estatal pela classe dominante detentora do capital, acarretado pelo desinteresse no Partido Político como possibilidade de implementação de pautas nacionais. Este não é visto mais como um agregador de pautas populares, ou como capaz de fazer o Estado implantar políticas que favoreçam a maioria da classe trabalhadora. Neste caso, ao nosso ver, cabe ao sindicato fazer o papel de politização dos professores, investindo em formação política de forma sistemática e mobilizar os professores por *campus* para participarem dessas formações.

A greve tem se tornado uma opção política de pressão, mas até os gestores já a analisam como parte do processo de gestão na relação com o sindicato. Voldman (2001, p.

258), chama atenção para a construção do discurso dos altos funcionários públicos que tentam construir uma narrativa com vistas a justificar suas ações passadas. A diferença em relação ao líder sindical é que “[...] eles não têm que levar em consideração um grupo inteiro, mas apenas sua individualidade [...]”. No caso de nossa pesquisa, o reitor busca apresentar a sua versão dos fatos com o objetivo de justificar a ação tomada.

[...] Eu desconheço um gestor de universidade que já não experimentou uma greve. É ruim, mas você tem que ter pulso forte para fazer as pessoas entenderem até onde podem ir, não tem como. Tomei uma atitude dura na universidade na época que fizeram uma greve. A secretaria de administração me passou um ofício alegando que se eu não informasse em uma semana os professores faltosos, todo mundo iria ficar sem contracheque. Trata-se da lei de responsabilidade, ou seja, se eu não informar ao governo, quem vai “pagar o pato” sou eu. Eu tinha que informar os ausentes porque não tem uma lei que me diz nada e ausência é falta, não tem como [...]. (SILVA, 2016, p. 30).

Está claro, na narrativa construída, que ele procura convencer o entrevistador de que agiu como um legítimo representante do Estado, tinha obrigação de fazer a universidade funcionar, não ver sua atitude como condenável, faz parte do ofício. Esse tipo de testemunha sabe da importância do seu relato. À medida que foi escolhido pelo historiador para apresentar a sua versão dos fatos ocorridos, tem a oportunidade de se justificar e construir uma imagem positiva de sua administração. Como esse fato ficou muito presente na comunidade universitária, a entrevista seria o momento oportuno de apresentar suas explicações. Este é um dos fascínios que o depoimento desperta: apresenta as versões de quem viveu a mesma época e conjuntura política, entretanto compartilharam experiências opostas. Os dois viveram a greve (o militante sindical e o gestor), todavia cada um fez uma leitura particular do ocorrido a partir de suas opções políticas, pois não tem como se desvencilhar a vida política daqueles que exercem cargos públicos, principalmente como administradores e lideranças sindicais. No caso de Carlos Alberto, além de militante do PT, já estava na sua segunda gestão na reitoria e na primeira como vice-reitor. Desde 2003 participava da administração superior da UESPI, o que sugere que acumulou experiência para lidar com o conflito.

Ainda sobre o envolvimento dos docentes, consideramos importante analisar o depoimento da atual presidente do sindicato Lina Fernandes. Esta já está na sua segunda gestão no sindicato e no enfrentamento através da estratégia da greve. São três greves conduzidas durante sua gestão e ela afirma ter herdado uma lucidez aguda à frente do sindicato. Lucidez que lhe proporcionou uma “visão além do alcance”: hoje conhece melhor a universidade e a lucidez das pessoas que a fazem. Quando entra na greve, já sabe o que a espera pela frente. Sobre o envolvimento docente dispara:

Essa é uma parte muito dolorosa. Nós temos um grupo de professores - a professora Graça Ciríaco faz parte - que desde, eu acho as primeiras greves aqui, eles vêm acompanhando. Eles sempre se envolvem, eles sempre estão lutando. Vamos dizer assim: são a base da greve. Como você viu agora, nessa última, nós temos um sindicato, uma diretoria muito coesa: a professora Graça, o professor Daniel Sólon, a professora Lucineide, agora a professora Janete que chegou, a professora Ana, a professora Lia. São alguns dos professores que não abandonam. Nós tivemos a entrada de muitos docentes novos, dentre os quais Josinaldo e Sergiano são da luta. Então, nós temos nomes novos que vão aparecendo, mas são pontuais. Nós temos grandes nomes aqui, grandes quadros, pessoas politicamente muito conscientes, mas eles não se envolvem na greve. Eu acredito que o professor ainda acha... O professor universitário ainda se acha elite, acha que é elite professor de universidade para fazer passeata no sol quente. Não é para levantar bandeira, não é para bater na panela, nem nada, que é vergonhoso fazer isso. Ele quer ter um bom salário, quer todos os seus direitos, mas não quer ter envolvimento [...] (FERNANDES, 2016, p. 17).

Pelo depoimento da atual presidente do sindicato, percebemos como o presente interfere na memória do passado, pois das pessoas que ela cita como a base do sindicato, encontram-se os membros antigos que já atuam desde 2008 e os novos que chegaram em 2012. Citou basicamente a diretoria atual do sindicato: a mesma que construiu a greve de 2016. Ao elencar os nomes, a professora busca construir uma unidade da luta e da diretoria, apresentando a mesma como coesa, como se no grupo não houvesse conflito. Também pode representar uma homenagem aos que não fogem à luta. Sobre o professor universitário se ver como elite, é outra questão que é muito destacada por todos os entrevistados do sindicato. Já é uma memória que se consolidou sobre o tipo de associado da ADCESP, o que nos leva a refletir sobre as assertivas de Antonio Gramsci.

Para Gramsci (2010, p. 19), todos os homens são intelectuais, ainda que nem todos vivam do exercício de tal função. O autor entende que no processo de formação esse intelectual sofre “[...] elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. [...]” O intelectual precisa ter uma formação que o impulse para a ação, juntar teoria e prática. É nesse sentido que Gramsci compreende que se exerce de fato a função de intelectual. Para tanto, ele precisaria superar as amarras da ideologia dominante e conseguir fazer uma leitura crítica da realidade ao ponto de se sentir responsável para ajudar na luta por melhorias para a classe trabalhadora. No caso dos docentes da UESPI, poderemos caracterizá-los como intelectuais que estariam ainda nesse primeiro estágio da formação: ainda não conseguiram superar o corporativismo e a standardização da formação intelectual. Falta-lhes vivência política para que possam superar essa fase e crescer como intelectuais ao ponto de assumir a luta dos trabalhadores como sua, porque eles também são trabalhadores.

Sobre as questões debatidas nessa seção podemos sintetizar a visão da maioria da seguinte forma: as lideranças sindicais entendem a greve como necessária e como forma de pressão para exigir direitos, mas já existe, entre eles, aqueles que veem a estratégia como problemática, pois não conseguem mobilizar os docentes para assumirem a luta e nem convencerem a sociedade para as pautas dos docentes. Entre os reitores, alguns consideram estratégia válida, porém consideram que houve situações em que a greve foi decretada em momento errado. Carlos Alberto Silva posicionou-se totalmente contrário à greve, chegando a afirmar que só se faz greves em períodos de eleição com o objetivo de desgastar o governo do Estado. Oneide Rocha destacou a dificuldade e o conflito pessoal de enfrentar uma greve sem poder atender às pautas dos docentes e enfatizou que ela vinha de uma história de luta com os movimentos sociais na região de Picos. Sobre o envolvimento docente, todos concordaram que não é satisfatório para o movimento, os professores não dão corpo, movimento e fortalecimento da luta/greve.

Pelo exposto, percebemos que a estratégia de greve é muito questionada e que somente é aplicada em momentos de acirramento do conflito, quando já se esgotaram todas as formas de negociação. Para quem faz a greve, ela é muito trabalhosa e desgastante. O Estado tem se mostrado bastante fechado a essas conversas de negociação, o que contribuiu para impulsionar as várias greves de docentes na UESPI. Passemos agora para uma outra seção na qual abordaremos as questões referentes à relação do sindicato com o Estado e com a reitoria nos momentos de greve.

5.3 Movimentos de tensão: relação entre os sujeitos

Nesta seção continuaremos trabalhando com as entrevistas, a fim de analisarmos a relação entre os sujeitos em períodos de greves, fazendo o contraponto dos depoimentos apresentados. Os aportes teóricos que nortearam nossa análise foram os construídos por Antonio Gramsci: Estado Ampliado e Sociedade Civil. As greves dos docentes da UESPI aconteceram, principalmente, durante as administrações do Partido dos Trabalhadores (PT), pois o governador Wellington Dias exerceu dois mandatos consecutivos, 2002-2006 e 2007-2010 e enfrentou três greves docentes na UESPI (2003, 2004, 2008). No segundo mandato, deixou o governo para assumir o cargo de Senador da República. Dos reitores da UESPI, no período em estudo dois são do PT, Oneide Rocha e Carlos Alberto Silva. Durante a administração petista foram feitos três concursos para professor efetivo da UESPI (2003, 2005, 2008) e duas eleições para reitor (2005, 2009). Foi durante esse período que começou o

processo de regularização da universidade com a aprovação de Leis e Regimentos, Estatutos, Planos de Cargos Carreira e Salário dos docentes. Consideramos como um período de organização regimental e legalização da instituição. Das greves decretadas, em todas, o governador pediu a ilegalidade e houve corte de salários em 2003 e 2011. Cabe ressaltar que, em 2011, o governador era Wilson Martins do Partido Socialista Brasileiro-PSB. Apresentamos todos esses dados para situar o contexto do conflito entre os sujeitos.

As questões que nortearam a entrevista trataram basicamente da relação entre ADCESP e Estado, ADCESP e reitoria durante o período de greves. Como o PT foi o partido que assumiu o governo em 2003, momento que recortamos como início da pesquisa, foi perguntado aos entrevistados como eles avaliavam a chegada do PT ao governo estadual e como isso repercutiu junto ao movimento docente na UESPI. A visão de cada um sobre essa questão específica ajudou a compreender o posicionamento do sujeito em relação às outras questões abordadas e ao movimento de forma geral.

Sobre a chegada do PT ao governo do Estado e as implicações dessa administração para a UESPI, a reitora indicada pelo governador para a reitoria da UESPI em 2003 enfatiza:

Eu acho que deu uma guinada na UESPI. Primeiro, porque começou realmente a reestruturação da UESPI, tanto na questão técnica, na questão administrativa como educacional. Foram feitos concursos, professores foram efetivados, professores foram qualificados, alunos tiveram oportunidade de fazer um curso com mais qualidade. Inclusive, tinha toda uma preocupação em equipar os campi com bibliotecas, com laboratórios [...] (ROCHA, 2016, p.15-16).

A reitora refere-se ao processo de organização da UESPI, implantado em sua gestão. Fazendo um discurso no sentido de valorizar a gestão do PT e a sua própria.

Ainda sobre a administração petista com implicações na UESPI, vejamos a opinião da professora Valéria Ribeiro, vice-reitora em 2003 e que assumiu a reitoria em 2004.

Eu sentia que tinha uma abertura. Nós fizemos todo um levantamento, inclusive encontros regionais para levantar dados, discutir com o coletivo da sociedade, dos núcleos dos campi da UESPI. Mas, com o tempo, eu fui percebendo que o PT estava se transformando em uma máquina eleitoral, fazendo grandes blocos e não conseguia dar conta da política e de implantar ou pensar numa universidade realmente dentro dos princípios nos quais ele acreditava. Se você for observar nos estatutos do PT, está lá a ideia de transformações sociais em todos os campos e eu pensei que a gente viveria uma transformação grande. Mas a gente parou na discussão e o próprio PT parou. “*Não, vamos só dar autonomia de eleições*”. Mas travou, não se foi adiante na autonomia financeira [...] (RIBEIRO, 2016, p. 08).

Aqui nós temos um depoimento de uma administradora que não era petista. Como a maioria do povo brasileiro, ela também disse que acreditou na mudança, mas como a

autonomia financeira não foi concedida, logo percebeu que os avanços seriam limitados e controlados. Percebemos que a memória construída pela entrevistada está marcada pelas análises posteriores sobre no que o PT se transformou: “máquina eleitoral”, pois passou a priorizar acordos com a velha elite política piauiense, com vistas ao fortalecimento eleitoral. Pelo depoimento, também entendemos que o partido não tinha compromissos fortes com a universidade. Ela critica a gestão petista e afirma que rompeu com o governo. Rompimento questionável, pois sem autonomia financeira não dava para seguir na oposição. Entretanto, ela relata que tinha um bom diálogo com a secretária de Administração Regina Sousa, o que facilitava as negociações com o governo, quando se faziam necessárias.

O professor Carlos Alberto Silva considera-se petista “desde que se conhece por gente”. Ele participou da gestão de 2003 (como pró-reitor de pesquisa e pós-graduação) e entende como positiva a chegada do PT ao governo e as implicações para a UESPI. Assim como a professora Oneide Rocha, ele destaca a implantação do processo democrático na instituição e a regularização da universidade através da criação e aprovação das leis de funcionamento. É preciso esforço no sentido de regularização e reconhecimento dos cursos oferecidos pela instituição, oferecimento de concursos para professor efetivo e técnicos administrativos. Nouga Batista, atual reitor, também comunga da mesma visão.

Importante ressaltar o lugar social dos sujeitos no momento da construção de suas memórias para podermos entender o processo de análise do depoimento oral. A posição que se ocupa na sociedade tem interferência direta sobre o que se quer propagar e deixar para a História. Professor Carlos Alberto Silva, no momento da entrevista, era Superintendente da Educação do Estado do Piauí, sendo um dos braços da Secretária de Educação, Rejane Dias, esposa do atual governador Wellington Dias do PT. Ele é o mesmo que governava em 2003. Considerando a definição de Gramsci, podemos caracterizar o professor Carlos Alberto como um intelectual orgânico do PT. Neste caso, jamais criticaria a gestão passada, muito menos a atual da qual ele faz parte. Nouga Batista, reitor não petista, entretanto, sabe que precisa ser político e estratégico sobre a memória em construção. Ele depende do partido para que possa conquistar o que sua gestão precisa para ser bem avaliada. Assim, uma crítica ao partido poderia não soar bem para sua gestão. O certo é que os entrevistados são muito cautelosos ao relatarem suas memórias.

As lideranças sindicais da ADCESP destacam nas suas entrevistas as expectativas que o governo do PT gerou a princípio. Logo no início da gestão, vieram as decepções de um governo agindo de acordo com o projeto neoliberal e sem compromissos com a educação. Apresentamos o depoimento de Solon, por representar bem o que os outros disseram.

Parte dos que participavam do movimento docente de mobilização, antes do governo Wellington Dias, parte desses ativistas eram militantes do PT dentro da universidade. E sofriam várias perseguições das gestões das reitorias do PFL, do PMDB. Então, como militantes do PT, parte deles teve uma grande expectativa de que na hora que chegasse Wellington Dias ao poder as coisas mudassem radicalmente no trato no que diz respeito aos serviços públicos, aos movimentos sociais, à melhoria da universidade. Então, havia uma grande expectativa do conjunto da militância dos ativistas, inclusive dos que não eram petistas, de que o governo do PT pudesse trazer de fato melhorias para a universidade, para a educação como um todo. E uma parte desses ativistas, depois do processo eleitoral do Wellington Dias e durante a campanha, já iam se credenciando como pretensos gestores dentro da própria universidade. Então, isso gerou de imediato uma situação diferenciada, quem fazia a luta antes do governo do PT uma parte dela já estava querendo ser gestão, ser da administração superior. Então, como o governo do Estado não dava muita atenção para a universidade, na verdade continuou com a mesma política dos governos anteriores, já houve ali naquele momento uma situação de desgaste. Porque a reitoria também já passava a defender não os interesses dos professores, mas a própria forma de gestão do Estado feita pelo PT [...] (SOLON, 2016, p. 11).

Trata-se do discurso de um militante sindical e ligado ao PSTU, portanto, é possível compreender bem como ocorre a luta entre os sujeitos políticos. Pode, inclusive, ser um discurso construído, ao longo do tempo das análises que se fazem da administração petista. Mas, pelos depoimentos, constatamos que as brigas políticas no interior da universidade, retratadas em disputas por cargos, ocorriam muito com a intervenção de políticos. Nos relatórios de gestão de 2003, existem denúncias sobre a prática de interferência de políticos na gestão da universidade. Solon afirma que tiveram que lutar muito para conquistarem o que o PT havia prometido para a universidade, como a democracia interna na escolha de seus representantes. Constatamos a referida pauta na greve de 2003: exigência de eleições diretas para reitor, diretor e coordenador de cursos. Outro ponto discutido é a autonomia financeira que não foi conquistada nem mesmo na luta, já que o governo petista não abriu canal de negociação. Inclusive nenhum governo, pois a pauta sempre aparece nas bandeiras de greve, sem nenhum avanço.

Como já destacamos na introdução, Gramsci compreende o Estado como formado pela sociedade política e sociedade civil em uma relação social. Portanto, essa relação é marcada por embates de projetos sociais e de classe. Os representantes sindicais tinham clareza de que o governo do PT não defendia os projetos de autonomia financeira da universidade, nem de democracia interna como propagaram os ex-reitores, necessitando neste caso de luta pelas conquistas de direitos. No entanto, não se pode negar que ocorreram avanços na universidade.

Outra questão que podemos observar das entrevistas é a forma como é retratado o Estado. Na visão dos ex-reitores, a do “Estado Sujeito” com o governo do PT, a UESPI teria

passado por grandes transformações, como se do Estado as transformações emergissem na UESPI sem reconhecer o processo de luta para a implantação de reformas estruturais.

Outro ponto destacado na entrevista foi sobre a relação do Estado com a ADCESP no período de greves. Vejamos a avaliação dos gestores (reitores).

Poucas foram as vezes que não teve conflito. Exatamente você desemboca naquela questão política. O governo é de um partido, o sindicato é de outro; há o conflito. Tanto é que no processo de construção tem aquela questão sempre que a pauta é acrescida à pauta dos movimentos sociais e assim sucessivamente [...] (SILVA, 2016, p.37).

E continua destacando, que a luta é entre partidos políticos ideologicamente diferentes, nem sempre é pensando na melhoria da universidade.

[...]. Hoje não existe um meio termo pelo fato de haver interesses escusos ao desenvolvimento da universidade, especificamente, falando dela. Eu vejo com muita preocupação. Hoje, há sempre um grupinho que comanda a ADCESP. Tanto é que, se a gente olhar a construção do sindicato da Universidade Estadual do Piauí, foi feita uma luta, logo depois disso, para mudar de Central Única dos Trabalhadores para CONLUTAS. Exatamente porque havia um interesse estritamente partidário que estava lá, porque a CONLUTAS e a CUT fazem parte de campos diferentes. Então, ali a gente já começa a observar os interesses específicos de cada um que compõe o movimento, mas o Partido dos Trabalhadores tem dialogado. Sempre foi aberto ao diálogo, nunca fugiu de lutas não. (SILVA, 2016, p. 39).

Pela entrevista de Carlos Alberto Silva, verificamos que ele não nega a luta de classes na relação entre os sujeitos, entretanto, procura apresentar o Estado como universal, nesse caso, aberto ao diálogo, o que não é confirmado com o desenrolar das greves, pois todas foram decretadas ilegais. O acirramento se ampliou pela dificuldade de negociação por parte do Estado. Mas os ex-reitores de filiação petista sempre reforçam que havia diálogo: “Eu quero dizer que durante as greves aconteceram os conflitos dos quais eu lhe falei, mas sempre teve diálogo. O governador sempre recebia. Regina Sousa, a secretária de administração, sempre vinha aqui na UESPI. Ela se dispôs, ela veio, conversou [...]” (ROCHA, 2016, p. 22).

Gramsci (2012) assevera que a classe dominante, ao apresentar o Estado como universal, responsável pelo bem da coletividade, pretende é assegurar o poder, mantendo o consenso e a legitimidade de quem está à frente do poder estatal. Silva (2016), ao destacar interesses escusos aos da universidade e sindicato dominado por um grupinho político, quer apresentar um discurso que descaracteriza a luta dos docentes, pois, segundo ele, não estavam preocupados com a universidade e sim com lutas políticas partidárias. Entretanto, os dois entrevistados destacaram que o governo estava aberto ao diálogo, apresentando assim um Estado preocupado com todos, sem distinção partidária.

Importante analisar a visão do atual reitor que também destaca a filiação partidária de alguns membros da ADCESP como um dado a ser observado. Por outro lado, não mostrou empecilhos na hora da negociação porque segundo ele essa ideologia partidária não era consenso na Associação. “Ainda não presenciei nenhuma situação em que a ADCESP se colocasse de forma diametralmente oposta ao governo do Estado. Varia um pouco de gestão para gestão [...]” (BATISTA, 2016, p. 14). A entrevista do Nougá Batista foi cedida no momento da greve docente de 2016 quando o governador ainda não tinha sentado com os representantes do sindicato. A negociação direta era feita com o reitor através do Secretário de Administração e Previdência do Estado, Francisco José Alves da Silva (Franzé). Este último fazia o papel de mediador da negociação, talvez com isso estivesse se referindo ao momento atual em que o reitor tentava fazer a ponte entre sindicato e governo.

[...]. Os embates eram colocados na mesa, então isso dificultava a relação entre a ADCESP e o governo do estado. Mas com muito equilíbrio, como esses pensamentos nem sempre foram majoritários dentro da direção do sindicato, sempre aparece alguém que retoma, com habilidade conciliatória, a volta das discussões ao eixo principal que foi determinado pela comunidade acadêmica na hora da definição da greve (BATISTA, 2016, p. 14).

Nos momentos de greve o sindicato costuma tirar em assembleias da categoria uma comissão de negociação e Nougá Batista já tinha participado de várias delas. Isto talvez tenha despertado na memória do depoente o período em que o conflito foi acirrado por causa das diferenças partidárias, mas que, provavelmente, foi contornado por outros membros sem filiação partidária. É o que depreendemos da finalização de seu depoimento. Parece que há uma preocupação do gestor em amenizar ou até em negar o conflito entre os sujeitos, mostrando-se como um legítimo representante do Estado. Esta visão, porém, não é comungada por todos os que estiveram à frente da reitoria. Valéria Ribeiro, ao retratar essa relação, adverte:

O Estado ora discute, ora se fecha. Observamos até medidas muito incoerentes relacionadas aos discursos dos partidos. Por exemplo, o PT surgiu dos movimentos sociais, mas tinha um discurso contraditório: “*É, vamos terminar a greve, só vamos negociar se terminar a greve*”. E, por exemplo, o governador não tinha o entendimento de que eu deveria participar das assembleias. Ele fechava até o diálogo com a administração na época dessas greves porque eu participava das assembleias. No entendimento dele, eu estava ajudando a construir o movimento já que eu sempre dizia para ele que eram justas as reivindicações. (RIBEIRO, 2016, p. 11).

Como já abordamos em outra parte do trabalho, geralmente, o grupo que perdia a reitoria passava a militar na ADCESP para fazer oposição à administração superior e ajudar

na construção das greves docentes. A professora Valéria Ribeiro tinha um grupo forte que, após a derrota na eleição para a reitoria em 2009, veio ajudar na construção da greve de 2011. Entretanto, durante a greve de 2008, ela teve grande participação nas assembleias docentes durante o movimento de greve, esclarecendo questões, levantando propostas e debatendo com os professores. Isto é fato porque as atas das assembleias assim o comprovam. Também, devemos esclarecer que era uma participação questionada pelos docentes que diziam que nas assembleias ela tinha uma postura e quando se manifestava nos meios de comunicação, tentava mascarar a realidade de precarização da universidade. Quando havia audiências na Assembleia Legislativa do Estado sobre a UESPI ou dava entrevistas,, a comunidade universitária, mobilizada pela ADCESP, também questionava sua fala, alegando que a mesma estava mascarando dados. Segundo a professora Valéria Ribeiro, a participação dela também era questionada pelo governador.

Verena Alberti (2004), ao falar sobre a construção da memória pelo entrevistado, adverte que as formas de concepção do passado são desencadeadoras de ação. No caso da entrevistada, sua interpretação do passado é sempre no sentido de destacar seu papel atuante no processo de negociação das pautas da greve em favor dos professores. Na mesma direção desfere duras críticas ao Estado. Podemos interpretar como uma memória construída com o objetivo de desencadear uma ação justificadora da sua forma de agir.

No entanto, na greve de 2008 participou da mesa de negociação como reitora e concedeu entrevista ao jornal *Diário do Povo* (ESTADO..., 2008, p. 04) afirmando que o estado não tinha condições de conceder o aumento salarial que os docentes solicitavam, sem fazer reajuste no Plano de Cargos e Salários dos docentes, sob pena de inviabilizar a folha de pagamento dos funcionários da instituição, por conta da grande diferenciação salarial, que provocaria um impacto na folha de R\$ 1 milhão por mês.

As lideranças sindicais que viveram as dificuldades enfrentadas na construção e sustentação das várias greves de docentes na UESPI são categóricas em afirmar que o governo apresentou dificuldades na negociação, chegando muitas vezes a ser truculento. Segundo Lina Fernandes (2016, p. 05), atual presidente do sindicato: “Não sei se podemos chamar de relação. No máximo, é uma luta de braço muito difícil [...]” Memória reforçada por Lucineide Medeiros que admite que o sindicato tem mantido uma postura de autonomia em relação ao Estado, mas que, talvez por isso, o diálogo tenha se tornado mais difícil, ao longo das negociações nas greves. Muitas vezes é preciso criar situações que forcem o diálogo.

[...]. Eu penso que temos conseguido cultivar autonomia, mas não temos condição de diálogo e eu não atribuo isso a problemas nossos. Penso que tem a ver com o modo de produção de governo, com o modo de produção da relação com a sociedade dos governos em geral que não se permitem a críticas, não se permitem ao diálogo aberto em torno das reivindicações e termina que fica tudo muito comprometido. (MEDEIROS, 2016, p. 8).

Gramsci já alertava sobre as disputas de projetos no interior do Estado restrito, marcada por difícil relação entre as classes antagônicas, principalmente quando se buscava alterar a estrutura do poder. Neste caso, os docentes tinham consciência de que a relação tinha que ser construída com fatos políticos de pressão social. Foram muitas as estratégias utilizadas pelo sindicato para conseguir o diálogo, desde manifestações na rua e em frente ao Karnak, reitoria, ocupação de reitoria, matérias de denúncias através de jornais, solicitação de apoio de órgãos da administração pública como Ministério Público e Assembleia Legislativa. Tudo era utilizado para se buscar essa audiência com o governador. Medeiros relatou ainda que o secretariado de governo até que conversa com os docentes em greve, mas sem poder de decisão tendo sempre que recorrer ao governador do estado para forçar um acordo entre as partes em luta.

Mendonça (2013), discutindo sobre as particularidades da sociedade civil em Gramsci, alerta que a sociedade civil não é esse espaço de liberdade e de oposição ao estado como propagada pela ideologia liberal. Ela é, na verdade, um espaço de luta de classes - intra e entre classes sociais. E partindo das organizações sociais das quais fazem parte propagam as vontades coletivas, buscando construir o consenso em torno de suas ideologias. Batista destaca em seu relato que sempre aparecia um grupo na comissão de negociação da ADCESP que, com habilidade conciliatória, conseguia dar prosseguimento ao diálogo com o estado restrito. Mostrando que entre a própria classe havia divergências, é ele também que apresenta uma boa visão do posicionamento do governador do Estado em relação às greves dos docentes da UESPI.

[...] Eu me lembro de que quando eu era da presidência da ADCESP, tendo que conduzir uma greve, houve um diálogo que tive com Wellington Dias e a comissão da (ADCESP), dentro do Karnak, em uma negociação em que o governo apresentou uma proposta depois de meses de greve. Eu disse para o governo que levaria aquela proposta para o Sindicato, mas que eu já tinha quase certeza de que não seria aceita [...] (BATISTA, 2016, p. 07).

Reconhecendo aqui o momento de tensão entre ADCESP e governo do Estado e a ameaça deste, relatou que o governador respondeu para ele da seguinte forma:

“Nouga, eu fui formado na greve, toda a minha iniciação política foi de greve e eu sempre tive, como grevista e como dirigente de um comando de greve, sempre tive claramente a hora em que a greve deveria iniciar, o auge dela e a hora que ela tinha que terminar. Eu quero dizer para vocês que a greve da UESPI da ADCESP, já passou muito tempo do tempo de terminar. Então, é isso que eu quero que você diga lá para os professores”. E continuou: “Eu te digo isso porque, embora a Universidade seja um órgão importante do Estado, mas eu não governo o Estado só para a UESPI, só para os professores da UESPI, têm outras ações do governo que eu preciso fazer. Eu quero dizer para você que o estado do Piauí tem um Governo e o Estado não vai parar; nem o Estado e nem a UESPI. Então, se for preciso eu intervir mais fortemente para que a greve pare, ela vai parar [...]. (BATISTA, 2016, p. 7-8).

Nesse relato há algumas questões interessantes para analisarmos. Primeiro, durante a gestão de Nouga Batista não ocorreu greve docente. Provavelmente, ele esteja se referindo a alguma greve da qual tenha participado na comissão de negociação, o que sugere uma referência à greve de 2008, quando ele era representante do Andes/SN. Foi uma das greves mais difíceis de negociar porque para fechar o acordo, tinham que fazer alterações no Plano de Cargos Carreira e Salário dos docentes. É tanto, que o acordo foi feito e o PCCS foi alterado em Lei em 2009, como resultado do acordo de greve. Nouga Batista concedeu a entrevista durante a greve docente de 2016, quando ele teve alguns encontros com o governador para tratar da greve da UESPI. Possivelmente por este motivo, lembrou mais facilmente do ocorrido: pelo fato de estar fazendo a mediação entre sindicato e governo.

Outro ponto interessante a analisarmos é o posicionamento do governador Wellington Dias, que todas as vezes que se referia às greves de docentes da UESPI através dos meios de comunicação, sempre colocava para a sociedade que governava para todos e não somente para a UESPI, e que tinha compromissos com a sociedade. Baseado nessas alegações, sempre pedia a ilegalidades das greves. Provavelmente, com o objetivo de colocar a sociedade contra os grevistas. Veja que ele afirma: “o estado não vai parar; nem ele, nem a UESPI”. Para esclarecer esse ponto, as observações de Mendonça (2013) são muitas esclarecedoras:

[...]. Afinal, os agentes sociais engajados nas agências da sociedade civil e da sociedade política não representam classes em abstrato inscritas em um estado etéreo. Este vasto e complexo tecido se constrói e reconstrói no cotidiano de suas práticas políticas e conta com rostos, projetos, embates e história, enfim [...] (MENDONÇA, 2013, p. 19).

A autora chama a atenção para analisarmos o Estado como uma relação social, onde os grupos em disputas de projetos sociais buscam exercer o convencimento de duas formas: ocupando as agências do Estado restrito onde constroem sua hegemonia, e através da sociedade política onde constroem o consenso e reforçam seus aparelhos privados de hegemonia. Cabe ao pesquisador, identificar quem são os sujeitos coletivos organizados, a

que classe estão organicamente vinculados e o que estão disputando no interior do Estado restrito.

Cleber de Deus (sd.), em artigo onde analisa a reeleição de Wellington Dias para o governo do Estado do Piauí em 2006, afirma que o mesmo manteve a velha classe política piauiense, optando por construir um governo de coalizão, quando se esperava o rompimento com esses grupos políticos tradicionais do Estado. Segundo o autor, a derrota eleitoral desse grupo representada por: Mão Santa (PMDB), Hugo Napoleão (PFL) e Heráclito Fortes (PFL), não significou, um desmonte dos esquemas políticos dominantes em âmbito estadual.

O alinhamento do Partido dos Trabalhadores (PT) com setores da velha ordem política é mais uma variável explicativa para seu sucesso eleitoral. O arco de alianças foi bastante amplo: PSB/PTB/PC do B/PL. Uma ala significativa do PMDB deu apoio ao governo petista. Posteriormente à posse de Wellington Dias (PT), quadros históricos do PFL-Democratas, opositoristas ferrenhos do PT, ingressaram na equipe de governo (primeiro escalão). Para reacomodar todos os partidos das mais diversas nuances ideológicas foram criadas diversas secretarias e convocados sete (7) suplentes de deputado estadual. (DEUS, sd, p.6).

Pelas afirmações, podemos supor que grupo político o governador W. Dias representava e como tratava trabalhadores em greve. Seguiu o mesmo expediente de solicitar ilegalidade das greves e apresentou-se como governo de difícil negociação. É uma prova do quanto o pesquisador deve ficar alerta à conjuntura política para poder entender a movimentação dos sujeitos políticos nessa relação social entre sociedade civil e Estado restrito. Os depoimentos apontam para uma relação conflitiva do sindicato com o Estado restrito. Embora às vezes apareça a justificativa de que o governo era aberto ao diálogo, o que percebemos é que até consegui-lo os representantes sindicais tinham que articular muita gente e órgãos públicos para intermediar um encontro, o que nem sempre era motivo de ser computado como conquistas para os grevistas. O que se observa é que foram necessários vários encontros com o chefe do executivo estadual, até se conseguir fechar um acordo que fosse aceitável para os docentes. Ao avaliar essa relação, a professora Graça Ciríaco pontuou da seguinte forma:

Eu tenho duas, vou fazer essa avaliação de dois mil e um para cá. Uma dos governos do Wellington Dias, que é essa [...] que a gente está vendo aí, de não receber. Ele faz o seguinte: tenta descaracterizar o sindicato via reitoria, colocando a negociação do sindicato como se fosse com o reitor e não é a primeira vez que ele faz isso. Primeiro, se ele marca negociação, ele não cumpre[...]. Esse governo não cumpre acordo, mas ele é menos truculento do que o Wilson Martins. Este último, além de não fazer nada disso, era truculento e ainda contava com a ajuda do Carlos Alberto [...] (CIRÍACO, 2016, p. 15).

Como já percebemos, a relação com o governo não era fácil e com a reitoria da instituição, também representante do governo, será que era diferente? Embora os gestores insistam em afirmar que estavam sempre abertos ao diálogo, não é o que constatamos no decorrer da narrativa dos mesmos. A relação sempre foi marcada por embates, pois os campos de atuação de cada um eram bem definidos, mesmo reitores e ADCESP se colocando como defensores dos interesses da universidade na hora da negociação, nem sempre essa defesa ficava bem aparente.

A professora Oneide Rocha, no seu relato, se colocou como mediadora na negociação entre governo e ADCESP. Segundo ela, sua intervenção junto ao governo do Estado foi decisiva para finalizar a greve de 2003. Quando se refere à relação com a ADCESP, afirma: “[...]. A reitoria nunca colocou barreiras às reivindicações dos professores. A gente sempre conversou com os professores. Às vezes, tinha um embate, mas sempre foi no nível de professores. E depois continuava tudo bem. Nunca teve perseguição de professores.” (ROCHA, 2016, p. 22). Por ser uma memória construída há 13 anos e pelo fato de estar afastada da universidade, talvez ela não recorde muito dos fatos, mas reforça seu interesse nas solicitações dos professores. Importante destacar que os sindicalistas não se referiram à gestão de Oneide Rocha, talvez pelo tempo curto à frente da reitoria. A maioria das lideranças só entraram no sindicato depois de 2003 e também não conseguimos o depoimento da presidente da ADCESP da gestão 2003-2004, para que pudéssemos fazer o contraponto. Os reitores mais lembrados pelos sindicalistas foram a professora Valéria Ribeiro e o professor Carlos Alberto Silva, os que estiveram mais tempo na administração superior.

Para Solon (2016), a relação era pautada no modelo de sindicato que a ADCESP se tornou: combativo. A partir desta visão reconheciam a reitoria como representante do governo, portanto, era dela que se devia cobrar as melhorias para a universidade, destacando a participação do representante da ADCESP nos Conselhos Superiores da Instituição. Era lá que ele agia provocando o debate e exigindo o compromisso do reitor com as melhorias institucionais da universidade.

Essas gestões que eu participei e acompanhei como a da Graça, da Lina eram gestões combativas porque trazia dentro dessa proposta de sindicato, não um sindicato conciliador, mas um sindicato de combate, de apostar na mobilização, na pressão da categoria qualquer que fosse o reitor e qualquer que fosse o governo. [...]. Lina e Graça naquele momento ainda tinham uma relação próxima e política com o PSTU, inclusive orgânica, tinham uma visão de sindicato que o PSTU defende que é um sindicato de enfrentamento, da luta, da resistência, de não capitular os governos, de não aceitar cargos, enfim de independência frente ao governo e a gente encarava a reitoria como uma extensão do governo. (SOLON, 2016, p. 19).

Como podemos ver, a relação era marcada pelo modelo de sindicato adotado, seguindo a linha defendida por PSTU e CONLUTAS, associado por Galvão e Trópia (2014) como um sindicalismo radical, altamente militante e politizado. Essas autoras identificaram as concepções e posicionamentos da CONLUTAS com as do PSTU, tendo em vista que foi esse partido que participou ativamente de sua fundação e possui forte inserção dos seus delegados nos congressos da Central. Embora esse casamento entre o partido e a central nem sempre fosse bem visto pelos professores associados, como já tratamos em outra parte deste trabalho, para Solon, era o diferencial que servia para pautar a luta, pois as lideranças não podiam perder de vista que reitoria é extensão do governo. Essa clareza, foi definida por Fernandes (2016) como uma grande lucidez na hora de tratar com reitores e representantes do governo. Segundo ela, às vezes, antes mesmo de começar a negociação, a diretoria da ADCESP já sabia qual seria o resultado.

No relato de Solon, percebemos o cuidado, ao caracterizar o sindicato como combativo a partir de sua gestão e nas gestões das professoras Lina Fernandes e Graça Ciríaco. Isso porque Nougá Batista, embora tivesse uma história de militância dentro da ADCESP e do ANDES/SN, aceitou fazer chapa para concorrer à reitoria da UESPI com o Professor Carlos Alberto Silva. Na época da campanha era vice-reitor, o que na visão de Solon, seria inaceitável. Também, ao fazer essa definição do sindicato, quer construir uma memória positiva da associação e de seus militantes: pessoas que não fogem da luta, nem se deixam corromper por cargos.

Para Bourdieu (2007), “a posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático”, fazendo-se necessário compreender o sentido da trajetória social, ou seja, as posições sociais que esse sujeito ocupa no decorrer do tempo podem explicar suas tomadas de decisão, que nem sempre podem ser analisadas como de cooptação. O indivíduo pode, a partir de suas expectativas pessoais e profissionais, tomar sua decisão sobre qual o melhor caminho a seguir. Nougá Batista escolheu ser reitor e Solon permanecer sindicalista.

Outro ponto interessante na narrativa de Solon é o destaque ao PSTU como espaço de formação de militantes e de defesa de propostas de combate ao projeto neoliberal. Tal projeto tem causado problemas para as universidades públicas brasileiras, com seu modelo de produtivismo acadêmico, fazendo com que as universidades percam muito da qualidade, pois o tripé que mantém as universidades (ensino, pesquisa e extensão) fica prejudicado nesse modelo de gestão, motivo também de luta sindical.

Ainda sobre a relação do sindicato com a reitoria, Lucineide Medeiros reconhece como uma relação de muita crise, não só com a reitoria, mas com todo o corpo administrativo da instituição, provocado pela postura do sindicato de autonomia em relação à administração e ao governo e que, por ocasião dos cortes de salários dos docentes na administração do professor Carlos Alberto Silva, essa relação se intensificou aumentando a crise entre sindicato e reitoria.

[...]. Isso traz uma implicação relacionada às dificuldades de relação nossa com o corpo geral da administração, inclusive o assessoramento técnico. São pessoas geralmente de baixos salários que têm que complementar a sua renda com gratificações e isso cria um processo de vinculação muito forte à reitoria. O certo é que eu diria que nossa relação não foi ruim e difícil apenas com as reitorias, mas também com o corpo técnico. Uma relação, às vezes, de desconfiança e outras de não potencializar nada que venha do sindicato [...] (MEDEIROS, 2016, p. 9).

A relação conflitiva, de certa forma, prejudica o sindicato no momento de colher informações sobre a instituição para fundamentar as demandas docentes, pois não tem como argumentar com o Estado sem informações atualizadas. Pela entrevista, supomos que os dados só eram cedidos ao sindicato, se autorizados por reitoria. Percebemos ao longo da pesquisa que os docentes que têm cargos na administração superior têm dificuldades em aderir às greves, muitos justificaram que não aderiram porque tinham cargos na administração superior. Na entrevista de Valéria Ribeiro, ela destacou que o sindicato, muitas vezes, estava despreparado para o diálogo com o governo, por não ter as informações necessárias que, segundo ela, a direção do sindicato não solicitava. O certo é que nem sempre esses dados estão disponíveis para a comunidade universitária, pois pelo sitio da instituição não conseguimos ter acesso a relatórios que tratem, por exemplo, da situação financeira da instituição nem do quadro de docentes. Em nossa pesquisa, por exemplo, tivemos que recorrer à Pró-reitoria de Planejamento e Finanças-PROPLAN e à Pró-reitoria de Administração e Finanças-PRAD, em busca dos relatórios que interessavam ao nosso trabalho. Ao nosso ver, todos esses dados deveriam estar disponibilizados no sítio da instituição. Reforçamos, no entanto, que não tivemos dificuldades em conseguir os relatórios e dados solicitados: em todos os órgãos da instituição fomos atendidas prontamente.

É uma questão notória a conflitividade marcada nas relações estabelecidas entre as lideranças sindicais docentes e a administração pública (governo e reitoria), principalmente quando estes estavam comprometidos com a política governamental implantada no País e o sindicato crítico a essa política.

Alguns membros da diretoria da ADCESP pontuam que na gestão atual do reitor Nouga Batista, a relação tem melhorado, mas não concordam com o fato de o reitor querer fazer acordo com o governo em nome do sindicato. Os papéis devem ficar bem definidos e as lideranças afirmam não terem dúvida de que o reitor é representante do governo. Embora ele tenha sido eleito pela comunidade universitária, nem sempre os interesses da universidade são defendidos pela reitoria, como espera o sindicato. Chegaram a questionar que, quando o sindicato faz solicitação de número de vagas nos concursos e o Estado dificulta o atendimento ao pedido, a reitoria tem se mostrado em consonância com o Estado aceitando um número menor de vagas, mesmo sabendo que não corresponde à questão da demanda por docentes. Esse é um dos problemas graves na instituição, devido à necessidade da regularização de muitos cursos pelo Conselho Estadual de Educação, que exige o mínimo de cinco professores efetivos para um curso ser reconhecido. Nos *campi* do interior do Estado, a maioria não tem essa quantidade de docentes em seus quadros.

Pelos relatos, os embates foram mais fortes na gestão da Professora Valéria Ribeiro e na do Professor Carlos Alberto Silva. Segundo Ribeiro (2016, p. 11). “Na nossa gestão, na reitoria da qual fiz parte, essa questão nunca foi fácil, nem na época da greve e nem depois. Mas, a gente não deixou por isso [...].” Mesmo com as dificuldades, a gestora participava das assembleias dos docentes, levantando propostas, defendendo a gestão das acusações e apresentando alguns dados da instituição. Chegou a mover processo por calúnias contra o presidente da ADCESP na época: Daniel Solon. Mas depois se entenderam sem esticarem muito as ofensas. Carlos Alberto, também assumiu que a relação com o sindicato era muito conflitiva, mas ele atribui a uma questão meramente político partidária, vejamos.

Eu vou falar de mim. Conflitos: o governo era do PSB, eu do PT e a ADCESP do PSTU. Na minha gestão eu tive conflitos grandes, houve até invasão da reitoria. O conflito direto com o Daniel Solon e com a Graça Ciríaco que diziam que eu era pupilo do governo. Agora, engraçado como são as coisas: a Graça Ciríaco, por exemplo, era do governo, foi mão de ferro, secretária do governador Mão Santa. Foi contra a greve na Secretaria de Educação. Tudo está registrado nos anais da história. Ela passou para o sindicato e virou a ditadora do mesmo jeito. As pessoas não têm a preocupação de se posicionar corretamente porque é para a vida toda [...] (SILVA, 2016, p. 49).

O governador Wilson Martins/PSB se elegeu na chapa de Wellington Dias como vice, porém Dias se afastou do governo para assumir a cadeira de Senador e assim que Martins assumiu o governo, rompeu com o PT. Como o reitor era do PT, teve dificuldades para administrar a UESPI. Inclusive o governador chegou a exonerar todos os cargos comissionados da UESPI para indicar novas pessoas ligadas a ele. Esse foi o primeiro grande

embate de Carlos Alberto com o novo governador. O reitor conseguiu reverter a situação e não foi necessário alterar os cargos na instituição. Mas, ainda hoje, a universidade carece de Lei que regulamente seus cargos, apresentando, assim, essa fragilidade administrativa e financeira. No atual contexto de crise econômica, tudo indica que essa lei não será aprovada. Nem mesmo o cargo de reitor é regulamentado. Quanto aos embates com o sindicato, já explicamos em outro momento a sua postura de combatividade. Percebemos que essas questões chegam a ter uma conotação de desavenças pessoais. Os embates foram tão fortes, que na greve de 2011 foram acrescentadas às bandeiras de luta a campanha “Fora Reitor”, o sindicato fez charges do reitor e campanha para sua retirada do cargo. Ao final da greve de 2012, aprovaram em assembleia da categoria, a desfiliação do reitor Carlos Alberto Silva da ADCESP. Segundo Lina Fernandes, a motivação para a aprovação da desfiliação do reitor do sindicato foi pelo fato de ele ter mandado os nomes dos professores para corte de salários, atendendo prontamente à solicitação do governador. Sobre a questão, constrói a narrativa em forma de desabafo:

Não consigo ver relação, ou melhor, a relação entre os governos e a reitoria com a ADCESP neste período crítico é a falta de relação. Todos sempre negligenciaram a UESPI, porque para estes governos, educação não é prioridade. Quanto a reitoria, é como já dito anteriormente, se comportam como burgueses, dificultam, emperram processos de negociação. (FERNANDES, 2016, p. 7).

Não obstante a queda de braço entre sindicato e reitoria/Estado muito já foi conquistado. De 2011 para cá, porém, a luta tem sido pautada na manutenção de direitos, pois os conquistados em outras lutas estão ameaçados por conta do acirramento da política neoliberal, que os governos petistas têm seguido e agravado as péssimas condições de trabalhos tanto dos docentes e técnicos da UESPI, como do funcionalismo estadual como um todo.

Como Gramsci (2012) asseverou, os interesses dos dominantes prevalecem até certo ponto; esse seria o espaço para os subalternos buscarem inserir junto ao Estado restrito suas propostas de reforma, uma vez que a classe dominante, para se manter no poder, é obrigada a fazer concessões às classes dominadas. Neste caso, só através da luta de classes, tendo em vista que a relação entre ambas não é nada pacífica, principalmente, quando se quer alterar a estrutura do poder. O partido político é o órgão que pode organizar as vontades coletivas e fazer com que os interesses dos trabalhadores se transformem em políticas de Estado, pois ao fazer parte do Estado, pode construir hegemonia em torno dos interesses de sua classe. Além de se organizarem em partidos políticos eleitorais, outra forma bastante usada pelos

trabalhadores brasileiros para conquistarem seus objetivos tem sido a organização em sindicatos da categoria e, nos momentos de grande conflito, utilizarem-se da estratégia da greve como forma de pressão política. Nesse caso, partido político e sindicato são os aparelhos privados de hegemonia dos quais a classe trabalhadora pode participar para, através dele, conseguir o poder e construir hegemonia em torno de seus projetos.

Não podemos perder de vista que a sociedade civil tem seus espaços marcados por relações de força, mas também por espaços de negociação. A classe que pretende se tornar hegemônica precisa fazer concessões às outras classes, para que possa ter o controle sobre o poder. Não significa dizer que isso se dará de forma pacífica, pois essas relações se dão em uma sociedade bastante complexa, dominada pelas novas regras do capital que exigem reformulação das relações trabalhistas e da própria sociedade como um todo. Assim, podemos entender que, por mais que a classe dominante faça concessões, elas são restritas e conquistadas a partir da luta da classe trabalhadora organizada, provando o caráter classista do Estado. É a partir desses embates e da conscientização da sua situação de classe que os trabalhadores sentem a necessidade de terem um órgão para representar o seu projeto de sociedade; esse órgão é o partido político.

Gramsci (2010) pregava a necessidade de intelectuais da classe trabalhadora para analisar a sociedade e a conjuntura nas quais os trabalhadores estavam imersos. Este grupo articulador ajudaria na formação e conscientização dos trabalhadores, bem como, junto com eles, construiriam um projeto de sociedade que atendesse aos anseios da classe dos trabalhadores. O partido político seria o órgão responsável para criar as condições da implantação do projeto de sociedade. Neste caso, o Partido tinha que surgir no seio da classe trabalhadora e estar permanentemente imerso em suas lutas; portanto, o partido também seria aparelho de hegemonia, na medida em que se organiza em torno de objetivos comuns, produzindo projetos de intervenção político-social e mobilizando a ação coletiva do grupo que representa.

Gramsci, o teórico da práxis, concebe a formação do intelectual como sujeito responsável pela construção da hegemonia e da contra-hegemonia, sujeito crítico capaz de, com sua ação, provocar transformação social. Para o autor, “a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre nos grupos sociais fundamentais, mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários.’” (GRAMSCI, 2010, p. 20).

O teórico está se referindo aos dois planos superestruturais que formam, o Estado ampliado: o da sociedade civil, formado pelos órgãos de hegemonia privados, e o da

sociedade política, formada pelo Estado. Ambos se referem à função hegemônica que os grupos dominantes exercem na sociedade e ao domínio direto exercido pelo Estado através das leis e da formação cultural. Nesse caso, já é possível perceber a visão de Estado Ampliado do autor, formado por esses dois planos superestruturais, sociedade civil e sociedade política, portanto, como unidade articulada de consenso e coerção.

5.4 A UESPI transformada/conquistada

Como asseverou Gramsci, os trabalhadores só podem obter as conquistas para sua classe a partir da organização e da luta por melhorias, pois nada vem de graça do Estado. Este é marcado por disputas de grupos que querem implantar seus projetos aos demais, construindo projetos que se pretendem hegemônicos em torno de suas demandas.

A universidade foi criada em uma conjuntura de reformulação da aparelhagem estatal para se adequar à política neoliberal. Com a vitória do PT em 2002 nas eleições presidenciais e no Estado do Piauí, esperava-se o rompimento dessa política, entretanto, o PT, ao assumir o governo, deu prosseguimento “[...] com o projeto de modernização do Brasil baseado no equilíbrio macroeconômico, no controle fiscal e na reforma neoliberal do estado.” (MELLO; FALLEIROS, 2005, p. 186). De acordo com os relatórios da UESPI em 2003, a mesma passava por uma verdadeira desordem administrativa: a universidade funcionava em várias cidades do Piauí, nos Estados da Bahia e Maranhão, oferecendo cursos para formação de professores da rede estadual e municipal. Na maioria dos casos, cursos sem qualquer amparo legal: faltava a autorização para funcionar, projetos políticos pedagógicos e reconhecimento pelo Conselho Estadual da Educação. Financeiramente, a universidade procurava se manter com recursos de convênios com prefeituras e associações e de taxas cobradas aos alunos, através dos cursos pagos que a universidade oferecia. Enfim, uma realidade bem complicada.

Neste tópico, analisamos a última questão do questionário da entrevista aplicada aos ex-reitores e ex-presidentes da ADCESP, a quem foi solicitado que apontassem as mudanças estruturais e qualitativas ocorridas na Universidade Estadual do Piauí-UESPI, ao longo do tempo, e a quem eles creditavam as mudanças. Para Valéria Ribeiro, reitora em duas gestões, as conquistas foram frutos de lutas, mas não especificamente da ADCESP.

À luta dos movimentos. As conquistas das próprias eleições, essa democratização interna de eleição para reitor, direção, coordenação. O fortalecimento dos nossos conselhos deliberativos, uma maior independência, os concursos. Eu acredito que a gente não avançou muito no aspecto financeiro dessa autonomia. Buscamos recursos para o financiamento da UESPI. Ela se expandiu através do FUNDEB e depois a

universidade não tinha com o que se manter. Entretanto, nem os gestores nem a ADCESP discutem que universidade é essa que permanece com a sua estrutura - não toda, mas uma boa parte dela - que tinha uma perspectiva de financiamento e que não tem mais hoje [...] (RIBEIRO, 2016, p. 14).

A conquista das eleições diretas representou muito para uma instituição que vinha sofrendo desgovernos por conta das escolhas de seus gestores pelo governador, obedecendo a critérios políticos de arranjo de correligionários no poder, muitos desses gestores nem eram professores da instituição. Esse fato incomodava a comunidade acadêmica, então em 2005, foi feita a primeira eleição para reitor na qual a entrevistada foi eleita. É natural que a mesma reforce a sua participação nas conquistas da instituição. Valéria Ribeiro acrescentou:

Ao contrário do que a ADCESP sempre coloca nos seus discursos “*Tudo graças a ADCESP*” e não foi assim. Foram contextos, foram momentos internos e externos de administração, de governo, de tudo que impulsionou o avanço de algumas lutas. Claro que a ADCESP tem um papel muito grande nesse trabalho. Mas, eu acredito que, pelo menos na gestão em que participei, a gente tentou fazer o possível para que, por exemplo, os concursos e as eleições não fossem esquecidos [...] (RIBEIRO, 2016, p. 14).

A memória costuma também ser reativada por fatos vividos no presente. Como no momento da entrevista acontecia uma greve docente e a direção da ADCESP costuma lembrar da atuação da associação, vigilante e cobrando melhorias para a instituição, a entrevistada reforçou que as conquistas não podem ser creditadas somente à ADCESP, destacando assim sua atuação enquanto gestora. O certo é que sem autonomia financeira, a cada dia, se torna mais difícil administrar a universidade e até mesmo falar em autonomia administrativa, se todo o planejamento financeiro da universidade depende de aprovação de órgãos do governo. A própria gestora em outro momento da entrevista relatou dificuldades em administrar, quando não podia acatar as ordens do governador e de deputados que queriam mandar na instituição.

O professor Carlos Alberto Silva, também destacou a democratização e o processo de regularização da universidade e de seus cursos, as leis para funcionamento da universidade e de seus conselhos superiores, regimentos, concursos para professores. Para ele, todas as conquistas são resultado das gestões que assumiram a universidade desde 2003, pois isso tudo só foi possível graças à abertura dada pelo Partido dos Trabalhadores. Interessante lembrar que o entrevistado não pode negar as gestões, pois ele participou de todas, de 2003 a 2012, estando na administração superior, portanto participou de todo o processo de transformação da universidade. Além de atuar como pró-reitor, reitor, também tem cadeira no Conselho Estadual da Educação, órgão por onde passa toda a documentação da universidade referente à

Credenciamento e reconhecimento de cursos. E ao sair da reitoria, assumiu cargo de Superintendente de Educação, trabalhando diretamente com a Secretária de Educação, Rejane Dias- PT. Neste caso, o entrevistado só reforçou a sua própria atuação no processo.

O reitor atual, Nougá Batista, também pontuou que as melhorias que a universidade conquistou ocorreram a partir do governo do PT e a partir dos movimentos de reivindicação. Ele destacou as melhorias em recursos humanos e infraestrutura. Entretanto, destaca que: “[..], existiu na cabeça de todos os reitores um desejo de investimento e infraestrutura, mas eles não foram pedagógicos o suficiente para convencer o Estado do necessário investimento [...]” (BATISTA, 2016, p. 30). Mesmo em uma situação em que o Estado não prioriza a educação, o reitor atribui os poucos recursos conquistados à inabilidade dos reitores anteriores. O fato de ainda estar no cargo pode ter interferido no seu relato.

O que constatamos nas entrevistas foi que reitores e lideranças sindicais destacaram praticamente as mesmas conquistas, sendo que os primeiros reforçaram o processo de democratização na instituição, através das eleições diretas para reitores, diretores e coordenadores, enquanto os sindicalistas ainda solicitam mais democracia na instituição, principalmente, nos órgãos deliberativos como os Conselhos Superiores. Não percebem como grande conquista, já que não se conseguiu a autonomia administrativa e o reitor costuma seguir determinações do governo, resultando, muitas vezes, em prejuízos para a comunidade universitária.

Nos depoimentos das lideranças da ADCESP, as principais conquistas foram a ampliação do quadro docente qualificado, através dos concursos públicos, aprovação do Plano de Cargos e Salários dos docentes, melhorias estruturais de alguns *campi* e o impedimento de fechamento de cursos, *campi* e núcleos. Tudo, na visão dos sindicalistas, foi fruto da luta docente através dos movimentos de mobilização da comunidade universitária através das greves e do Movimento S.O.S UESPI.

Mesmo reconhecendo as melhorias, apresentam-se vigilantes e atentos para as transformações que estão sendo operadas na instituição com o *slogan* de crescimento institucional, como é o caso da Educação a Distância-EaD. O sindicato tem questionado muito essa forma de ensino e os problemas ocasionados por ele, para discentes e docentes. Vejamos o relato de Lina Fernandes a esse respeito.

[...]. Tem umas coisas que realmente temos que ser muito críticos e a grande preocupação hoje que a gente espera que seja solucionada, eu não sei como, é que os polos presenciais não virem polos à distância. Se você pegar hoje a quantidade de estudantes que a UESPI tem presencial e a distância, o número de alunos nesta última é maior até do que a presencial. Isso traz a precarização do trabalho docente

porque os professores que trabalham na EaD não são concursados como professor do estado. Eu tenho ex-aluno que nem especialização tem e é professor do EaD, está sendo tutor. Ele vai receber três, quatro parcelas de mil e trezentos reais e depois fica morto de feliz, mas não vai ter aquilo ali para a vida toda: é uma precarização da nossa profissão. Isso aí é um horror e os professores que estão aqui dentro não percebem isso. Eles não têm alcance para isso por mais que você explique. (FERNANDES, 2016, p. 28).

Essa preocupação de Fernandes com a ampliação do Ensino a distância é pertinente e tem preocupado os estudiosos do sindicalismo docente, justamente por precarizar as relações de trabalho e direitos trabalhistas, pois os professores recebem como bolsistas, portanto, sem vínculos empregatícios, sem direito a 13^a salário e contagem de tempo de serviço para a aposentadoria. Além disso, outra preocupação é que o ensino, que hoje é aplicado a nível superior seja aplicado em outras modalidades de ensino, como ensino fundamental e médio e educação infantil. Existe uma grande propaganda dos benefícios dessa modalidade com o uso das novas tecnologias. Mancebo (2012) destaca que a UAB possui grande potencial para ofertas de vagas no ensino superior porque é beneficiada por uma legislação flexível que não exige os mesmos padrões de investimentos da IES. Entretanto, a universidade que adota essa modalidade, sofre alterações no seu perfil e os rumos de sua valorização, por causa do sucateamento desse nível de ensino. A universidade fica dissociada de seu tripé: ensino, pesquisa e extensão.

Neste modelo, a educação é abertamente tratada como mercadoria e as condições de trabalho regidas pela nova lógica do mercado de flexibilização dessas relações. Embora a crítica de Lina Fernandes a respeito da quantidade de alunos da EaD superar os alunos dos Cursos do Período Regular, não é o que constatamos nos relatórios da Instituição. De acordo com eles, a EaD foi implantada na UESPI em 2009 iniciando com 15 cursos no interior do Estado com um número de 700 alunos contra 14.153 da Graduação período regular. Em 2012, recorte final de nossa pesquisa, os dados ainda são favoráveis ao ensino regular. Apontando 2.062 alunos de EaD contra 13.130 alunos dos cursos regulares.

Mesmo com todos esses dados comprovando que o ensino regular tem superado o ensino a distância, ele tende a se precarizar ainda mais por falta de recursos e investimentos. Não podemos perder de vista a visão dos gestores da instituição que estão preocupados com a quantidades de *Campi* e Núcleos e querem uma estrutura enxuta para administrar melhor os recursos dentro da proposta da lógica do mercado de enxugamento da estrutura do Estado. A educação à distância na visão do ex-reitor Carlos Alberto Silva, seria a solução viável para o problema da expansão desordenada da UESPI.

[...]. A questão da expansão da universidade foi exacerbada, foi feita de forma errada, não tinha financiamento. Então, eu estava até discutindo outro dia com o reitor: *“Olha, eu acho que a universidade tem que apostar nas cinco grandes unidades, devolver os núcleos para a secretaria de educação a fim de fazer a manutenção e continuar fazendo a oferta em todas elas porque diminui o custo”*. Exemplo disso são os polos de educação à distância que são mantidos pela secretaria de Educação. Isso não impede a universidade de fazer a oferta de curso e é outro grande problema porque a legislação diz o seguinte: se tiver a unidade da universidade, eu tenho que ter toda a estrutura, tenho que contratar professor, servidor, tem que ter infraestrutura, internet, laboratório, tudo. E tem dinheiro para isso? Não tem. A quantidade de núcleos é gigante, não tem como manter. E veja a lógica de eu ter um núcleo mantido pelo Estado, a exemplo da EaD, a universidade oferta o curso, sai de lá e os professores são qualificados porque são da rede [...] (SILVA, 2016, p. 44,45).

Oneide Rocha, reitora de 2003, relata que já era projeto do governador Wellington Dias, enxugar a estrutura da universidade para poder funcionar melhor, prevendo a implantação da educação a distância.

As mudanças são como eu já te disse: um processo. Houve a presença de um governo que favoreceu, que queria. Inclusive, o Wellington dizia que queria que a UESPI chegasse em todos os municípios do Piauí. Ele já previa a UAB, que é a Universidade Aberta, em todos os campi, porque via que era impossível continuar como estava, com a estrutura pesada. O governo não tinha condição de sustentar uma universidade naqueles moldes [...] (ROCHA, 2016, p. 23).

Percebemos pelas entrevistas que a preocupação das lideranças sindicais com a expansão da educação a distância deve ser debatida com mais profundidade com a base do sindicato, a fim de que sejam pensadas alternativas para tal situação. A universidade apresenta poucas conquistas e elas podem ser agravadas com o sucateamento da universidade e das condições trabalhistas a partir da ampliação dessa modalidade de ensino. No entanto, muitos professores ainda vivem no imediatismo de complementação salarial através das bolsas de ensino e de projetos que são implantados na universidade, como UAB/EaD, PARFOR, PIBID.

Os depoimentos dos sujeitos apontam para a consolidação de um sindicato forte que a partir da luta docente conquistou melhorias para a instituição. Nas entrevistas, os sindicalistas apontam as dificuldades enfrentadas em construir a luta com professores que não querem se comprometer, não querem ir para o embate político. O estudo aponta ainda um grupo de professores despolitizados da situação conjuntural do País: não conseguem fazer a ligação entre a conjuntura nacional e a interferência na universidade, também não se reconhecem como classe trabalhadora, fato que também dificulta a luta em torno de bandeiras de lutas conjuntas.

Os representantes sindicais se mostraram coesos, apresentando uma memória coletiva positiva do sindicato e de suas principais lideranças, chegando a apontar aqueles que se comprometeram com a luta e reforçando, assim, o papel de cada um no contexto do movimento. Apresentam-se como combativos e defensores da universidade. Não capitulam a nenhum governo. Não esconderam as dificuldades de relação com o Estado e a reitoria. Mas não conseguem perceber ou não querem reconhecer que a manutenção das mesmas pessoas na diretoria do sindicato dificulta o surgimento de novas lideranças e que a formação política que oferecem para a base é feita de forma esporádica e com pouca participação. Precisariam ampliar o número de militantes para fortalecer a luta, fazendo com que o sindicato seja presente em todos os *campi* da universidade.

Os ex-reitores e reitor atual também pontuaram as transformações na universidade como fruto do trabalho de suas gestões, favorecidas pela abertura dada pelo governo do Partido dos Trabalhadores. Embora a professora Valéria Ribeiro aponte este partido como o responsável pelas dificuldades de autonomia financeira da instituição, por não ter dado liberdade à universidade para ter sua conta única e gerir seus recursos. Os depoimentos foram influenciados pela visão que os gestores têm da entrevistadora, por ser professora da casa e estar fazendo uma pesquisa que tem como objeto a relação sindicato com o Estado e a reitoria. Percebemos nos relatos a preocupação de se apresentarem como gestores abertos ao diálogo com os docentes em luta. Todos reforçaram que ajudaram na interlocução com o Estado em busca de uma negociação com o sindicato. Alguns se apresentaram como atuantes nas lutas sociais, portanto, como participativos e interessados no desenvolvimento da universidade e nas melhorias trabalhistas para os professores.

Consideramos que os depoimentos foram fundamentais na análise do tema em estudo. A memória dos sindicalistas e dos ex-reitores(as) nos ajudaram a aprofundar a compreensão sobre os embates entre o Estado e os sindicatos, uma vez que ela, em sua relação com a história, serve como forma de preservação do tempo. A memória dos grupos sociais serve para fermentar as identidades individuais e coletivas, pois, ao recordar o fato, o indivíduo faz uma reflexão de sua participação na história e da atuação da instituição ou grupo ao qual pertença, consolidando, assim, a memória individual e coletiva do grupo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão de um trabalho é sempre provisória e também é a parte mais difícil. Colocar um fim para a história que se está construindo é como um parto complicado: dói muito. A paixão pelo objeto de estudo nos deixa tão inebriado que, a cada resposta que descobrimos, novas questões são elaboradas incitando novas análises. É nesse momento que nos damos conta de que o tempo finda e temos que pôr um ponto final nas questões que nos colocamos.

O percurso de pesquisa para nós foi uma aventura prazerosa, pois ao utilizarmos uma gama de fontes diferenciadas, pudemos aprender muito. Houve dois momentos especiais nessa aventura de historiadora que gostaríamos de destacar. O primeiro foi a aplicação de questionário com os docentes, quando alguns, além de responder as questões interrogaram sobre o trabalho e levantaram questões que mereciam ser analisadas. Outro momento, foi na coleta dos depoimentos dos reitores, presidentes e diretores da ADCESP. O contato com cada um, a disponibilidade para falar de suas experiências e a disposição para refletir sobre a UESPI foi nos dando fôlego para ampliarmos a discussão. Foi no momento de construção da fonte que fomos crescendo como pesquisadora, ganhando segurança para tratar do tema sindicalismo docente superior.

Estudar sindicalismo docente superior no Piauí foi um desafio ao qual nos propomos em um momento de muitos embates entre os sindicatos e o Estado. O ano de 2003 foi marcado por uma série de greves do sindicalismo do funcionalismo público no Piauí e no Brasil: muitos se levantaram contra o projeto de reforma da previdência. No Piauí, assumia o governo Wellington Dias- PT que, assim como o governo federal, também tinha propostas de reformas do Estado. Os professores da UESPI já vinham de um período de oito anos sem reajuste salarial, então, aproveitaram o momento de ebulição e também foram às ruas e ao Palácio do Governo(Karnak), exigir aumento salarial.

Para alcançar os objetivos definidos na pesquisa fizemos um longo percurso, no qual a abertura para conhecimentos novos foi o impulsionador das estratégias elaboradas ao longo do estudo de tese. O estudo da teoria de Gramsci e suas categorias explicativas, como: Estado Ampliado, hegemonia, intelectual orgânico, intelectual tradicional, sociedade civil e as suas explicações sobre o papel do partido político e do sindicato foram fundamentais para construirmos a análise das fontes.

Para estudarmos a relação da ADCESP com o Estado e reitoria, partimos da categoria de Estado Ampliado de Gramsci, o qual engloba tanto a sociedade política quanto a civil,

numa interação permanente. Assim, fizemos uma análise dos governos de Collor a Lula, para explicarmos as transformações que foram sendo operadas no interior do Estado pela classe dominante, obedecendo às diretrizes da política neoliberal. Dentro desses princípios, o mundo do trabalho foi transformado pela flexibilização das relações de trabalho e a desregulamentação de direitos anteriormente adquiridos pelos trabalhadores em luta. Esse processo teve início no governo Collor, que deu início ao processo de privatização das empresas estatais e diminuição das atribuições do Estado, abrindo espaço para a iniciativa privada e atuação do capital internacional. Contando com o apoio da Força Sindical, que ajudou no processo de amortecimento da luta dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que contribuía para a flexibilização das relações trabalhista, ao defender o emprego acima de tudo, favoreceu a implantação de reformas no mundo do trabalho que resultaram em prejuízos para os trabalhadores.

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso, a política neoliberal ganhou forças e se concretizou através de um processo de reformas do Estado que atingiu vários setores, foram feitos cortes nas políticas sociais, saúde e educação e os trabalhadores foram duramente reprimidos em suas manifestações em busca de direitos. Atingiu ainda o mercado de trabalho, ocasionando uma retração no emprego formal e ampliação do emprego informal e do terceirizado, precarizando ainda mais as condições de trabalho e de proteção social dos trabalhadores que, no novo contexto, foram obrigados a aceitar relações trabalhistas mais flexíveis e ter que conviver com a insegurança no emprego. Situação vivida inclusive, nas universidades com o professor do quadro provisório, que trabalha por um tempo determinado sem ter todas as garantias trabalhistas. A adoção da política neoliberal pelo governo brasileiro, dificultou a ação sindical. Os sindicatos passaram a conviver com uma conjuntura de difícil mobilização da classe, devido à redução do número de sindicalizados e de relações mais flexíveis de trabalho, tendo que, a partir daí, redirecionar a luta para a defesa do emprego e dos direitos conquistados em lutas passadas, não conseguindo ampliar a luta por direitos novos, como a redução da jornada de trabalho e a garantia dos direitos previdenciários.

Foi ainda no governo de FHC que a reforma universitária começou a ser implantada, facilitando a ampliação do ensino superior privado, com regras mais flexíveis para a criação de faculdades e centros de ensino superior. O resultado foi o sucateamento das universidades públicas, que tiveram que funcionar com cortes de recursos e ameaça de diminuição dos direitos dos docentes, obrigando estes a reagirem através de longas greves.

Durante as administrações do PT, tendo à frente Lula como presidente, esperava-se que este pudesse conter o avanço da política neoliberal, mas segundo os estudiosos do PT e

do movimento sindical, este partido teria se transformado para se adequar à ordem e se credenciar como partido eleitoral. Essa mudança de rumo e de princípios teria afetado o modo petista de governar, ao fazer alianças com a classe dominante brasileira e tentando controlar o movimento sindical através da CUT. Esta apoiou o governo Lula em ações que, visivelmente, prejudicaram os trabalhadores.

Com a postura da CUT de colaboracionismo ao governo do PT, o movimento sindical sofreu mais um racha, quando muitos sindicatos se desfilaram da CUT e se organizaram através da Coordenação Nacional de Lutas/Conlutas e da Intersindical. Mais tarde, a Conlutas passa a se organizar como Central Sindical e Popular e recebe nos seus quadros parte dos grupos dissidentes da CUT. Assim, o movimento sindical ganhou uma central de oposição ao governo petista e através dela passou a organizar várias manifestações de protestos contra o avanço da política neoliberal e as reformas do Estado. O ANDES/SN filiou-se à Conlutas e levantou-se em defesa da educação pública e contra o sucateamento da educação superior e o processo de reformas que foram implantadas nessa modalidade de ensino, como a Educação a Distância.

Vimos que o movimento sindical teve que enfrentar vários desafios, nesse novo contexto de desregulamentação das relações de trabalho. O sindicalismo docente enfrentou o mesmo dilema do período de sua fundação: a relação entre sindicato e partido. Ainda hoje, os sindicalizados que mantêm uma visão conservadora do sindicato baseado no modelo corporativo, questionam a relação entre sindicato e partido político, muitos filiados não abraçam a luta em forma de greve utilizando como justificativa a aproximação estreita entre partido e sindicato como prejudicial à luta. Em contrapartida, os sindicatos docentes filiados ao ANDES/SN, na sua maioria, são dirigidos por lideranças filiadas ao PSTU e ao PSOL. A partir de suas diretrizes, os partidos têm imprimido um tom mais aguerrido aos debates e às críticas à política neoliberal, ampliando a luta docente, para além dos muros da Universidade e dos interesses salariais da categoria. Têm ainda, defendido a união da luta dos trabalhadores e durante toda a administração do PT, se mantiveram sempre na oposição às políticas aplicadas por esse partido. Mesmo assim, não têm conseguido convencer as bases sindicais que a luta deve ser ampliada, ocasionando greves com pouca adesão, mesmo em contextos de grande pressão por parte do Estado.

Gramsci nos seus escritos, já pregava a necessidade da relação entre partido e sindicato como necessária para o fortalecimento da luta e como meio para os trabalhadores conquistarem espaço nas estruturas do Estado, a fim de tornarem seus projetos hegemônicos. Outro ponto destacado por ele é o da avaliação da força política do grupo, para se averiguar o

grau de homogeneidade que possui para dar prosseguimento à luta. “O momento seguinte é a relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais [...]” (GRAMSCI, 2012, p. 41). Essa avaliação é para saber o grau de consciência política coletiva do grupo social. No contexto de nosso estudo, percebemos que a formação oferecida pela ADCESP à sua base não foi suficiente para promover a superação do grau de consciência política coletiva dos seus associados, permanecendo ainda no primeiro grau definido por Gramsci de econômico-corporativo. Também não percebemos essa formação política da base como prioritária pela ADCESP, pois estes encontros de formação ocorrem de forma esporádica e não têm boa divulgação e mobilização dos docentes para delas participarem. Muitas vezes, o sindicato faz algumas atividades formativas visando cumprir o que determina o ANDES/SN para as Associações Docentes, mas não se preocupam com a participação da base. Entretanto, em todas as greves organizadas pela ADCESP foi questionada a pouca participação dos docentes e o seu grau de consciência política, já que só se organizavam para lutar por melhoria salarial.

No estudo das greves da ADCESP, constatamos que as pautas de lutas foram se ampliando ao longo do tempo. Em 2003, primeira greve analisada, a pauta principal era só a questão salarial, defesa do salário que já estava há oito anos sem reajuste. De 2011 em diante, as pautas se ampliam para atender aos interesses de outros segmentos da universidade, como discentes e técnicos administrativos, impulsionando a luta por melhoria estrutural para todos os *campi* da universidade. O sindicato tendeu a ampliar as críticas ao governo, mas isso nem sempre bem aceito por seus associados.

Constatamos, ainda, que a realidade estrutural e organizacional da UESPI se apresentava como um grande problema, fruto da forma improvisada e desorganizada do seu processo de expansão para o interior do Estado, com a oferta de cursos no período de férias para formar os professores da rede estadual e municipal em nível superior. Desse processo, resultou o fechamento de vários convênios entre universidade e prefeituras, associações, sindicatos para o oferecimento dos cursos. Em 2003, quando a nova administração da universidade assumiu e fez o balanço da situação da universidade, descobriu uma realidade alarmante: a maioria dos cursos em funcionamento não tinha nem autorização para funcionar, muito menos projeto político pedagógico e condições de oferecer um diploma para o aluno, por falta de regularização. Além disso, a universidade enfrentava problemas financeiros, por falta de pagamentos das instituições com as quais tinha selado convênios, ocasionando em atraso salarial dos docentes que haviam ministrado aulas nos cursos em períodos de férias e

em altas taxas cobrada aos alunos do período regular quando tinham que renovar matrícula ou quando necessitavam de algum documento da universidade. Agravado pelo achatamento salarial dos docentes efetivos e do quadro provisório. Foi essa realidade estrutural e organizacional o estopim para a primeira greve docente.

Nossa hipótese de tese era que a universidade foi melhorando a partir do atendimento das reivindicações dos docentes organizados na ADCESP em luta. Através do uso da greve, exigiram melhorias salariais e das condições de trabalho. A partir da análise da documentação produzida pela administração superior da universidade, como os relatórios de ações, constatamos que a reitoria e pró-reitorias da universidade trabalharam para legalizar a universidade e seus cursos. A conquista das eleições para escolha dos gestores da universidade, reitor, diretores de *Campus* e Centro e coordenadores de curso foi apontada por todos os entrevistados como um avanço político, embora nem sempre o reitor dispusesse de autonomia para realizar o planejado pela gestão, por falta de recursos financeiros. Mesmo assim, essas administrações formadas por professores da própria instituição passaram a trabalhar para melhorar os índices da universidade. Foi a partir dessa visão que a administração da universidade passou a planejar os passos de gestão. Foi elaborado Plano de Desenvolvimento Institucional para definir metas e ações da UESPI. Da Coordenação dos cursos foi cobrado a criação de colegiados, Projeto Político Pedagógico, para se refletir sobre as necessidades de cada curso. Promoveu-se uma regulamentação da universidade e de seus cursos, favorecida também pela ampliação e qualificação do corpo docente. As melhorias estruturais e qualitativas, concretizada através da ampliação do corpo docente e dos concursos públicos, foram pressionadas pelas lutas da ADCESP, que a cada greve, cobrava melhoria salarial e concurso público ou efetivação dos docentes que já haviam sido aprovados em concursos anteriores.

A relação da ADCESP com o Estado se mostrou bastante conturbada, sendo definida pela atual presidente do sindicato Lina Fernandes “como uma queda de braço”. A situação talvez tenha se agravado pelo perfil dos presidentes do sindicato que, a partir de 2008, passou a contar com militantes do PSTU, com postura crítica ao governo e de radicalidade da luta, optando, sempre que a conjuntura permitia, pela estratégia da greve. Também constatamos que a greve foi muito utilizada pelo sindicato para forçar a abertura de um canal de negociação. No geral, a ADCESP passava em torno de dois meses tentando audiência, sem sucesso. Tal fato constatado pela quantidade de ofícios encaminhados ao governo do Estado, solicitando audiências. Muitas vezes, a greve foi decretada para forçar uma audiência com o governador. Quando isso acontecia, o governo abria para a negociação. Da parte do

governador, esse utilizou a imprensa local para apresentar suas justificativas e para desqualificar a greve docente. O discurso do governo era o de que não governava só para uma categoria e que era o único que tinha um calendário de pagamentos do funcionalismo público em dia. Portanto, os grevistas deveriam saber esperar o melhor momento para cobrar melhorias do Estado. Contudo, as melhorias só eram conquistadas a duras penas, com muitos dias de luta contra o governo do PT e do PSB, que sempre agiram no sentido de dificultar a negociação com a ADCESP.

Em relação a reitoria, por ser essa o braço direito do Estado na universidade e pelo fato da UESPI não ter autonomia financeira, tinha pouca ou nenhuma autonomia administrativa para fechar um acordo com os grevistas, tendo que recorrer ao governador, para intervir no movimento para pôr fim à greve dos docentes. Em nenhuma das greves estudadas, mesmo com empenho da reitoria em algumas situações, não foi possível fechar acordos com os docentes sem o aval do governador. Sobre a reitoria os sindicalistas apontaram dificuldade de entendimento, havendo, inclusive, perseguições pessoais e cortes de salários. Entretanto, faz-se necessário destacar que a greve de 2008 foi a que conseguiu um melhor reajuste salarial. Nesse caso, teve participação da reitoria (Valéria Ribeiro) na construção de tabela com proposta de reajuste, buscando adequar os salários dos docentes da UESPI com os das universidades federais. O sindicato também construiu proposta de tabela buscando melhoria salarial. Ao final do conflito, embora não tenham conseguido o reajuste desejado, foi fechado acordo que agradou a maioria dos associados.

O papel da reitoria nas greves foi marcado por contradições. Reitores e equipe administrativa costumavam participar de assembleias da categoria no período de greve, ora tentando amortecer a luta, ora apresentando propostas de reajustes para pôr fim à greve. Por outro lado, quando tinham que se manifestar, para além dos muros da universidade, o discurso era de defesa do Estado e contrário aos professores organizados através da estratégia da greve. Fato constatado em entrevistas de jornais e nas denúncias feitas através das Atas das assembleias da ADCESP, quando a pauta era a avaliação da greve.

Já a diretoria da ADCESP, se mostrou firme em conduzir as greves que empreendeu. Porém, não foi pedagógica o suficiente para promover formação política dos associados para que estes pudessem crescer criticamente. Também não soube fazer avaliação da força política do grupo para se certificar do grau de homogeneidade do mesmo para dar prosseguimento à luta. Como resultado, sustentou greves difíceis, no geral apoiada por pouco docentes e alunos. Outro ponto que merece reflexão é a forma como foram feitas as avaliações das greves, durante as assembleias da categoria. Nas avaliações, os diretores do sindicato reforçavam

sempre o ganho político com a greve, mesmo quando os docentes não identificavam nenhuma conquista aparente. Criticavam a pouca adesão dos docentes, avaliando que se o envolvimento destes tivesse se consolidado, os ganhos aparentes seriam maiores. O grupo que construía as greves, seguia a avaliação dos diretores da ADCESP, lamentava a pouca adesão docente. Na fala de uma diretora, podemos identificar a ausência do principal sujeito responsável pela luta: “os professores não dão corpo e movimento à greve”; e mais um desabafo: “os professores fazem greve de pijama”. Uma alusão àqueles que dizem estar grevando, mas ficam em casa ou cuidando de outras atividades, mas não vão construir o movimento de greve.

Entretanto, devemos reforçar que a ADCESP conduziu a maioria das greves em momentos difíceis, considerado pelos estudiosos do sindicalismo brasileiro como época de refluxo da luta devido à diminuição do número de sindicalizados e por conta dos efeitos da política neoliberal de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho. No caso da ADCESP, esta teve o número de sócios pouco alterado a cada greve. Embora tenha enfrentado dificuldade de mobilização dos docentes, ocasionada também pela estrutura organizacional da universidade, que tem *campus* e núcleos em várias cidades do Estado do Piauí, dificultando o deslocamento dos docentes para aderirem às atividades de greves, geralmente realizadas na capital, Teresina. Nem sempre, o sindicato consegue se fazer presente em todos os *campus* para mobilizar os docentes, fato que dificulta a adesão dos filiados ao movimento paredista. Embora os docentes reclamem da forma radical e política como a diretoria da ADCESP conduz a luta, a mesma foi reconhecida pela maioria dos docentes como a responsável pelas melhorias adquiridas por eles. No questionário aplicado aos docentes, quando perguntado a quem eles atribuíam as melhorias salariais dos docentes e estruturais da UESPI, a maioria atribuiu como resultado das lutas da ADCESP.

O sindicato se mostrou combativo e radical nas estratégias de pressão. Mas identificamos uma contradição no modelo de sua organização: apresenta resquícios de burocratização, pois de 2008 a 2017 a diretoria do sindicato tem apresentado baixo índice de renovação. As eleições para renovação das diretorias tem apresentado pouca participação dos docentes, são eleições esvaziadas, compostas por somente uma chapa, no geral, formadas pela própria diretoria do sindicato. O período de divulgação das eleições é curto, ocasionando dificuldades para se formar chapas de oposição, resultando na manutenção dos mesmos sujeitos na condução do sindicato. O que sugere que as lideranças sindicais, presidentes e diretores da ADCESP têm se mostrado politizados para a luta, mas não conseguem convencer a maioria dos docentes da importância da organização sindical para o fortalecimento da luta em prol da educação pública e de qualidade. Ou que esse desinteresse dos docentes não seja

visto como problema pelos diretores da ADCESP, já que assim não serão ameaçados no projeto de continuidade na condução do sindicato. Os diretores sindicais recebem formação política nos congressos do ANDES/SN, Conlutas e nos partidos a que estão filiados. Mas essa formação não é suficiente para promover o convencimento dos outros docentes, o que, ao nosso ver, deve ser reforçado com formação política para os docentes associados, a fim de que estes também possam crescer politicamente e assim se envolver e “dar corpo e movimento” para as futuras greves que se fizerem necessárias, podendo ainda se comprometerem com a gestão do sindicato.

Percebemos, ainda, que a pouca participação dos docentes tão destacada por diretores da ADCESP e por ex-reitores é um dado a ser avaliado, pois, sem essa adesão, a diretoria do sindicato não teria condições de sustentar greves longas. Apontando assim, para o surgimento de novas lideranças que com o fim do movimento não foram incorporadas pela direção do sindicato visando preparar novos quadros.

Ainda que em contextos tão adversos como os enfrentados pela classe trabalhadora no momento atual, como a ameaça da perda de antigos direitos conquistados a ADCESP se mostrou firme em lutar para manter os direitos adquiridos e ampliar novos direitos. O estudo, porém, prova que os desafios para a classe trabalhadora vão além da construção e manutenção de uma greve. Faz-se necessário e urgente se construir laços de solidariedade entre a classe trabalhadora para se construir a consciência política de que a própria classe deve tomar nas mãos a responsabilidade pela defesa de seus direitos para que junto com o sindicato, possa conquistar espaços no interior do Estado para fazer valer os projetos da classe trabalhadora. No caso da universidade, é preciso a união dos docentes para defender uma universidade pública, de qualidade e baseada no tripé: ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Betty S. **O que todo cidadão precisa saber sobre greves**. 2 ed. São Paulo: Global, 1986.
- ALBERTI, Verena. Fontes orais: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011, p.155-202.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALMEIDA, José Maria de. **Os sindicatos e a luta contra a burocratização**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007. (Coleção 10, 1).
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). **Usos e abusos da História Oral**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p.VII-XXV.
- ANDES UFSC. **Histórico das greves do ANDES/SN: reivindicações e resultados**. 29 maio 2012. Disponível em: <<http://andes-ufsc.org.br/historico-das-greves-do-andes-sn/>>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Unicamp, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a formação e a negação do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **Uma esquerda fora do lugar: o governo Lula e os descaminhos do PT**. Campinas, SP: Armazém do Ipê; Autores Associados, 2006.
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos (Org.). **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 29-59.
- ARAÚJO, Romildo de Castro; LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. Associativismo e sindicalismo de professores no Piauí: continuidades e rupturas no processo de organização (1950- 1970). In: GINDIN, Julián; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; DAL ROSSO, Sadi (Org.). **Associativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimentos**. Brasília: Paralelo 15, 2013. p. 224-241.
- ARCARY, Valério. **Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ. **Ata da Assembleia geral** dos docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí ADCESP/UESPI em 14 de junho de 2006. (Arquivo /ADCESP).

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ. **Ata da Assembleia geral** dos docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí ADCESP/UESPI em 05 de julho de 2012. (Arquivo /ADCESP).

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ. **Ata da Assembleia geral** dos docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí ADCESP/UESPI em 13 de agosto de 2012. (Arquivo /ADCESP).

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ. **Ofício** circular n.8 de 23 de outubro de 2003, da presidente da associação dos docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí, Fátima Lima ao governador do Estado, Welington Dias e reitora da UESPI Oneide Rocha. (ARQUIVO da ADCESP).

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ/ADCESP/UESPI. **Ata da assembleia geral** da associação dos docentes do centro de ensino superior do Piauí/ADCESP/UESPI em 09 de junho de 2011. (Arquivo da ADCESP).

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ/ADCESP/UESPI. **Ata da assembleia geral** da associação dos docentes do centro de ensino superior do Piauí/ADCESP/UESPI em 01 de abril de 2011. (Arquivo da ADCESP).

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ-ADCESP. **Ofício** n.32 de 05 de abril de 2011, da presidente da associação dos docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí, Maria das Graças Silva Ciríaco ao governador do Estado, Wilson Nunes Martins. (ARQUIVO da ADCESP).

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ-ADCESP. **Ofício** nº 42, de 23 de maio de 2012, da presidente da associação dos docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí, Lina Santana ao governador do Estado, Wilson Nunes Martins. (ARQUIVO da ADCESP).

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ-ADCESP. **Ofício** nº 088, de 27 de agosto de 2012, da presidente da associação dos docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí, Lina Santana ao reitor da Universidade Estadual do Piauí-UESPI, Carlos Alberto Pereira da Silva. (ARQUIVO da ADCESP).

BATISTA, Nougá Cardoso. **Nougá Cardoso Batista**: depoimento [2013]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2013. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

BATISTA, Nougá Cardoso. **Nougá Cardoso Batista**: depoimento [2016]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2016. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BONFIM, Maria do Carmo Alves do. **Movimento de docentes da educação básica estadual pública piauiense: heterogeneidades e diferenças**. 2000. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRIDI, Maria Aparecida da Cruz. **Sindicalismo e trabalho em transição e o redimensionamento da crise sindical**. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. Olhares sindicais sobre o governo Lula: a percepção dos dirigentes sindicais. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos (Org.). **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014. p. 87-114.

BURAWOY, Michael. **O marxismo encontra Bourdieu**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CIRÍACO, Maria das Graças Silva. **Maria das Graças Silva Ciríaco: depoimento** [2016]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2016. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS, 2012.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Memória, História e sujeito: substratos da identidade. **HISTÓRIA ORAL**: Revista da Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, n. 3, v.3, p.109-115, jun. 2000.

DEUS, Cleber de. **A reeleição de Wellington Dias (PT) em 2006 e o surgimento do neo-conservadorismo na política piauiense**. In: <<http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/pi.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2016.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira: embate de projetos hegemônicos**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

ESTADO alega não poder arcar com o reajuste dos professores, **Diário do Povo**, Teresina, 19 abr. 2008. p. 04.

FEITOSA, Maria da Penha. **A educação superior pública estadual no Piauí: aspectos da origem e o processo de expansão nos anos 1990**. Teresina: UFPI, 2006. (Dissertação Mestrado em Educação) UFPI. 223p.

FERNANDES, Lina Maria Santana. **Lina Maria Santana Fernandes**: depoimento [2016]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2016. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

FERREIRA, Ruth Vasconcelos Lopes. Movimentos sociais e partidos políticos. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 166-176, nov. 1994. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/Brasil/cpda/estudos/três/ruth3.htm>>. Acesso em: 09 out. 2011.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 3. ed. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. **Reflexões im-pertinentes**: história e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

GALVÃO, Andréia. A CSP-Conlutas em perspectiva. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos (Org.). **O sindicalismo na era Lula**: paradoxos, perspectivas e olhares. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014. p. 115-148.

GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: GALVÃO, Andréia; BOITO JR., Armando. **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 187-221.

GARCIA, Cyro. **PT**: de oposição á sustentação da ordem. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

GENTILI, Pablo; OLIVEIRA, Dalila Andrade. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In: SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberal no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2013. p. 254-263

GINDIN, Julián; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; DAL ROSSO, Sadi (Org.). **Associativismo e sindicalismo em educação**: teoria, história e movimentos. Brasília: Paralelo 15, 2013.

GONÇALVES, Reinaldo. **Ô abre-alas**: a nova inserção do Brasil na economia mundial. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Ofício** n.º 21.000-1339/GAB-SEAD de 19 de junho de 2012, do secretário de administração do governo do estado do Piauí, Paulo Ivan da Silva Santos, para a presidente da associação dos docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí, Lina Santana. (Arquivo da ADCESP).

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Ofício** n.º 397/GG de 21 de maio de 2008, do governador do estado do Piauí, José Wellington Barroso de Araújo Dias, para a reitora da Universidade Estadual do Piauí-UESPI, Valéria Madeira Martins Ribeiro. (Arquivo da reitoria da UESPI).

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ/ Secretaria de Administração-SEAD. **Relatório analítico do Movimento Financeiro**. Financeiro: 574 –ADCESP – ASSOC. DOC. C. E. S/PI. Referência: 01/2005. Teresina, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ/ Secretaria de Administração-SEAD. **Relatório analítico do Movimento Financeiro**. Financeiro: 574 –ADCESP – ASSOC. DOC. C. E. S/PI. Referência: 01/2006. Teresina, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ/ Secretaria de Administração-SEAD. **Relatório analítico do Movimento Financeiro**. Financeiro: 574 –ADCESP – ASSOC. DOC. C. E. S/PI. Referência: 01/2007. Teresina, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ/ Secretaria de Administração-SEAD. **Relatório analítico do Movimento Financeiro**. Financeiro: 574 –ADCESP – ASSOC. DOC. C. E. S/PI. Referência: 01/2008. Teresina, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ/ Secretaria de Administração-SEAD. **Relatório analítico do Movimento Financeiro**. Financeiro: 574 –ADCESP – ASSOC. DOC. C. E. S/PI. Referência: 01/2009. Teresina, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ/ Secretaria de Administração-SEAD. **Relatório analítico do Movimento Financeiro**. Financeiro: 574 –ADCESP – ASSOC. DOC. C. E. S/PI. Referência: 01/2010. Teresina, 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ/ Secretaria de Administração-SEAD. **Relatório analítico do Movimento Financeiro**. Financeiro: 574 –ADCESP – ASSOC. DOC. C. E. S/PI. Referência: 01/2011. Teresina, 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ/ Secretaria de Administração-SEAD. **Relatório analítico do Movimento Financeiro**. Financeiro: 574 –ADCESP – ASSOC. DOC. C. E. S/PI. Referência: 01/2012. Teresina, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ/ Secretaria de Administração-SEAD. **Relatório analítico do Movimento Financeiro**. Financeiro: 574 –ADCESP – ASSOC. DOC. C. E. S/PI. Referência: 01/2013. Teresina, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. v. 3.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HIDAKA, Renato Kendy. Sindicalismo docente e reforma neoliberal no estado de São Paulo. In: GINDIN, Julián; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; DAL ROSSO, Sadi (Org.).

Associativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimentos. Brasília: Paralelo 15, 2013. p. 207-224.

HOBBSAWM, Eric J. **Como mudar o mundo:** Marx e o marxismo. Tradução Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinaes**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

JORNAL da ADCESP. Teresina, mar. 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. 7 ed. revista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEHER, Roberto. Educação superior minimalista: a educação que convêm ao capital no capitalismo dependente. **Caderno de Textos**, São Paulo, n. 7, p. 3-12, 2011. Disponível em: <https://ened2011.files.wordpress.com/2011/07/cadernodetexto_ened20111.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

LEHER, Roberto. Prefácio. A (Contra-) Reforma universitária do governo Lula e o fim das fronteiras entre o público e o privado. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Reforma universitária do governo Lula:** reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004. p. 13-22.

LESBAUPIN, Ivo. Apresentação - O desmonte de um país. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação:** balanço do governo FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 7-13.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente na educação superior: problematizando a luta. In: DAL ROSSO, Sadi et al. (Org.). **Associativismo e sindicalismo em educação:** organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011. p. 69-88.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. A transição para o neoliberalismo e a crise do Governo Collor. In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 19-65.

MASCARENHAS, Angela Cristina Belém. **O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora**. Goiânia: Alternativa, 2002.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Reorganizando em meio ao refluxo:** ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009a.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.

MATTOSO, Jorge. Produção e emprego: renascer das cinzas. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação:** balanço do governo FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 115-132.

MEDEIROS, Lucineide Barros. **Lucineide Barros Medeiros:** depoimento [2016]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2016. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

MELO, Marcelo Paula; FALLEIROS, Ialê. Reforma da aparelhagem estatal: novas estratégias de legitimação social. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 175-192.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.) **História: pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório de Ensino de História, 1998. p. 13-32.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Sociedade Civil em Gramsci – venturas e Desventuras de um Conceito. IN: PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sonia Regina de. (Orgs.) **Sociedade Civil: Ensaios Históricos**. Jundiaí, Paco Editorial: 2013, p.15-25.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil recente: 1964-1992**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

MIRANDA, Kênia Aparecida. **As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT**. 2011. 400 f. Tese (Doutorado em História) - programa de Pós-Graduação em história, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memória: combates pela história. **HISTÓRIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História Oral**, Rio de Janeiro, v. 10 n. 1, jan-jun. 2007, p. 27-42.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

NE10. **Há 32 anos professores federais realizavam a primeira greve**. 16 ago. 2012. Disponível em: <<http://ne10.uol.com.br/canal/educacao/noticia/2012/08/16/ha-32-anos-professores-federais-realizavam-a-primeira-greve-361894.php>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004.

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JR. Armando et al. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 93-136.

O SALÁRIO dos professores é um dos melhores, diz reitor. **O Dia**, Teresina, 03 abr. 2011. p. 03

OLIVEIRA, Francisco de. A herança do marajá superkitsch. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 34, p. 08-14, nov. 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n75/a03n75.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

PARA a reitora, o movimento será fraco. **Diário do Povo**, Teresina, 26 ago. 2003. p. 03.

PARALIZAÇÃO dos professores deixa 40 mil alunos sem aula. **Diário do Povo**, Teresina, 15 jun. 2004. p. 11.

PAULO NETO, José. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação**: balanço do governo FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 75-89.

PIAUI. Governo do Estado. **Governadores**. 30 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.piaui.pi.gov.br/governador>>. Acesso em: 30 dez. 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

PRESIDENTE do ANDES chega para reforçar greve na UESPI. **O Dia**, Teresina, p.04, 21 abr. 2008.

PROCURADORIA pede ilegalidade de greve dos professores. **Diário do Povo**, Teresina, 21 maio, 2008. p. 03

PROFESSORES da UESPI entram em greve. **O Dia**, Teresina, 15 jun. 2004. p. 03.

PROFESSORES DA UESPI paralisam atividades. **Diário do Povo**, Teresina, 26 ago. 2003. p. 03.

PROFESSORES da UESPI paralisam atividades. **Diário do Povo**, Teresina, 19 abr., 2008. p. 04.

PROFESSORES FARÃO uma paralização de advertência por melhores salários. **Diário do Povo**, Teresina, 03 jun. 2004. p. 11.

PROFESSORES REDUZEM proposta salarial. **Diário do Povo**, Teresina, 23 maio, 2008. p. 11.

REITOR propõe receber comissão de três professores e manifestantes não aceitam. **O Dia**, Teresina, 28 ago. 2012. p. 09.

RIBEIRO, Valéria Madeira Martins. **Valéria Madeira Martins Ribeiro**: depoimento [2016]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2016. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

ROBERT, André. Sobre alguns instrumentos teóricos para pensar “a greve docente”. In: SEMINÁRIO DA REDE ASTE, 4., 2013, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 2013. Disponível em: <<http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/Robert2013.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2015.

ROCHA, Maria Oneide Fialho. **ROCHA, Maria Oneide Fialho**: depoimento [2016]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2016. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., Armando [et al]. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. P. 11-42.

ROSSI, Waldemar; GERAB, William Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Cord.). **Usos e abusos da História Oral**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p.93-101.

SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberal no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2013.

SADER, Emir. Política nacional. In: SOARES, Laura Tavares et al. (Org.). **Governo Lula: decifrando o enigma**. São Paulo: Viamundo, 2004. p. 67-102.

SANTOS, Josinaldo Oliveira dos. **Josinaldo Oliveira dos Santos**: depoimento [2016]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2016. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campos, 1979.

SEM arrecadar taxa, UESPI entra em crise. **Diário do Povo**, Teresina, 31 jul. 2003. p. 09.

SILVA, Carlos Alberto Pereira da. **Carlos Alberto Pereira da Silva**: depoimento [2016]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2016. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR/ANDES/SN. **Ofício circular** n. 135/04 de 03 de maio de 2004, do presidente do Sindicato nacional dos docentes das instituições de ensino superior/ANDES/SN, Luís Carlos Gonçalves Lucas, para as seções sindicais, diretores e secretarias regionais do ANDES. (Arquivo da ADCESP).

SOLON, Daniel Vasconcelos. **Daniel Vasconcelos Solon**: depoimento [2013]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2013. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

SOLON, Daniel Vasconcelos. **Daniel Vasconcelos Solon**: depoimento [2016]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2016. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

STEDILE, João Pedro. Sair da crise com a energia do povo. Entrevista a Juarez Guimarães. In: CHAUI, Marilena et al. **Leituras da crise**: diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo. São Paulo: Perseu Abramo, 2006. p. 141-199.

TRIBUNAL de Justiça decreta a ilegalidade da greve da UESPI. **Diário do Povo**, Teresina, 30 ago. 2012. p. 04.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Força sindical**: política e ideologia no sindicalismo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. **Campi/Núcleos**. Disponível em: <http://www.uespi.br/site/wp-content/themes/uespi/nucleo_campi.html>. Acesso em 25 abr. 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. **Portaria GR/UESPI n. 834/2001**. Teresina: UESPI, 2001.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. **Relatório de ações 2006**. Coordenadoria de Planejamento- CPLAN e Divisão de Planejamento e Estatística. Teresina: UESPI, 2006.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. **Relatório de ações 2007**. Coordenadoria de Planejamento- CPLAN. Teresina: UESPI, 2007.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. **Relatório de ações 2008**. Coordenadoria de Planejamento- CPLAN. Teresina: UESPI, 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. **Relatório de ações 2009**. Diretoria de Planejamento e Orçamento-DIPLAN. Teresina: UESPI, 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. **Relatório de ações 2010**. Diretoria de Planejamento e Orçamento-DIPLAN. Teresina: UESPI, 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. **Relatório de ações 2011**. Diretoria de Planejamento e Orçamento-DIPLAN. Teresina: UESPI, 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. **Relatório de ações 2012**. Diretoria de Planejamento e Orçamento-DIPLAN. Teresina: UESPI, 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. **Relatório de ações 2013**. Diretoria de Planejamento e Orçamento-DIPLAN. Teresina: UESPI, 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. **Relatório de ações/atividades 2004**. Coordenadoria de Planejamento- CPLAN e Divisão de Planejamento e Estatística. Teresina: UESPI, 2004.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. **Relatório de ações/atividades 2005**. Coordenadoria de Planejamento- CPLAN e Divisão de Planejamento e Estatística. Teresina: UESPI, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. **Relatório Gestão UESPI 2003**. Coordenadoria de Planejamento- CPLAN e Divisão de Planejamento e Estatística. Teresina: UESPI, dez. 2003.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. **Relatório Quantitativo e Qualitativo técnicos e professores UESPI - 2006**. Departamento de Gestão de Pessoal – DGP. Teresina: UESPI, 2006.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. **Relatório Quantitativo e Qualitativo técnicos e professores UESPI -2007**. Departamento de Gestão de Pessoal – DGP. Teresina: UESPI, 2007.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. **Relatório Quantitativo e Qualitativo técnicos e professores UESPI -2009**. Departamento de Gestão de Pessoal – DGP. Teresina: UESPI, 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. **Relatório Quantitativo e Qualitativo técnicos e professores UESPI -2010**. Departamento de Gestão de Pessoal – DGP. Teresina: UESPI, 2010.

VASCONCELOS, José Cláudio da Silva. **A trajetória do PT do Piauí: da fundação (1980) à reeleição do governador Wellington Dias (2006)**. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

VIANNA, Maria Lúcia Werneck. As armas secretas que abateram a seguridade social. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 91-114.

VILANOVA, Mercedes. La historia sin adjetivos com fuentes orales y la historia del presente. **HISTÓRIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História Oral**, São Paulo, n. 1, p. 31-42, jun. 1998.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). **Usos e abusos da História Oral**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 247-265.

WIKIPÉDIA. **Mão Santa**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A3o_Santa>. Acesso em: 21 dez. 2015a.

WIKIPÉDIA. **Programa Universidade para Todos**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_Universidade_para_Todos>. Acesso em: 20 dez. 2015b.

APÊNDICE

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DOCENTES DA UESPI

QUESTIONÁRIO

O presente questionário faz parte da pesquisa de doutorado intitulada “Memória de vivência docente: a relação da ADCESP com a Administração Superior da UESPI e o Governo do Piauí em períodos de greve dos docentes (2003-2012)”. O objetivo do questionário é saber a opinião dos professores da UESPI a respeito da ADCESP. A pesquisa está sendo desenvolvida pela professora Rosângela Assunção, do Curso de História do Campus Clóvis Moura, no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) sob a orientação do professor Dr. César Teixeira Honorato e apoiada pela bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí - FAPEPI. A seguir, você encontra uma série de perguntas a respeito da ADCESP. Peço que contribua com a pesquisa respondendo às perguntas de acordo com sua opinião. Após responder ao questionário, você pode devolvê-lo para o e-mail rosangelaassuncao30@hotmail.com ou entregá-lo na direção do seu Campus para ser encaminhado via malote.

1 IDENTIFICAÇÃO

Qual a sua lotação: Campus e Coordenação? _____

Qual a sua data de admissão na UESPI? ____/____/____

Titulação? _____

Regime de trabalho? _____

2 SOBRE A ADCESP

2.1 Você é filiado à Associação dos Docentes da UESPI/ADCESP?

Sim ().

Não (). Em caso negativo, por que não é filiado?

2.2 Caso não seja filiado: você já foi filiado à ADCESP?

Sim ()

Não (). Em caso afirmativo, por que se desfilou?

2.3 Você participa com regularidade das atividades sociais (festas, confraternizações) e políticas (assembleias, debates, campanha salarial) conduzidas pela ADCESP?

a) Sim ()

b) Não ()

c) Às vezes ()

2.4 Em caso negativo, por que não participa?

2.5 Quando é deflagrada greve, você participa do movimento?

a) () Sim. Faço greve e participo das assembleias e das outras atividades definidas pelo movimento;

- b) () Sim. Faço greve, mas não participo do movimento;
- c) () Não. Não costumo aderir às greves.

2.6 Caso você tenha marcado a letra “b” ou “c”, acima. Você não participa do movimento por quê?

- a) () Não acredito no instrumental da greve ;
 - b) () Não acredito no movimento dos docentes;
 - c) () Não acredito na força política da ADCESP;
 - d) () Outro. Qual? _____
-

2.7 Durante todo esse período de atuação da ADCESP conduzindo o movimento docente na UESPI, como você avalia a atuação da Associação á frente do movimento docente?

2.8 Durante o período em que você trabalha na UESPI, você percebeu melhorias das condições de trabalho e melhorias salariais?

- a) () Sim
- b) () Não

2.9 Caso a resposta acima tenha sido afirmativa, a quem você credita isso? (Pode ser resposta múltipla).

- a) () ADCESP
- b) () Reitoria da UESPI
- c) () Governo do Estado do Piauí

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS(AS) REITORES(AS) DA UESPI

Teresina, / / . Entrevista com _____, a cargo da pesquisadora Rosângela Assunção, para o projeto de tese intitulado: “Memória da vivência docente superior no Piauí” desenvolvido pela própria pesquisadora na Pós-graduação de História da Universidade Federal Fluminense.

1. Gostaria que você fizesse um relato de sua trajetória de vida, destacando os fatos que mais lhe marcaram e contribuíram para a sua formação pessoal.
2. Qual a sua trajetória na universidade?
3. Quais grupos ou partido político, extra movimento docente, você participou ao longo de sua trajetória de vida?
4. O que lhe motivou a fazer carreira na universidade na área de gestão, até assumir o cargo de reitor(a)?
5. Qual a maior contribuição dessa vivência como reitor(a) em sua vida?
6. Como você avalia a chegada do PT ao governo estadual sobre a administração da UESPI?
7. Das greves de docentes que você vivenciou, quais as principais tensões e conflitos das lutas reivindicatórias pela manutenção e ampliação de direitos?
8. Como você caracteriza a estratégia da greve em um movimento de acirramento de conflito?
9. Você considera a greve uma estratégia eficaz em uma luta de reivindicação de direitos?
10. Quando a categoria decidia pela greve, como se dava o envolvimento dos docentes no movimento?
11. Quais estratégias utilizadas pelo sindicato para envolver os docentes na luta?
12. Como você caracteriza a participação dos professores da UESPI nas greves conduzidas pela ADCESP?
13. Como você avalia a relação da ADCESP com o estado durante o período de greves do docentes?
14. Como você avalia a chegada do PT ao governo estadual e como implicou sobre o movimento docente da UESPI?
15. Das greves de docentes que você participou, acompanhou ou vivenciou como caracteriza a relação entre ADCESP, reitoria e estado durante e após o movimento grevista?
16. Das greves de docentes que você acompanhou a negociação, as propostas apresentadas pelo estado à categoria docente foram cumpridas na sua totalidade?

17. Quais as principais estratégias utilizadas pela ADCESP, durante as greves, para alcançar os objetivos definidos em assembleia da categoria e conseguir a negociação com o estado?
18. Como você caracteriza o posicionamento da reitoria diante das greves dos professores?
19. Como você caracteriza a relação do estado durante os governos do PT, do PSB e PMDB com a ADCESP e reitoria durante e após as greves?
20. Como você caracteriza a relação entre ADCESP e reitoria durante as greves de docentes?
21. Quando o governo fechava os canais de negociação, quais as estratégias do sindicato para pressionar a negociação?
22. Ao assumir cargos na administração superior da universidade, você sentiu algum empecilho para participar da luta docente?
23. Quais mudanças estruturais e qualitativas a UESPI passou ao longo do tempo e a quem você credita essas mudanças?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PRESIDENTES DA ADCESP

Teresina, / / . Entrevista com _____, a cargo da pesquisadora Rosângela Assunção, para o projeto de tese intitulado: “Memória da vivência docente superior no Piauí” desenvolvido pela própria pesquisadora na Pós-graduação de História da Universidade Federal Fluminense.

1. Gostaria que você fizesse um relato de sua trajetória de vida, destacando os fatos que mais lhe marcaram e contribuíram para a sua formação pessoal.
2. Qual a sua trajetória na universidade?
3. Quais grupos ou partido político, extra movimento docente, você participou ao longo de sua trajetória de vida?
4. O que lhe motivou a participar do movimento docente e da diretoria da ADCESP?
5. Qual a maior contribuição do movimento sindical docente em sua vida?
6. Quando a ADCESP foi fundada, qual o objetivo desse grupo de professores com essa organização?
7. Das greves de docentes que você vivenciou, quais as principais tensões e conflitos das lutas reivindicatórias pela manutenção e ampliação de direitos?
8. Como você caracteriza a estratégia da greve em um movimento de acirramento de conflito?
9. Você considera a greve uma estratégia eficaz em uma luta de reivindicação de direitos?
10. Quando a categoria decidia pela greve, como se dava o envolvimento dos docentes no movimento?
11. Quais estratégias utilizadas pelo sindicato para envolver os docentes na luta?
12. Como você caracteriza a participação dos professores da UESPI nas greves conduzidas pela ADCESP?
13. Como você avalia a relação da ADCESP com o estado durante o período de greves do docentes?
14. Como você avalia a chegada do PT ao governo estadual e como implicou sobre o movimento docente da UESPI?
15. Das greves de docentes que você participou como caracteriza a relação entre ADCESP, reitoria e estado durante e após o movimento grevista?
16. Das greves que você esteve à frente da negociação, as proposta apresentadas pelo estado a categoria docente foram cumpridas na sua totalidade?

17. Quais as principais estratégias utilizadas pela ADCESP, durante as greves, para alcançar os objetivos definidos em assembleia da categoria e conseguir a negociação com o estado?
18. Como você caracteriza o posicionamento da reitoria diante das greves dos professores?
19. Como você caracteriza a relação do estado durante os governos do PT, do PSB e PMDB com a ADCESP e reitoria durante e após as greves?
20. Como você caracteriza a relação entre ADCESP e reitoria durante as greves de docentes?
21. Quais as estratégias utilizadas pelo estado para fragilizar o movimento paredista dos docentes da UESPI?
22. Quando o governo fechava os canais de negociação, quais as estratégias do sindicato para pressionar a negociação?
23. Quais mudanças estruturais e qualitativas a UESPI passou ao longo do tempo e a quem você credita essas mudanças?

APÊNDICE D - PERFIL DOS ENTREVISTADOS NA PESQUISA

CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA (Reitor 2010-2013)

Graduado em Licenciatura Plena em Física pela Universidade Federal do Piauí (1988) e mestre em Física pela Universidade Federal do Ceará (1994). Efetivou-se na UESPI em 05/1994 (Concurso). Professor Assistente com Dedicção Exclusiva, lotado na Coordenação de Física no Campus Poeta Torquato Neto. Cargos assumidos na UESPI: Pró-reitor de Pesquisa (2003 / 2005), Vice-reitor (Decreto/2006), Vice-reitor (Eleito 2007/2009), Reitor (Eleito 2010/2013). Membro dos Conselhos Superiores (2003), membro do Conselho do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas-CCET (2003), Coordenador de Especialização(2008/2009), Diretor do Campus da Região Sudeste(2002-2003). Membro do Conselho Estadual de Educação, Vice-presidente do Conselho do FUNDEB no Estado do Piauí 2008/2010, membro do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí - 2002/2006. Superintendente de educação/SEDUC-PI (2014 em vigência).

DANIEL VASCONCELOS SOLON (Presidente 2007-2009; 2013-2015)

Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Piauí (1998), especialista em Comunicação Institucional pela Universidade Federal do Piauí (2003) e mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2006). Efetivou-se na UESPI em 06/ 2004. Atualmente é professor assistente com 40h semanais, está lotado na Coordenação de Comunicação Social do Centro de Comunicação Educação e Artes-CCECA, no Campus Poeta Torquato Neto. É também Servidor do INCRA, no Piauí, atuando na Assessoria de Comunicação da autarquia. Atualmente faz parte da diretoria do ANNDES/SN Regional Nordeste I e presidente do Diretório Municipal do PSTU. Exerceu o cargo de Repórter do Jornal Diário do Povo (2001). Exerceu o Cargo de Presidente da ADCESP Gestão 2013/2015 tendo assumido outros cargos na entidade como: Presidente da Associação na gestão 2007/2009; Diretor de imprensa e divulgação na gestão 2005/2007 e na gestão 2011/2013. Na UESPI exerceu os seguintes cargos: Coordenador do Curso de Comunicação Social 08/2005 a 10/2006); Membro do Conselho de Centro-CCSA (01/2005/01/2006); Membro do Comitê Interno de Pesquisa para o Biênio 2007/2008; 2008/2009; 2010/2011; Membro da Comissão para elaborar proposta de reordenamento da Carreira docente da UESPI (06/2008); Representante da ADCESP no CONSUN (04/2010); Concorreu ao cargo de vice-reitor na eleição de 2010. Filiado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados-PSTU. Concorreu aos seguintes pleitos: Deputado Federal pelo PSTU no pleito de 2010; Prefeito de Teresina no pleito de 2012; Governador do Estado do Piauí no Pleito de 2014.

JOSINALDO OLIVEIRA DOS SANTOS (Diretor 2013-2015; 2015-2017))

Possui graduação em Letras (Português/Espanhol) pela Universidade Federal de Alagoas (2004). Especialista em Língua Estrangeira Moderna-Espanhol pelo CEMAC (2008). Mestrado em Letras: Estudos Literários pela UFPI (2015). Efetivou-se na UESPI em 2012. Professor 40 horas na UESPI no Curso de Espanhol. Foi coordenador do Curso de Radialismo (Sindradio-Alagoas). Ex-presidente da Associação de Professores de Espanhol do Estado de Alagoas (APEEAL). Coordenador do Curso de Extensão de Língua Espanhola e Francesa da UESPI. Coordenador do Curso de Letras/Espanhol do PARFOR da UESPI. Tradutor Oficial de Língua Espanhola da Diretoria de Relações Internacionais da UESPI. Foi tutor à distância do IFAL. Foi professor substituto na Universidade Estadual de Alagoas. Foi Secretário Municipal de Educação da Prefeitura de Mar Vermelho (AL), Filiado ao PMDB. Foi 1º Secretário da ADCESP 2013-2015 e presidente da ADCESP no mesmo período quando Daniel Solon se afastou da diretoria.

LINA SANTANA FERNANDES (Presidente 2011-2013; 2015-2017)

Graduada em Licenciatura Plena em Letras - Inglês pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI/1992), Especialista em Língua Inglesa (2000), mestre em Educação - Estudos Culturais, pela Universidade Luterana do Brasil-ULBRA (2008) e curso de aperfeiçoamento em língua inglesa e Cultural Enrichment realizado em Miami, Estados Unidos em 2013. Tem vínculo permanente como professora Assistente da Universidade Estadual do Piauí-UESPI desde 1993, atualmente é professora Assistente 20h, lotada na Coordenação de Letras Inglês do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL do Campus Poeta Torquato Neto. É coordenadora do PIBID do subprojeto de Letras/Inglês da Universidade Estadual do Piauí desde 2011. Atual presidente da adcesp 2015-2017. Na ADCESP exerceu os cargos de Presidente na gestão 2011/2013 e 1ª tesoureira na gestão 2009/2011. Na UESPI exerceu os seguintes cargos: Coordenadora do Curso de Letras Inglês (05/1995 a 01/1996); Membro do Conselho de Centro- CCHL (10/1996; 08/1998); Coordenadora do PIBID de Letras Inglês (07/2011). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí-IFPI desde 1996. Faz parte do Núcleo de Pesquisa em Linguagens e Ensino-NUPLE do IFPI. Filiada ao PSTU.

LUCINEIDE BARROS MEDEIROS (Diretora 2009-2001;2011-2013;2015-2017)

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (1998), mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí (2004) e doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2010). Efetivou-se na UESPI em 02/2006. Professora Adjunta com Dedicção Exclusiva, lotada na Coordenação do Curso de Pedagogia do Campus Poeta Torquato Neto. Na ADCESP atuou como: Diretora de imprensa e divulgação na gestão 2009/2011 e Diretora de assuntos sindicais na gestão 2011/2013; liderou ainda o Movimento S.O.S UESPI durante o ano de 2010. Na UESPI exerceu os seguintes cargos: Membro do Comitê Interno de Pesquisa-PROP/UESPI (biênio 2010/2011; 2011/2012); Membro da Comissão do Núcleo Estruturante do Curso de Pedagogia (2012); Representante Docente do CCECA no CEPEX e CONSUN/UESPI (2010/2012); Membro do Colegiado de Pedagogia (2010/2011); Representante da UESPI no Fórum Piauiense de Educação no Campo (02/2013). Atuação na sociedade civil: Consultora do Projeto MAPAS- Monitoramento Ativo da Sociedade Civil (IBASE 2003-2005); Consultora em Planejamento Urbano-PLANURB-PI (1990-1994); Conselheira do Orçamento Popular de Teresina (1998-1999); Assessora Parlamentar da Vereadora Francisca Trindade-PT (1995-1997); Presidente Estadual da Federação das Associações de Moradores e Conselheiros Comunitários do Piauí-FAMCC (1997/1999 E 1999/2001); Diretora de Formação Política da FAMCC (2001-2004); Vice-presidente da FAMCC (2005); Filiada ao PSOL; Candidata a reitora da UESPI na eleição de 2013.

MARIA DAS GRAÇAS SILVA CIRÍACO (Presidente 2009-2011)

Graduada em Licenciatura Plena em Química pela Universidade Federal do Piauí (1980), mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí (2009). Ingressou na UESPI em 1988, era professora da Secretaria Estadual da Educação do Estado do Piauí e foi cedida para a UESPI em 1988, foi devolvida para a SEDUC em 1991 e reintegrou-se na UESPI em 01/2002. Atualmente é professora Assistente com Dedicção exclusiva, está lotada na Coordenação de Química do Centro de Ciências Naturais-CCN, no Campus Poeta Torquato Neto. Na ADCESP foi presidente na gestão 2009/2011 e Diretora de imprensa e divulgação na gestão 2007/2009. Membro do Grupo de Trabalho e Pesquisa em Educação (GTPE) da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES-SN); integrante do GTPE, a partir de 2010. Na UESPI exerceu os seguintes cargos: Representante dos professores junto ao Conselho Universitário (CONSUN 2012). Representante da ADCESP no CONSUN

(11/2003), Coordenadora do Curso de Química - gestão 2003-2005 e de 2005-2007. Membro do Conselho de Centro-CCET (06/2002); Filiada ao PSTU.

MARIA ONEIDE FIALHO ROCHA (Reitora 2003-2004)

Possui Licenciatura Curta em Estudos Sociais, Licenciatura Plena em Pedagogia (UFPI/1985), Especialização em Ensino Superior pela Universidade Federal do Piauí (UFPI/1996) Mestrado em Serviço Social do MINTER/Universidade Federal do Pernambuco e Escola Superior R.Sá (2008/2014). Exerceu a função de Reitora Pró-Tempore na Universidade Estadual do Piauí (2003/2004). Atualmente é Professora aposentada da Universidade Federal do Piauí- Campus Senador Helvídio Nunes de Barros- Picos-PI. Filiada ao PT. Foi candidata à prefeitura de Picos pelo PT no pleito de 2004. Atualmente Secretária de Planejamento da prefeitura de Picos/PI.

NOUGA CARDOSO BATISTA (Presidente ADCESP 2005-2007; Reitor 2014-2018)

Graduado em Licenciatura Plena em Ciências pela Universidade Federal do Piauí (UFPI/1992), Mestre em Química (Química Analítica- USP/SP, 1995) e Doutor em Química (Físico-Química USP/SP, 1999). Efetivou-se na UESPI em 04/04 2003. Professor Associado Nível I com dedicação exclusiva, está lotado na Coordenação de Química do Centro de Ciências Naturais-CCN no Campus Poeta Torquato Neto. No sindicato docente exerceu os seguintes cargos: Foi o 2º Tesoureiro da Regional Nordeste I do Sindicato Nacional dos Professores de Ensino Superior - ANDES / SN, Gestão 2004 - 2006. Presidente da Associação dos Docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí - ADCESP, Gestão 2005 - 2007. 1º Secretário da Regional Nordeste I do Sindicato Nacional dos Professores de Ensino Superior - ANDES / SN, Gestão 2006 - 2008. Na UESPI exerce atualmente o cargo de Reitor eleito para o mandato 2014/2018. Foi Vice-Reitor eleito da UESPI na gestão (2010/2013); Membro do Conselho de Centro, CCET, UESPI - Biênio 2004 - 2006. Membro do Comitê Interno de Pesquisa da UESPI – Biênios: 2005/2006 e 2006 / 2007. Membro da Comissão para elaborar proposta de reordenamento da carreira docente da UESPI (PORTARIA SEAD Nº 21.000-074 -07/2008); Responsável por todos os Concursos e Seletivos para provimento do Cargo de Professor Efetivo e Provisório desta IES (02/2010); Presidente da Comissão Central do Concurso Público/2011 para o ingresso na carreira do Magistério Superior da UESPI (09/2011). Trabalhou na UESPI em 2002 e 2003 como professor visitante exercendo cargo de coordenador do Curso de Química por duas gestões, cargo indicado. Não têm filiação partidária.

VALÉRIA MADEIRA MARTINS (Reitora 2004-2006; 2007-2009)

Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (1988), especialista em Educação - Ensino pela Universidade Federal do Piauí (1990) e mestre em Ciências da Educação pela Universidade Estadual do Piauí (2000). Ingressou na UESPI em 03/1993 e Efetivou-se 12/1993. Professora Assistente com Dedicação Exclusiva, lotada na Coordenação de Pedagogia no Campus Poeta Torquato Neto. Cargos assumidos na UESPI: Vice-reitora (Decreto/2003), Reitora Pró-Tempore (Decreto 2004/2006), Reitora (Eleita 2007/2009).

ANEXOS

ANEXO - A DIRETORIAS DA ADCESP

DIRETORIAS DA ADCESP/ GESTÃO E CARGOS 2003 A 2017

Gestão	Presidente	Vice-Presidente	1ª Secretária	2ª Secretária	1º Tesoureiro	2º Tesoureiro	Diretor de assuntos acadêmicos e culturais	Diretor de assuntos sindicais	Diretor de esportes	Diretor de imprensa e divulgação	Suplente
2003/2005 Posse: 04/07/2003	Maria de Fátima de Oliveira Lima	José de Jesus Uchôa	Zeneide R. de Sousa Carvalho	Alainy Rosado Leitão	Raimundo Nonato Rodrigues	Rosângela Maria Vieira	Conceição de Maria Carvalho Mendes	José Cruz Bispo de Miranda	José Silva Oliveira	Maria da Cruz Moura Carvalho	Iracema Maria da Silva;
2005/2007 Posse: 12/07/2005	Nouga Cardoso Batista	Ivaldo Coelho Carmo	Margarida Maria F. Avelino Sousa	Socorro Maria Cardoso	Edileusa Maria Lucena Sampaio	Raimundo Nonato Rodrigues	Conceição de Maria Carvalho Mendes	Francisco das Chagas Moura	João Luiz Naves da Silva	Daniel Vasconcelos Solon	Maria de Fátima Oliveira Lima
2007/2009 Posse: 16/07/2007	Daniel Vasconcelos Solon	Sérgio Romualdo Lima Brandim	Maria do Rosário de Fátima de Alencar Albuquerque	Margarida Maria F. Avelino de Sousa	Edileusa Maria de Lucena Sampaio1	João Luiz Naves	Cláudio Rodrigues de Melo	Luciano de Melo Sousa	Antonio Pereira Rosa	Maria das Graças Silva Ciríaco	Cleide Maria Arraes Rezende
2009/2011 Posse: 23/09/2009	Maria das Graças Silva Ciríaco	Viviane Pedrazani	Sérgio R Lima Brandim	Rozildo Ulisses de Montanha	Lina Santana Fernandes	Rosângela Assunção2	Antonio Francisco Soares	Cláudio Rodrigues de Melo	José Wellington Barros Passos	Lucineide Barros Medeiros	Ibaneis Rocha Barros
2011/2013 Posse: 06/10/2011	Lina Maria Santana Fernandes	Élio Ferreira de Sousa	Josenildes Maria Batista de Lima	Eleonardo Pereira Rodrigues	Lia Antunes de Macedo	Antonio Francisco Lopes Dias	Roberto Kennedy Gomes Franco	Lucineide Barros Medeiros	José de Jesus Uchoa	Daniel Vasconcelos Solon	Jânio Jorge Vieira de Abreu
2013/2015 Posse: 13/11/2013	Daniel Vasconcelos Solon3	Luciano de Melo Sousa	Josinaldo Oliveira dos Santos	Lia Antunes de Macedo	Rita de Cássia Lima Carmo	Eleonardo Pereira Rodrigues	Elio Ferreira de Sousa	Viviane Pedrazani	José Silva Oliveira	José Cláudio da Silva Vasconcelos	Maria Teresa de Alencar
2015/2017 Posse: 03/12/2015	Lina Santana Fernandes	Josinaldo Oliveira dos Santos	Lia Antunes de Macedo	Rita de Cássia L. Carmo	Omar Mario Alboñoz	Janete Batista de Brito	Lucineide Barros Medeiros	Sergiano de Lima Araújo	Radamés de Mesquita Rogério	Tales Antão de Carvalho	Ana Maria Bezerra do Nascimento

OBS: Na ADCESP não tem documentação regular com os nomes dos membros que se afastaram da diretoria, nem dos que os substituíram.

Edileusa Lucena Sampaio, deixou a diretoria da ADCESP para assumir cargo na administração superior da UESPI, sendo escolhida em assembleia a professora Viviane Pedrazani para o cargo de 1º tesoureira do sindicato.

Rosângela Assunção, deixou a diretoria da ADCESP para assumir o cargo de Coordenadora do Curso de História do Campus Clóvis Moura. Não foi encontrado na ADCESP o nome da pessoa que a substituiu no cargo. Daniel Solon, se afastou da presidência para concorrer ao cargo de governador do Estado do Piauí, como o vice professor Luciano Melo pediu afastamento da diretoria, assumiu a presidência da ADCESP, o primeiro secretário Professor Josinaldo Oliveira dos Santos.

ANEXO - B QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UESPI

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ/ANO -2002 (Documento dezembro de 2002)	
CARGO/FUNÇÃO	NOME
REITOR	Mª do Perpétuo Socorro R. Cavalcante Barros (Pro tempore; 03/12/2001).
VICE-REITOR	Joseli Lima Magalhães (Designado; decreto do Governo; 03/12/2001).
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO/PRAD	Maria das Graças Macedo Franco (nomeada; 04/03/2002).
PRÓ-REITOR DE ENSINO/PREG	Acelino Vieira de Oliveira (Designado; 30/08/2002).
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO/PREX	Maria Suzete Sousa Feitosa (nomeado; 02/01/2002).
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO/PROPLAN*	Edileusa Maria Lucena Sampaio (interino; 04/12/2001).
PRESIDENTE DO NUCEPE	Lenora Conceição Lopes Campelo (interino; 05/12/2001).
PREFEITO UNIVERSITÁRIO	Astrogildo de Castro Sampaio (nomeado; 06/03/2002).
PRÓ-REITOR DOS CURSOS SEQUENCIAIS-PRESE	Lilane de Araújo Mendes Brandão (Designada; 17/12/2001).
PRÓ-REITOR DE PESQUISA-PROP	Iveuta de Abreu Lopes (Nomeada; 26/03/2002).
	*2002 até 2005 Denominava-se Coordenação de Planejamento/CPLAN
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ/ANO -2003 (Documento dezembro de 2003)	
CARGO/FUNÇÃO	NOME
REITOR	Maria Oneide Fialho Rocha (Decreto)
VICE-REITOR	Valéria Madeira Martins Ribeiro (Decreto)
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO/PRAD	Ana Fernandes da Silva
PRÓ-REITOR DE ENSINO/PREG	Maria Célia Leal e Silva (Nomeada; 02/01/03).
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO/PREX	Norma Suely Campos Ramos (Nomeada; 16/01/03).
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO/PROPLAN	Liliane Xavier Luz
PRÓ-REITOR DE PESQUISA/PROP	Carlos Alberto Pereira da Silva (Nomeado; 16/01/03).
PREFEITO UNIVERSITÁRIO	Cícero Rodrigues Neto
DIRETOR DOS CURSOS SEQUENCIAIS-PRESE	Pedro Bispo de Miranda Filho (Nomeado; 16/01/03).
PRESIDENTE DO NUCEPE	Joselita Izabel de Jesus
	Obs.: todos os cargos acima assumiram através de portarias.

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ/ANO -2004 (Documento dezembro de 2004)

CARGO/FUNÇÃO	NOME
REITOR	Valéria Madeira Martins Ribeiro (Decreto/ Pró-Tempore)
VICE-REITOR	-----
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO/PRAD	Joselita Isabel de Jesus (Nomeada; 06/09/2004).
PRÓ-REITOR DE ENSINO/PREG	Maria Célia Leal e Silva (Nomeada; 02/01/2003).
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO/PREX	Norma Suely Campos Ramos (Nomeada; 16/01/03).
CHEFE DA COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO/CPLAN	Antônia Alves Pereira Silva (Nomeada; 01/06/2004).
PRESIDENTE DO NUCEPE	Francisco Felipe da Silva Filho (Nomeado; 05/04/2004).
PREFEITO UNIVERSITÁRIO	José Eduardo Vasconcelos de Carvalho (Nomeado)
DIRETOR DOS CURSOS SEQUENCIAIS-PRESE	Pedro Bispo de Miranda Filho (Nomeado; 16/01/2003).
PRÓ-REITOR DE PESQUISA-PROP	Carlos Alberto Pereira da Silva (Nomeado; 16/01/03).

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ/ANO -2005 (Documento dezembro de 2005)

CARGO/FUNÇÃO	NOME
REITOR	Valéria Madeira Martins Ribeiro (Decreto/ Pró-Tempore)
VICE-REITOR	-----
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO/PRAD	Joselita Isabel de Jesus (Nomeada; 30/01/2006).
PRÓ-REITOR DE ENSINO/PREG	Maria Célia Leal e Silva (Nomeada; 02/01/03).
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO/PREX	Norma Suely Campos Ramos (Nomeada; 16/01/03).
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO/PROPLAN	Antônia Alves Pereira Silva (Nomeada; 01/06/2004).
PRÓ-REITOR DE ENSINO/PROP	Carlos Alberto Pereira da Silva (Nomeado; 16/01/03).
PREFEITO UNIVERSITÁRIO	José Eduardo Vasconcelos de Carvalho (Nomeado; 11/06/04).
DIRETOR DOS CURSOS SEQUENCIAIS-PRESE	Pedro Bispo de Miranda Filho (Nomeado; 16/01/03).
PRESIDENTE DO NUCEPE	-----

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ/ANO -2006 (Documento março de 2006)	
CARGO/FUNÇÃO	NOME
REITOR	Valéria Madeira Martins Ribeiro (Decreto/ Pró-Tempore)
VICE-REITOR	Carlos Alberto Pereira da Silva
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO/PRAD	Joselita Isabel de Jesus (Nomeada; 30/01/2006).
PRÓ-REITOR DE ENSINO/PREG	Maria Célia Leal e Silva (Nomeada; 30/01/2006).
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO/PREX	Maria do Socorro Costa Machado (Nomeada; 30/01/2006).
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO/PROPLAN	Antônia Alves Pereira Silva (Nomeada; 01/06/2004).
PRÓ-REITOR DE PESQUISA-PROP	Norma Suely Campos Ramos (Nomeada; 30/01/2006).
PREFEITO UNIVERSITÁRIO	José Eduardo Vasconcelos de Carvalho (Nomeado)
PRÓ-REITOR DOS CURSOS SEQUENCIAIS-PRESE	Pedro Bispo de Miranda Filho (Nomeado; 30/01/2006).
PRESIDENTE DO NUCEPE	-----
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ/ANO -2007 (Documento dezembro de 2007)	
CARGO/FUNÇÃO	NOME
REITOR	Valéria Madeira Martins Ribeiro-CCE (Decreto/ Eleita)
VICE-REITOR	Carlos Alberto Pereira da Silva- CCET (Eleito)
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO/PRAD	Joselita Isabel de Jesus- CCHL (Nomeada; 30/01/2006).
PRÓ-REITOR DE ENSINO/PREG	Maria Célia Leal e Silva- CCE (Nomeada; 30/01/2006).
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO/PREX	Maria do Socorro Costa Machado - CCE (Nomeada; 30/01/2006).
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO/PROPLAN	Antônia Alves Pereira Silva - CCE (Nomeada; 01/06/2004).
PRÓ-REITOR DE ENSINO/PROP	Norma Suely Campos Ramos- CCHL (Nomeada; 30/01/2006).
PREFEITO UNIVERSITÁRIO	José Eduardo Vasconcelos de Carvalho-DMSG (Nomeado; 11/06/2004).
PRÓ-REITOR DOS CURSOS SEQUENCIAIS-PRESE	Pedro Bispo de Miranda Filho- CCET (Nomeado; 30/01/2006).
PRESIDENTE DO NUCEPE	Francisco Felipe da Silva Filho (Nomeado; 05/04/2004).

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ/ANO -2008 (Documento dezembro de 2008)	
CARGO/FUNÇÃO	NOME
REITOR	Valéria Madeira Martins Ribeiro-CCE (Decreto/ Eleita; 30/01/2006).
VICE-REITOR	Carlos Alberto Pereira da Silva- CCET (Eleito/Decreto; 30/01/2006).
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO/PRAD	Joselita Isabel de Jesus- CCHL (Nomeada; 30/01/2006).
PRÓ-REITOR DE ENSINO/PREG	Maria Célia Leal e Silva- CCE (Nomeada; 30/01/2006).
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO/PREX	Maria do Socorro Costa Machado - CCE (Nomeada; 30/01/2006).
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO/PROPLAN	Antônia Alves Pereira Silva - CCE (Nomeada; 01/06/2004).
PRÓ-REITOR DE PESQUISA-PROP	Liliane Xavier Luz (Nomeada; 07/04/2008).
PREFEITO UNIVERSITÁRIO	José Eduardo Vasconcelos de Carvalho-DMSG (Nomeado; 11/06/2004).
PRÓ-REITOR DOS CURSOS SEQUENCIAIS-PRESE	Pedro Bispo de Miranda Filho- CCET (Nomeado; 30/01/2006).
PRESIDENTE DO NUCEPE	Francisco Felipe da Silva Filho (Nomeado; 05/04/2004).
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ/ANO -2009 (Documento novembro de 2009)	
CARGO/FUNÇÃO	NOME
REITOR	Valéria Madeira Martins Ribeiro-CCE (Decreto/ Eleita; 30/01/2006).
VICE-REITOR	Carlos Alberto Pereira da Silva- CCET (Eleito; 30/01/2006).
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO/PRAD	Pedro Bispo de Miranda Filho (Nomeado; 05/10/2009).
PRÓ-REITOR DE ENSINO/PREG	Osmarina Oliveira da Silva Pires –CCECA (Nomeada; 05/10/2009)
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO/PREX	Maria do Socorro Costa Machado - CCE (Nomeada; 30/01/2006).
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO/PROPLAN	Antônia Alves Pereira Silva - CCE (Nomeada; 01/06/2004).
PRÓ-REITOR DE ENSINO/PROP	Liliane Xavier Luz (Nomeada; 07/04/2008).
PREFEITO UNIVERSITÁRIO	José Eduardo Vasconcelos de Carvalho-DMSG (Nomeado; 11/06/2004).
PRÓ-REITOR DOS CURSOS SEQUENCIAIS-PRESE	Maria de Fátima Veras Araújo de Carvalho –CCN (Nomeada; 02/10/2009)
PRESIDENTE DO NUCEPE	Francisco Felipe da Silva Filho (Nomeado; 05/04/2004).

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ/ANO -2010 (Documento setembro de 2010)	
CARGO/FUNÇÃO	NOME
REITOR	Carlos Alberto Pereira da Silva- CCET (Decreto/Eleito; 27/01/10).
VICE-REITOR	Nouga Cardoso Batista - CCN (Decreto/Eleito; 27/01/2010).
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO/PRAD	Acelino Vieira de Oliveira- CCSA (Nomeado; 28/01/10).
PRÓ-REITOR DE ENSINO/PREG	Manoel Jesus Memória Campelo- CCN (Nomeado; 28/01/10).
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO/PREX	Francisca Lúcia de Lima- CCN (Nomeada; 28/01/10).
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS/PROPLAN	Raimundo da Paz Sobrinho- CCM (Nomeado; 28/01/10).
PRÓ-REITOR DE PESQUISA-PROP	Izânio Vasconcelos de Mesquita- CCS (Nomeado; 28/01/10).
PREFEITO UNIVERSITÁRIO	Cleiton Lopes Viana (Nomeado)
PRÓ-REITOR DOS CURSOS SEQUENCIAIS-PRESE	-----
PRESIDENTE DO NUCEPE	Francisco Canindé Dias Alves (Nomeado; 01/06/10).
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ/ANO -2011 (Documento dezembro de 2011)	
CARGO/FUNÇÃO	NOME
REITOR	Carlos Alberto Pereira da Silva- CCET (Decreto/ Eleito; 27/01/2010).
VICE-REITOR	Nouga Cardoso Batista - CCN (Nomeado; 27/01/2010).
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO/PRAD	Acelino Vieira de Oliveira- CCSA (Nomeado; 28/01/10).
PRÓ-REITOR DE ENSINO/PREG	Marcelo de Sousa Neto-CCM (Nomeado; 26/04/11).
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO/PREX	Francisca Lúcia de Lima- CCN (Nomeada; 28/01/10).
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO/PROPLAN	Raimundo da Paz Sobrinho – Clóvis Moura (Nomeado; 28/01/2010).
PRÓ-REITOR DE ENSINO/PROP	Izânio Vasconcelos de Mesquita- CCS (Nomeado; 28/01/10).
PREFEITO UNIVERSITÁRIO	Marcos Antonio dos Santos Lima (Nomeado; 03/02/2011).
PRÓ-REITOR DOS CURSOS SEQUENCIAIS-PRESE	-----
PRESIDENTE DO NUCEPE	Francisco Canindé Dias Alves (Nomeado; 01/06/10).

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ/ANO -2012 (Documento setembro de 2012)	
CARGO/FUNÇÃO	NOME
REITOR	Carlos Alberto Pereira da Silva- CCET (Decreto/ Eleito; 27/01/2010).
VICE-REITOR	Nouga Cardoso Batista - CCN (Nomeado; 27/01/2010).
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO/PRAD	Francisco Canindé Dias Alves (Nomeado; 05/06/12).
PRÓ-REITOR DE ENSINO/PREG	Francisco Soares Santos Filho (Nomeado; 02/05/12).
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO/PREX	Marcelo de Sousa Neto-CCM (Nomeado; 01/06/12).
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO/PROPLAN	Raimundo da Paz Sobrinho – Clóvis Moura (Nomeado; 28/01/2010).
PRÓ-REITOR DE PESQUISA-PROP	Geraldo Eduardo da Luz Júnior (Nomeado; 22/06/2012).
PREFEITO UNIVERSITÁRIO	Marcos Antonio dos Santos Lima (Nomeado; 03/02/2011).
PRÓ-REITOR DOS CURSOS SEQUENCIAIS-PRESE	-----
PRESIDENTE DO NUCEPE	Jorge Martins Filho (Nomeado; 10/05/2012).
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ/ANO -2013 (Documento janeiro de 2013)	
CARGO/FUNÇÃO	NOME
REITOR	Carlos Alberto Pereira da Silva- CCET (Decreto/ Eleito; 27/01/2010).
VICE-REITOR	Nouga Cardoso Batista - CCN (Nomeado; 27/01/2010).
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO/PRAD	Benedito Ribeiro da Graça Neto (Nomeado; 31/01/2013).
PRÓ-REITOR DE ENSINO/PREG	Francisco Soares Santos Filho (Nomeado; 02/05/2012).
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO/PREX	Marcelo de Sousa Neto-Clóvis Moura (Nomeado; 01/06/2012).
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO/PROPLAN	Raimundo da Paz Sobrinho – Clóvis Moura (Nomeado; 28/01/2010).
PRÓ-REITOR DE ENSINO/PROP	Geraldo Eduardo da Luz Júnior (Nomeado; 22/06/2012).
PREFEITO UNIVERSITÁRIO	Marcos Antonio dos Santos Lima (Nomeado; 03/02/2011)
PRÓ-REITOR DOS CURSOS SEQUENCIAIS-PRESE	-----
PRESIDENTE DO NUCEPE	Jorge Martins Filho – CCHL (Nomeado; 10/05/2012)

(Sítio <http://www.gpl.com.br/noticias/reitor-da-universidade-estadual-do-piaui-nomeia-pro-reitores-veja-lista-121857.html> acesso em 01/03/2014). Pesquisa ano de 2010.

ANEXO - C SÍNTESE DO RELATÓRIO FINANCEIRO DA UESPI

RELATÓRIO FINANCEIRO DO ORÇAMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ

ANO	VALOR ORÇAMENTO	TRANSFERÊNCIAS/RECURSOS ESTADO	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS/CONVÊNIOS	RECEITA REALIZADA	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA REALIZADA
2000	19.681.191,00	10.530.400,00	3.530.791,00	5.620.000,00	17.923.238,41	21.871.934,00	18.450.419,97
2001	23.260.000,00	3.180.000,00(fonte 100) 9.600.000,00(Fonte 101)	4.270.000,00	6.210.000,00	15.354.743,72	14.852.000,00	14.752.204,60
2002	18.456.962,00	4.994.500,00(fonte 100) 7.136.500,00(Fonte 101)	2.745.926,00	3.580.000,00	34.469.127,00	34.469.127,00	34.206.601,98
2003	29.172.945,00	2.757.000,00(fonte 100) 8.000.000,00(Fonte 101)	14.095.094,00	4.320.000,00	44.651.239,00	-----	38.961.241,15
2004	40.926.000,00	23.585.000,00(fonte 100)	15.253.000,00	2.088.000,00	43.790.283,00	-----	40.552.914,17
2005	36.128.909,00	18.414.159,00	15.154.750,00	2.560.000,00	47.376.211,62		45.303.668,23
2006	43.340.080,00	25.685.930,00	15.154.150,00	2.500.000,00	45.736.866,58		46.924.763,80
2007	45.666.381,00						50.959.185,06
2008	56.698.929,00						50.830.416,59
2009	68.597.243,00	56.629.919,00	7.500.000,00	4.467.324,00	69.984.414,76		66.377.254,89
2010	79.337.884,00	66.636.540,00	5.741.344,00	6.960.000,00	84.349.436,16		76.247.078,21
2011	110.916.772,00	97.067.159,00	6.889.613,00	6.960.000,00	116.669.121,50	121.412.614,78	96.749.013,21
2012	138.837.468,00	124.073.774,00	7.234.094,00	7.029.600,00	141.633.644,27	148.313.217,79	107.473.132,24

ANEXO D – QUADRO DE EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE PROFESSORES



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - PRAD
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL - DGP
DIVISÃO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO – DST



QUADRO DE EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE PROFESSORES EFETIVOS E PROVISÓRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ- UESPI, À PARTIR DE 2003.

ANO	EFETIVOS	NOMEADOS QUE AINDA NÃO TOMARAM POSSE	PROVISÓRIOS	PROVISÓRIOS QUE AINDA NÃO ENTRARAM NA FOLHA DE PAGAMENTO
2003	224	-	676	-
2004	371	-	1.064	-
2005	370	-	1.179	-
2006	554	-	972	-
2007	543	-	938	-
2008	536	-	960	-
2009	623	-	908	-
2010	622	-	768	-
2011	607	-	898	-
2012	810	-	631	-
2013	831	66	495	34

Teresina(PI), 23 de agosto de 2013.

Isabel Maria Chaves Oliveira
Chefe de Divisão de Assessorias e
Obrigações Sociais - DAOS / UESPI

ANEXO E – QUADRO DEMONSTRATIVO SOBRE CONCURSO PARA PROFESSORES



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA E OBRIGAÇÕES SOCIAIS



QUADRO DEMONSTRATIVO SOBRE CONCURSOS PARA PROFESSORES A PARTIR DE 2003

EDITAL N°/ DATA	QUANTID. DE VAGAS OFERTADAS	N° PROFESSORES NOMEADOS	PUBLICAÇÃO DA NOMEAÇÃO DOE N° DATA
0001/2003 DE 18.12.2003	219	167	DOE N° 113 DE 18.06.2004
0001/2005 DE 08.07.2005	143	139	DOE N° 22 DE 31.01.2006
		01	DOE N° 80 DE 02.05.2006
		18	DOE N° 108 DE 09.06.2006
		02	DOE N° 185 DE 29.09.2006
		TOTAL: 150	
0001/2008 DE 12.12.2008	124	96	DOE N° 149 DE 11.08.2
		24	DOE N° 138 DE 22.07.2010
		TOTAL: 120	
0001 à 006/ 2011 DE 12.09.2011 (concurso em andamento)	240 **	192	DOE N° 76 DE 18.04.2012
		23	DOE N° 138 DE 24.07.2012
		01	DOE N° 227 DE 05.12.2012
		01	DOE N° 233 DE 13.12.2012
		09	DOE N° 102 DE 03.06.2013
		01	DOE N° 103 DE 04.06.2013
		03	DOE N° 108 DE 11.03.2013
		01	(SUB JUDICE) DOE N° 142 DE 29.07.2013
		01	DOE N° 153 DE 13.08.2013
		53	DOE N° 154 DE 14.08.2013
11	(SUB JUDICE) DOE N° 155 DE 15.08.2013		
		TOTAL: 276	

OBSERVAÇÃO:

- Antes da realização do concurso público de 2003 a UESPI contava apenas com 224 Professores efetivos e, atualmente, conta com 804.
- ** A quantidade de nomeados superior a quantidade de vagas dar-se a por nomeação de classificado.

ANEXO F – QUADRO DEMONSTRATIVO SOBRE CONCURSO PARA TÉCNICOS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA E OBRIGAÇÕES SOCIAIS



QUADRO DEMONSTRATIVO SOBRE CONCURSOS PARA TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS A PARTIR DE 2003

EDITAL N°/ DATA	QUANTID. DE VAGAS OFERTADAS	N° TÉCNICOS ADMITIDOS	PUBLICAÇÃO DA NOMEAÇÃO DOE N° DATA
002/2005 DE 26.08.2005	152	87	DOE N° 60 DE 29.03.2006
		29	DOE N° 75 DE 24.04.2006
		32	DOE N° 222 DE 26.11.2007
		01* (SUB JUDICE)	DOE N° 110 DE 13.06.2008
		01* (SUB JUDICE)	DOE N° 130 DE 15.07.2009
		TOTAL: 150	
0007/ 2011 DE 26.12.2011 (concurso em andamento)	250	206	DOE N° 111 DE 15.06.2012
		56 **	
		32	DOE N° 142 DE 29.07.2013
		TOTAL: 238	

OBSERVAÇÃO:

- Antes da regularização das redistribuições de Servidores oriundos da SEDUC e realização dos concursos de 2005 e 2011 a UESPI contava apenas com 99 Servidores efetivos e, atualmente, conta com 450.
- ** 56 nomeados apenas 32 tomaram posse até a presente data.

Teresina 23 de agosto de 2013.

Isabel Maria Chaves Oliveira
Chefe da Divisão de Assistência e
Obrigações Sociais

ANEXO G – CHAPA LUTA E PARTICIPAÇÃO

ROSA MARIA A MOREIRA DE SOUSA
RUA C. RODRIGUES, 2149, CENTRO, AP. 204
CEP: 64.000-080
TERESINA – PIAUÍ

ADCESP – SSN/UESPI – Gestão 2003-2005 CHAPA LUTA E PARTICIPAÇÃO

Colega Docente,

Pedimos a sua atenção para apresentarmos a nossa chapa que concorrerá ao pleito de 2003-2005 na eleição para a renovação da Diretoria da ADCESP.

A ADCESP foi criada em 05/04/87 e transformada em Seção Sindical da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN) em 29/10/92. Teve sua sigla mudada para SSINDUESPI (Seção Sindical dos Docentes da UESPI) em uma Assembléia do dia 14/03/98 para fazer sentido com o nome UESPI e não mais Centro de Ensino Superior do Piauí o qual deu origem a esta IES.

Pois bem, para que tudo isso não caia no esquecimento que seria até normal, é chegada a hora de renovarmos a Diretoria, seja da ADCESP como é mais conhecida, seja da SSINDUESPI como foi votada naquela Assembléia.

A ADCESP já teve seus **grandes momentos de luta**, mas precisa **continuar a lutar**, articulando espaços de participação dos docentes no **movimento sindical** que neste momento enfrenta, como sempre, grandes desafios por justas reivindicações, tais como:

- Não às reformas previdenciárias e trabalhistas (PL-9);
- Não ao pacto social que retira direitos e garantias dos trabalhadores;

Neste sentido apresentamos aqui um programa de ação e prioridades desta diretoria no biênio 2003/2005.

- Apoio permanente a luta do movimento dos docentes das IES;
- Uma política de ensino, pesquisa e extensão de qualidade na UESPI;
- Eleições diretas para Reitor;
- Aumento salarial e reposição urgente das perdas acumuladas conforme o índice previsto pelo DIEESE (continuar as negociações de comissão salarial em andamento);
- Correção dos índices salariais dos docentes da UESPI conforme a Lei 8.612 de 1996, que trata da regularidade dos benefícios entre níveis, classes e titulações (em andamento);
- Implementação de melhorias da infra-estrutura da sede social, com vistas a uma ampla participação dos docentes;

- Proporcionar atividades esportivas, culturais e comemorativas em prol dos docentes associados a um custo acessível;
- Campanha de sindicalização dos novos professores dos campi de Teresina e os demais campi da UESPI;
- Acompanhamento processual das ações judiciais para cobrança de salários atrasados dos anos de 1994 e 1995;
- Aquisição da sede própria da ADCESP;
- Promoção de eventos artísticos, culturais e acadêmicos visando a integração dos docentes dos campi de Teresina e do interior do Estado;
- Ciclos de palestras abordando temáticas sociais, políticas, econômicas e científicas;

Para que essas propostas se concretizem, é necessário o apoio dos docentes da Capital e do interior, mediante o voto em nossa chapa, na eleição a ser realizada no dia 20 de Maio, de 8:30 h às 20:00 h.

CHAPA LUTA E PARTICIPAÇÃO

Presidente: **Fátima Lima** – CCE

Vice-Presidente: **Uchôa** – CCET

1ª Secretária: **Zeneide Sousa** – CCHL

2ª Secretária: **Alainy Rosado** – UESPI/FLORIANO

1ª Tesoureiro: **Raimundo Nonato** – CCET

2ª Tesoureiro: **Rosângela Vieira** – CCE

Diretor de Ass. Acad. e Culturais: **Conceição Mendes** – CCE

Diretor de Assuntos Sindicais: **Bispo** – CCE

Diretor de Esportes: **José Silva** – CCE

Diretora de Imprensa e Divulgação: **Maria da Cruz** – CCHL

Suplente: **Iracema** – CCET

ANEXO H – CHAPA ADCESP É PRA LUTAR!

Algumas de nossas propostas:

- Dar continuidade à Campanha SOS UESPI, enfatizando a luta pela Autonomia Financeira da Universidade, por garantia de recursos suficientes para investimentos em infraestrutura, em equipamentos, melhoria salarial dos professores e servidores, efetivação de todo o quadro docente e de técnico-administrativos e política decente de assistência estudantil.

- Lutar por mudanças no Plano de Cargos e Carreiras e Salários (PCCS) dos docentes da UESPI, no sentido de melhorar a situação salarial da categoria e ampliar direitos;

- Buscar integração e maior participação de filiados nos diversos campi: Para isso é preciso fortalecer a ADCESP, com mudança do regimento da entidade que permita a criação de novas secretarias e representações nos campi, e diretoria colegiada, a partir de discussão com a categoria;

- Reivindicar mais democracia na Universidade: discutir com a comunidade docente e comunidade universitária, em geral, sobre a necessidade de se lutar por uma estatuinte na UESPI, em que garantam discussões e deliberações democráticas nas instâncias de decisão da instituição como colegiados e conselhos superiores;

- Realizar atividades recreativas, culturais e artísticas, integrando filiados, sejam eles efetivos, substitutos, aposentados ou em atividade docente, com melhor utilização do clube da ADCESP;

- Promover seminários de formação teórica e política, para estimular a participação da categoria nas atividades promovidas pela ADCESP e fomentar a formação de novos quadros dirigentes para o movimento docente;

- Participar de fóruns/eventos do Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (Andes SN – ao qual a ADCESP é seção sindical) e da Central Sindical e Popular – CSP Conlutas (a qual o Andes SN e ADCESP são filiados);

- Fazer campanha de filiação em todos os campi da Uespi;

- Fortalecer as lutas nacionais (entre elas a campanha pelos 10% do PIB para a educação pública, já!; em defesa da previdência pública e do direito à aposentadoria; contra as privatizações do patrimônio e serviço públicos, contra as reformas que retirem direitos) e locais (contra a privatização da Agespisa e Eletrobrás Piauí/Cepisa, contra o aumento das passagens, contra o machismo, racismo e homofobia etc)



Dia 13/11
Vote na chapa
ADCESP É PRA LUTAR!

Composição da Chapa ADCESP É PRA LUTAR!

PRESIDENTE: Daniel Vasconcelos Solon

VICE-PRESIDENTE: Luciano de Melo Sousa

1º SECRETÁRIO: Josinaldo Oliveira dos Santos

2ª SECRETÁRIA: Lia Antunes de Macedo

1ª TESOUREIRA: Rita de Cássia Lima Carmo

2º TESOUREIRO: Eleonardo Pereira Rodrigues

DIRETORA DE ASSUNTOS SINDICAIS: Viviane Pedrazani

DIRETOR DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E CULTURAL: Elio Ferreira de Sousa

DIRETOR DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO: José Cláudio da Silva Vasconcelos

DIRETOR DE ESPORTES: José Silva Oliveira

SUPLENTE: Maria Teresa de Alencar

ANEXO I – CHAPA AVANÇAR NA LUTA

chapa

AVANÇAR NA LUTA

Dia 20/09
Eleição
ADCESP
Associação dos
Docentes da UESPI

EM DEFESA DA UESPI

No dia 20 de setembro, a categoria docente vai às urnas para escolher a nova diretoria da ADCESP. Nós, da chapa AVANÇAR NA LUTA, apresentamos nossas propostas e pedimos seu voto para fortalecermos a entidade e as lutas que estão em curso em defesa da UESPI, dos interesses da categoria e da educação pública como um todo.

Durante a última gestão, a ADCESP mostrou que só a luta pode salvar a nossa universidade dos ataques desferidos pelos governos de Wellington Dias e Wilson Martins. A UESPI hoje vive um processo de precarização provocado principalmente pela falta de investimentos do Governo do Estado e do desvio de verbas das áreas sociais para o pagamento de juros da dívida pública. Basta vermos a falta de estrutura e material básico, os baixos salários, cursos sucateados, falta de assistência estudantil...

Diante deste quadro, a ADCESP, juntamente com o movimento estudantil, lançou a CAMPANHA S.O.S. UESPI, que repercutiu em toda a sociedade piauiense por ter denunciado o descaso com a educação por parte do governo. E mais uma vez os docentes deram o tom na greve no primeiro semestre exigindo melhorias salariais e a autonomia financeira para a nossa universidade.

A greve conseguiu arrancar do governo o reajuste salarial, o retorno do pagamento da bolsa-trabalho



dos estudantes carentes que estava atrasada por quatro meses. De imediato, as obras que estavam paradas foram retomadas, não houve adesão ao SISU (ENEM) e o governo se comprometeu a realizar concurso público para servidor técnico administrativo e professores. A luta não acabou. Pelo contrário, devemos dar continuidade ao trabalho da gestão atual, que foi um exemplo de ousadia e determinação a frente do nosso sindicato, com independência, democracia de base e combatividade.

Fortalecer a campanha SOS UESPI e por 10% do PIB



Se não tivéssemos uma diretoria capaz de mobilizar a categoria e impulsionar as lutas, é provável que a situação da nossa universidade estivesse muito pior, pois sabemos que tanto o governo Wilson quanto o governo Dilma preferem enriquecer os bolsos dos banqueiros e empresários através dos altos cortes de verbas da educação. Neste sentido, é preciso avançar mais nas conquistas, pois a realidade da UESPI ainda não é satisfatória.

Assim sendo, a CAMPANHA S.O.S. UESPI deve continuar, pois sabemos que o caminho até uma educação pública, gratuita e de qualidade só será viável se engrossarmos as fileiras da luta, e é justamente a isso que se propõe a Chapa Avançar na Luta, que se coloca na vanguarda da campanha nacional pelos 10% do PIB para a Educação Pública, já!

ADCESP DE LUTA, COM TRABALHO DE BASE!

A chapa AVANÇAR NA LUTA se propõe a continuar fortalecendo nosso sindicato através de atividades que envolvam os filiados, promovendo atividades de formação política, sindical, eventos esportivos, recreativos e culturais.

É necessário expandir nosso sindicato por todo o Estado por meio de campanha de filiação para que haja uma maior integração entre todos os campi, realizando seminários de formação teórica e política, garantindo a participação em atividades realizadas pelo ANDES S/N e buscando a unidade com os estudantes e servidores técnico-administrativos.

Por tudo isso, pedimos o voto para os lutadores e as lutadoras que se colocam à disposição para avançar na luta em defesa da UESPI.

Composição da Chapa Avançar na Luta

Presidente: Lina Maria Santana Fernandes
Vice-presidente: Elio Ferreira de Sousa
1º Secretária: Josenildes Maria Batista de Lima
2º Secretário: Eleonardo Pereira Rodrigues
1ª Tesoureira: Lia Antunes de Macedo
2º Tesoureiro: Antônio Francisco Lopes Dias
Diretora de Assuntos Sindicais: Lucineide Barros Medeiros
Diretor de Assuntos Acadêmicos e Culturais: Roberto Kennedy Gomes Franco
Diretor de Imprensa e Divulgação: Daniel Vasconcelos Sólton
Diretor de Esportes: José de Jesus Uchoa
Suplente: Jânio Jorge Vieira de Abreu

Algumas de nossas propostas:

- Retomar a campanha salarial por reajuste digno, com gatilho, para combater a inflação;
- Lutar pela autonomia financeira da UESPI e por mais democracia na Universidade;
- Realizar atividades recreativas, culturais e artísticas, seminários de formação teórica e política;
- Participar dos fóruns do ANDES S/N;
- Dar continuidade à Campanha S.O.S. UESPI;
- Fazer campanha de filiação;
- Trabalhar pela integração dos campi;
- Fortalecer a ADCESP, com mudança do regimento da entidade que permita a criação de novas secretarias e representações nos campi e diretoria colegiada, a partir de discussão com a categoria;
- Participar efetivamente da campanha pelos 10% do PIB para a educação pública, já!
- Lutar por uma UESPI pública, gratuita e de qualidade.
- Melhorar a comunicação com filiados, comunidade universitária e sociedade (criação de site etc), com publicação mensal dos balancetes financeiros;
- Discutir a utilização do clube.

Chega de tratorar
a Educação!



Dia 20/09
Vote na chapa
Avançar na Luta!

Reitor(a) será escolhido(a) pelo voto direto

Por Antônio Alencar

O Conselho Universitário da Universidade Estadual do Piauí – CONSUN/UESPI aprovou, por meio da resolução de nº 29/005, o regulamento do processo eleitoral de escolha do reitor(a) e vice-reitor(a) para o mandato de 2006 a 2010. A consulta à comunidade universitária acontecerá, no dia 10 de novembro, das 8h às 20h30. No Campus Poeta Torquato Neto, o pleito será iniciado às 7h.

O CONSUN é composto de 21 membros e, para aprovar a regulamentação das eleições, fundamentou-se no artigo 60, do novo Estatuto da UESPI, que prevê eleições diretas para a Reitoria, através do voto secreto e facultativo. Poderão votar alunos do Regime Regular, devidamente matriculados, funcionários e professores do quadro permanente.

Para conduzir o processo eleitoral foi criada, no dia 29 de setembro, por meio da portaria de nº 775/



Conselho Universitário da UESPI aprovou o regulamento para processo eleitoral

05, a Comissão Eleitoral Central – CEC, que coordena as eleições, com apoio de subcomissões compostas por 03 membros, instituídas nas unidades administrativas em que haverá eleição. A Comissão Central é composta por 05 integrantes, sendo 02 do Conselho Universitário, 01 da Associação dos Docentes da Universidade – ADCESP, 01 do Sindicato dos Servidores da UESPI e 01 dos estudantes da Instituição.

No dia 07 de outubro foram registradas, junto à CEC, as chapas: *A Uespi que Queremos*, encabeçada pela professora Valéria Madeira; *Resistência Democrática*, pelo professor Acelino Vieira; e *Administrando para Todos*, pela professora Maria Lima, para concorrerem às primeiras eleições diretas para reitor(a) da UESPI, em 19 anos de fundação da Instituição.

A homologação das inscrições das chapas aconteceu dia 11 de outubro. As eleições acontecem graças às reformulações feitas no texto do Estatuto da UESPI, propostas pela Comissão de Estatuto e aprovadas em fóruns deliberativos, com a participação de alunos, professores e servidores da Universidade.

O Chefe da Procuradoria Jurídica

da UESPI, pelo governador Wellington Dias, por meio de decreto estadual. "Um momento inédito porque não temos notícia de que alguma outra instituição de ensino superior no Brasil tenha tomado tal procedimento", declarou o chefe da Procuradoria Jurídica.

A grande novidade do Estatuto é, a tão, esperada por todos, conforme explicou Antônio Honório, a eleição direta para reitor da UESPI. A eleição acontecerá, conforme regi-

mento eleitoral, publicado no Diário Oficial do Estado, dia 3 de outubro. "A nova administração será nomeada pelo Governador do Estado, na forma estabelecida pelo Estatuto UESPI/2005, em conformidade com a Lei Estadual n.º 4.230", observou Honório.

Com este procedimento administrativo, a comunidade acadêmica terá a oportunidade de ter administradores eleitos, que serão nomeados segundo o ordenamento jurídico piauiense. Chegamos a tão desejada autonomia universitária determinada pelo art. 207, da Constituição Federal", finalizou.

mento eleitoral, publicado no Diário Oficial do Estado, dia 3 de outubro. "A nova administração será nomeada pelo Governador do Estado, na forma estabelecida pelo Estatuto UESPI/2005, em conformidade com a Lei Estadual n.º 4.230", observou Honório.

O novo Estatuto foi homologado

Estatuto: aptos a concorrer aos cargos

- Ser professor de carreira do quadro permanente que esteja em efetivo exercício na Instituição há pelo menos 5 anos ininterruptamente anteriores à data da eleição.

Estatuto: impedidos de concorrer aos cargos

- Estiver em estágio probatório;
- Estiver a disposição de outra instituição;
- Não se desincompatibilizar no prazo legal - Diretor de Centro e Coordenador de Curso (eleito) até 30 dias antes da eleição;
- Representante sindical que não se afastar até 30 dias antes da eleição;
- Sofrer condenação e transitado em julgado por improbidade administrativa;
- Tiver sido condenado criminalmente;
- Estiver de licença sem vencimento;
- Estiver no exercício da docência com contrato temporário.

Veja também

Clóvis Moura recebe equipamentos de informática

Pág: 2

Pós-graduações qualificam profissionais

Pág: 3

Heróis do Jenipapo inicia Descentralização administrativa

Pág: 3

Servidores aprovam a implantação do Plano

Pág: 4

ANEXO K – INFORME ADCESP

SINDICATO
ANDES
NACIONAL

ADCESP
informa



Jornal da Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Piauí - ADCESP

Nº 3 - Julho/Agosto - 2009

LUTA VITORIOSA DA CATEGORIA DOCENTE: REAJUSTES E ALTERAÇÃO DO PCCS

Começa a vigorar neste mês de agosto a nova tabela salarial dos professores da Uespi. A nova remuneração é fruto da vitoriosa mobilização dos docentes no ano passado, que resultou em uma greve geral de 54 dias.

Além de reajuste salarial, que entra no salário deste mês em diante (veja tabela 1), o Plano de Cargos criou outra classe, a de professor Associado, e a possibilidade de se chegar à classe de professor titular, através de avaliação interna.

Como parte da negociação do ano passado, foi assegurado também um reajuste para maio do ano que vem (veja tabela 2). Outra conquista é a contagem do tempo de afastamento para mestrado e doutorado, sem a interrupção do estágio probatório.

O novo Plano é mais uma vitória da categoria, resultado de várias discussões e mobilizações dos docentes, valendo também para os professores substituídos, que representam 64% da categoria. Os substituídos vão receber de acordo com a titulação: especialista, como Auxiliar I; mestre, como Assistente I; e doutor, como Adjunto I.

O PCCS determina o prazo de quatro anos para que a Uespi realize concursos para constituir o quadro docente somente de efetivos. Contratação de substituídos só em casos de afastamento temporário do docente efetivo.

Reajuste foi de até 28,5% em 2009

Os docentes tiveram reajuste de até 28,5%, dependendo da classe e regime de trabalho em 2009. Nesse momento de transição das mudanças do Plano, os reajustes foram diferenciados, com índices menores para o regime de Dedicção Exclusiva. É preciso lembrar o processo de negociação desde o ano passado, para se entender por que o reajuste não foi linear.

Durante a greve de 2008, o governo havia proposto reajuste de apenas 5,5% para os professores com Dedicção Exclusiva (D.E.) e cerca de 30% para os demais regimes de trabalho. Mesmo sendo maioria na Uespi, os docentes de 20 e 40 horas, decidiram aceitar uma proposta que contemplasse linearmente todos a categoria, chegando ao cálculo de 18%.

Ou seja, naquele momento, a maioria abriu mão de um reajuste maior, para promover o debate amplo sobre a modificação do Plano de Cargos, para diminuir a

grande distorção salarial existente entre a base e o topo da tabela.

Com essa decisão, encerrou-se a greve de 2008, e foi formada uma comissão de negociação, que elaborou a minuta de projeto de lei, aprovada nas assembleias gerais convocadas pela Adcesp, resultando no atual PCCS.

Em 2010, os reajustes vão de 7,9% (D.E.) a 11,1% (regimes de 20 e 40 horas). Já para 2011, o reajuste volta a ser linear, incidindo sobre toda a carreira.

Reitoria quer 'faturar' com as conquistas

A reitoria tentou por diversas vezes "emperrar" a tramitação do projeto de lei do PCCS na Assembleia Legislativa e outras instâncias. Acionou até o Conselho Universitário para impedir a aprovação do projeto, talvez na tentativa de usar um possível parecer negativo do órgão para sugerir ao governador o veto da proposta. Isso seria passar por cima do que a categoria aprovou nas assembleias gerais realizadas pela Adcesp, amplamente participativas.

Mas agora a postura é diferente. A reitoria da Uespi, no seu *site* oficial, tenta mostrar as conquistas da categoria como um "presente".

Se a reitoria tivesse se engajado na aprovação da lei, talvez a implementação do PCCS entrasse em vigor ainda em maio, como estava acordado com o governo. Wellington se aproveitou da falta de interesse da reitoria e do argumento da crise econômica para que os novos salários vigorassem só em agosto.

Tabela 1 (ano 2009, vigorando no mês de agosto)

Classes	Níveis	20 Horas	40 Horas	D.E.
Auxiliar	I	900,00	1.800,00	3.150,00
	II	936,00	1.872,00	3.276,00
	III	972,00	1.944,00	3.402,00
	IV	1.008,00	2.016,00	3.528,00
Assistente	I	1.350,00	2.700,00	4.725,00
	II	1.404,00	2.808,00	4.914,00
	III	1.458,00	2.916,00	5.103,00
	IV	1.512,00	3.024,00	5.292,00
Adjunto	I	2.025,00	4.050,00	7.087,50
	II	2.106,00	4.212,00	7.371,00
	III	2.187,00	4.374,00	7.654,50
	IV	2.268,00	4.536,00	7.938,00
Associado	I	-	4.989,60	8.731,80
	II	-	5.189,18	9.081,07
	III	-	5.388,77	9.430,34
	IV	-	5.588,35	9.779,62
Titular		-	-	10.757,58
Professor temporário apenas graduado		810,00	1.620,00	-

Tabela 2 (maio de 2010)

Classes	Níveis	20 Horas	40 Horas	D.E.
Auxiliar	I	1.000,00	2.000,00	3.400,00
	II	1.040,00	2.080,00	3.536,00
	III	1.080,00	2.160,00	3.672,00
	IV	1.120,00	2.240,00	3.808,00
Assistente	I	1.500,00	3.000,00	5.100,00
	II	1.560,00	3.120,00	5.304,00
	III	1.620,00	3.240,00	5.508,00
	IV	1.680,00	3.360,00	5.712,00
Adjunto	I	2.250,00	4.500,00	7.650,00
	II	2.340,00	4.680,00	7.956,00
	III	2.430,00	4.860,00	8.262,00
	IV	2.520,00	5.040,00	8.568,00
Associado	I	-	5.544,00	9.424,80
	II	-	5.765,76	9.801,79
	III	-	5.987,52	10.178,78
	IV	-	6.209,29	10.555,78
Titular		-	-	11.611,34
Professor temporário apenas graduado		900,00	1.800,00	-

ANEXO L – CARTA ABERTA DA PRESIDENTE DA ADCESP

UESPI: GREVE NO GOVERNO DO PT

O Governo do PT investiu mais uma vez contra os professores da UESPI. À véspera do dia 17/10/03 – Dia do Pagamento dos Servidores da UESPI, na calada da noite, foi subtraído de todas as contas dos professores seus salários.

É bom lembrar a todos que estamos em “estado de sítio”, e numa democracia – o direito de greve do servidor é garantido pela Constituição Federal no seu artigo 37, inciso 7º, mas o professor não pode se utilizar deste direito, pois as medidas que o Governo e a Administração da UESPI tem lançado mão para reprimir os professores tem sido algo nefasto e inaceitável.

A intransigência do governo é patente quando não negocia uma proposta que de fato preencha os anseios que perfazem a pauta de reivindicações dos grevistas, e, ao invés disso, colocam propostas querendo convencer aos professores que não existe dinheiro em caixa, quando se sabe que o governo privilegia o que melhor lhe convém. Onde está a filosofia, ideologia do PT – que carrega na sua sigla – Partido dos Trabalhadores?

No caso, o governo deveria fazer até mesmo o impossível e o mais urgente por uma classe que há muito tempo foi abandonada, relegada de seus direitos, principalmente dos salários dignos, decentes e pagos em dia – outra proposta do governo que ainda não é cumprida. E o que dizer da Autonomia da UESPI? A autonomia que se implementa é para prejudicar seus funcionários. Lembrando que a autonomia é garantida constitucionalmente, o governo só a utiliza para prejudicar os seus funcionários. Parece que o governo quer mesmo é guerra e, aliás, quando o PT em época não muito distante grevava, as greves não eram nada pacíficas.

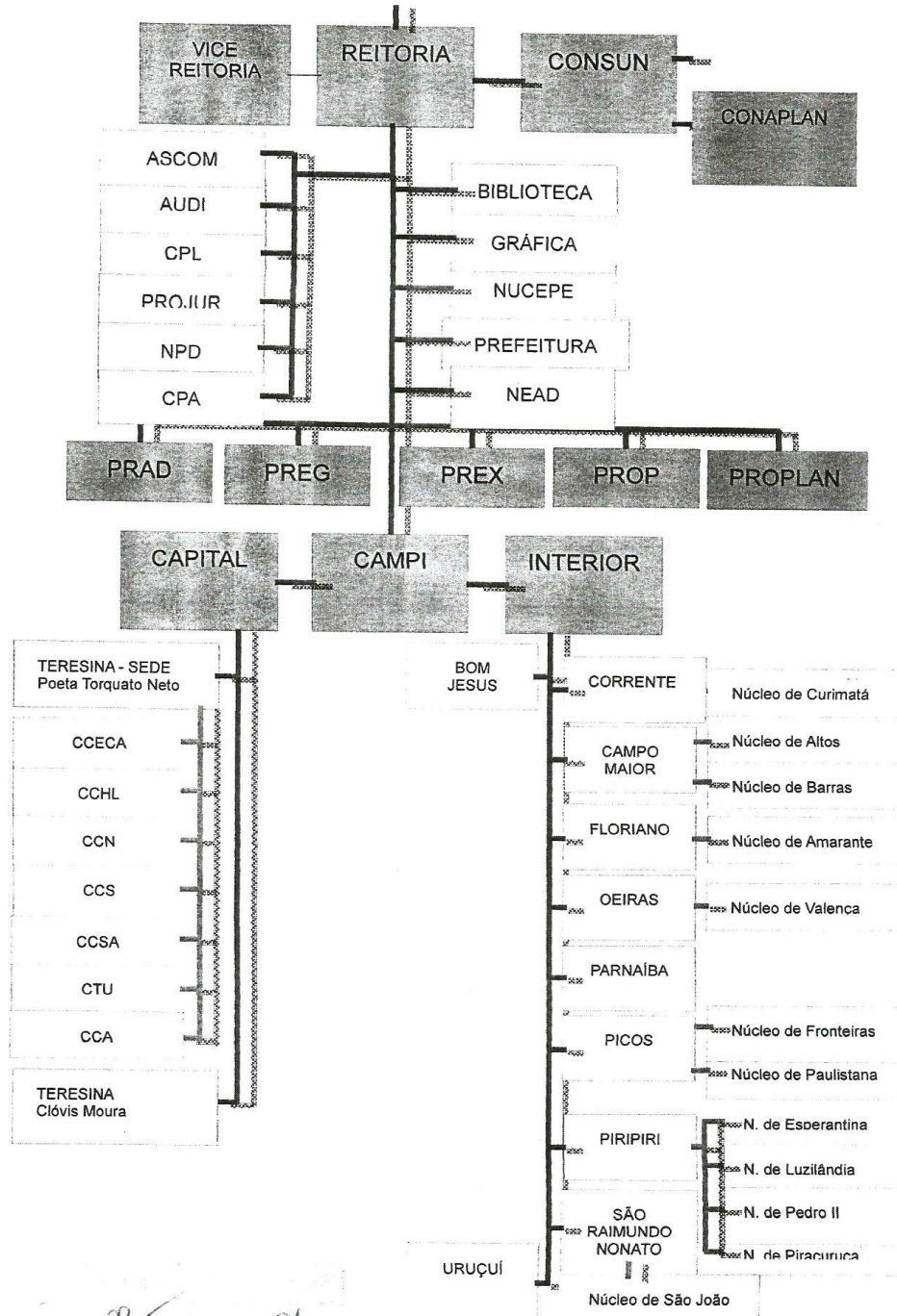
Assim, é patente o conjunto de arbitrariedades e ilegalidades cometidas pelo governo, ferindo a liberdade sindical, e, no plano estadual propondo lei complementar que prevê a redução da remuneração do servidor público estadual em geral, todas medidas inconstitucionais que podem ser objeto de ação de inconstitucionalidade e de denúncia à Organização Internacional do Trabalho, já tendo sido denunciadas ao ANDES/SN, sindicato do qual a ADCESP é filiada.

Logo, cumpre a todas as classes trabalhadoras e aos servidores públicos em geral repudiar essas medidas governamentais, participando da luta e apoiando a greve como forma de protesto e reivindicação salarial.

MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA LIMA
PRESIDENTE DA ADCESP-SSIND- ANDES-SN

ANEXO M

ORGANOGRAMA DA UESPI



Handwritten notes:
 06
 0075114

ANEXO N

MAPA DA UESPI



J 05
0070514.